

MAIANA MAIA TEIXEIRA

**DA RECUSA AO CATIVEIRO ÀS (R)EXISTÊNCIAS DE
AGRICULTORES E AGRICULTORAS NO CHÃO E NOS
TEMPOS DO APODI/RN**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cecília Campello do Amaral Mello

Co-Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Raquel Maria Rigotto

Rio de Janeiro
2016

MAIANA MAIA TEIXEIRA

**DA RECUSA AO CATIVEIRO ÀS (R)EXISTÊNCIAS DE
AGRICULTORES E AGRICULTORAS NO CHÃO E NOS
TEMPOS DO APODI/RN**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cecília Campello do Amaral Mello (orientadora)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Raquel Maria Rigotto (co-orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública/UFC

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

Prof. Dr. André Dumans Guedes
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

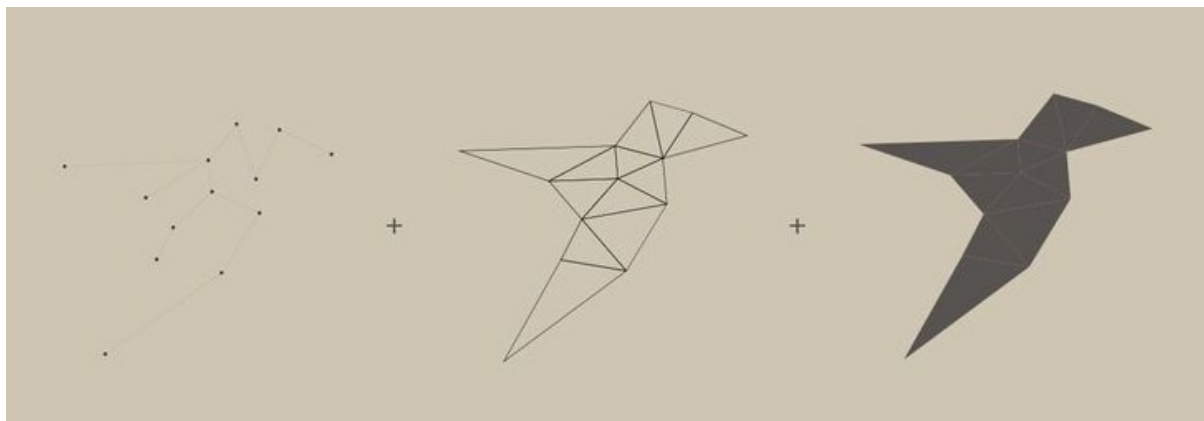
Prof^a. Dr^a. Suzane de Alencar Vieira
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

Rio de Janeiro
2016

Para Edilson do Apodi/RN e Socorro do Tomé/CE, *em nome de todos os agricultores e agricultoras da porção potiguar e cearense da Chapada do Apodi a quem sou grata por tudo que nos têm ensinado.*

Para minhas avós Ana e Maria (in memoriam), *com saudades de não ter ouvido suas histórias.*

Para minha mãe Dora, *de quem herdamos toda a força que somos.*



Descobertas sobre a ordem de grandeza dos pequenos:

Apodi é também a estrela mais brilhante de uma constelação humilde, mas nomeada por Ave do Paraíso. Localizada no hemisfério sul, é tímida apesar de ser uma gigante.

O pássaro do paraíso pousa apenas na mão que não o prende.

(John Berry)



E todas as estrelas que brilham nos céus do Sul
Têm sido admiradas por mais ninguém que não por
olhos selvagens.

(John Dryden)

RESUMO

A presente dissertação aborda a sistemática da dominação que historicamente recai sobre os agricultores e agricultoras do Apodi, no sertão do Rio Grande do Norte. Sobretudo, busca denunciar e reverter a desqualificação epistêmica de que são alvo no mote de expansão de projetos ditos de desenvolvimento, analisada à luz do atual contexto de implantação de um perímetro irrigado para a atração de empresas do agronegócio à região. Diante da Desconfiança e da Recusa com que esses agricultores e agricultoras se posicionam em face das promessas de inclusão que essa obra promete, privilegamos rastrear as (r)existências que se afirmam, compreendidas aqui não apenas as estratégias que buscam obstacularizar o projeto, mas também, e principalmente, os sentidos e configurações das diferenças que caracterizam um modo de vida particular. A partir da reativação de memórias dos tempos do Cativoiro, considerado em seu medo de retorno, e das lutas havidas por terra e por água na região a partir dos anos 1990, que inauguraram o começo do que eles chamam de “um novo sistema”, emergem retratos construídos pelos próprios agricultores e agricultoras, bem como por seus filhos e filhas, que buscam fazer ver (ampliar a visibilidade sobre) a relevância das experimentações de práticas sociais coletivas constitutivas dessas (r)existências. Diante do que esses retratos indicam sobre o antagonismo inconciliável entre quem é pequeno e quem é grande, percebe-se lógicas próprias a cada um nas formas de se relacionar com a terra e com a água.

Palavras-chave: Apodi. Perímetro Irrigado. Agronegócio. Resistência. Agricultura Familiar. Agroecologia.

SUMÁRIO

1 PRIMEIRA INTRODUÇÃO	8
1.1 Trata-se de um mundo ameaçado	8
1.2 A provável expansão: o desenvolvimento como tragédia, o Outro como empecilho	11
1.3 Janelas sobre o invisível	15
1.4 Sobre resistências e existências que se afirmam: (r)existências	20
1.5 A potência de uma recusa possível	27
1.6 Riscos e vigilâncias	32
2 COMPREENDENDO OS PERÍMETROS IRRIGADOS ENQUANTO GEOMETRIA E GEOPOLÍTICA DE REDESENHO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO	36
2.1 Um panorama da expansão dos perímetros irrigados	39
2.2 O Nordeste das secas e da expropriação sucessiva: a construção de uma “região problema” e das histórias dos interesses que permeiam as políticas de “combate às secas”	44
2.3 Perímetros irrigados e a marcha da contra reforma agrária	48
2.4 Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio: uma reflexão sobre a apropriação privada da irrigação pública	50
3 UMA METODOLOGIA PARA VER E FAZER VER O APODI	58
3.1 Do lado de cá pro lado de lá da Chapada do Apodi: no lastro da pedagogia do território, no rastro das (r)existências	58
3.2 O marco da justiça ambiental e o processo de Avaliação de Equidade Ambiental: instrumentais analíticos e políticos que nos ajudam a ver	68
3.3 Chegando no Apodi	71
3.4 Andanças	73
3.5 A mandioca brava, a jandaíra e o torneio leiteiro (o riso e o risco de não conhecer)	82
4 NO MEIO: O PROJETO DA MORTE, A RECUSA E A DESCONFIANÇA	90
4.1 O perímetro irrigado de Santa Cruz em mapas e números	92
4.2 As promessas de incluir a agricultura familiar	97
4.3 Das vezes que se disse “não” ao Projeto da Morte - a linha do tempo de uma Recusa	101
4.4 A Recusa sobre o que se sabe	111
4.5 A Recusa sobre o que se desconfia	117
4.5.1 <i>não é para os pequenos</i>	118
4.5.2 <i>conversas de melão e de melancia</i>	125
4.5.3 <i>E se o projeto é tão bom, por que esconder essas coisas?</i>	128
4.5.4 <i>é assim que eles fazem</i>	130
4.5.5 <i>não presta pra nada; é falido desde sua origem</i>	137
4.5.6 <i>não precisamos de empresa – não queremos nenhum deles</i>	143
4.5.7 <i>é uma diferença; isso dos grandes não nos interessa, não serve pra gente</i>	144
5 ANTES DO COMEÇO: MEMÓRIAS DO CATIVEIRO	153

5.1 Terra e gente cativa a mei de um negócio – Cativeiros nos tempos do algodão	167
5.1.1 <i>Terra de Filastres</i>	168
5.1.2 <i>Abandonado, trabalhando por terra dos outros</i>	171
5.1.3 <i>Podia adoecer uma pessoa em casa</i>	179
5.1.4 <i>Com 18 dias de nascido</i>	180
5.1.5 <i>Era uns 40, 50 anos na luta e nada tinha melhorado</i>	185
5.2 Era uma sujeição medonha, viu? – Cativeiros nos tempos de seca	188
5.2.1 <i>Mendigar em prefeitura uma feira, uma cesta básica</i>	189
5.2.2 <i>Aí levava os póbi véi e iam limpar beijo de cerca dos ricão</i>	190
5.2.3 <i>Chacoalharam o caminhão</i>	192
5.3 Eles é que mandavam – Cativeiros nos tempos dos coronéis e da ditadura	197
5.3.1 <i>Ói, sua família, porque o senhor é morador, é pra votar em fulano</i>	199
6 AÍ COMEÇOU: UM NOVO SISTEMA	202
6.1 A liberdade, ela nasce do povo	202
6.1.1 <i>Primeiro, às escondidas</i>	202
6.1.2 <i>A saída tava no povo</i>	206
6.1.3 <i>A associação mãe de todas as outras</i>	210
6.1.4 <i>Partir pra dentro do sindicato</i>	212
6.2 A liberdade, ela vem com a água	217
6.3 A liberdade, ela rebenta da semente	219
6.4 A liberdade, ela brota na terra	220
6.5 Agora é como fazer	228
6.5.1 <i>Um sistema informativo</i>	228
6.5.2 <i>A arte de zelar</i>	230
6.5.3 <i>A arte de conviver</i>	233
6.5.4 <i>A arte de fazer no coletivo</i>	244
7 NO TEMPO DE AGORA: CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
8 A PESQUISA, POR JOSENIAS E DONA FRANCINA	262
9 REFERÊNCIAS	263

Tudo tem, todos temos, rosto e marcas. O cão e a serpente e as gaivotas e você e eu, quem vive e quem viveu e todos os que caminham, se arrastam ou voam: todos temos rosto e marcas. Os maias acreditam nisso. E acreditam que as marcas, invisíveis, são mais rosto que o rosto visível. Pela marca conhecem você.

(Eduardo Galeano, em *As Palavras Andantes*)

1 PRIMEIRA INTRODUÇÃO¹

1.1 Trata-se de um mundo ameaçado

Nesta dissertação convivem uma celebração e um lamento.

Ter conhecido o Apodi – na inteireza do que dele é feito pelo cruzamento de suas paisagens, suas gentes, das histórias e sonhos, saberes e fazeres que carregam, das práticas e lutas que constroem em seu cotidiano – mudou minha vida. A gratidão, que é também uma dívida, pelas vivências de campo e reflexões que vêm desde então me mobilizando, empresta o tom da denúncia que atravessará parte considerável das páginas que virão adiante, especialmente no que implica um engajamento enfático contra a invisibilização - arquitetura estruturante do racismo ambiental² que, no mote da implantação de grandes projetos ditos de desenvolvimento, recai sobre lugares como o Apodi e sobre pessoas como os agricultores e agricultoras que lá vivem.

A despeito disso, ali onde repousam meus desejos mais profundos, gostaria de nunca ter precisado conhecer o Apodi. Pois, em última instância, haveria um tipo de invisibilização utópica pela qual valeria a pena sonhar: a de que eles pudessem ter tido a oportunidade de seguir suas vidas longe dos holofotes daqueles que agora os miram para ameaçá-los e, por consequência, dos outros, em menor quantidade, que surgem para com eles realizar alianças na formulação de alguma estratégia de defesa.

Meu pensamento retorna a alguns anos antes. Estamos em 2011, balançando

¹ Grande parte das questões que serão tratadas ao longo dessa primeira introdução devem sua elaboração às provocações e contribuições de Cecília Mello, André Guedes e Gustavo Bezerra durante a disciplina “Antropologia do Desenvolvimento”, por eles ministrada ao longo do primeiro semestre de 2015 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

² Propomos ao longo de nossa análise uma utilização ampliada da noção de racismo ambiental, de forma a incluir nesse registro - que já explicitava desde a década de 1980 a correlação entre raça e minorias étnicas à distribuição desigual de empreendimentos e rejeitos ambientalmente perigosos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009) – outras dimensões de existências que são invisibilizadas, silenciadas, desqualificadas, tidas como desprezíveis, passíveis de sacrifícios ou de inclusões subalternizadas, abrangendo, dessa forma, os modos de ser, saber e fazer por elas praticados (ZHOURI, 2014). Trata-se, portanto, de tomar emprestado do movimento negro um referencial analítico e político por eles formulado para denunciar a íntima relação entre certas existências e o risco de morte a que estão submetidos “certos corpos, certas geolocalidades, certas organizações societárias, numa perspectiva menos demográfica e mais antropológica” (ZHOURI, 2015).

numa jangada no mar revoltoso da Prainha do Canto Verde, Ceará³. Os pescadores que conduzem a embarcação e nos guiam no entendimento sobre os métodos da pesca artesanal que ali se realiza, em conflito com as práticas de pesca predatória e de investida sobre o território da comunidade pelos *grandes*, dizem que, à noite, é preciso que haja um revezamento que garanta algum deles estar sempre desperto para cuidar que a chama da lamparina localizada no lastro da jangada não se apague, pois a humilde luz por ela emitida é o que lhes protege de não serem *atropelados* por embarcações maiores que por ali passem (BOSSI, 2011). Mas, e se a avidez das embarcações maiores (dos *grandes*) estiver justamente à caça de atropelar propositalmente as pequenas jangadas, melhor não seria que os pescadores estivessem protegidos pela escuridão da noite?

A metáfora dessa lembrança reverbera sobre o que diz Alfred Métraux, citado por Pierre Clastres em seu livro “Crônica dos índios Guayaki” (1995), quando este compartilha e busca compreender a má vontade e indiferença com que os iroíangi respondiam aos seus esforços de aproximação, especialmente quando comparados à acolhida conferida por outros povos indígenas que já tinham tido experiências (inclusive nefastas) de encontro com o mundo ocidental: “Para poder estudar uma sociedade primitiva é preciso que ela já esteja um pouco apodrecida” (MÉTRAUX apud CLASTRES, 1995, p.62).

Clastres (1995, p.62) concluía, assim, que sua dificuldade em estabelecer essas aproximações e colher as informações que buscava se dava por uma recusa explícita dos Aché de ceder às tentativas de diálogo “porque eram fortes o bastante para não precisar disso: nós começaríamos a falar quando eles estivessem doentes”.

Tal era a selvageria dos Aché: cheia de seu silêncio, signo desolador de sua última liberdade, foi-me também a mim destinado desejar privá-los dela. Pactuar com sua morte: era preciso, à força de paciência e de astúcia, a golpes de pequenas corrupções (ofertas de presentes, de comida, gestos amáveis de toda espécie, palavras sempre doces, untuosas mesmo), era preciso quebrar a resistência passiva dos Aché, atentar contra sua liberdade e obrigá-los a falar (CLASTRES, 1995, p.62).

Era no desejo de que essa força e independência estivessem

³ No contexto de um encontro presencial do Colegiado Político da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, realizado naquela comunidade.

resguardadas, que gostaria tivesse sido possível nunca precisar conhecer (e ajudar a fazer conhecer) o Apodi⁴, que algum silêncio fosse possível na medida em que não fosse necessário falar. Não foi esse o caso, entretanto... vivi no Apodi o extremo oposto da experiência de campo relatada por Clastres: lá só recebi portas abertas e, dentro das casas ou nos roçados, pessoas que – além de versadas na prática de bem acolher – ansiavam pela oportunidade de fala (e de escuta), esperançosas de que aquele pequeno gravador que eu carregava pudesse ajudá-las na difícil tarefa de serem vistas e reconhecidas na importância de sua existência.

Ao gravador, transformado por eles em pequena lamparina na ponta da jangada, vieram depois a se somar outros instrumentos de fazer ver. As mãos que os acionavam se multiplicaram. As palavras e imagens que deles resultaram buscaram desaguar em expressões e abrangências muito além-mar da margem A4 de uma dissertação. Sobre como esse processo foi se realizando na construção de uma metodologia singular de uma pesquisa popular, comprometida com a promoção da justiça ambiental, é o desafio sobre o qual nos debruçaremos ao longo do **capítulo 1**.

Me parece importante, portanto, anunciar aos possíveis leitores dessas páginas que elas carregam algo das pulsões de vida e de morte presentes no contexto em que foram produzidas, por aquilo que me foi transmitido e que ora me demanda o compromisso de seguir reverberando em testemunho.

Com os agricultores e agricultoras do Apodi, construí uma relação atravessada por uma dolorosa ambivalência: de um lado, usufruí da relativa tranquilidade em que davam seguimento no dia-a-dia ao *novo sistema* que vinha sendo forjado nas últimas décadas, após terem sido bem sucedidos nas disputas que lhes possibilitaram o acesso à água e à terra para aquilo a que chamam de construção da *agricultura familiar e agroecológica no território camponês do Apodi*; por outro lado, minha chegada e nosso encontro era um desdobramento de um período mais recente em que a condução da vida como tal se deparava numa

⁴ Obviamente, a referência histórica que os agricultores no Apodi tem sobre encontros e choques culturais não é da mesma ordem da que se refere Clastres (1995, 2003) quando estuda sociedades indígenas. Mais adiante, inclusive, veremos como a estratégia de articulação para ampliar visibilização e redes de alianças é acionada com frequência no Apodi, com mais ênfase a partir da década de 80 – quando sair do *Cativeiro* foi também se libertar do isolamento a que se sentiam submetidos. Ainda assim, também no Apodi, esse encontro historicamente é associado à ameaça, seja com relação àqueles que a promovem ou àqueles que são definidos como *parceiros* no seu enfrentamento.

encruzilhada, em que a morte era dita à espreita.

As obras do perímetro irrigado de Santa Cruz, atrelada ao anúncio de expansão do agronegócio de fruticultura irrigada para a região, compunham, portanto, parte significativa dos relatos daquelas pessoas na formulação de um “discurso de sua decadência” (CLASTRES, 1995, p.62), em que se afirma de forma apocalíptica o provável fim de um mundo tal qual o conheciam. Na sua força, entretanto, é essa mesma ameaça quem empresta fôlego para um discurso outro, que faz emergir das narrativas sobre sua origem e consolidação os elementos que definem e valorizam esse mundo que, então ameaçado, um dia foi tornado possível: um discurso de sua (r)existência.

1.2 A provável expansão: o desenvolvimento como tragédia, o Outro como empecilho

Trabalhamos aqui como o jogo semântico entre as ideias daquilo que é provável e daquilo que é possível para explicitar uma outra ambivalência que será também marcante ao longo da análise. O projeto que se pretende para o Apodi – batizado pela inteligência nativa de *Projeto da Morte* – é provável não apenas pela desigualdade de forças entre aqueles que o promovem e os que o contestam, mas porque se arvora e se beneficia dos efeitos de se autoproclamar o “projeto de desenvolvimento” para a região. Ora, o desenvolvimento é uma ideia que carrega em si a força daquilo que é provável porque corresponde ao que seria o curso natural das coisas: é provável que uma criança se desenvolva e vire um adulto, é provável que o desejo de um subdesenvolvido seja tornar-se desenvolvido, é provável que se queira abandonar o que seja atrasado em nome de algo mais moderno.

As noções de “desenvolvimento”, “modernidade”, “progresso” e “crescimento”, acionadas simultaneamente quase que de forma sinonímica nos anúncios que acompanham a chegada desses empreendimentos colaboram, então, para conferir-lhes uma pretensa qualidade evolutiva – e se a evolução é a ordem que organiza as leis do universo e das espécies que se encontram em nosso planeta, há de se compreender o empréstimo de força que é cedido a esses empreendimentos de certa sensação de inexorabilidade que afeta a todos que estão em seu caminho.

A relação entre distintas sociedades (ou distintos grupos dentro de uma “mesma” sociedade) passa, então, a ser atravessada por uma linha, que é, ao mesmo tempo, uma flecha e uma escada. A “flecha do tempo” (STENGERS, 2015) determina uma hierarquização da ordem de quais dessas sociedades merecem ser coetâneas – e quais outras, ainda que contemporâneas, estariam confinadas ao passado, estando atrás(adas) com relação às demais que seguem imponentes sua marcha rumo ao futuro. A intransigência do passar do tempo dita a ordem na qual quem está à frente sinaliza o futuro de quem está atrás. A escada, como signo da ascensão social, possibilita o trânsito desde abaixo à elevação, numa hierarquização espacial em que cada andar subsequente carrega uma superação com relação ao andar anterior. O nível do chão é escasso pra quem sonha com as alturas. De lá de cima, gritos de motivação apressam os de ritmo lento ou aspiração pouca: é preciso seguir crescendo. No bojo dessa linearidade evolucionista, não cabem titubeações: o sentido é ascendente: para frente e para cima.

Tais noções (desenvolvimento/modernidade/progresso/crescimento) ainda extravasam e sobrepõem, nos seus termos, a definição daquilo que lhe escapa como sendo seus correlatos. O “desenvolvimento”, assim, passa a ditar o conteúdo daquilo que é “não-desenvolvido” ou “subdesenvolvido”, a “modernidade” afirma a existência do “atraso”, o “progresso” do “rudimentar”, a produtividade daquilo que está em “crescimento” explicita o contraste com aquilo que passa a ser taxado como “improdutivo”. Através desse mecanismo é forjada uma construção social que recai sobre o Outro na forma de condenação à invisibilidade, ao silenciamento e/ou à desqualificação, arquitetada sobre uma política que transforma a alteridade em inexistência ou inadequação.

O engate que se segue a essa lógica é que o anúncio do problema se faz imediatamente acompanhado da proposta de sua solução: a realização dos empreendimentos, em si, passa a se dar nos termos da legitimação de que algumas populações/lugares, considerados como “empecilhos”, sejam sacrificados em nome do interesse público⁵, ou ainda - o que chega a ser mais perverso! - que essas mesmas populações/lugares sejam apontados como o argumento justificador desses empreendimentos, pelo que estes, por sua violência colonizadora, costumam

⁵ No Apodi, o decreto que determina a desapropriação de aproximadamente 14.000 hectares de áreas de moradia e de produção de agricultores e agricultoras familiares para cedê-las à realização das obras do perímetro irrigado de Santa Cruz o faz sob a pretensa finalidade de “utilidade pública”.

carregar de uma proposta de inclusão subalternizada do Outro⁶.

Para tanto, quanto menos singularidade e valor puderem ser atribuídos a esse Outro, com maior aceitação (tácita ou implícita) recairão sobre eles os efeitos da violência (material e simbólica) empregada para garantir a realização desses empreendimentos, num mecanismo de “desqualificação epistêmica” realizada contra a alteridade:

“Sob o manto de uma desenfreada modernização que quer se fazer passar simultaneamente por avanço social, proliferam-se e banalizam-se inúmeras formas de violência que acompanham o processo de desenvolvimento, correlatas aos processos característicos da colonização, sobretudo no que tange à subjugação do Outro, a sua desqualificação epistêmica, ao silenciamento, enfim, das formas alternativas de ver, ser, fazer e dizer” (ZHOURI, 2014, p.12) .

No caso do Apodi, essa desqualificação se realiza através da articulação entre muitas escalas, atores e estratégias, manifestando-se numa miríade de expressões que reverberam sobre os agricultores e agricultoras das comunidades rurais.

No contexto internacional, o advento da revolução verde inaugurou uma dinâmica persistente em que o agronegócio se associa intrinsecamente à noção de modernidade – reforçada, no caso brasileiro, pelo mérito atribuído às elites agrárias que, a despeito de terem profundos lastros com as desigualdades históricas no campo e ainda resguardarem práticas coloniais como o trabalho escravo, tem tido sua representação cada vez mais desconectada dessas referências, legitimada à luz de uma estratégia política e econômica que privilegia a produção de commodities para a geração de superávit primário como modelo de desenvolvimento para o país - sobrando para a agricultura familiar as adjetivações de ser “empecilho”, “tradicional” e “atrasada”, restrita, quando muito, à capacidade precária de possibilitar “subsistência”⁷, no lastro do que se justificam os planos de sua substituição pela

⁶ O que nos permite algum exercício de semelhança entre a catequese civilizatória indígena, a promessa de emprego ou do acesso ao consumo por parte de populações e povos tradicionais que se mantinham alheios ou excluídos do sistema e a parceria (subalterna) com o agronegócio sugerida aos agricultores familiares. Trata-se de sugerir aos “de baixo” o favor que é fazê-los com que subam a escada, em consonância com o “interesse geral” de ter a população do mundo alimentada pelo agronegócio ou da sociedade brasileira ser abastecida de energia pelas hidrelétricas da Amazônia que garantem à sobrevivência dos planos de expansão da mineração etc.

⁷ Clastres refuta como não havendo nada de mais falso que a visão que atribui às sociedades primitivas uma economia de subsistência. Analisando os discursos de “vaidade científica” que assim as adjetivam, busca compreendê-los em seus efeitos:

expansão das fronteiras do agronegócio ou de sua integração à lógica mercantil nos moldes de uma “parceria” que pretende transformá-la no “agronegocinho” com vistas a “impulsionar uma classe média no campo”⁸.

No imaginário regional, os nordestinos e nordestinas sendo identificados como a personalização da carência, pobres “zecas tatus” migrando entre o “solo rachado” e a “vegetação morta” do sertão e o destino traçado nas grandes cidades, sempre famintos, sedentos e ignorantes, em nome dos quais se realizam grandes obras de caridade e de assistência.

Na zona urbana do próprio município, as piadas transferem para as comunidades rurais, que estariam vivendo suposta situação de calamidade, a desonra da notícia que popularizava o município de Apodi sobre o consumo de carne de jumento⁹.

Nos mapas apresentados pelo DNOCS sobre a área de execução por onde avançariam as obras do perímetro irrigado de Santa Cruz, onde constavam, na perspectiva do órgão público, os indicativos de comunidades a serem afetadas pelo projeto, algumas comunidades não existiam nos pontos georeferenciados que sua presença ocupa. Outras, mapeadas, não eram consideradas na economia do cálculo do governo sobre a abrangência dos impactos do projeto. No auditório do Instituto

O que é de fato “subsistir”? É viver na fragilidade permanente do equilíbrio entre necessidades alimentares e meios de satisfazê-las. Uma sociedade com economia de subsistência é então a que alimenta seus membros apenas com o estritamente necessário, encontrando-se assim à mercê do menor acidente natural (seca, inundação etc.), já que a diminuição dos recursos se traduziria mecanicamente pela impossibilidade de alimentar todos. Ou, em outros termos, as sociedades arcaicas não vivem, mas sobrevivem, sua existência é um combate interminável contra a fome pois elas são incapazes de produzir excedentes, por carência tecnológica e, além disso, cultural (CLASTRES, 2003, p. 32)

Sahlins (2007) também recusa a taxação da subsistência imposta a essas sociedades para lhes reivindicar, ao revés, como sendo as primeiras sociedades da afluência. Na linha desses autores, nos parece que só quem nunca visitou a casa de um agricultor ou de uma agricultora no sertão e nunca foi convidado à fartura que se oferece à mesa poderia incorrer nessa distorção.

⁸ Conforme planos manifestos da Ministra da Agricultura Kátia Abreu para a agricultura familiar, disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2015/03/katia-abreu-quer-reestruturar-ministerio-e-criar-classe-media-no-campo.html>. Acessado em: 20/06/15.

⁹ Na verdade, um projeto do promotor da cidade de Apodi de que se legalizasse o abate de jumentos soltos nas estradas para que servisse à alimentação, ao ganhar repercussão nacional, virou motivo de comoção na cidade. Tendo ficado hospedada nos meus primeiros dias de campo no hotel onde se realizara um evento público em defesa da proposta, pude constatar que, para alguns presentes, a pretensa situação de “miséria” em que viviam as comunidades rurais é que estaria sendo responsável por esse projeto “infame”.

Federal, em um seminário que discutia as controvérsias sobre o projeto, essas e outras comunidades são publicamente ofendidas como “improdutivas”. Nos jornais e nas rádios, acusam-se a essa gente que “impede o progresso” do município.

1.3 Janelas sobre o invisível

Colacionamos adiante alguns relatos em que os agricultores e agricultoras do Apodi nos falam sobre como veem a invisibilidade que lhes é destinada:

Empecilho

Figura 1 - Arroz vermelho é chamado de “praga”, sua técnica de cultivo de “arcaica” e agricultores do Apodi de “empecilho”



Fonte: Acervo STTR-Apodi (grifos meus)

[...] Com esse jornal aí eu me emocionei e ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, eu me irritei porque eu achei que o homem do campo, o camponês foi discriminado, sabe? Quando eu sei que o homem do campo ele é quem mais produz e produz de qualidade. Porque hoje você vê que o agronegócio está entrando aí... A Chapada de Apodi, o Vale do Apodi, acho que futuramente vai deixar de produzir os produtos que mais a gente produzia antes, entendeu? Eu acho que nós tem falando de Plínio e outros garotos que estão aqui, mas que não vivenciou o tempo que eu vivenciei - que eu sabia que naquela época, eu garoto, não existia esse negócio de dizer assim “hoje vou comer uma comida que tem veneno”. Não! Só era produto orgânico! E é por isso que, hoje, meu pai e eu juntamos cinco variedades de milho e mais dez variedades de feijão que ainda vão fazer três

séculos que essas sementes, elas, são produzidas sem nenhum tipo de agrotóxico, entederam?

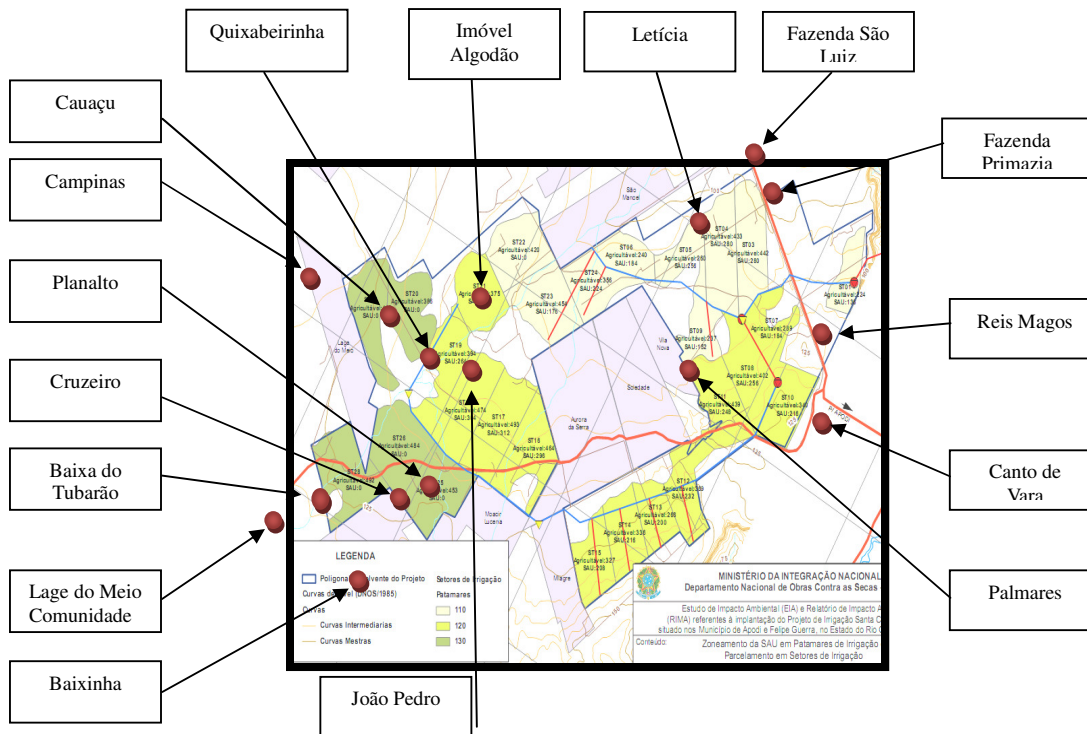
[Golinha, da comunidade de Tabuleiro Grande, durante reunião dos pesquisadores e pesquisadoras populares em 09/05/14]

Aqui não estava no mapa

Assim, uma coisa que eu lembro de início do projeto como a coisa começou a aparecer foi em 2011, numa reunião que eles marcaram no distrito de Soledade e lá apresentaram um projeto, um mapa desse projeto, mostraram as comunidades por onde ia ser, por onde ia passar esse projeto. E, de repente, uma coisa curiosa que ficou pra gente que foi daqui participar é que aqui não estava no mapa. A gente pediu até que fizesse uma reunião aqui. Eles vieram, não teve dificuldade nenhuma, dias depois eles vieram aqui debaixo desse prédio aqui, no alpendre. Eles expuseram o mapa novamente na parede e Palmares não existia. “Não, mas Palmares é uma vila que não existe”, eles disseram. Aí eu questionei o seguinte: “Como é que não existe? Você está na sede da associação, está vendo 32 casas na vila, tudo isso em volta, e não existe?”. “Ah...”, aí deram uma desculpa e tal. Voltaram, dias depois vieram, o mapa já tinha a agrovila, tinha até um pontozinho pra mostrar o poço. Quer dizer, daí começou as contradições deles daí.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Figura 2 – Sobreposição da localização das comunidades ao mapa oficial do perímetro irrigado, onde elas não constavam.



Fonte: (PEREIRA, 2013, p. 96)

O xique-xique seco e um animal já morto

É um momento muito bom, porque nós sabemos que o assentamento e as comunidades de Apodi têm histórias belíssimas, e que fica na região do Nordeste. E quando a gente passa por momento de dificuldade, os jornais e tv só mostram desgraça do Nordeste, em momento algum o canal de TV, o jornal, mostra os momentos de felicidade do nordestino aqui na Chapada. Mas quando é ano de seca bota logo o xique-xique seco e um animal já morto. Então tem que mostrar as potencialidades que nós temos muitas, não é a toa que nossa Chapada ela é rica e tem todos potenciais.

[Kika, da comunidade Laje do Meio, durante reunião dos pesquisadores e pesquisadoras populares em 09/05/14]

Que diz que nós não somos nada

É justamente isso que eu queria falar da gente entender da importância ou não desse momento, das comunidades se inserir no processo e contar sua história. E porque que esse momento tá acontecendo também, né? Porque a gente sabe que houve um passado muito difícil aqui, de dificuldades, mas pela organização dos grupos foram sendo superadas as dificuldades. Hoje, o município de Apodi tem um avanço muito grande, principalmente aqui as comunidades da região, esse exemplo aqui de Queimadas, de Bamburral, que foram através de organização que a gente conseguiu esses avanços. E, às vezes, a gente lamenta muito, dizendo que "não, a gente não conseguiu nada", a gente acaba caindo no discurso falacioso do DNOCS, que diz que nós não somos nada, mas nós somos muito fortes, porque quem não lembra como era difícil viver a períodos secos, de grandes estiagens? Hoje a gente vive muito bem, devido às tecnologias sociais, que é uma potência de armazenamento de água, de convivência com o semiárido. E agora é o momento de juntar esse conhecimento popular nosso, das histórias que a gente conta, com a academia, pra transformar isso em ciência e mostrar a esse pessoal que diz que nós não somos nada, que nós somos atrasados, mostrar que nós não somos atrasados, que nosso saber, que nossa capacidade, faz com que essa comunidade seja rica, seja forte [...] e acho que é um momento muito rico da gente começar a construir junto.

[Agnaldo, durante andança na comunidade de Queimadas em 25/04/14]

Que nossos modos são atrasados, que a gente é seca

E acho que também, além dos filhos da comunidade reconhecer essa história da própria comunidade, é também mostrar pro agronegócio, pra imprensa, pra mídia, que nós, agricultores, também somos capazes de construir uma pesquisa pra firmar toda nossa história, toda nossa cultura agroecológica que vem sendo construída nas comunidades, grupos de mulheres, grupo de jovens. Eu acho que é isso. E da gente também não só apanhar da mídia que nossos modos são atrasados, que a gente é seca, que a gente não tem água, mas o que falta é a distribuição de água, a distribuição de renda e justiça.

[Ana Flávia, da comunidade de Bamburral, durante reunião dos pesquisadores e pesquisadoras populares em 09/05/14]

A história de Moaci é isso, tem a ver com a caatinga

[...] pra mostrar que a caatinga não é só aquela coisa seca, de fome, que mostra que o Nordeste é aquela região que só tem planta seca. Aí como estamos no período do inverno, nós vimos que é lindo, que a caatinga é linda, tem tantas plantas que são lindas e que cada uma tem sua utilidade... Não é aquilo sem vida, sem cultura, que algumas pessoas da comunidade mesmo pensa. E pra diminuir um pouco a xenofobia, porque o pessoal lá do Sul, o pessoal do Sudeste, eles são muito xenofóbicos com o Nordeste, principalmente levando a questão da seca e da vegetação presente na região, que é a caatinga. [...] A história de Moaci é isso, tem a ver com a caatinga, não é uma coisa morta, não é uma coisa sem vida.

[Talita, durante dia de contação de história no assentamento Moaci Lucena]

Esquecida

- Enquanto o governo investe milhões, milhões no agronegócio, a agricultura familiar, que é uma potencialidade na nossa região, é esquecida. E nós que vivemos brigando, nós sindicalistas, nós assentados, nós associados, nós que vive do movimento dos camponeses e camponesas fazemos essa diferença no nosso município, né. E que se nós fortalecesse mais esse laço, a gente poderia até tarder mais essa vinda do perímetro irrigado. Como você disse, nós tivemos sorte. Nós tivemos sorte que pegou comunidade fulano, comunidade sicrano, menos a Nova Descoberta. Mas nós vamos ficar ilhado. É a mesma coisa de que... De a gente tá sendo prejudicado, quer queira, quer não por que eles vão amarrar a gente. A gente vai ficar de braço e pé, braços e pé atados...

- Sujeito a eles...

- Vamos ser sujeito a eles. Infelizmente.

[Maninho, Zé Inácio e Tanticó, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

A realidade é a terra

Eu acho que deve ser muito importante pros agricultores de lá (do Ceará) saber, porque eles tinham a terra, certamente eles não tinham conhecimento o quanto era valorizado a terra, o quanto uma terra sobrevive e dá a sobrevivência para os agricultores. Como agora eles perderam, eles tão vendo a riqueza que eles tinham nas mãos e não souberam cuidar - ou porque não souberam ou porque nesse meio existe muita gente com conhecimento mesmo que chega bravo e começa a conversar com o agricultor, pega as experiências e pega às vezes uma informação que leva, chega contando ao agricultor e ele acredita e vai no sonho de que vai melhorar. Só que, quando ele chega lá, o sonho não é verdade, é apenas um sonho. Aí quando ele busca a verdade, a realidade é a terra, por isso eu estou lutando e está acontecendo com muitos agricultores aqui no Rio Grande do Norte e na Chapada do Apodi, em quase todos os cantos, em qualquer canto. Porque o agronegócio ele chega, ele chega com conversa bonita, ele divide a comunidade, ele bota pra abrir as mangas mesmo, ele não quer ouvir o trabalhador em nenhum momento, nenhum segundo. Quando a gente fala, somos inútil pra eles, somos mentirosos, então não tem como reagir, não tem como sobreviver diante deles.

[Rita, da comunidade de Palmares, durante reunião dos pesquisadores e pesquisadoras populares em 09/05/14]

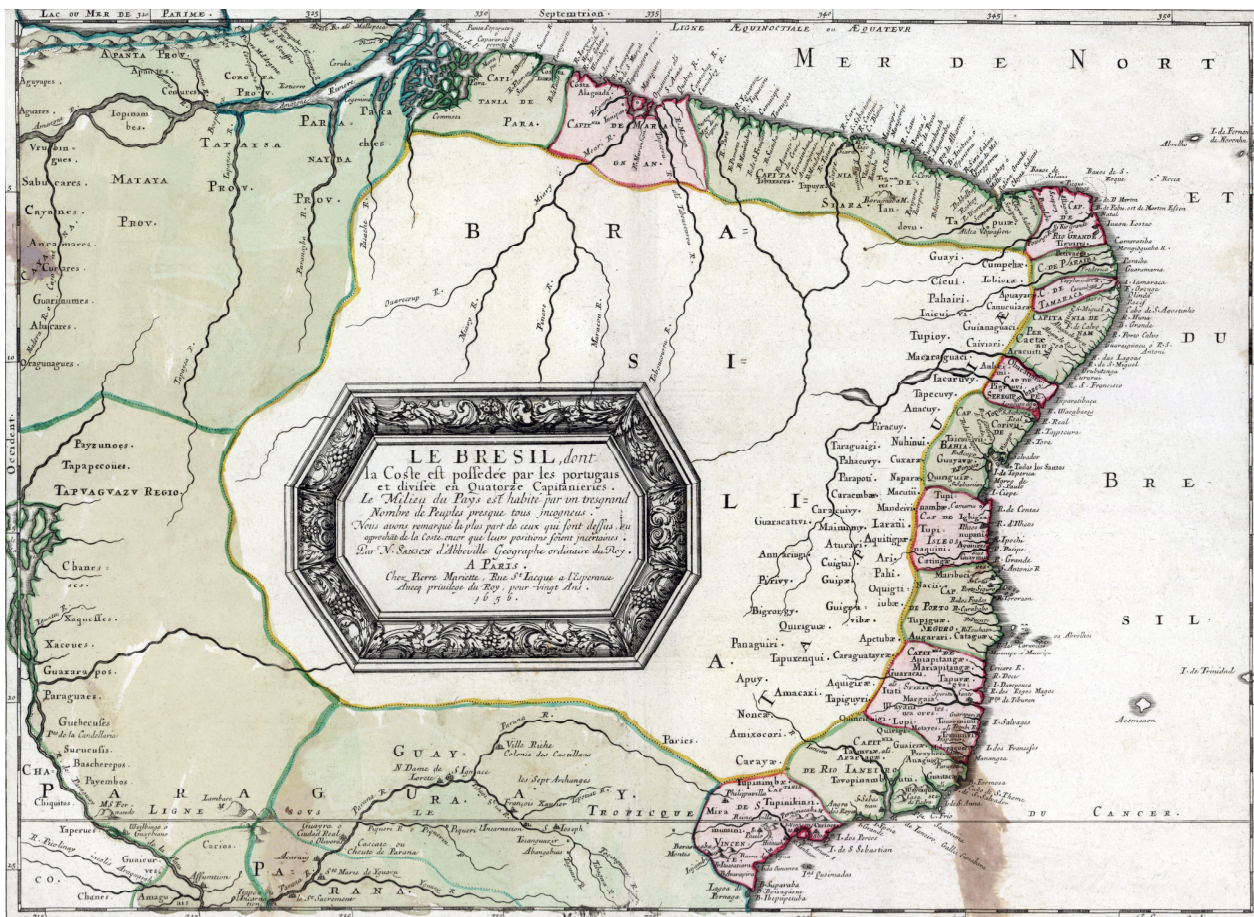
Ali existe

[...] Eu acho primeiro importante não só pra comunidade, mas também a questão dos jovens pra saber a importância, pra eles também dar a importância necessária que existe, como foi fundado aquela associação naquela comunidade. Mas também para os governantes e para a sociedade, porque, como foi dito, tem muitas pessoas que não vê a produção, não sabe o que tem ali ou sabe e faz de conta que não tem. É importante porque a gente vai passar, vai mostrar os vídeos e muitas coisas assim, que você vai entender que realmente que ali existe, pra que no futuro outros agricultores e agricultoras não serem chamados de mentirosos. Na hora que acontecer isso, nós ter aquele papel, nós ter aquele material pra mostrar, dizer: “Olha isso aqui foi de verdade, foi as comunidades, foi os jovens, foi os idosos, foi o grupo de mulheres que construíram isso aqui”. Então, vai ter o retrato e o retrato vai ter a cara da comunidade, dos agricultores. [Ivone, da comunidade de Sítio do Góis, durante reunião dos pesquisadores e pesquisadoras populares em 09/05/14]

É preciso, portanto, atravessar a construção social dos “espaços vazios” (ALMEIDA, 1993; MALERBA, 2015), denunciar os preconceitos e interesses que fomentam a realização e repercussão dos repertórios e retratos que sustentam sua (in)existência, para que possamos, então, atravessar a construção social dos espaços de (r)existência e não incorrer no erro que os agricultores e agricultoras de Apodi denunciam ser recorrente: o de quem *olha e não vê*¹⁰.

¹⁰ Interessante explorar os possíveis sentidos pra essa distinção que os agricultores no Apodi estabelecem entre *olhar* e *ver*, percebida por Maia (2015) no contexto em que algumas comunidades rurais receberam a visita do juiz responsável pelo julgamento da ação civil pública sobre denúncia da inconstitucionalidade das obras do perímetro, com fins de vistoria dos argumentos alegados pelas partes. O juiz, segundo constatou um dos agricultores visitados, era mais um dos que *olham, mas não veem*. Para tais ações o dicionário da língua portuguesa não aparenta distinção. Roland Barthes (1984), entretanto, estudioso da linguagem humana, realiza um paralelo no que diz respeito à oposição entre “ouvir” e “escutar” que nos parece inspiradora para essa outra de que tratamos: “Ouvir é fisiológico; escutar é um ato psicológico. Pode-se descrever as condições físicas da audição (seus mecanismos), recorrendo-se à acústica e à fisiologia da audição; a escuta, porém, só se pode definir por seu objeto, ou, se preferirmos, sua intenção”. “Escutar”, então, bem como *ver*, implicariam um ato de intencionalidade, da existência de desejo para realizar o esforço que se implica nesse ato (e de abertura suficiente para acolher o que está sendo falado ou exibido, pois, como diria o dramaturgo Artaud (2004), o sujeito escuta “quando possui ouvido suficientemente aberto para perceber o avanço da pororoca”). Mais do que sentir o som ou perceber as imagens – algo próprio do que seria a capacidade física de quem pode “ouvir” e *olhar* – esses outros verbos “escutar” e *ver* implicam uma possibilidade não muito óbvia de quem pode perceber com intenção (e intensidade, somaríamos).

Figura 3 - O vazio desses sertões



Fonte: Mapa de 1656, elaborado por Nicolas Sanson d'Abbeville (1600-1667), geógrafo do Rei da França¹¹

Ao invés, dar matéria ao neologismo proposto pelo poeta Décio Pignatária: “ouvir”: ouvir-ver-viver. Olhar, ver, ouvir, escutar, tocar e sermos tocados, viver, estranhar, compreender, valorizar, para então dizer o que viu, pensar, falar e escrever sobre, compartilhar o desejo de que siga existindo e passível de ser visto.

1.4 Sobre resistências e existências que se afirmam: (r)existências

Existirmos, a que será que se destina?
(Caetano Veloso)

No seio das ambivalências a que não nos cabe o privilégio de nos desvincular, um dos efeitos desse mecanismo de “desqualificação epistêmica” é a

¹¹ Disponível em <http://www.historia-brasil.com/mapas/nicolas-sanson.html>. Acessado em: 23/11/15.

emergência dos “atingidos” como enunciação que, ao mesmo tempo em que, politicamente, denuncia a realização dos impactos dos empreendimentos sobre certos grupos populacionais – e é simultaneamente disputada pelos empreendedores para materializar estratégias de contenção da crítica social – é também, por outro lado, exemplo emblemático da transferência do centro de onde emanavam as definições do Outro por suas próprias existências plurais, ancoradas em processos identitários de alta especificidade nas relações culturais estabelecidas nos territórios, para localizar-se então auto-referenciada no empreendimento que lhes exteriorizam.

Muita gente aqui na comunidade reclamava d'eu ser contra esse projeto, mas eu digo assim: Não sou eu que sou contra esse projeto, ele é que é contra mim. Agora, eu pergunto: Como é que eu posso defender um projeto que vem pra me destruir?

[Neto, durante andança na Agrovila Palmares]

O Outro passa a ser o que dele é feito pelo empreendimento, “atingido”, definido por aquilo que lhe aniquila.

A violência física também corresponde à violência simbólica, na transformação do outro em mera categoria administrativa, como *atingido*, reduzindo o conflito à abordagem de um economicismo vulgar, cujas feições são predominantemente quantificáveis e passíveis de contabilização, conflito sobre o qual se pode colocar um preço – por sinal, pífio – à parte em desvantagem e, assim, supostamente contê-lo, a despeito de direitos individuais e coletivos inalienáveis e prescritos constitucionalmente (ZHOURI, 2014, p.12).

No rastro de conferir potência analítica a esse conceito (de “atingidos”) que vem sendo acionado ao longo das últimas décadas no repertório político de populações e movimentos sociais, muitas pesquisas tem se debruçado a contribuir para o desocultamento de uma espécie de sistemática da dominação produzida pelos *grandes* “projetos de desenvolvimento”.

Assim, a chegada do agronegócio, da mineração, da construção de hidrelétricas, termoelétricas ou torres eólicas é observada e sistematizada através de pesquisas que buscam lhes historicizar no contexto da agenda desenvolvimentista nacional e da geopolítica internacional, lhes descrever nos meandros de seus processos produtivos, suas dinâmicas de distribuição e de comercialização, destacando, com especial ênfase, os impactos socioambientais

decorrentes desses projetos, atravessados por temporalidades que os situem não apenas ao longo de sua realização, mas antes mesmo de se materializarem sobre os territórios, pelo que só o anúncio desses empreendimentos e as condições de incerteza que se seguem já desdobram efeitos sobre a vida das pessoas, repercutindo mesmo após o término de suas atividades, através das “heranças malditas” (RIGOTTO, 2011) que se prolongam nos territórios na forma de poluição e contaminação ambiental, desestruturação dos modos de vida etc. Nesses meandros, nos são apresentados os atores envolvidos nos conflitos ambientais instaurados, seus interesses e *modus operandi*.

Esse direcionamento - de mirar os *grandes* empreendimentos no contexto dos conflitos ambientais, interrogando-os em suas estratégias e seus efeitos – tem sido valorizado pelo que possibilita a “produção de evidências científicas que reafirmaram e validaram os problemas percebidos pelas comunidades e denunciados pelos movimentos sociais”, pela “construção de uma consciência pública sobre os problemas vivenciados na região e no fortalecimento das lutas”, pela “agregação do capital simbólico da universidade” e ampliação da capacidade argumentativa para a construção de uma contra-narrativa à dominação, entre outros efeitos atribuídos (RIGOTTO; ROCHA, 2014, p. 22-24).

Além do que, em seu cerne, tais estudos reverberam contra uma outra produção perversa de invisibilidades, que atua ocultando ou subestimando as negatividades dos empreendimentos – distribuídas sobre a lógica da injustiça ambiental – e na mistificação que transveste seus supostos benefícios. Explicitando, assim, os impactos produzidos sobre o ambiente, a saúde e o trabalho, destrinchando a lógica da desigualdade com que operam e reforçam, esses estudos contribuem para deslocar (em alguns graus) a desigual correlação de forças que determina as escolhas políticas que orientam a expansão desses *grandes* empreendimentos.

No caso específico da presente investigação, a relevância embutida nas práticas de conhecimento que se dedicam ao estudo dessa sistemática de dominação será especialmente importante para propor uma leitura desveladora da política de expansão dos perímetros irrigados no Nordeste (a ser apresentada como **segunda introdução** a esse trabalho), bem como para contextualizar no **capítulo 2** a dinâmica de aprendizagem estabelecida entre os agricultores do Rio Grande do

Norte e os do Ceará, através dos intercâmbios e articulações por eles realizados – quando se estabeleceram pontes entre os saberes das pessoas e a antecipação de uma realidade até então inédita para grande parte dos agricultores da porção potiguar da Chapada, permitindo-lhes, através dos relatos em que os agricultores cearenses explicitavam as transformações vividas nas comunidades desde a chegada dos perímetros irrigados e do agronegócio na região, visualizar o futuro que lhes destinava a construção do perímetro irrigado de Santa Cruz no município de Apodi (RN).

Entretanto, sem duvidar da potência dos estudos que privilegiam essa abordagem sobre a sistemática da dominação, a proposta que tentaremos explorar ao longo da presente pesquisa busca reconhecer um de seus limites e evitá-lo.

Pois que – no contexto de uma sociedade extremamente desigual, que opera sobre a lógica do omelete, justificando os ovos que “precisam” ser quebrados no processo (PIGNARRE; STENGERS, 2011) - apelar para que seja dedicada solidariedade e compaixão aos “atingidos” que estão a perder suas terras e, com elas, a possibilidade de seguirem realizando suas formas de vida, não é suficiente; denunciar a multiplicação de impactos, enquanto eles seguem sendo destinados de forma desigual a grupos específicos dentro da sociedade, não reverte o pragmatismo seletivo que celebra esses empreendimentos pelas benesses prometidas em nome de todos ou da maioria¹²; explicitar as alianças, denunciar a força com que esse sistema opera às vezes é também reforçá-lo, contribuindo para uma crítica desencantada do mundo (BOURDIEU, 1979), carregada de uma força paralisante ou, pelo menos, limitadora (PIGNARRE; STENGERS, 2011).

Pois, diante de uma realidade tão elaborada desde a perspectiva da dominação, o futuro parece estar condenado mais a multiplicar a denúncia - incorporando outras de suas dinâmicas ou outros territórios que se veem ameaçados pelo seu fluxo - do que a partilhar alguma perspectiva de anúncio. Nos sentimos naturalmente impelidos à urgência de respondermos reativamente, ao passo em que nossa capacidade de formulação criativa – de atribuir conteúdo e significado ao que mobiliza a que se lhes façam resistências, novos paradigmas e alternativas encerrados nos suspiros propositivos - vai sendo abandonada pelo que

¹² “Se o capitalismo tivesse que ser posto em perigo pela denúncia, ele já teria morrido há muito tempo” (PIGNARRE; STENGERS, 2011, p.20)

se mostra quase que descontextualizada, utópica ou ingênua, a depender da boa-vontade de quem a julga.

Além de conhecer a dominação, portanto, nos pareceu importante também (re)conhecer que a dominação precisa necessariamente ser compreendida enquanto um processo, uma tentativa, um “movimento no sentido de”, e não um efeito totalmente realizado, apesar de que ela produza, efetivamente, efeitos. Pois falar de homens e mulheres “dominados” - restritos à sua condição de “atingidos” - seria ignorar os mecanismos de proteção e as estratégias de resistência por eles acionados, individual ou coletivamente, na história do conflito.

Tão importante quanto seria, ainda, extrair uma outra consequência dessa atitude de recusar ao projeto ser o centro ao redor do qual o Outro é redefinido: pois que a concepção de resistência não poderia estar restrita às ações e eventos que buscam diretamente enfrentar o projeto do perímetro irrigado de Santa Cruz, por exemplo, àquelas que se manifestam já explicitamente assim nomeadas: o *entupimento*¹³, as *picadas*¹⁴, a ocupação de estradas e terras, marchas e manifestações pelas ruas da cidade, cartas dirigidas à presidência, judicialização, campanhas de comunicação... Ainda que sejam todas elas incrivelmente relevantes e reveladoras.

Era preciso buscar, antes, conhecer o que fosse uma resistência primeira, menos como esses agricultores e agricultoras estivessem sendo atravessados pelo perímetro e mais como o perímetro estivesse sendo atravessado por linhas outras, que desfizessem a atividade de dominação que o perímetro buscava encerrar¹⁵. Assim é que tentaremos estar atentos não apenas para apontar as estratégias de resistência, mas os sentidos e configurações daquelas que apontam o que há de

¹³ O ato de *entupir* é descrito pelos agricultores como uma manifestação de desobediência e obstaculização ao avanço das obras: ao que, de dia, as máquinas derrubavam a mata nativa e criavam, assim, estradas por onde avançariam as obras de construção dos canais de irrigação, à noite os agricultores se reuniam e *entupiam* os novos caminhos com os arbustos e árvores demolidos que tinham sido deixados à margem.

¹⁴ Localização e derrubada dos marcos colocados pelo DNOCS para localizar os referenciais geográficos da obra.

¹⁵ Posteriormente, o não-privilegio dado à dominação foi reafirmado em nossas aproximações. Não somente pela mudança de rumo que me motivava, mas porque, na medida em que eles mesmos já haviam estabelecido várias pontes de conhecimento sobre a lógica dos perímetros irrigados, realizado intercâmbios em comunidades atingidas, estudado os documentos oficiais, dialogado com membros do DNOCS e defensores do projeto no cenário político local e nacional, bem como com alguns pesquisadores, não se fazia necessário que nosso encontro fosse orientado para um objetivo que eles já haviam cumprido a sua maneira, qual fosse o de desvelar o projeto de Santa Cruz em si.

Outro nas existências que no Apodi se realizam: (r)existências anti-sistêmicas¹⁶.

Ademais, seguir obstinado numa perspectiva que enxergasse os conflitos chapados como uma linha vertical impondo a dominação de cima pra baixo é um desperdício diante da oportunidade de enxergar a dança que se movimenta, com forças de cima pra baixo, de baixo pra cima, de um lado ao outro e atravessamentos.

A despeito da violência empregada, a dominação, em última instância, não se realiza. Há sempre outras forças que impedem uma determinação totalizante sobre os territórios. Se libertarmos o olhar, veremos que há outros protagonismos em curso para além dos *grandes* atores, existências marginalizadas que carregam potências e vitalidades, que resistem além e apesar dos dominantes, não se deixando dominar¹⁷.

É preciso, portanto, nos reposicionarmos diante desses atores, para que possamos enxergá-los na vitalidade do que foram e seguem sendo além de serem “atingidos”, sujeitos políticos dotados de saberes e fazeres, valores e práticas que compõem o conteúdo das resistências que deferem sobre aquilo que busca lhes atingir.

Precisamos fazê-lo em respeito a eles, obviamente, pelo que isso pactua uma equivalência de sentido e importância com relação às outras existências que vai na contramão de justificar o sacrifício de uma em nome dos imperativos da outra. Mas também porque a existência que compartilhamos – e aí me refiro a mim e a você, autora e leitor(a) dessas páginas, bem como a 84% da população brasileira e 54% da população mundial que já nascemos nos berços asfaltados da cidade, alimentados pelas gôndolas do supermercado e hidratados pela água vendida emplastificada e distribuída pelo fluxo das torneiras que nosso salário mensal permita pagar –, essa sim, apresenta argumentos cada vez mais explícitos da inviabilidade de sua continuação tal qual se realiza.

Chegando à equivalência no sentido da importância, então, dessas

¹⁶ Apesar de ser um dos cerne do trabalho, não foi possível tempo de reflexão teórica suficiente que desse conta de resgatar e situar a trajetória a respeito do imbricamento dessas duas dimensões na literatura, de uma resistência que se faz também sobre a criatividade de modos de vida e suas diferenças.

¹⁷ Importante ressaltar que a descoberta se dá em que a vitalidade e a resistência existem em coexistência com a dominação, esta última compreendida como atividade e não como resultado, no sentido que não nego a existência da dominação, sua força, estratégias e produção de efeitos, mas questiono, a respeito de sua realização, as noções de inevitabilidade e totalização que a ela costumam ser associadas.

existências outras, poderemos dar um passo além: reconhecer-lhes alguma superioridade no sentido de valorizar as informações¹⁸ que elas guardam, pelo que podem ser úteis, inéditas ou inspiradoras à nossa própria sobrevivência. Não para que, com isso em vista, se atualize uma nova dinâmica utilitarista de colonização - como é o caso das recentes investidas no que diz respeito aos pagamentos por serviços ambientais e à arquitetura da economia verde - mas para que essas existências outras sejam reconhecidas em sua relevância comum.

Trata-se de dizer “temos algo a aprender com eles”, naquilo que essas práticas possam nos fornecer pistas sobre como reinventarmos o nosso próprio mundo, e “temos algo a confiar a eles”, na medida em que cada existência ultrapassa, nos seus efeitos, a abrangência de sua “tribo” específica, e, nesse caso, estamos a falar dos recursos comuns de que compartilhamos a usufruição e dos quais essas populações são guardiãs (LEROY, 2015).

Não se trata, portanto, de invocar que sejamos todos como eles, de desurbanização, decrescimento ou desaceleração como palavras de ordem, mas de compreender o perigo de proclamar o desejo alheio de que sejam eles todos como nós. Para que possamos nos repactuar com a existência deles e com as nossas, fazendo, portanto, com que o imperativo do não-sacrifício seja uma bandeira que compartilhemos não apenas em solidariedade ao Outro, mas também tendo em conta nossos próprios interesses.

Do ponto de vista epistemológico, nos parece importante frisar: não advogamos a insuficiência de uma perspectiva para propor sua substituição por outra, pelo simples fato de que nenhuma talvez seja capaz de superá-la. Uma saída que nos pareceu mais esperta foi a de realizar combinações: ao invés de sugerir “larguemos daqui e sigamos pra lá, deixemos de privilegiar a dominação e passemos às resistências” (ou ao revés), nossa proposta é a de que tentemos combinações entre uma coisa e outra.

Assim, talvez o que sustenta e o que fragiliza esse trabalho é que ele se esforça por não realizar recortes, mas transitar por onde seja possível, costurando os lugares em que coabitam esforços de dominação e de (r)existência, ora se

¹⁸ Falamos de informações em seu sentido amplo, aí contemplando a sociobiodiversidade que abrigam em seus territórios, as práticas de manejo e outras formas de gestão (do solo, das águas, das sementes, da floresta, da caatinga etc.) coletivamente apreendidas ao longo das gerações, os saberes e valores que informam essas práticas sociais etc.

restringindo a visões panorâmicas, ora mergulhando e submergido, ora indicando robustas análises ora cochichando uma ideia ao pé do ouvido, ora palavras, ora imagens, ora sons, ora hermetismo acadêmico, ora liberdade poética. De tudo um pouco, sempre em doses pequenas, porque é assim que me ensinaram deve ser feito o cultivo nas roças por onde passei.

E, com um pouco de generosidade (*da invernada, dos governantes*) (de nossos leitores), a fartura chegará às mesas.

1.5 A potência de uma recusa possível

(...) alguma coisa existe na ausência.
(Clastres, em *Sociedade contra o Estado*)

Já tratamos sobre como o quarteto - desenvolvimento, progresso, modernidade e crescimento - dotado de um caráter evolutivo iminente, uma flecha do tempo que atravessará todas as sociedades, elevando-as através de uma escada imaginária ou ferindo-as de corte mortal, aniquilando-as do espectro no caso de serem inconvenientes, se realiza através da combinação entre uma ampla gama de violências (materiais e simbólicas), bem como é facilitado pelo efeito de sua retórica ecoar sobre as mentalidades resultando em alta capacidade de aderência.

Quem não quer ser desenvolvido? “A questão é como”, dirão muitos, a fomentar correntes de pensamento e ação política - tanto no campo da direita, quanto no da esquerda - que se projetam no sentido de reivindicá-lo sob uma reformulação de seus parâmetros de funcionamento. Segundo essa lógica, seria preciso (e possível, então) reabilitar a noção de desenvolvimento, aportando nela conteúdos de ordem distributiva, a fim de reparar a desigualdade social nascida do próprio desenvolvimento, dignificando-o, regulando-o sob os marcos dos direitos humanos ou outros que sigam nesse sentido, humanizando-o, em suma.

No caso específico da expansão dos perímetros irrigados no Nordeste, essa perspectiva se materializa, por exemplo, na agenda do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) que reivindica sejam assentadas famílias sem terra nos projetos de irrigação. Em seu VI Congresso Nacional, o movimento se dirige à presidência da república através de uma carta pública em que se lê:

O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias Sem Terras nos projetos de irrigação do nordeste brasileiro. Sabemos que além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e a infraestrutura necessária para assentamentos. Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias de camponeses nesses lotes. Mas, até agora, nada foi feito (MST, 2014).

“O perímetro irrigado é uma tecnologia e infraestrutura de distribuição de água que deve ser destinado à agricultura familiar e não ao agronegócio”, dizem as lideranças do movimento nos espaços públicos em que suas reivindicações são publicizadas. As violações de direitos denunciadas informam uma crítica ao que seriam desvirtuamentos em razão de sua forma de gestão e os objetivos que orientam sua realização.

Enquanto essa perspectiva inspira aquilo que, no bojo desse movimento, se anuncia hoje como uma atualização da luta pela reforma agrária na região, uma “reforma agrária irrigada”, outras vozes minoritárias são categóricas ao dizerem “não”. É o caso de Edilson, presidente do STTR de Apodi, que recusa o perímetro irrigado de forma inequívoca:

*Esse modelo do DNOCS não serve pra nós, não interessa pra gente não. Deus me livre de eu querer um perímetro irrigado pra morrer endividado e meus filhos morrendo envenenados. **A gente não existe nesse modelo! Perímetro irrigado não tem remedo!** Qual é a nossa luta, qual é nosso modelo? Quem conheceu Tabuleiro de Russas antes de ser destruído, quem conheceu o Apodi hoje, sabe que **a gente já tem um modelo, um modelo nosso!***

[Edilson, presidente do STTR de Apodi, durante reunião entre movimentos sociais do CE e do RN para construção da carta política do dossiê, ocorrida em 17/03/14]

Esse modelo não serve, não interessa, não tem remedo. A gente não existe nesse modelo. Foi o que disse Edilson, ali e muitas vezes depois, na mesma convicção com que outros agricultores e agricultoras de Apodi depois me repetiram em frases equivalentes. Nem mesmo a repetição diminuía, entretanto, o estranhamento do quão é improvável de que haja um agricultor no semiárido a recusar um projeto que promete ampliar o acesso e distribuição de águas na região, quanto mais que haja vários a compartilhar convicção semelhante, e que a crítica minoritária que carregam seja tão consolidada entre os seus. Pela mesma razão de ser improvável é que se faz emblemática a realização dessa possibilidade de

recusa.

Por que esses agricultores do Apodi dizem não ao perímetro irrigado de Santa Cruz?

Uma primeira resposta é encontrada nas folhas dos jornais: é porque eles têm “medo de ser feliz”:

Figura 4 - “Medo de ser feliz. Atraso. FETARN e grupo de entidades ligadas ao campo ignoram benefícios da irrigação para a agricultura do semi-árido e querem impedir implantação de perímetro irrigado na Chapada do Apodi”

ECONOMIA Carlos Prado | economia@novojornal.jor.br | 84 3201.2443 / 3221

8 / NOVO JORNAL / NATAL, TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2011

INDICADORES	DÓLAR	EURO	IBOVESPA	TAXA SELIC	IPCA (BDE)
COMERCIAL	1.610		-8,08%	12,50%	0,16%
TURISMO	1.660	2,306	48.668,29		
PARALELO	1.700				

MEDO DE SER FELIZ

/ ATRASO / FETARN E GRUPO DE ENTIDADES LIGADAS AO CAMPO IGNORAM BENEFÍCIOS DA IRRIGAÇÃO PARA A AGRICULTURA DO SEMI-ÁRIDO E QUEREM IMPEDIR IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETRO IRRIGADO NA CHAPADA DO APODI

CARLOS PRADO
EDITOR DE ECONOMIA

NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA, em Natal, uma nova reunião entre diretores e técnicos do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e lideranças rurais ligadas aos agricultores familiares dos municípios de Apodi e Felipe Guerra vai tentar fazer fluir o projeto de criação de um distrito de irrigação baseado na utilização das águas da barragem de Santa Cruz.

O projeto, incluído no PAC do governo federal, já teve as obras li-

barata em uma promessa que na verdade são nada desumanas com veneno’.

Num trecho de este panfleto, os dirigentes das organizações falam em nome dos agricultores afirmando precisamos de perímetro para agricultura familiar. O manifesto diz que é executado pelo Dnocs, nenhum trecho liga o órgão federal, nem cita a te Dilma Rousseff ou o PT. Assinam o manifesto

REPRODUÇÃO

MANZO RAMOS / AQUIVO RJ

Projeto vai aproveitar águas da barragem de Santa Cruz

Elias Fernandes, diretor-geral do Dnocs

Fonte: Acervo STTR-Apodi (grifos meus)

Essa abordagem, obviamente, não nos vale, por informar mais sobre quem a argumenta do que sobre os quais se pretendia analisar. Nos restando, portanto, pensar outra solução que busque empreender o sentido dessa recusa – que é ao perímetro irrigado, mas que pode facilmente ser estendida às promessas de inclusão a esse modelo de desenvolvimento.

E se pudéssemos, no campo analítico, levar a sério essa recusa e dela tirar consequências? Arguir o conteúdo do que dá lastro a essa negativa, bem como

extrair também aquilo que reivindica presença na aparente ausência? A exemplo do que Sahlins (2007) fez com as sociedades coletoras (na perspectiva de resgatá-las do espectro da fome a que tinham sido lançadas e afirmá-las como a primeira sociedade da afluência) e Clastres (2003) com as sociedades indígenas (na perspectiva de questionar o julgamento dos que a consideravam incapazes de desenvolver a forma-Estado de organização social para afirmar as estratégias que essas sociedades arditosamente manejavam para evitar a emergência dessa forma-Estado), poderíamos prolongar essas experimentações de formas de pensar (com) o Outro que não estejam pré-marcadas pelos estereótipos e desqualificações que lhes são usualmente impostas?

Poderemos assim, talvez, nos aproximar sobre o que sejam os perímetros irrigados para os agricultores no Apodi e qual o conteúdo da recusa que eles lhes destinam: a volta do *Cativeiro*, a chegada do agronegócio e de seu modelo de produção, uma certa forma de acesso e distribuição de água, as transformações do lugar e os imperativos de mudança – aí percebendo uma capilarização dos efeitos dessa recusa sobre uma série de fugas que os agricultores e agricultoras no Apodi pretendem empreender às dominações política, econômica, técnica e epistemológica que o perímetro irrigado de Santa Cruz lhes representa.

Aprenderemos, assim, que a recusa ao perímetro é uma recusa não apenas dos impactos que lhes acompanha – o que já não seria pouca coisa, quando se compreende como a categoria nativa tem uma dimensão ampla dos efeitos negativos dessa obra sobre todas as dimensões da vida -, mas também às premissas que ele carrega e executa no que diz respeito a sentidos, valores e práticas que dão conteúdo a uma certa forma de realizar a irrigação e a produção, de pensar a gestão das águas e da terra, de uma leitura de mundo, enfim, não compartilhada, a que a recusa manifesta a não-adesão.

O “não” que ora reverbera no Apodi tampouco é inédito, descobriremos, posto que dialoga intimamente com outras recusas históricas, também importante de serem articuladas – pelo que já se ousou dizer algumas outras vezes “não” ao Estado, aos coronéis, ao agronegócio, às regras da vigilância sanitária, às sementes transgênicas, entre tantos marcos que se combinam para qualificar pela experiência a crítica aos projetos que vêm dos *grandes* e que *não servem* para os *pequenos*. Parte dessas memórias será sistematizada na recomposição de uma narrativa sobre

os tempos do Cativo no **capítulo 3**.

Aprendemos, ainda, que quando se diz “não”, abre-se uma margem por onde vazam outras afirmações propositivas que estavam violentamente reprimidas. Porque há presença na aparente ausência, como alerta Clastres (2003). Nesse sentido, contrário àquele tipo de repertório construtor de invisibilidades e vazios, tentaremos indicar alguns exemplos do que se afirma através da recusa ao perímetro irrigado de Santa Cruz e à expansão do agronegócio no Apodi.

Nossa confiança é de que, quando, por desconfiança, se recusa a dominação política do cativo e a força-Estado que lhe é associada, outras formas de organização das relações sociais são formuladas; quando se recusa a dominação econômica lida pela monocultura, outras formas de organização da produção e da construção de necessidades (e satisfação) são indicadas; quando se recusa específica técnica de armazenamento e distribuição da água impressa nos perímetros irrigados, outros saberes e fazeres são valorizados, quando se recusam certas dinâmicas que se pretendem sobre o lugar e sobre o tempo, outras se realizam.

Um esforço de reconstituição sobre os movimentos que possibilitaram começar aquilo que eles nomeiam como *um novo sistema* – em que desfrutavam de uma provisória liberdade, que me era apresentada nos termos da riqueza do que ali se conquistara, do que se produzia e se colhia, nos termos materiais e imateriais da reprodução social da vida – bem como uma série de retratos produzidos pelos próprios agricultores e agricultoras do Apodi, bem como por seus filhos, que se posicionam no sentido de fazer-ver o que existe no Apodi serão apresentados ao longo do **capítulo 4**.

Se mais à frente utilizamos o termo “desvelar” para anunciar o que pretendíamos com relação a desmistificar os sentidos da expansão dos perímetros irrigados no Nordeste na continuidade daquilo a que chamávamos de estudos sobre a sistemática da dominação, aqui seremos bem mais modestos: buscaremos apenas caracterizar o que temos a apresentar como (r)existências anti-sistêmicas, aportando alguns elementos que as compõem, sem, entretanto, pretender uma sistematização totalizante ou uma definição,

Por fim, se o “não” dito no Apodi diz tanto sobre passado e presente, verdade também é que ele traz mais informes sobre o futuro do que imaginaríamos, pois que

tal recusa não pretende fingir um simulacro de boa-vida ou desejo de inércia... Os agricultores no Apodi, mais do que ninguém, sabem que seu passado não foi forjado sobre o idílico, que muitos desafios perduram mesmo com tanta conquista alcançada e que o futuro é feito de sonhos. A recusa ao perímetro e à trajetória de futuro nele implicada atualiza os desejos e demandas sobre projetos outros que fazem parte daquilo que se organiza como necessário para que o *Outro modelo* possa ser fortalecido.

Em última instância, a ênfase dessa recusa é capaz de deslocar o eixo e reposicionar o movimento de liberdade de que são herdeiros os moradores de Apodi: não se trata de discutir a solução dada ao problema, de disputá-la em outros manejos de apropriação da técnica que em alguma mediação a aproximasse de certos interesses, mas de reivindicar – antes mesmo – a formulação do problema em outros termos. Ali, especificamente, não havia a necessidade de ampliar o acesso de água para “concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda”, como dita a lei da nova política de irrigação – porque simplesmente sequer havia o agronegócio¹⁹ e nem interesse de havê-lo e tampouco porque se precisasse de emprego e renda. *O que faltava*, na concepção dos agricultores e agricultoras do Apodi, era algo totalmente diferente da falta que lhes impuseram, da carência que lhes inventaram.

1.6 Riscos e vigilâncias

É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
(Gil e Caetano)

É com muita atenção que se faz a caminhada. A principal delas, talvez, é de que a tensão não se sobreponha à leveza diante do risco anunciado de que estejamos lidando com experiências agonizantes de uma sociedade que se sente ameaçada não só pela quantidade de terras e águas que lhes possam ser subtraída ou pela inauguração de uma dinâmica de contaminação que lhes afetem a saúde de seus corpos e outra ordem de impactos que lhes atinjam em todas as dimensões da vida, mas também pela probabilidade de se ameaçar com a morte todo um modo de

¹⁹ Ressalvando-se a firma do “japonês”, como veremos no capítulo 2.

existir coletivamente construído, pela constatação – deles e minha – de que não existe coexistência possível entre esses dois mundos, mas colisão, em que um deles vem com violência e velocidade capaz de suplantar a existência do Outro.

Algo se perde. E, sobre o que se perde, os agricultores e agricultoras do Apodi pedem registro. Se os seis meses de vivência de campo me afetaram a ponto de ser praticamente impossível evitar incorrer naquilo que Sahlins (2007) chama de “pessimismo sentimental”, especialmente quando transpareço mais do que seria necessário as dores dos relatos que me disseram e das visões mais recentes sobre o avanço das obras do perímetro e das empresas do agronegócio chegando na região, talvez o mais honesto seja compartilhar essa responsabilidade com o leitor. E que possamos, juntos, também evitar aquele efeito outro, a paralisia impotente que pretendem as artimanhas das “alternativas infernais”²⁰.

De certa forma, é o fim de um mundo. Pairando no ar o sentimento de uma tragédia anunciada, nos resta dar consequência às histórias que nos foram contadas: de saber que a cultura vai atualizar sua existência nos territórios que os agricultores do Apodi consigam manter fora das mãos do agronegócio, naqueles outros que eles porventura venham a retomar numa nova guinada de luta pela reforma agrária, nos territórios das memórias que salvaguardam os saberes e tradições – não no sentido estritamente de sua conservação como algo relacionado ao passado, mas de sua possibilidade de ser reativado – na sistematização dos conhecimentos que fundamentam esse modo de vida, na troca e comunicação desses relatos; com muitos limites, quase de maneira infame, nas páginas que adiante seguem, em que suas palavras se tornam escrita, inscritas nisso que costuma ser tão supervalorizado (talvez até indevidamente, mas pela possibilidade de eternidade, de comprovação, de legitimação, de reconhecimento): o papel.

Outros esforços de vigilância diante de alguns riscos a que pretendo evitar, no marco dos estudos sobre impactos de grandes projetos, já foram indicados e serão exercitados com mais afinco na medida em que se mostrem necessários ao longo do trabalho, tais quais: o de não privilegiar as forças da dominação; o de, no anseio de sinalizar o caráter monstruoso da dominação pretendida pelos *grandes* projetos, não pretender inaugurar a dinâmica de desterritorialização que incide sobre os

²⁰ Para Isabelle Stengers e Pignarre (2011), o capitalismo, como um fluxo movediço, captura os atores sociais no interior de “alternativas infernais” paralisantes, através das quais parece não haver outra escolha que não esteja no campo da resignação ou da denúncia impotente.

pequenos; o de não reduzir os estudos sobre a resistência à dinâmica reativa da ação social; o de não definir o Outro pela lógica de classificação que lhe expropria seu sentido próprio; o de não incorrer numa representação idílica ao caracterizar o Outro na sua positividade enquanto (r)existência.

O desvio, rigorosamente, é o princípio da vida

(M. Serres)

2 COMPREENDENDO OS PERÍMETROS IRRIGADOS ENQUANTO GEOMETRIA E GEOPOLÍTICA DE REDESENHO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO²¹

Pensar o Nordeste envolve, antes de tudo, uma experiência de paisagem, em que o aprendizado de ver requer constantemente o desafio de enxergar o secreto e duvidar das aparências do visível. Ver o sertão, a bem da verdade, é se incomodar com quem lhe retrata como natureza morta. É, por sua vez, colorir os tons de aridez que lhe cabem, sem esquecer as tintas do verde infinito do juazeiro e sem desprezar a vida que se guarda na caatinga, a poesia do xique-xique e do caroá, a versatilidade dos carnaubais e o milagre da multiplicação das manivas. A depender do tempo em que se faz a travessia no sertão, é ver que a água ora é o estremeço do trovão quando se ameaça tempestade e ora é o desolado atravessar por rios que só existem no batismo de serem rios e na esperança de voltarem a ser preenchidos pela próxima invernada.

Apesar de que haja muitas verdades no dizer de Guimarães Rosa (1986), para quem, entre muitas outras coisas, “o sertão é uma espera enorme”, precisaremos atestar que o sertão também existe em puro movimento de transformação dessas paisagens e visões. Pois ver o sertão é também reparar no que dele é feito pelas gentes, na medida em que novas aparições vão se impondo ao olhar, frutos das diversas arenas em que se travam as disputas sobre a natureza do semiárido e suas significações sociopolíticas, onde as razões e estratégias próprias a cada grupo entram em conflito na medida em que se reivindicam apropriações diferenciadas com relação ao uso dos territórios (BOURDIEU, 2002).

Essas novas aparições simbolizam as linhas de força que estão a manejar os traçados para o redesenho do semiárido nordestino. Por um lado, a visão não pode deixar de incorporar as cisternas de placa que se multiplicam na beira das casas, em

²¹ As reflexões apresentadas nesta segunda introdução foram elaboradas no contexto do processo coletivo de construção do dossiê “Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido” (RIGOTTO, 2014) e contribuíram para informar o texto contextualizador do referido dossiê, disponível em: www.dossieperimetrosirrigados.net. Agradecemos às contribuições de todos os/as pesquisadores/as e membros de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais que, ao longo das oficinas de formulação e revisão do dossiê, lançaram problematizações e reflexões que nos enriqueceram a análise. Importa, ainda, mencionar que tais reflexões são prévias à pesquisa de campo que realizamos no Apodi, quando efetivamente nos aproximamos do conflito que lá se estabelecia com relação à chegada do projeto do perímetro irrigado de Santa Cruz. Nos serão úteis aqui para contextualizar a conjuntura na qual se realiza essa expansão da qual o perímetro irrigado de Santa Cruz é um exemplo, ao passo em que deixaremos para desenvolver ao longo dos capítulos seguintes as aprendizagens próprias relativas ao caso estudado no presente trabalho.

seu branco impassível, a repactuar o paradigma da convivência com o semiárido.

Por outro lado, ou, às vezes, no mesmo lado, e até mesmo por cima das cisternas²², despontam extensos canais construídos de cimento e concreto, a acompanhar ou cortar as estradas, conduzindo a água, armazenada e bombeada desde as piscinas, açudes e barragens, aos lotes de terra circunscritos destinados a serem por ela irrigados.

Figura 5 - Visão aérea de canal e lotes de irrigação do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas/CE



Fonte: Diário do Nordeste, foto de Flaminio Araripe (2014)²³

Figura 6 - Construção de canal de irrigação do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas/CE



Fonte: (GADELHA, 2014)

Figura 7 - Destruição de cisterna para construção de canal de irrigação – Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas/CE



Fonte: (GADELHA, 2014)

Figura 8 - Construção do canal de irrigação do perímetro



Fonte: Acervo TRAMAS

A geometria traçada pelos canais não delimita apenas as fronteiras dentro das quais opera o aparato técnico e institucional dos perímetros irrigados, mas orientam

²² Caso relatado na comunidade de Lagoa dos Cavalos, onde a construção do canal referente à segunda etapa do projeto do perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas resultou na desapropriação de moradias, áreas de produção, cisternas de placa e vegetação nativa (GADELHA, 2014).

²³ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/tabuleiro-de-russas-movimenta-r-91-milhoes-com-fruticultura-1.822827>. Acesso em: 13/04/14.

também profundas redefinições sobre o modelo de desenvolvimento planejado para a região, demandando uma análise que os situe enquanto estratégia geopolítica de expansão seletiva da fronteira agrícola no semiárido nordestino. Pois, como será tratado mais adiante, os perímetros irrigados têm atuado como verdadeiros vetores de indução do processo de modernização agrícola na região (PONTES et al, 2012).

A partir deles, novas representações vão sendo criadas no horizonte de um Nordeste rentável, onde a preconizada ideia de atraso e isolamento do sertão vai cedendo lugar à emergência da noção de um semiárido promissor, numa reformulação discursiva que pretende se adequar às novas demandas de inserção do capital na região, para o qual já não interessa mais uma imagem homogeneizada em torno da pobreza e miséria. Antes, pelo contrário, é preciso anunciar as vantagens comparativas, enfatizando a ideia da viabilidade econômica da região.

Se esta é a dinâmica discursiva que se atualiza sobre a região, o mesmo não se pode dizer sobre o repertório que recai sobre seus habitantes nativos - caatingueiros, sertanejos e sertanejas, agricultores e agricultoras do semiárido – como vimos na primeira introdução, que seguem acionados por representações como a de serem “flagelados”, aos quais se justificam obras que se representam, por outro lado, como sendo de “ajuda governamental”, como bem expressa o anúncio proferido pela presidenta Dilma Rousseff em rádio nacional:

O nosso sertão irrigado vai deixar de ser dependente da ajuda governamental. Ele vai passar a ser fornecedor de produtos. Ele passará a ser um dos maiores produtores de alimentos que o nosso país necessita e o mundo também. Nós queremos que a vítima da seca deixe de ser o flagelado de todos os anos para se tornar um produtor rural de sempre. Eu acho que esse é o grande objetivo do Mais Irrigação (EBC, 2012a)

Ao capital interessa essa reinvenção específica do Nordeste, em que caibam “novos dizeres, representações mais plurais e manejáveis, que se afinem com as diferentes possibilidades de exploração econômica da natureza, desde a indústria extrativa da mineração ao plantio de cana, fruticultura irrigada, turismo, carcinicultura, dentre outros” (CASTRO, 2000, p. 7).

Nesse sentido, os perímetros irrigados são definidos no bojo das estratégias de atração e fortalecimento das empresas do agronegócio, incentivadas a usufruir das vantagens naturais, a exemplo da insolação contínua e solos férteis, das vantagens construídas, como a oferta da água em abundância possibilitada pelos perímetros, além das outras vantagens que surgem como efeito da chantagem

locacional (ACSELRAD, 2004), como disponibilidade de força de trabalho a baixos custos, isenções fiscais, flexibilização de legislações ambientais, trabalhistas etc.

Assim é que, para acompanhar as transformações da paisagem relacionadas aos perímetros irrigados, precisamos estar atentos ao que eles significam em termos da reconfiguração do espaço, que se dá, inicialmente, pela construção de novos fixos, na medida em que a implantação dos perímetros se faz acompanhada de várias outras infra-estruturas que vão sendo instaladas na região, necessárias à realização das obras, sua manutenção ou circulação da produção, entre as quais poderíamos citar o exemplo da construção de pequenas e grandes barragens, canais e piscinas de escoamento da água, modernização e ampliação dos portos e aeroportos, bem como a melhoria e abertura de novas estradas²⁴.

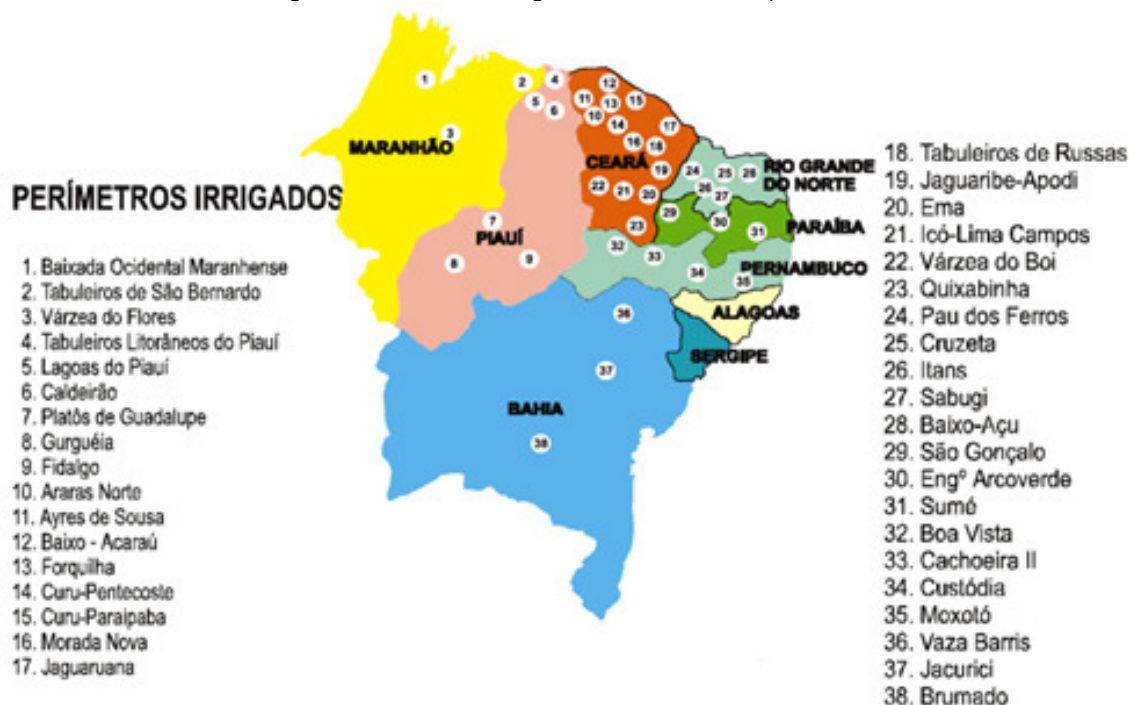
Mas, indissociada aos fixos, essa reconfiguração espacial se dá também pelo estabelecimento de novos fluxos (SANTOS, 1988) sociais, econômicos e culturais, anunciados, durante a travessia, pelas plantações que margeiam os canais de irrigação, através da visagem da monotonia sem-fim de monocultivos cuja produção é voltada basicamente para produção de frutas *in natura*, destinada a abastecer os mercados externos, especialmente de melão, banana, abacaxi ou mamão (ELIAS et al, 2007).

2.1 Um panorama da expansão dos perímetros irrigados

Entre os anos de 1968 a 1992, foram construídos pelo Governo Federal, sob gestão do DNOCS, 38 perímetros públicos irrigados no Nordeste, mais especificamente na região conhecida como “polígono das secas”, conforme indicado no mapa e na tabela abaixo, que os detalham por período de construção e estados receptores.

²⁴ Inclue-se nesse rol, com diferença de escala em relação aos outros itens elencados, a transposição do rio São Francisco, reforçada atualmente pelos setores empresariais do agronegócio irrigado como aposta para “evitar o colapso da irrigação”, conforme declarado pelo empresário e presidente do Instituto Frutal, Euvaldo Bringel Olinda, em notícia veiculada no Jornal o Povo, da cidade de Fortaleza: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/08/06/noticiasjornalcotidiano,3293384/empresarios-apostam-nas-aguas-do-sao-francisco.shtml>. Acesso em 01/09/2014.

Figura 9: Perímetros irrigados administrados pelo DNOCS



Fonte: Ministério de Integração Nacional, Secretária de Infraestrutura Hídrica (in DINIZ, 2009)

Tabela 1 - Distribuição dos perímetros irrigados no semiárido.

Estados	Nº de perímetros	Período de construção		
		1968-1979	1980-1989	1990-1992
Bahia	3	3	0	0
Ceará	14	10	3	1
Paraíba	3	3	0	0
Pernambuco	4	4	0	0
Piauí	6	4	2	0
Rio Grande do Norte	5	4	1	0
Maranhão	3	0	3	0
Total	38	28	9	1

Fonte: DNOCS (in DINIZ, 2009)

Conforme Bursztyn (1995) e Diniz (1997), a irrigação pública implantada pelo Governo Federal no Nordeste tinha, principalmente, os seguintes objetivos²⁵: introduzir um novo modelo de produção agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada, e minimizar os conflitos fundiários, desviando o debate da reforma agrária para a proposta de colonização que se desenvolveria por meio da

²⁵ Tais objetivos serão mais bem contextualizados a partir do desvelamento, no decorrer do texto, dos interesses e discursos que acompanham historicamente as políticas de irrigação formuladas para a região, bem como dos efeitos percebidos nos territórios.

seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos.

A partir de 2011, no contexto da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), com mais recursos e mais parceria com estados e municípios, percebe-se, no que diz respeito aos planos do governo federal, que estamos diante de uma “nova política nacional de irrigação”, conforme anunciado pelo Ministro da Integração em exercício à época²⁶.

Além de prioridade orçamentária, essa “nova política de irrigação” tem sido ancorada pela reformulação de seu arcabouço institucional, legal e regulatório, bem como do seu sistema de gestão, créditos e subsídios. Destacamos a Lei nº 12.787, promulgada em janeiro de 2013, que institui a Política Nacional de Irrigação e elenca seus objetivos:

I - incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis; [...]

IV - concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda;

V - contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos, de fibras e de energia renovável, bem como para a geração de excedentes agrícolas para exportação;

VI - capacitar recursos humanos e fomentar a geração e transferência de tecnologias relacionadas a irrigação;

VII - incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento. (grifos nossos)

Cria-se, ainda, a Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR), que tem, entre suas competências estabelecidas no art. 19º do decreto nº 8.161/2013, "promover os negócios da agricultura irrigada" e "promover a implementação de projetos de irrigação e drenagem agrícola".

A meta estabelecida é a de que, até 2015, tenham sido investidos recursos públicos da ordem de 6,9 bilhões de reais para a expansão dos perímetros irrigados, visando a ampliação da área abrangida pelos perímetros já existentes em 193.137 hectares e a instalação de novos perímetros em 200.000 hectares, com ênfase na perspectiva de aumentar em 100% a gestão privada das áreas irrigadas, substituindo a gerência estatal (PONTES et al, 2012).

Em mapa apresentado no relatório das obras referentes à irrigação, elaborado por ocasião do 7º balanço do PAC2²⁷, podemos visualizar a amplitude do que tem

²⁶ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/governo-federal-vai-lancar-o-pac-da-irrigacao-1.758224>. Acesso em: 05/03/14.

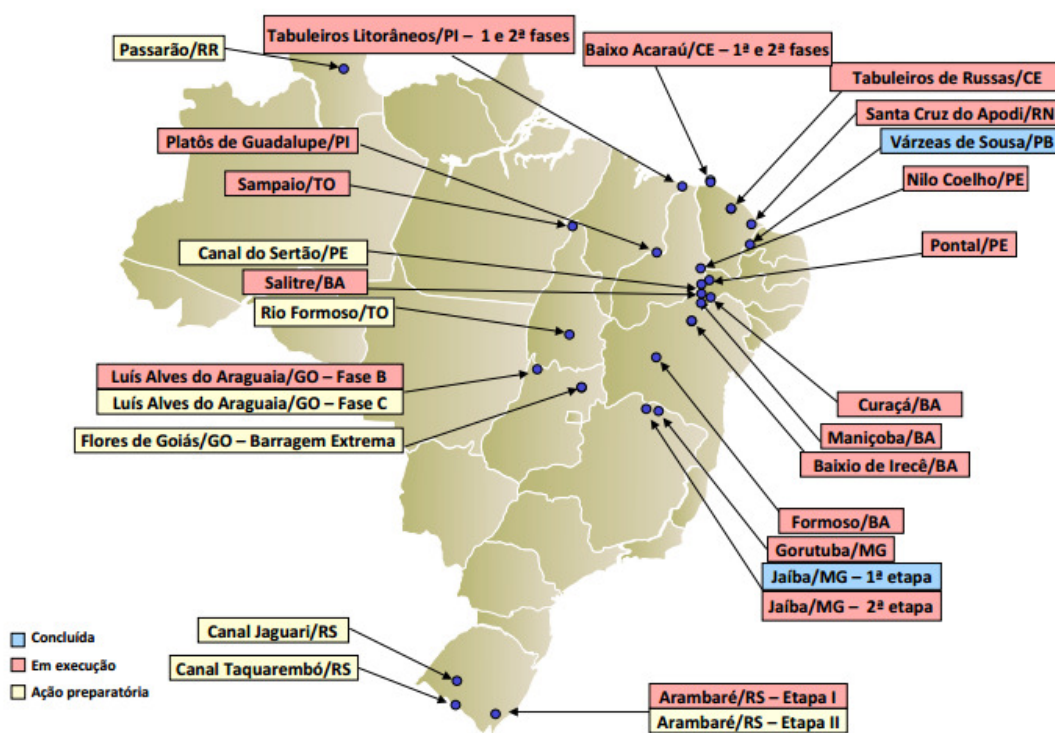
²⁷ Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/d5ffe3c587aca5ff31cf2d373ba9456c.pdf>. Acessado em 13/03/14.

significado essa proposta de expansão.

Figura 10 - Obras em curso na proposta de expansão dos perímetros irrigados

IRRIGAÇÃO

Implantação, revitalização e PPP em irrigação



Fonte: Ministério do Planejamento (2013)

Apesar de que, durante os quarenta anos de experimentações dos perímetros irrigados no Nordeste, ainda não tenha sido construído nenhum espaço público de discussão sobre as transformações percebidas na região que reorientassem uma tomada de decisão democrática sobre quais perspectivas de futuro e estratégias devessem ser acionadas, as informações acima apresentadas sobre a expansão dessa política indicam a presença de uma avaliação positiva, por parte do governo federal, da agricultura irrigada enquanto eixo prioritário de indução do desenvolvimento da região, anunciada por ocasião de um dos discursos proferidos pelo Ministro da Integração Nacional, segundo o qual "a agricultura irrigada é a atividade econômica que trouxe os melhores resultados para o país, superando setores como a indústria automotiva e a naval [...] emprega 550 mil trabalhadores e

gera R\$ 500 milhões em impostos por ano"²⁸.

Essa avaliação, entretanto, não leva em conta uma teia complexa de impactos negativos desdobrados nos territórios com a implantação dos perímetros e das atividades econômicas que a eles têm se associado, especialmente no que diz respeito ao avanço do agronegócio da fruticultura irrigada e as transformações sobre a saúde, o ambiente e o trabalho da população rural.

Mantém-se impassível mesmo diante do imenso arsenal de denúncias sobre violações de direitos atribuídas a essa política, formuladas tanto pelos sujeitos em seus territórios, quanto pelos movimentos sociais do campo, redes de advocacia popular e organizações civis de promoção dos direitos humanos. Nem mesmo o peso das evidências científicas acerca dos impactos ambientais, das reconfigurações fundiárias e trabalhistas, frutos de diversas pesquisas acadêmicas realizadas em regiões onde se instalaram os perímetros irrigados e o agronegócio da fruticultura irrigada, ou a repercussão midiática, em âmbito local, nacional e internacional, dada a essas questões problemáticas têm sido levados em conta nessa avaliação.

A expansão dessa política se dá, portanto, em pleno desperdício da experiência social (SANTOS, 2000) e tampouco explicita reconfigurações importantes pelas quais têm passado a gestão dos perímetros públicos irrigados no decorrer dos anos, a exemplo do emblemático processo de privatização das políticas públicas de irrigação, a ser abordado nos tópicos que seguem.

Tal avaliação peca, por fim, ao pretender descontextualizar a proposta por ela implicada de redesenho do semiárido das diretrizes macroeconômicas de integração regional à dinâmica capitalista global, naturalizando as decisões políticas e econômicas assumidas, como se estas fossem destituídas de uma construção histórica que, por sua vez, tem sido perpassada por interesses os mais variados.

Ciente da heterogeneidade no desenvolvimento temporal dessa política, que configurou particularidades a cada perímetro irrigado, buscaremos contextualizar o direcionamento apontado pelo atual processo de expansão, compreendendo que há uma convergência nessa proposta seletiva de ampliação e multiplicação de perímetros específicos cujo dinamismo econômico se articula à expansão do

²⁸ Comentário do Ministro da Integração em exercício à época, proferida por ocasião da inauguração do novo sistema de irrigação do Perímetro Mandacaru, em Juazeiro (BA). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/07/programa-nacional-de-irrigacao-para-o-semiarido-sera-lancado-em-setembro>. Acesso em 15/03/14.

agronegócio na região.

Adiante, tentaremos direcionar um feixe de luz para os bastidores dessa política, assumindo o desafio de trazer à tona informações e análises que ajudem a desvelar alguns dos elementos omitidos, organizados sob uma perspectiva pragmática que busque entrelaçar tais elementos à produção dos respectivos efeitos decorrentes.

2.2 O Nordeste das secas e da expropriação sucessiva: a construção de uma “região problema” e das histórias dos interesses que permeiam as políticas de “combate às secas”

Sobre o Nordeste dedicaram-se várias intervenções diferenciadas no curso histórico do desenvolvimento do país. No bojo da diversidade de interesses que orientaram o desdobrar dessas intervenções, consolidou-se um amplo consenso a respeito da centralidade devida às irregularidades pluviométricas da região, colaborando para alçar a seca ao *status* de elemento-chave para justificar e legitimar tais políticas. Tratada basicamente como calamidade, e não como um período mais prolongado das estiagens características do clima tropical semiárido, a seca tem sido reforçada no campo discursivo como ponto forte para sustentação do discurso que assegura a intervenção sempre presente do Estado.

Se, à primeira vista, nos parece óbvio que a seca é a base do discurso do planejamento regional nordestino, ensejadora de todas as políticas de irrigação que se sucederam na região, um olhar mais atento indica, entretanto, a necessidade de destrinchar o processo social através do qual esse problema, aparentemente de fundo natural, foi construído e como ele tem sido acionado de diferentes formas, conforme os ciclos econômicos da região e a necessidade de reprodução do capital.

A invisibilização dos interesses e discursos que são construídos sobre o Nordeste, aos quais se subordinam as políticas de desenvolvimento e de irrigação historicamente realizadas na região tem servido a dois efeitos complementares. O primeiro, de fazer da seca o elemento catalisador por excelência das propostas de intervenção na região, quase inquestionável, reelaborado ao longo da história, cumprindo sempre o papel estratégico de explicar o real, criando-o e servindo de “acelerador histórico da expropriação sucessiva” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988). O segundo, de enevoar a fronteira entre o público e o privado, através da

subordinação dos interesses da região a interesses pessoais, enquanto um problema que se renova, junto com a transformação das velhas oligarquias em grupos de poder econômico e político que controlam as opções de aplicação de capital e o acesso ao crédito, do mesmo modo como controlaram o acesso à água desde o início do período colonial, mostrando uma notável interligação entre a formação de capital e a reprodução do poder político (BARROS, 2013, p. 40).

O momento histórico que situa o surgimento da seca como marco emblemático definidor do Nordeste e legitimador das estratégias de canalização de recursos públicos para a região, pode ser demarcado em 1877, a partir da crise do complexo algodoeiro-pecuário que se desenvolvia no semiárido. A visibilidade construída em torno do “Nordeste das Secas” foi essencial para reduzir a representação do universo social da região como um todo.

Segundo Oliveira (1990), tal ideologia teve o duplo efeito de servir “como elemento unificador de interesses, escamoteando conflitos intra-regionais de classe”, e de viabilizar “o surgimento da “questão nordestina”, a questão regional por excelência” (BARROS, 2013, p. 18). A partir da seca, elevada ao debate nacional à categoria explicativa das desigualdades que se reconheciam entre as regiões ou entre o Nordeste e o poder central, fechava-se o campo de visão para os conflitos e desigualdades que operavam no interior da região.

Reforçando-se nos eventos de calamidades, a “seca” construía sobre o flagelo do sertanejo a riqueza das oligarquias que, em crise, “buscaram na canalização de recursos públicos para a região, sob o fundamento do combate à seca, uma forma de compensação pelas perdas econômicas sofridas e assim o faziam por meio da apropriação privada dos mesmos” (BARROS, 2013, p. 19).

Dessa forma, a atuação do Estado no Nordeste se efetivava com uma assistência emergencial aos “flagelados”, medidas implantadas após a estiagem, como resposta à constatação de uma nova manifestação do fenômeno, e com a criação de uma infraestrutura de armazenamento de água, a exemplo dos açudes, barragens e cacimbões, construídos no interior dos grandes latifúndios.

Enquanto os problemas sociais seguiam sendo obscurecidos pelo “problema maior” da seca, as populações do meio rural, praticantes da agricultura de sequeiro em suas pequenas produções familiares, viam sobre elas recair o efeito desigual da

seca e o fardo do “inferno sem alternativas”²⁹ de, não tendo condições para enfrentar sozinho os imperativos climáticos do semiárido e as estruturas de poder historicamente construídas, ter suas terras griladas pelo latifundiário e migrar. Assim é que, das secas, ou melhor, das respostas oblíquas que o Estado a elas correspondeu, também resultou o agravamento da já elevada concentração das terras, pois, “pequenos proprietários inviabilizados vendem suas terras a baixos preços e os latifúndios crescem” (ANDRADE, 1986 apud BACELAR, 2002).

Politicamente, era o tempo e o espaço “dos coronéis, da oligarquia latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político” e “apesar de os desvios dos recursos destinados às obras contras as secas e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, serem fatos conhecidos, não chegavam a afetar a imagem de sofrimento da região nem permitiam que ficassem claras as ligações entre a pobreza e as relações de produção” (BARROS, 2013, p. 22).

Desse modo, no decorrer da história, os recursos oficiais direcionados ao semiárido foram aplicados de forma a manter inalterada a estrutura socioeconômica e política da região. De acordo com Oliveira (1981, p. 53), isso foi possível a partir da criação de um Estado oligárquico, no qual não havia a distinção entre o que era público e o que era privado: “O Estado foi capturado por esse - Nordeste algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado *era* esse - Nordeste algodoeiro-pecuário”.

Portanto, os modelos de política implantados no semiárido nordestino constituem um reflexo da força que as oligarquias dessa região exerceram historicamente sobre o Estado. De um lado, marginalizam as outras formas de apropriação e uso da terra, mascarando sua existência, de outro, produzem consequências negativas para as populações camponesas, excluindo-as dos benefícios do “desenvolvimento”.

Assim, o Estado, capturado por tais elites, historicamente tem contribuído para o que alguns autores reconhecem como expressões atualizadas do “clientelismo de Estado” (BURSZTYN, 2010; FARIAS, 2000; BARROS, 2013), em que as políticas assistencialistas de distribuição de renda à população marginalizada

²⁹ Termo cunhado por Henri Acselrad para sugerir que além das “alternativas infernais” sugeridas por Pignarre e Stengers (2011) - quando se realiza o constrangimento entre duas escolhas ruins - a morte da política também se realizaria pela via de impor o inescapável, uma reação diante da ausência total de alternativas.

se somam à continuidade da concessão de privilégios às elites, renovando-se mecanismos antigos de fidelização através dos quais direitos fundamentais são recebidos pelas populações como dádivas às quais devem gratidão, sendo os mesmos barganhados no bojo das obras ditas de “desenvolvimento” que se projetam região, tais quais a expansão dos perímetros irrigados e do agronegócio.

É somente a partir da década de 1950 que emerge uma crítica, por ocasião da seca de 1951, às barragens como uma “solução de caráter estreito, de pura engenharia, que deveria ser substituída por providências de mais amplo planejamento econômico e social para o Polígono das Secas” (BARROS, 2013, p. 25). Tal formulação crítica à tradição da intervenção pública que operava na região, por sua vez, não se deu destituída de interesses próprios, significando, ao contrário, apenas uma reconfiguração dos objetivos do Estado com relação ao Nordeste. À época, o governo de Juscelino Kubitschek defendia para a região uma política de grandes obras, influenciada pela adoção cepalina de uma perspectiva da industrialização como caminho para o progresso.

Eram reformulados, então, os termos sobre os quais se propunha a solução para os problemas econômicos, sociais e políticos das “regiões atrasadas”. Esse contexto foi também caracterizado como um momento emblemático de lutas sociais no campo, tendo nas Ligas Camponesas seu exemplo de maior radicalidade. Ao passo em que crescia entre as elites o temor de um processo autônomo no campo popular que significasse uma profunda ameaça ao pacto político vigente, o governo precisou preparar uma resposta nova, que desse conta de amenizar os conflitos diante do novo “problema Nordeste”. Assim, é que, em 1959, Celso Furtado é nomeado por Juscelino Kubitschek para coordenar a “Operação Nordeste”, que mais tarde desembocaria na criação da SUDENE.

Segundo analisou Oliveira, sua função principal

era de evitar o choque frontal, ou seja, frear os movimentos populares e, ao mesmo tempo, integrar – de forma subordinada – a estrutura econômico-social do Nordeste à nova divisão do trabalho, comandada pela burguesia industrial nacionalmente instalada no Centro-Sul (1977, p. 77).

A criação da SUDENE, segundo Bursztyn (1985), se caracterizou como uma mudança de comportamento das instituições encarregadas da questão da seca, passando a ter como diretriz básica a transformação da economia agrícola no sentido da consolidação da modernização conservadora no campo.

Coube à SUDENE se responsabilizar pelo desenvolvimento e planejamento regional, tendo como objetivo primordial a reorganização do semiárido nordestino, com a abertura das frentes de colonização nos vales úmidos maranhenses, a promoção da irrigação no Polígono das Secas e a intensificação dos investimentos industriais. No contexto da iminência do golpe de 1964, o temor de que situações revolucionárias de maiores dimensões se tornassem inevitáveis no campo provocaram uma forte adesão das elites nordestinas à ditadura militar. Assim, a ditadura, que duraria até 1985, se voltou para sua base de apoio no Nordeste na forma de grandiosas promessas de desenvolvimento, de um "novo Nordeste" (BERNARDES apud BARROS, 2013).

Foi o período de surgimento dos grandes projetos de irrigação, que passaram a comandar a redefinição dos espaços, introduzindo-se neles como verdadeiros enclaves, em que assume destaque o papel da política de irrigação, impulsionada no final da década de 1960, como vetor de reestruturação do espaço agrário nordestino, por intermédio da implantação dos perímetros públicos de irrigação.

A partir da década de 1960, a irrigação ganha o status de política pública, à época inserida no projeto desenvolvimentista "Brasil, Grande Potência", contando com investimentos públicos e empréstimos do Banco Mundial para sua implementação. Passou a ser ressignificada para atender ao intuito de modernização da agricultura, através do estímulo ao uso de técnicas modernas e de investimentos de capitais públicos, organizando um espaço para a atividade capitalista no campo.

A política de irrigação passou a ser um intermédio através do qual se promovia a transformação do processo produtivo e das relações de trabalho - mudanças essas que não alteraram a estrutura fundiária baseada no latifúndio e tampouco significaram melhoria das condições de vida no campo, conforme bem expressa a adjetivação que alguns autores lhe atribuíram de modernização "conservadora" (GUIMARÃES, 1977), "excludente" (ELIAS, 2002) e "dolorosa" (SILVA, 1982).

2.3 Perímetros irrigados e a marcha da contra reforma agrária

Nesse contexto, a política de irrigação significou um instrumento de controle social e, conseqüentemente, um meio para difusão dos valores autoritários e repressivos da ditadura militar, fragilizando as relações comunitárias de produção e

proporcionando a expansão do capitalismo e das relações baseadas na economia de mercado.

O programa de irrigação destinava-se à criação de infraestrutura econômica e à aplicação de capitais públicos por meio da expropriação de terras, criando espaços propícios ao avanço do modo de produção capitalista, através do uso de técnicas modernas de produção, tendo como base as experiências do DNOCS como administrador de bens públicos.

A atuação do DNOCS consistia em desapropriar as terras das bacias de irrigação, onde seriam implantados os perímetros irrigados, dividindo-as em lotes agrícolas e, onde seriam alocados os colonos, ou irrigantes. Conforme nos lembrou Freitas (2010, p. 29), a implantação desse modelo ensejou forte antipatia ao órgão, tanto por parte dos pequenos proprietários expropriados, em razão dos preços deprimidos das desapropriações e indenizações, quanto por antigos moradores excluídos do processo de assentamento, que se viram expulsos e desassistidos de apoio para recomposição de suas moradias.

Pesquisas realizadas por Bursztyn (1985), Diniz (1997) Freitas (2010), Vasconcelos (2010) e Gadelha (2013) nos mostram que a forma como o DNOCS atuou e segue atuando no processo de desapropriação das famílias atingidas é caracterizado pelo autoritarismo, pela falta de informação e pelo pagamento irrisório das indenizações.

Nesse sentido, conforme analisou Diniz (1997), a política de irrigação acabou viabilizando uma verdadeira contra reforma agrária, na medida em que, na prática, tem-se observado que o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para a implantação dos perímetros irrigados é superior às famílias selecionadas como irrigantes.

Os irrigantes, ao serem selecionados, deveriam atender a uma série de critérios, desde a comprovação de sua capacidade administrativa até a adequação de seu comportamento moral. Uma vez satisfeitas todas as exigências, os irrigantes foram instalados nos lotes, deparando-se com várias imposições colocadas pelo DNOCS. Este, através de sua equipe, passou a controlar todos os aspectos da produção, tais como o tipo de produto, sua quantidade, extensão da área a ser cultivada, tecnologia a ser adotada, modo de circulação etc., bem como a também estabelecer seu autoritarismo em todos os espaços do perímetro (DINIZ, 2009).

São traçadas, assim, as condições para uma dupla desterritorialização dos

camponeses, a primeira "pelo fato de parte dos desapropriados não receberem lotes e serem expulsos de suas áreas" e a segunda, por sobraem aos camponeses - incluídos nas condições de irrigantes subalternizados às condições de produção das grandes empresas do agronegócio - a captura de seus saberes e práticas via "imposição do modelo de produção do agronegócio aos agricultores familiares" (PONTES et al, 2012).

Por intermédio do DNOCS, diversas estratégias são utilizadas para conquistar no plano ideológico a aceitação, legitimidade e necessidade da obra, neutralizando-se a crítica e a resistência daqueles que questionam os verdadeiros interesses da política de irrigação, com destaque para as comunidades atingidas e seus grupos de apoio (GADELHA, 2013).

2.4 Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio: uma reflexão sobre a apropriação privada da irrigação pública

À época das formulações iniciais de Celso Furtado sobre as ações a serem desenvolvidas pela SUDENE, a proposta que mais despertou divergência junto às elites agrárias nordestinas, dizia respeito aos termos em que o projeto de lei de irrigação advogava como se dariam as desapropriações das terras localizadas nas áreas onde seriam estabelecidos os cultivos controlados das bacias de irrigação. O artigo 28 do referido projeto, que seria imediatamente derrubado no Congresso Nacional, dizia que

as propriedades que, na data desta lei, tiverem terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação, serão total ou parcialmente desapropriadas, nos seguintes casos: a) Se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade permanente; **b) Quando maiores que dois lotes agrícolas do sistema;** c) Quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema (FURTADO apud BARROS, 2013, p. 27) (grifo nosso).

A proposta de desapropriar as terras que excedessem dois lotes agrícolas ia totalmente na contramão dos interesses dos latifundiários da cana-de-açúcar. Sua derrubada de antemão atestava o que, posteriormente, se configuraria como uma das principais forças a agir sobre as políticas dos perímetros públicos no Nordeste, qual seja a de seu atrelamento a interesses concentracionistas e sua privatização.

De acordo com um estudo recente do Banco Mundial (VALDES et al, 2004, p.

07), sobre os impactos e as externalidades sociais da irrigação no semiárido nordestino, estima-se que, por volta de 2000, existiam no Brasil aproximadamente 3,5 milhões de hectares irrigados, dos quais pouco mais de 500 mil localizados no semiárido. Desses aproximados 500 mil, em torno de 140 mil hectares estariam localizados em áreas públicas de assentamento e cerca de 360 mil em propriedades privadas.

Caso houvesse um gráfico capaz de representar o avanço desse processo no decorrer do tempo, ele indubitavelmente indicaria uma curva ascendente, em que a cada década que se passa, torna-se mais explícita a sujeição ao aproveitamento privado dos recursos públicos e bens comuns que a política dos perímetros irrigados promove.

Pois, se durante um primeiro momento, entre os períodos de 1968 a 1979, a política de irrigação tinha como prioridade a distribuição de lotes para a categoria dos “pequenos produtores”, estabelecendo a partir daí relações assistencialistas e de controle de integração da produção familiar às dinâmicas capitalistas, após 1990 atesta-se uma dinâmica de intensificação capitalista, em que a gestão dos perímetros passa a assumir um foco nitidamente localizado no desenvolvimento do agronegócio, havendo uma reorientação da ação estatal, com vistas à estimulação da privatização do território e do domínio da estrutura fundiária por parte das empresas.

Os objetivos que orientam a atual “nova política de irrigação” circunscrevem-se a apresentar estratégias que estimulam o investimento privado em todas as fases da irrigação, conduzindo a produção para as oportunidades de mercado e redirecionando a participação do governo na atividade, gerando sinergia entre a iniciativa privada e as esferas governamentais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2008 apud FREITAS, 2010, p. 58).

A irrigação moderna empresarial, então, nos moldes das exigências neoliberais, caracteriza-se pelo amplo incentivo às empresas privadas, estabelecendo um projeto de agronegócio no âmbito do semiárido, em detrimento da vida dos camponeses e de trabalhadores da cidade e do entorno dos perímetros irrigados (FREITAS, 2010).

A atração de empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, à região envolve significativas alterações nas técnicas de produção, novos tipos, intensidades, riscos e acidentes de trabalho, bem como reconfigura as relações de

parcerias com os pequenos produtores “integrados”, que passam a utilizar, de maneira subalterna, o mesmo pacote tecnológico que os grandes empregam em suas plantações. A modernização agrícola, dessa forma articulada, deve ser compreendida em seu caráter conservador, pois se refere a uma forma particular de desenvolvimento da agricultura brasileira, que se limita a incrementar o uso de insumos químicos e instrumentos mecânicos, conservando sem alteração a “estrutura anacrônica da propriedade” e das relações sociais (GUIMARÃES, 1979 apud FREITAS, 2010, p. 22).

Esse processo vem acompanhado da expropriação da terra de trabalho e moradia dos povos do campo, fazendo com que aqueles que não tenham sido “integrados” enquanto pequenos produtores sejam conduzidos a ingressarem no exército industrial de reserva como mão de obra barata à disposição, “contribuindo para alimentar o mercado de trabalho nas cidades e/ou nas empresas do agronegócio atraídas para os perímetros irrigados” (GADELHA, 2013, p. 23).

Os camponeses, indígenas, pescadores e ribeirinhos desapropriados dificilmente conseguem retornar ao perímetro irrigado na condição de irrigante e, mesmo a parcela reduzida que assim o logra, o fazem a custos incalculáveis, diante dos imperativos de toda ordem que precisam enfrentar para integrarem-se de forma subordinada ao modelo.

A concentração de terras nas áreas de abrangência dos perímetros irrigados pode ser atestada pelas seguintes contabilizações realizadas em investigações que levantaram informações sobre os perímetros irrigados de Tabuleiro de Russas (CE) e de Baixo Assu (RN):

No projeto Tabuleiros de Russas (CE), são 622 irrigantes: 499 são pequenos produtores e 78 são empresas. Os pequenos irrigantes representam 88,22% do universo total e ocupam 37,78% da área total de 10.564 ha. Já as empresas, que representam 12,54% do total, concentram 47,65% da área. No projeto Baixo Assu (RN), são 197 irrigantes: 156 pequenos produtores (25,73%) e 25 empresas (7,88%). Os pequenos irrigantes concentram 25,73% da área total contra 70,15% da área destinada às empresas (PONTES et al, 2012, p. 04).

Ressalte-se, ainda, que, apesar da grande concentração de terras nas mãos do setor empresarial e dos altos investimentos públicos que compõem toda a ordem de subsídios e incentivos fiscais à produção, transporte e comercialização das commodities do agronegócio, pesquisas como a de Freitas (2010), alicerçada em investigações do MPF e dados do próprio DNOCS, atestam uma ilegalidade

bastante emblemática que indica uma dinâmica de privatização dos perímetros irrigados, qual seja, a invasão de terras públicas.

Segundo a autora, no curso da desapropriação do perímetro Jaguaribe-Apodi, a exemplo do que acontece nos demais projetos, “cerca de 4 mil hectares foi comprovadamente invadido, sobretudo por médios proprietários e empresas nacionais e multinacionais” (FREITAS, 2010, p. 87). Além de ampliar, ilegalmente, sua área de produção, as empresas fazem da invasão um mercado de terras lucrativo, “arrendando-a para terceiros, mesmo não tendo a concessão de uso das terras” (FREITAS, 2010, p. 112). Até 2001, período em que se intensificou a expansão das multinacionais na porção cearense da Chapada do Apodi³⁰, um hectare de terra era vendido pelo valor de trezentos reais, após esse período, elevou-se para cinco mil reais (FREITAS, 2010 p. 69).

Mesmo diante desse quadro em que convergem para os perímetros a concentração de terras e vultoso investimento público, vários levantamentos indicam que, contraditoriamente, a maior parte das áreas irrigadas nos perímetros encontra-se improdutivo. No Jaguaribe-Apodi, “do total de 9.194,00 ha. de terras, 4.600,00 ha. são improdutivoas” (FREITAS, 2010, p. 69).

No caso do perímetro de Tabuleiros de Russas, apenas 40% da primeira etapa está em funcionamento (FREITAS, 2010, p. 62), o que não impediu a continuidade das obras de sua segunda etapa, mesmo quando isso implicava na destruição de comunidades consideradas modelos de desenvolvimento na região do Baixo Jaguaribe, a exemplo da comunidade agroecológica de Lagoas dos Cavalos, no Município de Russas, Ceará (GADELHA, 2014).

A crise fiscal do Estado e a orientação neoliberal têm provocado ainda uma transformação na concepção de gestão da política de irrigação. Medidas foram tomadas tendo em vista a emancipação dos perímetros irrigados já existentes³¹, com

³⁰ Para evitar confusões na leitura sobre os vários lugares citados no curso do trabalho, esclareço as seguintes informações que individualizam as localizações específicas a partir de cada nomenclatura: (i) a Chapada do Apodi, enquanto formação geológica, compreende parte dos territórios administrativos do Ceará e do Rio Grande do Norte – portanto, sempre delimitaremos no curso do texto se estamos a nos referir à sua porção cearense ou potiguar; (ii) Apodi é um município do Rio Grande do Norte, para onde me dirigi na imersão da qual resulta essa dissertação, em que as comunidades e assentamentos rurais se distribuem em quatro regiões, onde se desenvolve a agricultura familiar e agroecológica, quais sejam as regiões da Chapada, das Pedras, da Areia e do Vale.

³¹ A “emancipação” dos perímetros irrigados foi uma medida do governo FHC, iniciada nos anos de 1980, seguindo-se as recomendações do Banco Mundial, condicionantes à renegociação da dívida externa e à concessão de novos empréstimos para países desenvolvidos e em desenvolvimento. A

o objetivo de transferir aos produtores a responsabilidade pela operação, manutenção e gerenciamento dos projetos públicos de irrigação, e também criando um novo modelo de irrigação, que passa a permitir a entrada de empresários do agronegócio também no investimento e gestão dos perímetros irrigados.

Recentemente, segundo consta no 7º balanço anual das obras do PAC, foi "assinado o contrato de concessão de direito real de uso do perímetro de irrigação pontal/PE, que inaugura a modalidade de Parceria-Público-Privada em irrigação no Brasil"³². No perímetro de Platôs de Guadalupe, no Piauí, "a iniciativa privada vai investir um bilhão de reais", adquirindo a concessão de direito à exploração de 17.248 hectares durante 35 anos³³.

Foi dessa forma que os perímetros irrigados acompanharam as mudanças na política como um todo, expressão da irrigação moderna empresarial, tornando-se atualmente *locus* da reprodução do capital de empresas agrícolas nacionais e multinacionais.

No que diz respeito à atual expansão dessa política, quer estas se expressem em termos do avolumamento territorial das áreas irrigadas ou da ampliação de investimentos, novos conflitos estão se estabelecendo, ao passo em que antigos estão se acirrando. As atuais políticas de irrigação às quais se atrelam os perímetros irrigados seguem, portanto, divorciadas do contexto da urgência que deveria lhes orientar, de atender às necessidades dos grupos mais vulneráveis.

Ao não ensejarem nenhuma ruptura com as dinâmicas de produção de injustiças, os perímetros irrigados em sua expansão seguem como mais uma proposta que visa o aumento da disponibilidade de água no Nordeste segundo as perspectivas convencionais, tratando sem maior consideração para com o problema do acesso à terra, "como se a água no meio rural do território do semiárido fosse uma variável independente da estrutura de poder engendrada pelo latifundiário" (BARROS, 2013, p. 29).

Atual se faz a análise elaborada por Anthony Hall, ainda em meados de 1978,

emancipação apresenta-se como um dos elementos do "novo modelo de irrigação", por sua vez "centrado em três premissas de inspiração neoliberal: (i) a transferência da gestão dos perímetros irrigados; (ii) a redefinição do papel do Estado; e (iii) a prioridade do investimento público na irrigação privada e a orientação da produção para o agronegócio de frutas e hortaliças para exportação" (SOUSA, 2005, p. 226-227).

³² Disponível em: http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/7/09-PAC7_agua_e_luz_e_finais.pdf. Acessado em: 12/03/14.

³³ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/03/perimetro-irrigado-no-piaui-tera-investimentos-de-r-1-bilhao>. Acessado em: 01/04/14.

de que, apesar do apelo óbvio e do impacto visual imediato da “formação de áreas irrigadas e permanentemente verdes na região semiárida de distribuição de chuva irregular”, os “planejadores têm, contudo, ignorado o objetivo central de qualquer estratégia anti-seca efetiva, que é o de atender às necessidades do grupo dos produtores mais vulneráveis”, ao mesmo tempo em que “os altos custos sociais das técnicas de irrigação em vigor têm sido pouco considerados por motivos de conveniência”, concluindo que “o desenvolvimento da irrigação no Nordeste do Brasil mostra um exemplo claro de uma política tecnocrata que está amplamente divorciada do contexto dos problemas que tenta solucionar” (HALL, 1978 apud BARROS, 2013, p. 31).

Apesar das promessas de inclusão dos desapropriados, os perímetros irrigados não são idealizados para possibilitar uma incorporação digna das famílias atingidas, pois não comportam outra dinâmica de produção da vida que não seja aquela embutida na racionalidade econômica do agronegócio. Com o discurso de promover o desenvolvimento através da geração de emprego e renda e aumento da produtividade, os perímetros impõem uma nova lógica, que se arvora com os adjetivos de ser “moderna”, “produtiva”, “racional”, “empresarial”, na legitimação de uma compreensão “do território enquanto recurso e da terra enquanto negócio” (GADELHA, 2013, p. 16), marginalizando outros entendimentos que não se reduzam a essa aritmética.

Protegida sob o velho manto legitimador das políticas de “combate à seca”, a expansão dos perímetros irrigados do Nordeste segue sem que esteja devidamente verificada a eficiência dessa “nova política de irrigação” em servir à superação das reais estruturas pilares promotoras das desigualdades sofridas pela população nordestina. Ou se, a exemplo das premissas sobre as quais se fundamentaram a denúncia da indústria da seca de que se beneficiavam os velhos coronéis, constituem-se os perímetros irrigados numa atualização daquela, enquanto espécimes de continuidade de políticas que, por não enfrentarem as condições estruturais de produção das desigualdades sociais na região, são fadadas a não resolverem os reais problemas elencados desde a perspectiva dos sertanejos e a serem aproveitadas pelas elites agrárias como objetos de circulação de capital e de insumo ao fluxo de apropriação capitalista dos territórios (BARROS, 2013).

Ao pretender absorver novos territórios “atrasados” à dinâmica de expansão de fronteiras e valorização do capital, os perímetros irrigados têm servido como

modos em que se reproduzem no semiárido o *modus operandi* do agronegócio. Antecipam, assim, as condições necessárias para o “DESenvolvimento” chegar, conforme jogo de palavras proposto por Gadelha (2013), ao passo em que “DESenvolvem”, expropriam o envolvimento das populações do seu território, expulsam, desterram os camponeses, agricultores familiares, indígenas e demais povos do campo que são vistos pelo Estado como atrasados e rudimentares.

Se aí você teve estudo,
Aqui, Deus me ensinou tudo,
Sem de livro precisá
Por favô, não mêxa aqui,
Que eu também não mexo aí,
Cante lá, que eu canto cá.

Você teve indução,
Aprendeu munta ciência,
Mas das coisa do sertão
Não tem boa esperiência.
Nunca fez uma paioça,
Nunca trabaiou na roça,
Não pode conhecê bem,
Pois nesta penosa vida,
Só quem provou da comida
Sabe o gosto que ela tem.

(Patativa do Assaré)

3 UMA METODOLOGIA PARA VER E FAZER VER O APODI

3.1 Do lado de cá pro lado de lá da Chapada do Apodi: no lastro da pedagogia do território, no rastro das (r)existências

Quatro anos se passaram entre minha primeira ida a campo, em 02 de julho de 2009, acompanhando a equipe de pesquisadores que realizava um estudo epidemiológico em populações expostas à contaminação por agrotóxicos nas regiões da Chapada do Apodi e do Tabuleiro de Russas, no Ceará³⁴, e meu ingresso no mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), onde me desafiaria a inaugurar novos mergulhos e reflexões.

Em retrospectiva, as anotações feitas no diário de campo àquela época dão pistas de algumas das questões que foram, consciente e/ou inconscientemente, individual e/ou coletivamente, conduzindo as linhas por onde enveredaram minha trajetória de pesquisa:

Anotações no diário de campo - 02 de julho de 2009.

Assentamento Bernardo Marin II, Tabuleiro de Russas, Ceará.

Todos os agricultores por mim entrevistados têm contato de longa data com o uso de agrotóxicos e, no que se refere ao uso dos mesmos no assentamento, notei que eles associam a prática à “*teimosia*”. Quase todos percebem a relação agrotóxicos-adoecimento e todos relatam que a comunidade é assistida por técnicos agrícolas que desaconselham o uso dos venenos e propõem técnicas alternativas de lidar com a agricultura, daí talvez perceberem a insistência no uso como (ir)responsabilidade individual. [...] Apesar desse panorama sobre a utilização dos agrotóxicos dentro do assentamento ser uma fonte de preocupação constante durante a aplicação dos questionários, recolhi muitos relatos que contrapõem as diferenças entre o que é o contato com os agrotóxicos quando se trabalha na sua própria terra, a partir da condição de assentado, em comparação a quando se é empregado de alguma das empresas do agronegócio. A frequência e intensidade da exposição parece ser o primeiro elemento diferenciador. Segundo eles, na primeira situação, a pulverização se dá apenas no período invernos (duas vezes a cada 06 meses), enquanto, quando se é empregado, o convívio com os agrotóxicos costuma se realizar durante todos os dias desse período.

Anotações no diário de campo - 04 de julho de 2009.

³⁴ Acompanhar a aplicação dos questionários no bojo do referido estudo epidemiológico, que se realizava desde 2007 sob a coordenação da professora Raquel Rigotto, do departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi minha porta de entrada ao Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Núcleo TRAMAS), ao tempo em que eu buscava uma inserção na iniciação científica. Desde então, as aprendizagens na vivência cotidiana de uma construção peculiar de ‘fazer ciência’, tornada possível a partir desse encontro, servirá tanto de ponto de partida para as novas questões, que serão tratadas à luz desse acúmulo, quanto de ponto de chegada, na expectativa que novas perspectivas iluminem o seguir de nossa trajetória.

Comunidade Cabeça Preta, Chapada do Apodi, Ceará.

Cabeça Preta é uma comunidade muito deficiente em infra-estrutura, ausência de saneamento básico, problema de drenagem da água da chuva, fazendo com que todos os caminhos sejam lamacentos. [...] As pessoas que entrevistei eram, em sua maioria, trabalhadores avulsos na propriedade de terceiros. Em todos eles, uma espécie de desolação era visível. Não havia nenhuma esperança de resolver o problema. Um trabalhador havia recentemente mudado de residência com sua família na tentativa de se afastar um pouco das plantações, pois sua esposa sofria muito de problemas respiratórios com a pulverização aérea. A mudança amenizou um pouco, mas o cerne da situação persistia, pois todos os membros da família se vêem obrigados a trabalhar em áreas de aplicação de veneno, inclusive a esposa, que continua a sofrer com essa exposição. A água que abastece a comunidade vem do canal de irrigação. Muitos deles denunciaram que essa água, após passar pelas áreas das lavouras das empresas, vai ser ingerida pelas pessoas nas comunidades, já contaminada pelos agrotóxicos.

Anotações no diário de campo - 05 de julho de 2009.

Comunidade de Tomé, Chapada do Apodi, Ceará.

O líder comunitário, José Maria, falou sobre a luta da comunidade, envolvendo questões de expropriação e luta judicial pela terra. Disse possuir documentações e poder, em outro momento, me relatar essa história. Durante a aplicação dos questionários, muitos relatos tristes, de adoecimentos e acidentes envolvendo os agrotóxicos. Ora faltam linhas pra descrever, ora faltam palavras.

Anotações no diário de campo - 15 de agosto de 2009.

Comunidade de Lagoa dos Cavalos, Tabuleiro de Russas, Ceará.

Todos se referem à Lagoa dos Cavalos como uma *“comunidade em transição agroecológica”*. Ainda não compreendo os sentidos dessa denominação, mas notam-se indícios de uma relação bem diferenciada com a terra. Nos itens do questionário, me surpreendo em saber que todos os moradores reutilizam o lixo orgânico e que a água oriunda das torneiras e do chuveiro serve para *“aguar uns pés de bananeira”*, diferente das outras comunidades que conheci que destinam todo o lixo para enterro ou queima e despejam a água das torneiras no solo a céu aberto [...] Surpreende também a diversidade relatada na produção e a referência que todos apontam aos espaços coletivos da comunidade, muito valorizados nas falas. [...] Todas as pessoas que entrevistei afirmaram nunca utilizar nenhum tipo de agrotóxico em suas plantações.

Anotações no diário de campo - 27 de agosto de 2009.

Bairro de Limoeiro Alto, Limoeiro do Norte, Ceará.

Sinto, pelo perfil da reunião, que estou num lugar onde se concentra a presença de empregados do agronegócio. Tomamos conhecimento, por alguns deles, que a Del Monte havia desistido de produzir abacaxi, por conta de uma praga que *“veneno nenhum dava jeito”* e que passaria a investir na banana. Outros associam esse quadro a uma perda irreparável da fertilidade das terras, explorada tão intensamente num período tão curto de tempo. Houve ainda o relato de que, nesse contexto, a Del Monte já havia demitido centenas de pessoas. Notei que a possibilidade de saída das empresas da região, mais do que alívio, gera medo, tensionando inclusive uma reorientação do discurso de resistência - que passa a afirmar que *“não somos contra a empresa, queremos apenas respeito a certos direitos”*. Escuto um relato triste, de um trabalhador que diz não comer o abacaxi que planta, mesmo quando a empresa oferece que eles levem as sobras dos lotes que não serviram para exportação, *“porque sei o tanto de veneno que botei naqueles abacaxis”*. Outro trabalhador confessou ter sido obrigado a esconder alguns dos agrotóxicos proibidos *“em um buraco no meio do mato”*, quando a empresa recebeu uma equipe de investigação da

Procuradoria do Trabalho para efetuar um flagrante à noite. Numa outra fala, escuto dizer que *“pra quem fica embaixo, só sobra poluição do ar que a gente respira puro enxofre e da água que a gente bebe pura veneno”*. Penso como esse *“embaixo”* pode significar tantas localizações importantes: a dos que ficam geograficamente embaixo da Chapada onde se concentram as empresas, arcando com as conseqüências do que se produz lá em cima, os mesmos que ficam socialmente, economicamente e politicamente embaixo na hierarquia de (não) poder decidir sobre o modelo do que se produz. Em vários relatos, as empresas são anunciadas como *“a salvação dos jovens”*, ainda que esteja *“devolvendo à comunidade pais doentes”*. O embargo na voz transparece que esse tipo de contradição é vivido à luz de muito sofrimento. É, ainda, constante um tipo de reflexão que avalia o trabalho na empresa como um *“mal menor”* do que as outras opções que restam (de desemprego e subemprego). Resta saber se existe consciência sobre todos os aspectos que deveriam se sopesar nesse balanceamento. É válido, por exemplo, o discurso de disposição de sua saúde pelo trabalho, quando não se sabe exatamente a que doenças está se submetendo e submetendo sua família? Não é uma lógica perversa de banalização do sacrifício que faz com que essas pessoas abram mão de seus direitos, em última instância de sua vida, em nome do direito ou da necessidade a um emprego?

Em termos de acontecimentos, muito houve naquelas comunidades que visitei no Ceará, desde aquele julho de 2009 pra cá. Num breve exercício de atualização dos lugares e das gentes que conheci naqueles cinco primeiros dias, diria que:

Vizinha ao assentamento Bernardo Marin, se instalou uma empresa exportadora de melão, inaugurando pros assentados o problema da convivência forçada com o agronegócio, onde o desequilíbrio trazido pela monocultura não reconhecia as cercas limitadoras das propriedades, por onde as moscas brancas, espantadas pela pulverização intensiva de agrotóxicos nas lavouras de lá, migravam aos cajueiros do assentamento;

A denúncia dos moradores de Cabeça Preta foi posteriormente reforçada por laudos laboratoriais que constataram a contaminação por agrotóxicos em todas as 24 amostras de água de consumo humana enviadas para análise, coletadas nos canais que abastecem as comunidades, nas torneiras e caixas d'água. A amostra colhida no Centro de Abastecimento de Cabeça Preta exemplifica o padrão de multiplicidade de princípios ativos encontrado em todas as demais coletas, tendo em vista que nela foram detectados sete princípios ativos diferentes, entre os quais o carbofurano e o endossulfan, ambos de classe toxicológica I, extremamente tóxicos³⁵ (RIGOTTO, 2011);

³⁵ No período da divulgação dos resultados da coleta ambiental, o carbofurano estava em processo de reavaliação e o endossulfan já havia sido declarado banido pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA). De acordo com a autoridade sanitária, alguns dos motivos que justificavam tais medidas, eram a alta toxicidade aguda e a suspeita de desregulação endócrina associadas aos dois princípios ativos, somados à toxicidade reprodutiva relacionada ao endossulfan (RIGOTTO, 2011).

Zé Maria, presidente da associação comunitária de Tomé, não pôde me contar todas as histórias de luta pela terra travadas desde a desapropriação dos pequenos agricultores para a construção do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, pois no dia 21 de abril de 2010, a caminho de casa, foi executado com 25 tiros. A investigação culminou na denúncia, pelo Ministério Público, de João Teixeira como mandante do crime, empresário produtor de bananas da região e irmão do ex-Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira;

A comunidade de Lagoa dos Cavalos foi devastada pelas obras da segunda etapa do perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas, no desenrolar de uma violência que comprometeu experimentações, práticas e saberes agroecológicos e de convivência com o semiárido que ali se desenvolviam há gerações. Durante esses quatro anos, com as desapropriações, inseguranças sobre os direitos à indenização e/ou reassentamento, a produção agrícola da comunidade reduziu drasticamente, inaugurando um contexto de riscos à segurança e à soberania alimentar. Na resistência, a formulação de um plano alternativo de reassentamento que reafirma a reconstrução das casas de moradia associada a áreas de produção tem inspirado os anseios de continuar a disputa pelo território e modos de lhe significar e ocupar (GADELHA, 2014);

Fugindo à lógica das alternativas infernais, encontrando outros possíveis não autorizados no bojo da escolha entre ser desempregado ou ser empregado adoecido do agronegócio, os trabalhadores da maior transnacional instalada na região fizeram greve em julho de 2012, pelo fim do assédio moral, pelo fim da obrigatoriedade e imposição abusiva de horas extras, pela mudança de setor de serviço de mais de 50 trabalhadores que apresentavam alterações cromossômicas na medula óssea em decorrência da exposição aos agrotóxicos, entre outras pautas. E, em maio de 2014, mais de quinhentas famílias iniciaram o processo de ocupação da 2ª etapa do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, que se batizaria como “Acampamento Zé Maria do Tomé”, atualmente com milhares de famílias cadastradas, em que se reivindica parte dos 4.000 hectares de terra pública que já foram oficialmente reconhecidos pelo DNOCS como alvo de invasão e grilagem por empresas nacionais e transnacionais do agronegócio (FREITAS, 2010).

Entre inúmeros outros eventos acontecidos, aproximações e investigações realizadas, muito conhecimento foi construído nesse período junto às comunidades e movimentos sociais da região do Baixo Jaguaribe, especialmente na Chapada do

Apodi, Ceará, numa parceria que envolve a presença de pesquisadores do Núcleo Tramas e de outros centros acadêmicos, a exemplo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE) e do Instituto Federal (IF/CE).

Por ora, mais importante do que enveredar por uma retrospectiva que em muito mais se prolongaria a respeito dos aprendizados sobre aquele conflito, creio que o relevante seja frisar os efeitos dessas aproximações sobre a prática do “fazer pesquisa”, em si, pelo que eles repercutiram nas escolhas que me conduziram a cruzar a fronteira rumo à porção potiguar da Chapada do Apodi e também pelo que eu pude carregar comigo no embornal dessa mistura entre as aprendizagens de lá com as de agora, tendo em vista que a referência àquela trajetória não se situa em alguma conjugação passada do tempo, mas se movimenta e, quando problematizada, se renova³⁶.

No traçado de um caminho nem novo nem velho, nunca solitário, repleto de alegrias e desafios, (nos) inventamos práticas insurgentes de pesquisa, lastreadas na confiança aprendida sobre o território como ambiência de relações epistemológicas, e não só como *locus* onde se desenvolvem os conflitos estudados.

O primeiro efeito dessa relação já pôde ser sentido, tempos atrás, quando os meses de julho e agosto daquele ano de 2009 me serviram a ampliar o horizonte de inquietações para além da pretensão voluntarista inicial, que se resumia a compreender, sob o marco da violação de direitos, as novas configurações de trabalho no contexto da expansão do agronegócio na Chapada do Apodi (CE)³⁷.

Como se pode antever nos registros daqueles dias, então, outras questões foram me mobilizando o pensamento, consolidando minha aproximação não só ao Núcleo Tramas, enquanto coletivo de pesquisa com suas dinâmicas próprias, mas à perspectiva de múltiplas articulações encerrada em sua práxis:

(i) das interconexões analíticas entre produção, trabalho, meio ambiente e saúde, no esforço de responder de forma menos fragmentada à complexidade das

³⁶ Na medida em que tais conhecimentos sobre a realidade da expansão do agronegócio no Ceará se façam importantes de serem reativados para dialogar com alguma das questões sobre as quais se debruçará a presente pesquisa ou com os dados e reflexões que venham da nova imersão em campo que esta proporcionou, serão apresentadas no momento oportuno que a narrativa demandar.

³⁷ No começo de 2009, a partir de um interesse prévio na área de Direito do Trabalho e das notícias de que, com a expansão do agronegócio de fruticultura irrigada na região do Vale do Jaguaribe, manifestavam-se profundas reconfigurações laborais no campo, imaginei um projeto de pesquisa, aprovado pelo Edital PIBIC 09/10, intitulado “As violações aos direitos fundamentais dos trabalhadores na região do Vale do Jaguaribe no Estado do Ceará: um estudo de caso sobre o agronegócio e as relações de trabalho no campo”.

realidades em que nos inserimos enquanto pesquisadores;

(ii) das aventuras interdisciplinares, quer ela se dê no encontro com a diversidade das áreas de formação que cada membro do grupo possui em sua história acadêmica, acionada quando necessário para aprofundar um ou outro tema desde alguma abordagem específica na seara da geografia, do direito, da saúde coletiva, da sociologia etc., quer ela se materialize no constante atrevimento de cada um a se sentir insatisfeito nos limites que sua própria formação lhes pretendeu encerrar;

(iii) do reconhecimento de outros saberes e do diálogo então tornado possível;

(iv) da costura entre conhecimento e ação, tanto pelo viés em que a produção de conhecimento alimenta a ação, quanto pela ação envolvida no próprio processo de construção de conhecimento em si;

(v) das redes que se constroem ou se fortalecem nos territórios onde a pesquisa se insere, em que se ampliam os poderes de interferência sobre ela, bem como a impulsão de seu efeitos, desde a conexão entre universidade, movimentos sociais e sujeitos dos territórios afetados por conflitos ambientais;

(vi) das várias formas de publicização do conhecimento assim coletivamente construído, extrapolando a abrangência das publicações acadêmicas;

(vii) da coexistência, no exercício da pesquisa, da tríade entre ensino, pesquisa e extensão ou entre o que seriam seus resultados decorrentes simultaneamente sobre o processo de “formação, de construção do conhecimento e de inserção social” (RIGOTTO; ROCHA, 2014, p. 3);

(viii) entre o rigor da reflexão acadêmica, que nos leva às atitudes de vigilância epistemológica e a urgência da inventividade na combinação de métodos e teorias críticas que fundamentem nossas experimentações por uma outra ciência.

Assim, minha motivação inicial, que de antemão se restringia à dimensão do trabalho no agronegócio, pôde ser reformulada pela disposição à outra forma de construir o objeto de pesquisa que não aquela aonde ele já chegasse ao território pré-fabricado, em que pude exercitar a liberdade de construí-lo (em rede) entre as fluências e conexões que se davam nos territórios em conflito.

Não poderia ser diferente se, nas portas entreabertas por aquelas visitas, cumprimentei o surgimento de tantas outras pessoas, e se, no chão que me ofereceram para pisar, vi, a cada passo dado, brotar, desse encontro entre o pé, o

chão e os outros, relações de conhecimento³⁸.

Tais vivências me transportaram pro mestrado a premissa, não só, de que importava o campo, mas de que quanto mais anárquico ele se realizasse – no sentido de pretendê-lo livre de impulsos prévios de determinação e controle³⁹ – maior poderia ser sua potência de deslocar (as questões, as certezas) e de afetar.

Durante o primeiro ano na pós-graduação, enquanto estava entretida no curso das disciplinas, imaginava ainda que o caminho por onde enveredaria meu próximo impulso de pesquisa continuaria a ser traçado nesse território ao redor do qual eu já havia construído relações de afetividade e confiança – nas comunidades da Chapada do Apodi (CE) pelas quais transitava, entre as quais se destacava a comunidade de Tomé - e de onde emergiam novas demandas de pesquisa passíveis de serem reportadas aos acúmulos das investigações anteriores, no que dizia respeito, por exemplo, a informes recentes sobre as dinâmicas de contaminação e violência que acompanhavam o incrustamento do agronegócio da fruticultura irrigada na região.

Terminado o primeiro ano do mestrado, na iminência de partir para o campo, essa perspectiva foi, entretanto, abalada por uma pergunta desconcertante, que viria a ser crucial para algumas rupturas e mudanças de rumo que se seguiram no que diz respeito à para onde eu iria e os objetivos que instigariam minha busca. Ao que minha orientadora pediu que eu descrevesse brevemente o que era Tomé, o exercício que me parecia relativamente fácil me situou diante de um constrangimento mobilizador.

Eu tinha muito a falar da comunidade de Tomé, claro! Poderia relembrar o avião que a sobrevoava lançando caldas químicas, apresentar o mapeamento por satélite que mostrava a comunidade cercada pelas plantações do agronegócio ou o próprio mapa construído pela comunidade onde se viam registrados o que lhes ameaçava a saúde, contar do medo em que as pessoas viviam desde o assassinato

³⁸ No sentido conferido por Viveiros de Castro (2002, p. 114), para quem as relações de conhecimento entre antropólogo e nativo consistem, imediatamente, em uma relação social, “pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos”.

³⁹ Ressaltando-se que, o fato de não estarem pré-determinados os objetivos, a metodologia ou as próprias questões, não significa que não houvesse nada em curso. Pois é aqui que acho que entra a força do que havia, agregada às novas reflexões, lastreando as experimentações que se seguiram, na construção de um fazer científico que se deu enquanto descoberta de que os caminhos da busca merecem tanta atenção quanto os lugares aonde chegamos através dela.

de Zé Maria, sobre a água contaminada por agrotóxicos que as pessoas ingeriam, sobre as viaturas da polícia que têm a gasolina abastecida nas firmas do agronegócio etc. De repente, percebi que ‘tudo’ que eu tinha a dizer sobre Tomé era “só” isso: o que era Tomé pro agronegócio ou o que era Tomé pós-agronegócio⁴⁰.

Certamente, existiam muitas outras histórias sobre Tomé que não tinham no agronegócio o protagonista, histórias de passado, mas também de atualidades e de futuros, mas sobre essas, nesse tempo todo em que estive com eles, muito pouco busquei saber. Se existiam outras perspectivas a orientar outras possibilidades de caracterização daquele lugar, onde outros valores e dinâmicas pudessem ser aportados, onde os moradores de Tomé não existissem apenas como na condição de ‘atingido’, dessas possibilidades eu ainda não tinha me aproximado com vigor.

Esse constrangimento foi definidor para decidir, então, que o passo que eu daria não seria o de aprofundamento para conhecer mais sobre a dominação, ainda que, de todo, esse rumo nunca tenha sido totalmente abandonado, nesse movimento que é de onde se vem e para onde se vai, sempre chegando, sempre saindo, sempre voltando etc., mas que eu enveredaria justamente para a necessidade de (re)conhecer que a dominação, em última instância, não se realiza. Que eu me esforçaria para enxergar outras forças que impedem uma determinação totalizante sobre os territórios, possibilitando uma aproximação que, libertada de procurar exclusivamente o agronegócio, pudesse transitar entre outras existências... O que há além do agronegócio ou apesar do agronegócio? O que há que não se deixa dominar? Onde existe vitalidade e resistência⁴¹?

Mobilizada a trilhar esse caminho, onde a dominação não recebesse o privilégio de análise, precisei reconhecer que as facilidades que anteriormente eu identificara em Tomé agora poderiam significar dificuldades. Ainda que eu chegasse lá com novas perguntas, não seria de surpreender se as pessoas seguissem me

⁴⁰ Compreender o que era a comunidade de Tomé para o agronegócio continuava a ser um objeto legítimo, o que eu recém descobria era que isso era apenas um objeto possível, uma perspectiva entre outras para compreender Tomé, e que a escolha, portanto, sobre qual perspectiva me interessaria ainda precisaria ser feita. Posteriormente, vale mencionar que a dinâmica de pesquisa do próprio Núcleo Tramas na comunidade de Tomé se reorientou num sentido semelhante às questões que me mobilizavam, buscando ali compreender e valorizar também o que existe de resistência, arte e cultura.

⁴¹ Interessante ressaltar que a descoberta se dá em que a vitalidade e a resistência existem em coexistência com a dominação, esta última compreendida como atividade e não como resultado, no sentido que não nego a existência da dominação, sua força, estratégias e produção de efeitos, mas questiono, a respeito de sua realização, as noções de inevitabilidade e totalização que a ela costumam ser associadas.

dando as mesmas respostas, falando sobre o agronegócio, se era isso o que elas conheceram nos últimos quatro anos do meu interesse de conhecimento sobre elas. Redefinir essas referências me demandaria, no mínimo, um tempo que, nos limites de uma pesquisa de mestrado, eu talvez não pudesse dispor. Além do que, meu próprio olhar sobre aquele território, viciado a lá enxergar as capturas e violências, poderia reduzir as resistências aos eventos em que elas se manifestavam explicitamente assim nomeada, simplificando-as ou, de uma perspectiva pessimista, reduzindo-as à noção autoritária de serem meros vestígios, à semelhança do que faz grande parte da teoria crítica sobre a questão agrária que vê na inevitabilidade do processo de expansão agrícola modernizadora a inevitabilidade da morte do campesinato⁴².

Assim, mapeando as necessidades de ir a um lugar novo, onde a construção de outras referências fosse possível ao pouco tempo em que eu teria, e mesmo onde a vitalidade pudesse se explicitar com mais facilidade ao meu olhar desacostumado de vê-lo, e, por fim, onde eu pudesse “não sair”, no sentido de não abandonar os compromissos e afetos estabelecidos ao longo dessa trajetória, escolhi atravessar a fronteira da Chapada do Apodi, na busca pela agricultura familiar e agroecológica do município potiguar de Apodi, no Rio Grande do Norte, para onde avançavam as obras do perímetro irrigado de Santa Cruz, a passos rápidos, infelizmente, mas ainda quase inteiramente livres da presença do agronegócio, não fosse uma empresa de porte médio lá instalada, conhecida como “o japonês”⁴³.

A proeminência da definição sobre o lugar merece, por fim, ser destacada pelo que ela significou de uma opção metodológica não tradicional. O campo aqui não foi visto como deságüe, aonde se chegaria para descarregar o acumulado em termos de questões amadurecidas, referenciais teóricos e metodologias planejadas, mas como nascente. Só havia o lugar, aonde todo o resto brotaria. Não seria o mecanismo de comprovação do que já se sabia de imediato, como se o campo fosse um acessório para ilustrar o que se queria dizer, mas havia a confiança de que ele

⁴² Teoria que tem como referência primeira a interpretação de Lênin (1982) sobre “O capital” de Marx. Em sua obra, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, Lênin defende que, inevitavelmente, nas sociedades em que o avanço da economia capitalista vai se estabelecendo, o camponês tende a ir desaparecendo, de alguma forma também repercutindo nos estudos de MARTINS (1990) e ELIAS (2002; 2007).

⁴³ O que não quer dizer que por ser o Apodi uma região com poucas referências de dominação do agronegócio, não houvesse outros processos de dominação em curso, como será esclarecido posteriormente à luz de nossos encontros e do seguimento do texto.

mesmo, no encontro por ele proporcionado entre o pé, o chão e os outros, é quem traria as questões, bem como dali seriam formulados os meios para buscar as respostas. Inclusive, o próprio direcionamento de teorias a serem apropriadas precisaria surgir dessa articulação com as necessidades de diálogo trazidas pelo campo.

Minha trajetória já havia me ensinado algo sobre ‘de onde nascem as questões?’ ou, para evitar a pretensão de uma totalização indevida, ‘de onde nascem as minhas questões?’, em que já tendo tido a oportunidade de colher as demandas de produção de conhecimento que as pessoas do lugar indicavam, na construção de “uma ciência que vá ao mundo vivido recolher seus objetos de estudo, a partir das lentes da sensibilidade engajada, ao encontro daqueles que sofrem, dos grupos humanos e classes sociais mais vulneráveis” (RIGOTTO, ROCHA, 2014), agora me desafiaria a uma relação mais de cultivo do que de colheita das questões que nos mobilizariam, nascidas pelo encontro. Pois, se me apetecia não estabelecer de antemão quais seriam os problemas, restava o exercício de confiar que o lugar possibilitaria essa determinação, não por uma lógica simples de entrega às questões dos outros, quando identificadas, mas também pelo ineditismo que poderia vir do encontro então tornado possível, entre as minhas questões e as questões dos outros.

Esse tipo de abordagem que me empurrava ao campo, lastreada pelo que eu já havia experimentado sobre a potência da pedagogia do território⁴⁴, repercutiu em duas conseqüências, uma de ordem mais epistemológica, em que a valorização sobre o “saber das pessoas” do lugar se dá em outros termos que não o da ruptura com o senso comum (FOUCAULT, 1999 apud MELLO, 2006), e uma outra de ordem mais prática, em que privilegiei a vivência de campo, a ela dedicando seis meses, na contramão dos limites cotidianos e conjunturais de uma *fast-science* que desencoraja a nós, alunos da pós-graduação, especialmente do mestrado, a fazer apostas tão altas na busca pela qualidade de nossa pesquisa e, mais além, na experimentação em si do que pode significar para cada um de nós esse momento de iniciação em “fazer ciência”.

Assim, busquei que a aprendizagem que se continuava e se iniciava fosse

⁴⁴ Termo proposto por Rigotto (2014, p. 27) para referir ao efeito da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2008) sobre o campo científico, “no que diz respeito aos reflexos da relação com sujeitos portadores de outros saberes sobre nossa práxis acadêmica”.

realizada no chão do lugar. Busquei exercitar o olhar para a vitalidade. Busquei, principalmente, chegar no lugar do conflito não para reforçar a probabilidade do avanço do agronegócio sobre o território da agricultura familiar e agroecológica, já devidamente conhecido e denunciado, mas para reconhecer a possibilidade de uma resistência que não se deixa dominar, investindo na produção de conhecimentos que potencializassem o que ela carrega de recusa e de presença.

Busquei o Apodi (RN)⁴⁵.

3.2 O marco da justiça ambiental e o processo de Avaliação de Equidade Ambiental: instrumentais analíticos e políticos que nos ajudam a ver

Agora os ouvidos dos meus ouvidos acordaram e agora os
olhos dos meus olhos se abriram.
(E.E.Cummings)

Chegando no Apodi, trabalhar para que as escolhas que orientavam esse movimento se realizassem no nível do chão e nos limites e possibilidades de um trabalho acadêmico se mostrou uma tarefa bem mais difícil do que pode se fazer parecer nas escritas que concentram os relatos do bem-sucedido e dos produtos que se realizaram num processo muitas vezes pouco explicitado sobre os erros e desafios que lhes acompanharam.

Verdade é que o exercício para compreender a Recusa e enxergar aquilo que se faz presente na aparente ausência é menos óbvio do que parece, posto que a (r)existência e a perspectiva nativa dos agricultores/as do Apodi, e das populações tradicionais de forma geral, têm sido mediadas por estratégias históricas de invisibilização e/ou desvalorização, como denunciámos já nas primeiras páginas deste trabalho. Como lá destacamos, se privilegiamos no mais das vezes explicitar a dominação política e econômica que recai sobre esses grupos, a verdade é que ela se faz intrinsecamente fundamentada sob uma dominação também epistêmica, que se estabelece no terreno da produção de saberes, narrativas e fazeres historicamente subalternizados, com consequências sobre a forma como olhamos – e às vezes não *vemos* – esses grupos e, no esteio, sobre como nos relacionamos

⁴⁵ Seriam, então, três fronteiras que estão sendo experimentadas: a de tempo, sobre um “fazer pesquisa” que começa em 2009 e se reinaugura em 2014, a de espaço, sobre um trânsito da porção cearense à porção potiguar da Chapada do Apodi, e a de perspectiva, sobre uma busca que começa na dominação e termina na sua contestação.

com eles no mote de produzirmos conhecimentos.

Mesmo no que nos posicionemos à esquerda no espectro do engajamento a uma crítica social, seguimos passíveis de compartilhar ou compactuar com o repertório dominante construtor de invisibilidades, em suas múltiplas variações, mais do que gostaríamos, ao que nos cabe atenção redobrada.

Nesse sentido, algumas ferramentas analíticas e políticas colhidas ao longo da aproximação à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁴⁶ nos foram muito úteis para a abordagem que pretendíamos na imersão que fundamenta o presente trabalho. O primeiro deles, o próprio conceito de racismo ambiental, no que o tomamos emprestado e sugerimos sua ampliação para aí compreender a violência imposta a certas existências que são invisibilizadas, silenciadas e desqualificadas, dá sentido para aquilo que nos provoca e nos mobiliza à própria realização desse trabalho, em si. É a constatação contra a qual nossa indignação se levanta e nossa energia se empenha.

O marco da justiça ambiental, por sua vez, orienta nosso olhar para as desigualdades que permeiam as condições de acesso dos diferentes setores da população à proteção ambiental, e, atualizado pelas práxis dos movimentos brasileiros em suas lutas por justiça ambiental, nos permite relacionar a realização da especificidade de cada *grande* empreendimento catalisador de conflitos ambientais a uma contextualização de fundo sobre modelos de desenvolvimento em disputa – inclusive quando essa disputa se manifesta pela Recusa ao desenvolvimento em questão, como é o caso que buscamos compreender no “não” dito pelos agricultores e agricultoras do Apodi ao projeto do perímetro irrigado de Santa Cruz e aos planos de expansão do agronegócio na região.

A potência analítica e política que decorre da evidenciação dessas desigualdades será por nós reivindicada em alguns momentos da análise, quando buscaremos explicitar como a expansão dos perímetros irrigados e do agronegócio na região se realiza lastreada sobre essas desigualdades, fomentando-as, ao invés de combatê-las, no impulsionamento de uma atividade que compromete a existência

⁴⁶ A RBJA é uma articulação de grupos e pessoas que atuam contra o racismo e as injustiças ambientais: organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos comunitários no campo e na cidade, setores acadêmicos, profissionais de diferentes áreas e militantes que vivenciam e/ou testemunham, e lutam contra, as violências sociais e ambientais do desenvolvimento brasileiro. Entre 2010 a 2014, atuei em sua Secretaria Nacional, após o que sigo fazendo parte da rede como membro, desde os coletivos em participo e que a ela se integram, quais sejam, a FASE e o Núcleo Tramas.

de outras práticas sobre o território.

Por fim, gostaríamos de registrar um processo desenvolvido no âmbito da RBJA ao qual temos recentemente nos engajado, que mais nos inspira naquela movimentação a que nos propomos de experimentar um salto da sistemática da dominação às (r)existências anti-sistêmicas: a Avaliação de Equidade Ambiental (AEA).

Inaugurado com o objetivo de “sistematizar uma análise crítica sobre a conjuntura de flexibilização ambiental e fragilidades dos processos de licenciamento e visibilizar as violações a que as populações vulnerabilizadas estão expostas e o desrespeito ao marco legal ambiental” (FASE; IPPUR, 2011), esse processo pretendia também, além de explicitar as denúncias, acumular aportes para a formulação de um instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento – ideia que seu batismo pretendia comunicar: a criação de um outro processo de avaliação que, ao invés de compartilhar e reforçar os imperativos da desigualdade ambiental, promovesse equidade. Havia, à época de seu disparo, certa expectativa de que os resultados desse processo reverberassem para dentro do Ministério de Meio Ambiente, no sentido de reverter a lógica de flexibilização ambiental que estava em curso e incidir favorecendo a democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento.

No fluxo das mudanças de conjuntura pela qual atravessava o país, essa expectativa foi, entretanto, se mostrando cada vez mais infrutífera, não havendo espaço no governo para acolher o que essa pesquisa indicava de recomendações sobre a política de licenciamento ambiental, recrudescendo-se, ao revés, a dinâmica de flexibilização e retrocesso no campo dos direitos ambientais e territoriais, tal qual vem sendo sistematizado por Malerba (2015b). O que levou, por outro lado, a uma reorientação das energias empenhadas no processo, no sentido de um exercício que se atualizou na busca por redefinir o olhar que incidia sobre os territórios atingidos por grandes empreendimentos, “disseminando os pontos de vistas dos grupos sociais afetados e potencializando as implicações políticas nascidas da opção por este foco” (FASE; IPPUR, 2011).

Nascia, assim, aquilo que despertaria em nós a inspiração de contribuirmos para a construção de espaços de fala, “espaços de saber e de poder”, que se instauravam na medida em que pudessem ser repudiadas as estratégias de

silenciamento e desqualificação que usualmente operavam sobre essas falas/saberes/poderes, em que pudesse vir à tona aquilo que existia e estava reprimido, e em que aquilo que emergisse pudesse ser acolhido e valorizado.

Tudo que emerge, do filho que sai do útero às falas que rompem o silêncio, inclusive esse trabalho, emerge para encontrar um meio hostil – é preciso sabê-lo, para que possamos cuidá-los e respeitá-los nas fragilidades que apresentam⁴⁷.

3.3 Chegando no Apodi

Encontrei o Apodi ao tempo em que o Apodi consolidava seu encontro com o Ceará. Tanto que, ao estabelecer as primeiras aproximações com Edilson, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), ainda por telefone, para que combinássemos uma primeira visita minha à região, sua indicação foi a de que nos encontrássemos na Chapada do Apodi (CE), para onde eles iriam naquela semana a participar de uma reunião com o Movimento 21 (M21)⁴⁸, me sugerindo de lá seguir com eles para o Rio Grande do Norte.

Nessa reunião, explicitou-se a diferença que me mobilizava nesse encontro: havendo uma proposta de que os movimentos sociais elaborassem uma carta de posicionamento sobre a política de expansão dos perímetros irrigados para compor o dossiê que se realizava sobre a questão, constatamos ali as divergências que inviabilizariam a feitura da carta: entre quem reivindicava uma reorientação dessa política de irrigação no sentido de servir à agricultura camponesa e quem a recusava incisivamente, este sendo o posicionamento daqueles que vinham do Apodi, existiam limites no exercício de extrair convergências.

Recordando a fala de Edilson no contexto dessa reunião, de que *perímetro irrigado não tem remedo*, gostaríamos de destacá-la como ponto-de-partida por onde

⁴⁷ “Qualquer criação deve incorporar o saber de que ela não se arrisca em um mundo amigo, e sim em um meio doentio, de que ela terá que lidar com protagonistas – o Estado, o capitalismo, os profissionais etc. - que se aproveitarão de qualquer fraqueza e que acionarão todos os procedimentos possíveis de envenená-la (“recuperá-la”)” (STENGERS, 2015, p.98).

⁴⁸ Compreendido como “uma conjugação de esforços, de organizações, de movimentos, de pessoas em torno” dos problemas relacionados ao agronegócio naquela região específica do Ceará que compreendia a Chapada do Apodi e o Tabuleiro de Russas, o Movimento 21, enquanto articulação entre pastorais sociais, ong’s, movimentos sociais, sindicatos e pesquisadores, recebeu esse nome e uma organicidade maior a partir do assassinato de Zé Maria, em 21 de abril de 2010 (FERREIRA, 2010, p. 171).

começaríamos a investigar que leitura específica sobre os perímetros irrigados orienta essa Recusa dita pelos agricultores e agricultoras no Apodi, reafirmada sempre que eles se referem ao perímetro de irrigado de Santa Cruz como o *Projeto da Morte*.

Seguindo em seus dizeres, ainda ali naquele contexto, Edilson emendava: *A gente não existe nesse modelo! (...) quem conheceu o Apodi hoje, sabe que a gente já tem um modelo, um modelo nosso!* Pois que aí também podemos sinalizar no mesmo ponto-de-partida o outro extremo da busca que nos interessava: o anúncio de uma resistência que ia além da denúncia, indicando a existência de um outro *modelo*, entre os quais não cabia mediação ou adesão à promessa de integração, onde se reivindicava um modelo de resistência repousado na existência cotidiana de uma alteridade: (r)existência.

Ao fim da reunião, quando pude me apresentar a Edilson para seguir viagem com eles rumo ao Apodi, expliquei meu interesse de me aproximar ainda sem ter formulado um objeto ou recorte de pesquisa específico, manifestando que, pra mim, provavelmente, não seria tão difícil compreender o *Projeto da Morte*, em virtude das várias associações que pudessem ser feitas em minha trajetória junto ao que tinha aprendido sobre o perímetro irrigado de Jaguaribe-Apodi nos últimos anos, mas que meu profundo desconhecimento, que era por onde eu desejava começar, estava em outro lugar, justamente sobre quem eles eram, sobre o “projeto de vida” que eles haviam construído, sobre a vitalidade da (r)existência que eles anunciavam... Que seria por essa abrangência que eu gostaria de ser conduzida por eles, se eles pudessem me ensinar a conhecê-la, esse foi meu pedido.

Pois que a informação que eu detinha de que o Apodi estava sendo atingido pelas obras do perímetro irrigado de Santa Cruz não me satisfazia enquanto caracterização do lugar. Mais ainda, fiz um movimento de não situar nessa questão o cerne por onde desenvolver minha relação de conhecimento sobre eles, orientada pelo desejo de não ser de antemão conduzida a enxergar o que se devastava e, mesmo, ao que ali se formulava em termos de ações de resistência ao perímetro.

Na medida em que essa escolha se materializou no pedido para que eles⁴⁹, então, me conduzissem por essas linhas de fuga, me apresentando ao que fosse o

⁴⁹ O pronome “eles” diz respeito à coletividade representada pelo STTR, que inclui não só os membros que o compõem e dirigem, eles mesmos agricultores e moradores das comunidades rurais do Apodi, mas uma ampla teia de conexões que por aí seria possibilitada.

que eles eram, quais as vitalidades e potências daquele lugar e do projeto alternativo que eles contrapunham ao *Projeto da Morte*, creio ser importante, antes de compor um quadro em que eu possa compartilhar o “resultado” do que conheci sobre o Apodi, trilhar o caminho por onde esse conhecimento foi sendo construído.

Inicialmente, receava que a formulação do meu pedido estivesse confusa ou abrangente demais, mas, no meu primeiro dia de campo propriamente dito no Apodi, tão logo entro no carro do sindicato e recebo um sorriso firme de Edilson, a preocupação esvanece: ele já havia construído a rota que faríamos naquele dia, bem como já anunciava com empolgação as visitas pelas quais me guiaria nos dias seguintes. Parece que, se meu desejo por conhecê-los ainda tateava na busca por se fazer entender, Edilson, ao contrário, tinha muita segurança sobre o seu desejo a respeito do que queria tornar conhecido.

3.4 Andanças

Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo! - só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou [...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas).

Denominamos como “andanças” o primeiro movimento da metodologia que acionamos no curso de nossa aproximação ao Apodi e de nosso desejo de começar a conhecê-lo. Gostaríamos de explicitar, pelo uso desse termo, que a dinâmica que construímos durante as primeiras semanas através das quais alguns membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais me conduziam pela região – tarefa para a qual se destacaram Edilson, Agnaldo e Ivone - envolvia o caráter inteiro do percurso, não se restringido, portanto, à noção mais localizada que talvez o termo “visitas” pudesse sugerir.

Pois que, além das rotas que cada um deles estabelecia sobre o que seria importante de ser *visto* por alguém que pedia ser apresentado à vitalidade da agricultura familiar e agroecológica, em si, me parecia importante atentar no caráter reflexivo que as estabeleciam, não só no sentido de compreender os sentidos das escolhas que nos conduziam a tais lugares e experiências a serem visitadas, mas também sobre as experiências das visitas que nos afetavam a todos.

Pois, essenciais para que as primeiras pontes que se estabeleciam através das visitas fossem valorizadas em toda sua dimensão – ajudando a compreendê-las, trazendo informações para complexificar as primeiras impressões, apontando contradições, atribuindo sentidos a questões que corriam o risco de ficarem despercebidas – eram os momentos pré e pós visitas, quando, no meio do caminho de ida ou de volta, Edilson, Agnaldo e Ivone se afirmavam não só como interlocutores precioso por todos os dados e acontecimentos que articulavam para recheiar meu conhecimento sobre aquelas visitas, mas especialmente pelas reflexões que acerca delas compartilhavam.

Tal ressalva não seria tão relevante se não fosse uma pressuposição bastante consolidada nas construções científicas aquela de que o papel de análise é monopólio do pesquisador, com repercussões ainda mais perversas nos casos em que o objeto de análise é a própria cultura ou modo de vida de um grupo social específico. Aí, como alerta Viveiros de Castro (2002, p. 114), parece normal circunscrever o nativo à “pressuposição, por parte do antropólogo, de que a relação do primeiro com sua cultura é natural, isto é, intrínseca e espontânea, e, se possível, não reflexiva; melhor ainda se for inconsciente”, enquanto que ao antropólogo caberia a capacidade de “expressar sua cultura culturalmente, isto é, reflexiva, condicional e conscientemente”.

Esses momentos significativos dos intervalos entre as visitas, mais do que servirem a afirmar o óbvio acerca da capacidade reflexiva dessas pessoas sobre si mesmas, sobre a realidade em que se inserem ou sobre o modo de vida em geral naquelas comunidades, e mais do que serem a oportunidade de diálogo das formas de ver/conhecer minhas e deles, implicaram em “relações de conhecimento” onde mutuamente nos enredamos, a indicar uma inevitável “comum alteração dos discursos em jogo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 119).

Indicamos, assim, que nossa atenção se dedicava ao estar em travessia, no que fui me permitindo ser conduzida por eles, deambulando entre pontos de partida e de chegada, mas reparando também nos traçados que se faziam nos meios do caminho.

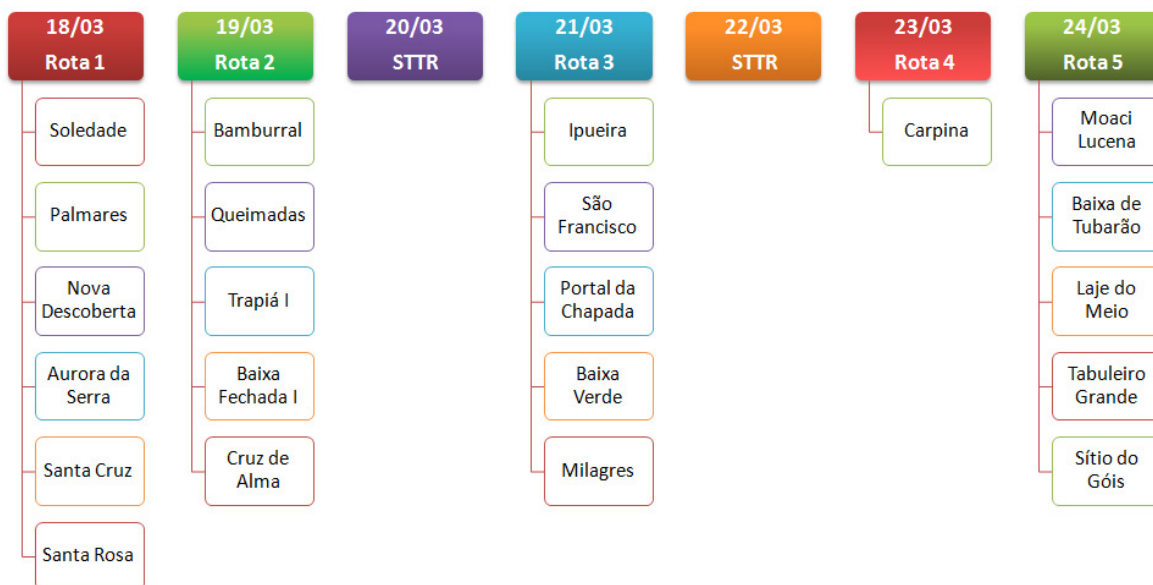
No primeiro dia de andança, tão logo saímos do perímetro urbano, Edilson

comenta que a zona rural de Apodi ainda é muito maior que a cidade. Até o censo anterior (referindo-se ao IBGE), ainda dava que 52% dos moradores de Apodi se concentravam na área rural, tendo o atual censo reduzido essa porcentagem pra 48%, fato que Edilson atribui à confusão do censo e à arbitrariedade nas determinações sobre o que é rural e o que é urbano, porque eles confundem a zona rural, porque eles tornaram o sítio Bico Torto em um bairro.

A esses números se seguiram outros, como, por exemplo, do município ocupar o 6º lugar no ranking nacional de produção de mel, das safras de arroz vermelho que abastecem os mercados de estados vizinhos, dos caminhões carregados de leite de cabra que saem diariamente de algumas das comunidades para abastecer as escolas da região, da produção de castanha que, ano passado, foi um exemplo muito bem sucedido, deixando mais de 20 mil reais de saldo para uma das comunidades lá da Chapada, numa abordagem inicial essencialmente quantitativa de afirmação sobre a expressividade da produtividade agrícola e pecuária da agricultura familiar realizada no município.

Nessa primeira semana, fizemos cinco dias de andanças, intercalados por dois dias de conversas no sindicato sobre impressões e expectativas com relação às visitas e à pesquisa.

Figura 11 - Comunidades visitadas por cada rota durante a primeira semana de andanças



Fonte: Acervo da pesquisa

Em termos do que se dizia, o esforço do Sindicato em mapear as comunidades pelas quais me levariam era parte da *função* deles em *colaborar* com a *pesquisa dela*. Ao chegar nas comunidades, me apresentavam como a *pesquisadora do Rio de Janeiro* e justificavam sua própria presença dizendo que estavam *dando essa volta pra mostrar a ela algumas comunidades, porque depois ela vai escolher em qual delas vai fazer a pesquisa*.

Para compreender o que se tornou depois a pesquisa, considero importante registrar essa historicidade no processo, situando o que esses dizeres, repetidos muitas vezes durante aquela primeira semana, indicavam sobre a existência de um marco inicial onde (i) havia uma noção de propriedade a respeito da pesquisa, em que a possibilidade de interferências se realizava nos limites da colaboração desde baixo, limitadas a viabilizar (ou não) as decisões que cabiam exclusivamente ao pesquisador; (ii) experiências anteriores, tanto minhas quanto deles, na medida em que eles já haviam acompanhado a realização de várias pesquisas na região, antecipavam também a ideia de que, após um panorama geral permitido pelas visitas, o recorte em uma comunidade específica era, não apenas uma metodologia possível, mas a mais provável a acontecer; (iii) a despeito do meu desconforto de ser apresentada como “a pesquisadora do Rio de Janeiro”, e do meu receio de que essas adjetivações repercutissem ampliando distanciamentos ou hierarquias que só dificultariam minha aproximação, e mesmo a despeito das várias vezes em que esse desconforto foi expresso, a insistência deles em demarcar esses lugares de onde eu vinha, inclusive omitindo nas apresentações o fato de eu ser cearense, recusando uma possível adjetivação que me colocasse em uma situação de “igualdade nordestina”, provavelmente repercutiam em alguma necessidade antiga deles de demarcar a própria importância de si, confirmada pelo fato de alguém *tão importante* ter vindo de *tão longe* só para conhecê-los.

Como, a partir desse marco, os dizeres e fazeres foram se transformando, nos levando a outras noções a respeito da pesquisa, outros possíveis desenhos metodológicos e outros lugares que não aqueles temidos da distância e da hierarquia, mas de diálogo e confiança, são questões que serão tratadas em breve, buscando se prezar, na narrativa, pela cronologia em que foram percebidos.

Por enquanto, falta ainda descrever (analisando) alguns dos movimentos objetivos dessas primeiras andanças... Como elas se realizaram? Quanto tempo duraram? Foram todas planejadas? Quais encontros suscitaram? Que questões

trouxeram à tona?

Apesar dos roteiros que Edilson previamente traçara, em diálogo com outros membros do sindicato que eu viria a conhecer naqueles dias, as dinâmicas de cada andança se mostraram muito fluidas. Nenhuma delas, por exemplo, chegou a ser pré-agendada com as comunidades, o que significava que nossa chegada se adequava ao que a comunidade estivesse vivendo naquele momento específico, onde o tempo de permanência e o nível de conversa e outras vivências se realizavam de forma específica à luz de cada contexto. Assim, em uma das visitas aparecemos em meio a alguma reunião ordinária da associação, quando pude ser apresentada de uma só vez a um grande número de pessoas da comunidade; em outra, aparecemos na hora em que, as redes estiradas nos alpendres, a maioria das pessoas descansavam suas sestras, o contato se resumindo a um cafezinho e conversas amenas; em outra, aparecemos ao fim da tarde, na hora em que um grupo de homens da agrovila se encaminhava para fazer a separação dos bodes; em outra, quando a família se organizava no manejo da plantação do cercado etc. Algumas das visitas se realizaram na brevidade de trinta minutos, outras se esticaram em horas inteiras.

Como enfatizávamos, as andanças extrapolavam as visitas, e no curso das reflexões em que nos envolvíamos, uma teia de implicações foi se constituindo, como quando Edilson passou a manifestar estar *descobrendo novas coisas* no bojo do percurso. Diferente de quando, na trajetória com os agricultores na porção cearense da Chapada do Apodi, a noção de reciprocidade durante o processo de aprendizagem era mais facilmente compreendida pelo fato de uma de nossas funções ser, enquanto grupo de pesquisa de uma universidade pública, a de desvelar para aqueles agricultores algumas informações sobre questões das quais eles historicamente não tinham proximidade, como é o caso dos agrotóxicos e seus impactos sobre a saúde, essa nova situação parecia apontar para uma influência menos direta... Eu não estava ensinando algo a Edilson, sua descoberta não se devia a mim, mas, seguramente, se devia ao nosso encontro. Nosso encontro lhe colocava diante de uma realidade intimamente conhecida, traçando caminhos que ele reconheceria de olhos vendados entre os labirintos do sertão, revisitando comunidades, pessoas e histórias que ele mencionara várias vezes durante sua vida, e, ainda assim, ele se descobria descobrindo coisas novas: *pistas*, no seu dizer.

Foi assim, por exemplo, que aconteceu o que Edilson intitulou depois, ao comentar sobre o episódio para outro membro do sindicato, sobre *uma nova descoberta de Nova Descoberta*. Quando saíamos de Palmares na rota que nos levaria à Aurora, cruzamos por uma seta indicando uma vereda à direita por onde se chegaria à comunidade de Nova Descoberta. Inicialmente, Edilson ponderou que *não vale a pena entrar*, porque era uma comunidade que estava *muito dividida com relação ao projeto, um lugar que a história dava muita tristeza*, mas acabou mudando de opinião, se convencendo, afinal, a *uma parada rapidinha, porque é o assentamento mais antigo*.

Encostamos o carro numa casa sombreada por dois pés de mangueira para encontrar Dona Teresinha em sua máquina de costura. Edilson perguntou por seu marido, Dandão, ao que ela apontou pro mato que ficava à frente, explicando o vulto que estava no horizonte *cortando lenha pra ajeitar as cercas*, se queixando porque *ele não pára quieto um instante*, mas logo transformando o queixume numa série de breves relatos carinhosos sobre como aquele homem era *apaixonado por tudo isso*. Edilson me explicou que *não seria pra menos, ele tendo lutado tanto por aquela terra, brocando debaixo da mira de pistola de jagunço* e, ao que ele já apressava nossa saída e eu não queria perder aquele relato, me despedi de Dona Teresinha dizendo que logo voltaria pra saber mais sobre aquela história... Na mesma hora, os olhos de Edilson brilharam, lembrando de episódios vários, as brigas com o antigo latifundiário, os agricultores na delegacia, a audiência com o juiz, em que Dandão e outros agricultores surgiam como protagonistas de uma *história de muita valentia*, nelas se demorando por mais de uma hora.

Depois que finalmente nos despedimos de Dona Teresinha, Edilson, ao invés de tomar o rumo da estrada, parou algumas casas após, procurando por Antônio Bi. Eles, juntos, seguiram mais um pouco nessas lembranças ao que engataram outra, mais recente, da história de quando a comunidade *entrou na cilada da irrigação e quase foi todo mundo sacrificado*, mas que estavam agora *reaprendendo a produzir como pequeno, fazendo as coisas voltarem a dar certo*.

Os olhos de Edilson, a centralidade que aquela visita à Nova Descoberta ganhou em suas reflexões e depois nos relatos que fazia a outras pessoas, deixava clara sua empolgação com a descoberta que ele havia empreendido. Se vitalidade era o que estávamos buscando, parece que tínhamos encontrado um pedaço importante dela num dos lugares que Edilson julgara ser menos propício para tanto:

Nova Descoberta deixou de ser *um lugar que a história dava tristeza*, pra ser uma referência de onde *havia força naquela história da luta pela terra*, em que era também *muito importante, hoje, contar de novo aquela história da irrigação pra ensinar aqueles que estão defendendo que os perímetros podem ser coisa boa pros pequenos*.

Essa visita inaugurou um processo que se repetiria dali pra frente com uma frequência considerável, refinando uma sensibilidade que ampliou o leque de busca para além das experiências que se materializavam atualmente naquelas comunidades como expressões mais óbvias de sua riqueza, força ou vitalidade, tais como o são os aspectos mais visíveis da produção, mas também reconhecendo nas histórias do passado um lugar a se visitar, onde grande parte dessa riqueza/força/vitalidade poderia ser não apenas enxergada, mas, conforme compreendi depois os movimentos que eles faziam, explicada e, em alguns casos, reativada.

Ela repercutiu também sobre a própria configuração daquela semana inicial, pois essa fluidez onde novas inquietações e descobertas aconteciam, quando provocadas pelas visitas e pelo encontro de nossas reflexões, possibilitou uma espécie de imprevisto nas próprias andanças, quando se incluíram algumas visitas não previstas inicialmente na rota, compreendidas como necessárias para encadear o conhecimento.

Pra mim, mais do que insistir na demanda de estabelecer algum recorte naquele momento, me impressionava a possibilidade de ser guiada pelo que eles escolhiam como questões importantes de serem conhecidas desde a perspectiva deles... O que eles priorizavam exibir nas visitas em cada comunidade, pra quais questões eles chamavam minha atenção, e pra quais outras a atenção deles era subitamente atraída. Nesse exercício de acompanhamento, então, tornou-se latente a percepção de que essas andanças estavam traçando algum fio condutor entre as visitas, mais do que um mero reconhecimento de miçangas distribuídas pontualmente sobre aquele território.

Talvez eles não estivessem mais simplesmente me mostrando “exemplos” de vitalidade, nem mesmo me apresentando comunidades onde esses exemplos poderiam ser vistos de perto e aprofundados, mas algo maior sobre o que significa pra eles essa vitalidade; onde estariam as razões que a explicariam e os eventos históricos que fundamentaram sua existência; como ela se expressa nos “exemplos”

materializados em cada comunidade, mas também como esses exemplos se relacionam entre si para a convergência de um significado que os extrapola individualmente, ainda que lhes empreste valor; pra que singularidades a diversidade que constitui tal vitalidade apontaria; por quais contradições, constrangimentos e ameaças essa vitalidade já havia passado e continuava a passar, para além do conflito específico que me levava até eles; quais mecanismos de proteção foram historicamente aprendidos para a defesa dessa vitalidade etc.

Assim, na medida em que eles optaram por não individualizar a importância de cada visita, cada experiência, exemplo ou comunidade, eu mesma tentei ficar atenta às possibilidades de conexões que se estabeleciam durante as andanças (mais do que às probabilidades de recorte), mais preocupada, nesse relato, em explicitar as complementaridades entre as visitas, as teias de relações e de aprendizagens que lhes perpassavam - como que a tentar recompor um pouco a impressão a respeito da tessitura desses fios condutores - do que a necessariamente contemplar as individualidades de cada uma delas.

Assim é que avalio ter havido naquela primeira semana muito mais do que a trivialidade de um mapeamento de comunidades possíveis de serem pesquisadas. Havia uma busca, ou duas: a minha e a deles; não equivalentes, mas similares; tornadas possíveis a partir do encontro e, pelo encontro, transformadas.

Se a intenção inicial, no âmbito do discurso, era a de facilitar um recorte, o plano de abrir um leque entre opções possíveis acabou se revelando numa coisa muito diferente, dificultando ou tornando pouco interessante a possibilidade de um recorte naqueles moldes inicialmente imaginados. Eles me mostravam conexões, mais do que independências.

Mesmo no que diz respeito à abrangência territorial, por exemplo, se eu havia pedido para conhecer a porção potiguar da Chapada do Apodi (porque esse era o território que eu pré-sabia sobre eles), eles responderam com a diversidade das regiões que compõem o Apodi, incluindo na rota comunidades da Chapada, mas também das regiões da Pedra, de Areias e do Vale. E, durante as andanças, a explicação não-linear sobre essas regiões se esticou além do que elas foram nomeadas e ilustradas pelas comunidades que lhes integravam.

Ao que, em cada visita, eu me familiarizava um pouco mais com a localização e com as características físicas e geográficas (pedologia, geomorfologia, hidrografia, vegetação) de cada uma delas, foi preciso uma série longa de histórias para

compreender como elas se entrelaçavam a processos diferentes (passíveis de serem entrelaçados entre si) no que diz respeito à formação territorial: de como tenha se dado o curso de ocupação, repercutindo em formas diferentes de acesso à terra e manejo de variáveis no que diz respeito à noção de propriedade (a região da Chapada, por exemplo, era notável pelo processo abrangente de ter havido *muitas ocupações de antigos latifúndios para fins de reforma agrária*, enquanto que a região do Vale *sempre foi dos pequenos, passando de pai pra filho*); da diversidade também no que diz respeito a como se dá o acesso à água (a região do Vale que *com qualquer escavação de dez metros já acha água fácil*, enquanto que a região da Pedra, com comunidades localizadas vizinhas à barragem de Santa Cruz, a segunda maior do estado, ainda não tem abastecimento de água - *Vê aí! Ao lado da barragem e não tem água, é abastecida com cisterna de placa*, diz Edilson sobre a comunidade de Santa Cruz, e, na região da Chapada, surpreende a quantidade e diversidade de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, onde me ensinaram os vários tipos de cisternas e barreiros); da distribuição de cadeias produtivas (no Vale, por exemplo, se concentra a produção de arroz vermelho, enquanto que nas outras regiões predominam os cultivos de sequeiro); da distribuição dos impactos que eles reconhecem associados ao perímetro de Santa Cruz (se na região da Chapada, por exemplo, era onde se concentravam as comunidades que estavam sendo desapropriadas, no Vale o que mobilizava os agricultores era a possibilidade dos poços secarem ou serem contaminados pelas empresas do agronegócio que se instalariam na região) etc. Num traçado considerável entre especificidades que, por sua vez, não ameaçavam trocas ou identidades que as perpassavam.

Assim também é que eles cumpriram o que eu esperava de ser apresentada aos carros-chefes da agricultura familiar da região, como é o caso dos cultivos de arroz vermelho que me mostraram nas comunidades de Trapiá e Baixa Fechada, da caprinocultura que vi em Tabuleiro Grande e Sítio do Góis, da produção de mel (Laje do Meio) e dos cajueiros (Portal da Chapada), mas o fizeram de uma forma a evitar que eu os situasse como potencialidades isoladas ou isoláveis, compartilhando ênfase na diversidade dos quintais (Palmares, Aurora), nos consórcios e hortas coletivas (Nova Descoberta), nas potências dos pequenos sítios (Carpina), onde *tem de tudo um pouco e, de pouco em pouco, um tudo*, no manejo da caatinga (Moaci Lucena) e do artesanato extrativista (Queimadas), e na variedade com que cada

comunidade realiza sua própria combinação entre as cadeias.

Como síntese daquela semana, me arriscaria a dizer que ela me serviu a confirmar a confiança no campo, na medida em que as sinergias e descobertas apontavam para um processo investigativo que ia se fazendo em construção, ainda que seguramente me obrigasse a lidar com mais incertezas do que a outra opção de pré-fabricá-lo; a admirar a força que existia naquelas histórias que descobríamos enquanto *pistas* pelas andanças, ainda que encontrar a pergunta é que fosse o real difícil; a enxergar na narrativa deles um meio tão importante para conhecê-los como o que me apresentavam a olho nu, e mesmo sobre o que eu visitava, enxergava e fotografava durante aquela primeira semana entendi que tais visitas compunham uma série a ser explorada ao redor dos motivos que os conduziam a eleger tais elementos a serem vistos e não outros, no esforço de traçar um plano compreensivo sobre o que, na perspectiva deles, era importante ser conhecido por quem desejava conhecê-los; a reconhecer que a apresentação sobre a vitalidade poderia ser referida tanto no quantitativo da produção materialmente conferida em números quanto nos modos de fazer, nas histórias de existir, nas subjetividades de pertencer etc., e que sua narrativa se constrói de forma muito imbricada com o que lhe ameaça e o que lhe reafirma; bem como que a apresentação deles sobre a dominação a situa enquanto algo que se intenta, seja sob a forma da disputa territorial ou por outra que se expresse na ordem das mentalidades, mas que está passível de não ser realizada, impedindo que as leituras sobre a desigualdade na conjuntura de forças e sobre o avanço das obras do perímetro, por exemplo, sejam paralisantes ou determinantes, como a indicar a existência de outros possíveis além do que se apresenta como aquele mais provável.

3.5 A mandioca brava, a jandaíra e o torneio leiteiro (o riso e o risco de não conhecer)

- Adianta querer saber muita coisa? O senhor sabia, lá para cima - me disseram. Mas, de repente chegou neste sertão, viu tudo diverso diferente, o que nunca tinha visto. Sabença aprendida não adiantou para nada... Serviu algum?
(Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas)

Após aquelas primeiras andanças e um breve intervalo que se seguiu de aproximadamente uma semana, retornei ao Apodi, mas as andanças não se

seguiram no mesmo ritmo nem tiveram o mesmo enfoque, como pude perceber depois. Aquele primeiro tempo do contato havia trazido à tona tantas informações e eu ainda estava absorvida na função de costurar os retalhos, tecendo a teia do meu primeiro conhecimento sobre eles, ao que, nessa segunda etapa, me permiti alguns retornos livres de qualquer expectativa, passando um tempo maior entre cafés e conversas pouco direcionadas, aproveitando pra conhecer melhor algumas pessoas a quem tinha sido apresentada até então de forma muito breve, acompanhando os tempos em que as mulheres de Queimadas enlaçavam as palhas da carnaúba, acompanhando a lida de Seu Poroca com seus peixes ou o dia-a-dia no Sindicato.

Nesses momentos, onde transitei sem mais demandá-los a algo, percebi que as conversas se estabeleciam ao redor de outras órbitas. As pessoas que, na semana anterior, tanto se esforçaram por atender meu desejo de se fazerem conhecidas, agora perguntavam mais sobre mim, sobre quem eu era e, duas perguntas que se tornaram freqüentes em cada círculo de conversa, e que passaram a nos envolver de forma menos trivial eram sobre “por que” eu estava em Apodi e “o que eu estava achando”.

Muito tempo depois, Dona Rita, na comunidade de Água Fria, me contaria sobre os dias em que *os homens eram proibidos de se reunir, os negros eram proibidos de dançar nos salões* (e as mulheres? – perguntei - como era nesse tempo?) e *as mulheres até participavam das reuniões escondidas que os homens faziam, mas só podia falar se fosse pra responder, falar assim, perguntar livre, não podia*. Adianto essa história que só chegaria até mim dali a alguns meses, pra ilustrar a sensação que tive, naquele segundo período de andanças, de enxergar na chegada daquelas perguntas um exercício de ruptura com os lugares pré-estabelecidos que caberiam a quem pergunta e a quem responde.

Pra responder a pergunta sobre o “por que” de eu estar em Apodi, era comum que eu compartilhasse alguns aspectos da minha trajetória, especialmente aquela traçada junto aos agricultores e agricultoras da porção cearense da Chapada do Apodi. Muito rapidamente, eles se satisfaziam com a resposta, compreendendo minha busca pela diferença, por conhecer outra coisa que não fosse o agronegócio, agregando a ela impressões que alguns deles mesmo tinham adquirido em visitas a algumas das comunidades de lá do Ceará, seja Tomé, Cabeça Preta, Lagoinha:

É mesmo, lá é tudo muito diferente, aquele bananal pra perder de vista,

dessa última vez que eu fui lá no Tomé, eu fiquei impressionado foi na romaria, de não ter escutado um piar de pássaro nenhum, e aquele cheiro forte, diferente, de veneno.

[Agricultor, durante andança na comunidade de Bamburral]

Mas, se as diferenças eram inequívocas, a surpresa que eu estabelecia diante delas parecia, isso sim, ser um motivo de pirraça pra eles. Quanto mais eu compartilhava os deslumbramentos que aquela primeira semana de andanças no Apodi tinha provocado em mim, o tanto de coisas inéditas que eu tinha aprendido, mais eles estranhavam o fato dessas coisas, tão normais pra eles, serem desconhecidas pra alguém.

Eu contava, por exemplo, sobre a visita em Santa Rosa, quando fui conhecer o sítio de menos de dois hectares de Seu Tico, onde ele trabalhava com os filhos e me explicava ali ser o *lugar de sustento de três famílias inteiras, e sustento bom*, mostrando um pé de acerola que era velho como ele e *que já deu até carro esse pé aí, só de catar acerola pra vender*. E depois exibindo as fileiras dos pés de mandioca, me incentivando a puxar um deles pra fora da terra, não desanimando que *quanto mais força precisar botar, é sinal que tá mais carregada*, dali tirando a raiz, a mandioca propriamente dita a servir pra refeição, que aquela lá *era das mansas*, me colocando a par das diferenças que eu precisava saber *pra não confundir mandioca com macaxeira, da mansa com a brava* e me ensinando a cortar o galho em quatro pequenos tocos, logo abrindo um sulco na terra com as mãos e ali depositando *duas manivas em cada cova*, adiantando que dali a pouco *nasce mais outro pé em cada um*, onde eu tinha ficado atônita de conhecer como que aqueles menos de dois hectares de terra eram um pouco como aquele pé de mandioca ou de acerola, que, sendo pouquinhos para quem olha desavisado, é infinito na sua capacidade de se multiplicar e de gerar sustança.

Ou quando, visitando Neto e Ceição, em Palmares, fui apresentada a tudo que se acumulava no quintal deles, plantas medicinais, hortas, galinhas, palma, sistema agrossilvopastoril etc., e Ceição me apontou numa direção, dizendo: - *Olha, e ali tem a jandaíra!* No que conferi o alvo apontado e vi uma grande árvore, Edilson em sua sombra, perguntei: - *Dá fruto, essa jandaíra?*, todos caindo na gargalhada quando entenderam minha confusão. Ceição, carinhosamente, me levou pra mais perto, onde eu poderia ver a abelha que ficava numa pequena estrutura de madeira pendurada sob a árvore, *onde fica sempre um sentinela nesse burquinho*,

pastorando de vigia, aquela sim, a jandaíra, inofensiva, produtora do mel que ela retirava no fim do dia com uma seringa, pacientemente.

Figuras 12 e 13 – Casa da jandaíra para coleta de mel e jandaíra de vigia



Fonte: Novinha, pesquisadora popular da comunidade de Frei Damião (acervo da pesquisa)

E, nas conversas durante essas segundas andanças, sempre que eu repetia essas ou outras histórias que explicitavam minhas recentes aprendizagens, eles custavam a acreditar que eu não sabia a diferença entre mandioca e macaxeira. A história da jandaíra, por exemplo, sempre gerava muito divertimento. Obviamente, era, para eles, um tremendo absurdo alguém confundir uma abelha com uma árvore. E percebi que essas histórias passaram a acompanhar o entendimento deles sobre mim, como quando ouvi um fuxico de uma mulher que me apresentava pra outra que recém chegava na conversa, dizendo, entre risos discretos, que *ela veio do Rio de Janeiro e não sabia o que era um torneio leiteiro não, pensava que era de quem bebia mais leite* - causo esse que foi parar na rádio comunitária que todos ouviam, me antecipando, em algumas visitas, a fama.

Tais vexames contribuíram, talvez, a incentivá-los na tarefa de me ensinar, reconhecendo a honestidade onde minha ignorância encontrava neles uma fonte estimada de saber.

E de um saber que eles sabiam importante - não se tratando, portanto, de uma situação onde eles estivessem tão naturalizados ao seu entorno que dessem pouco crédito ao que “alguém que veio de fora”, por ser “de fora” estranhou e valorizou. Ao contrário, lhes surpreendiam que alguém não soubesse coisas tão básicas e fundamentais. Ora, *não saber da diferença é perigoso, pode fazer a pessoa se envenenar, trocando macaxeira por mandioca*, me argumentavam depois que eu comentava sobre o que tinha aprendido na visita ao cercado de Seu Tico.

Havia, entretanto, um outro risco, ainda maior, na medida em que o desconhecimento ao qual minha ignorância pactuava me ultrapassava em muito, sendo histórico, de escalas mais abrangentes e efeitos mais perversos: ele era mais um reflexo da invisibilização que recaía sobre aquelas comunidades e o que elas realizavam de alteridade – outros saberes, outras práticas, outros sentidos nas relações estabelecidas no território. Invisibilização esta que, como já vimos na primeira introdução do presente trabalho, é estruturante ao processo de despossessão que acompanha a instalação de *grandes* projetos de desenvolvimento.

Era preciso, então, no curso da Recusa ao *Projeto da Morte*, recusar também aquilo em que ele se reforçava sobre o “projeto da vida” ser invisibilizado e desvalorizado. Era preciso combater os retratos que infligiam às comunidades rurais

o decreto de serem “atrasadas” e “improdutivas”, portadoras de “técnicas rudimentares” que representavam o “empecilho” que suas populações significam para o progresso da região.

Essa conclusão se desenvolvia muito próxima a um outro tipo de engajamento que passou a surgir com relação à pesquisa. Na medida em que se denunciava a existência de uma série de retratos que não lhes representavam, formulados por interesses que eles reconheciam contradizer o próprio interesse deles, passou a ser nomeada por eles a necessidade de um outro retrato sobre quem eles eram.

Passou a ser cada vez mais associado o contexto da pesquisa à urgência do resgate das histórias, em que se combinavam desejos de registro sobre o passado de lutas e vitórias, sobre a (r)existência das comunidades hoje em tudo que eles apontavam de riqueza e sobre os projetos de futuro que se reivindicavam não reduzíveis ao futuro adivinhado pela vinda do perímetro irrigado.

A nomeação de que se precisava de um outro retrato, que foi ganhando por eles os adjetivos de *mais fiel*, *mais real*, *retrato vivo* e *retrato do chão* para diferenciar dos outros em que eles não se reconheciam por se verem enquadrados no domínio do “atraso” ou da “miséria”, era tão logo acompanhada pelo meu alívio em perceber que nem chegava a se veicular a ideia ou expectativa de que tais retratos precisassem ser feitos por mim, ainda que certamente eles estivessem sendo pensados (a serem formulados) através da pesquisa.

A pesquisa, enquanto *momento muito rico da gente começar a construir junto*, passou a ser também o lugar onde essa indignação a respeito do anti-retrato⁵⁰ de si que se fazia pelos outros começou a se formular como vontade de um outro retrato, que para ser *vivo*, *fiel*, só poderia encontrar no auto-retrato, no retrato feito desde o chão, seu jeito de se fazer.

Apodi me ensinava que nossa relação se realizaria de uma forma muito mais complexa, e nesse caso honesta, do que com a identificação e indicação de demandas a serem colhidas pelo pesquisador. Uma vez, ainda naquela semana, enquanto visitava novamente Sítio do Góis, Golinha, agricultor e guardião de

⁵⁰ Ressalte-se que a opção por utilizar o termo ‘anti-retrato’ não se dá no esquecimento de que eles mesmos são também retratos, pura e simplesmente, apenas formulados desde outra perspectiva e por outros atores. Optei pelo prefixo ‘anti’ para facilitar sua distinção dos demais (auto-)retratos a que vai se referir o texto, demarcando aqueles como os retratos produzidos por outros atores que não os próprios agricultores e que são formulados no sentido de estabelecer padrões de negatividade sobre a representação desses últimos.

sementes, me confidenciara o que, provavelmente, era conhecido por todos: eu não poderia construir esse outro retrato, na medida em que, segundo ele, eu tinha *a mesma curiosidade, mas não saberia ainda como fazer, nem por onde começar*. Pelos limites de tempo, por recém ter aprendido o que era uma jandaíra, um torneio leiteiro e a diferença entre macaxeira e mandioca, mas, principalmente, pela impossibilidade de transferência (ou de apropriação) de um saber e uma responsabilidade que todos sabíamos estar no domínio deles.

Pois, se havia alguma possibilidade de aproximar a realização de uma representação sobre a existência (da vitalidade) deles, ela precisaria passar por escolhas sobre quais seriam os elementos a considerar nessa representação e como seriam seus registros possíveis, escolhas estas que só poderiam ser tomadas por eles. Em outras palavras, se era a vitalidade que eles buscariam aportar na confecção de um *retrato vivo*, só eles poderiam elencar os elementos objetivos e subjetivos que a significam, quais histórias, dados, informações seriam importantes de serem contados, que tipo de registro contemplaria a eles mesmos.

Assim, essa segunda etapa de andanças terminou com novos dizeres... A pesquisa deixou de ser apresentada como “minha” e passou a ser pensada como *nossa*; as conversas nas comunidades não se davam mais sobre a expectativa de qual delas seria pesquisada, mas quais iriam querer *fazer parte* da pesquisa, e sobre como a pesquisa poderia ajudar a fazer conhecer o Apodi desde a perspectiva daqueles que pretendiam retratar o valor de suas (r)existências.

4. NO MEIO: O PROJETO DA MORTE, A RECUSA E A DESCONFIANÇA⁵¹

Começaremos pelo meio, buscando recuperar o momento em que o correr da vida encontrou um inesperado, o informe de um projeto e das incertezas que lhes acompanhavam, uma pedra diante da qual era preciso pensar a respeito, para melhor compreender e se posicionar diante da bifurcação que ali se inventava.

Já devidamente contextualizado na dinâmica de expansão que lhe orienta, emprestamos ao perímetro irrigado de Santa Cruz as mesmas análises que fizemos à nova política nacional de irrigação como um todo, apresentada ao longo da segunda introdução, tendo em vista que a diferença que nos mobilizou ao Apodi não diz respeito a alguma especificidade relativa a esse perímetro em si, a despeito de que possam haver particularidades ou possibilidades de aprofundamento de sua análise que demandem investigações.

Pelo que simplesmente não foi nossa intenção seguir no seu rastro, não teremos muitos aportes relevantes a agregar ao conteúdo já analisado por outros pesquisadores⁵², ao que nos daremos por satisfeitos em sistematizar alguns informes que sejam úteis para oferecer aos leitores um breve panorama sobre o que se pretende ser esse projeto, em termos de sua historicidade e abrangência territorial.

A uma única peculiaridade, entretanto, daremos certa ênfase, porque, como veremos no capítulo seguinte, aprendemos com os agricultores de Apodi que os nomes importam: no Apodi, o perímetro irrigado de Santa Cruz é nomeado pelo DNOCS de “projeto de irrigação” de Santa Cruz. Seria necessário averiguar com mais afinco a trajetória discursiva em que se forjou essa nomeação, pois apenas soubemos dela através dos materiais de divulgação do próprio DNOCS a respeito da obra, mas o que nos chama a atenção é o fato de que nesse perímetro, mais do que nos outros sobre os quais travamos conhecimento, o projeto é apresentado como se majoritariamente destinado à irrigação da agricultura familiar.

⁵¹ Ao longo desse trabalho, emprestaremos letras capitulares ao Cativoiro, à Recusa e à Desconfiança, bem como ao Projeto da Morte, na esteira de que nomeá-los é “atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (STENGERS, 2015, p.37).

⁵² A esse respeito, destacamos as importantes análises produzidas por Andrezza Pontes (2012), Magda Pereira (2013), João Paulo Medeiros (2014) e Agnaldo Silva (2014) que se debruçaram com empenho sobre os conflitos relacionados ao perímetro irrigado de Santa Cruz no Apodi, abordando-o numa miríade de perspectivas que envolvem a dimensão da saúde, do trabalho, do ambiente, da resistência etc.

Figura 27 – Capa de uma apresentação do DNOCS sobre o perímetro irrigado de Santa Cruz



Fonte: Acervo STTR

Em um debate no Instituto Federal de Apodi em 2014, o diretor geral do DNOCS à época dizia que “enquanto que os perímetros em geral têm o interesse de destinar 50% aos pequenos produtores, no Apodi a ideia é que fosse 70%” (FREITAS, 2014, p.3), propagação reforçada em todas as reuniões e estações de rádio e até mesmo lavrada nos autos de compromisso judicial estabelecido pelo órgão com o Ministério Público em 2013:

Que um novo projeto de execução foi elaborado e aguarda aprovação do Diretor-Geral do DNOCS; Que 70% (setenta por cento) da área do projeto será destinada a pequenos produtores rurais, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas e os outros 30% (tinta por cento) serão destinados a empresas⁵³ (MEDEIROS, 2014, p.16)

A despeito das promessas de inclusão que o nome sugere, sustentadas por números e estratégias a serem apontadas adiante, as pessoas no Apodi dizem “não” ao projeto e, explicitando sua não adesão, o rebatizam como

⁵³ O termo de compromisso assinado pelo DNOCS também prometia: “Que com o novo projeto, nenhuma comunidade será afetada, não sendo necessária a realização de desapropriações” (MEDEIROS, 2014, p.16). Todavia, as famílias continuam sendo desapropriadas, com denúncias de violações aos direitos que regem o princípio da justa indenização, entre outros.

“Projeto da Morte”. E, ao o rebatizarem, ampliam seu escopo: pois “Projeto da Morte” é o perímetro irrigado, o tal projeto de irrigação, mas também o agronegócio, intrinsecamente acoplado, na perspectiva nativa, àquele.

Figura 28 - Agricultores e agricultoras protestam contra a instalação do Projeto da Morte



Fonte: Acervo STTR

Aí sim está o cerne do que nos interessa nessa contextualização, aquilo que buscamos com afinco e que mobilizou nosso encontro com o Apodi, a chave de leitura onde repousa sua diferença: a resposta emblemática que os agricultores e agricultoras da região sinalizam: o “não” ao Projeto da Morte que diz de forma clara sobre seu desejo de Recusa.

Buscaremos adiante nos aproximar da leitura que eles próprios formulam sobre o que seja o perímetro irrigado de Santa Cruz e as razões pelas quais o recusam, identificando naquilo que eles sabem a respeito, mas também naquilo que *desconfiam*, elementos importantes que a lastreiam.

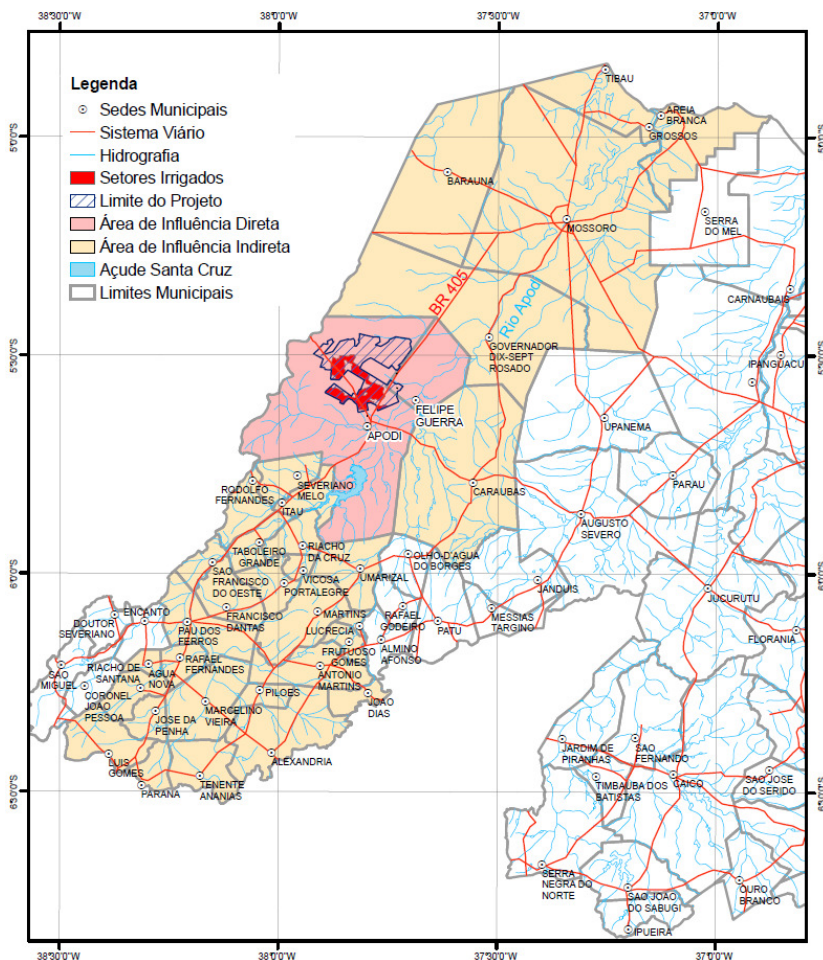
4.1 O perímetro irrigado de Santa Cruz em mapas e números

Em agosto de 2012, foi assinada a primeira ordem de serviço do perímetro irrigado de Santa Cruz, tendo sido desapropriados até então 13.855 hectares na

região da Chapada do Apodi⁵⁴ (MEDEIROS, 2014).

No mapa abaixo, extraído de slides da apresentação do DNOCS sobre o projeto, em 2008⁵⁵, podemos ver uma projeção da localização do empreendimento (no município de Apodi) e uma antecipação que lhe previa as áreas de influência direta e indireta (abrangendo tanto o município de Apodi quanto de Felipe Guerra):

Figura 29 – Mapa da localização do perímetro irrigado de Santa Cruz



Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

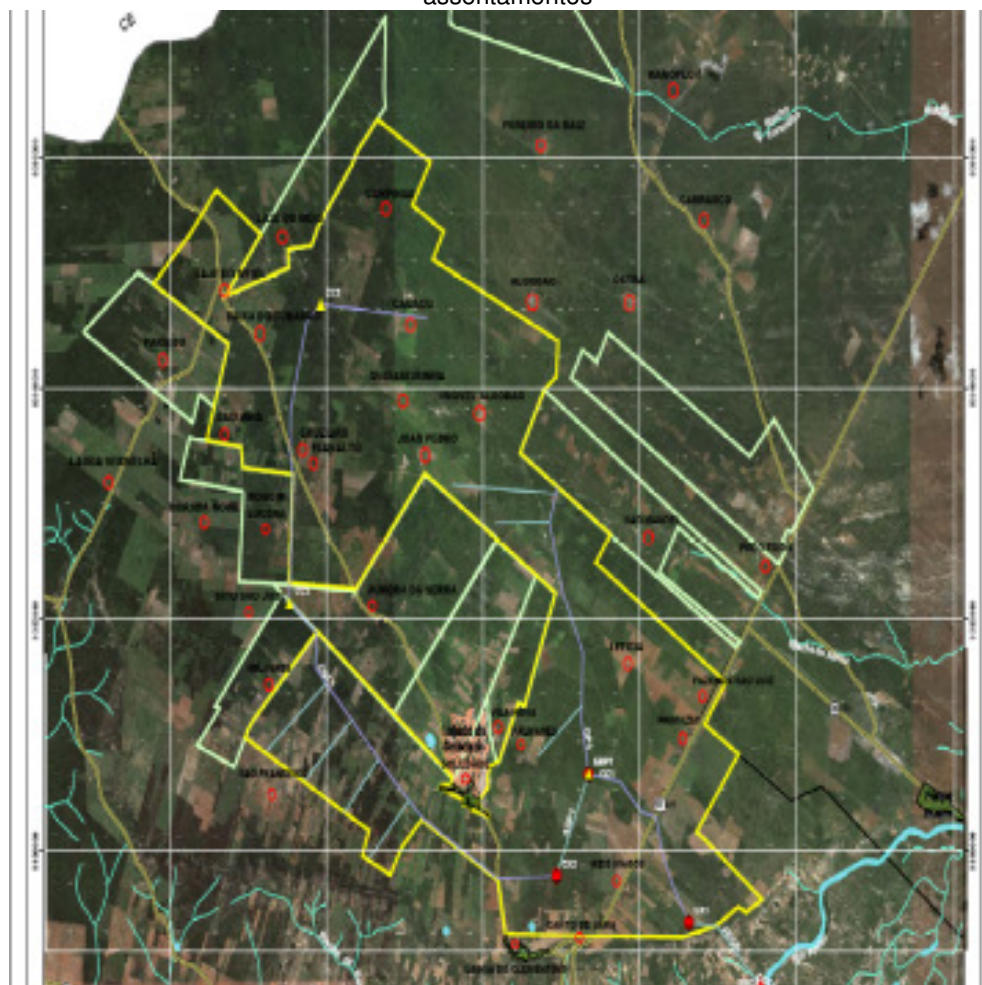
⁵⁴ As desapropriações se realizaram através do decreto nº 0-001 da Presidência da República, do dia 10 de junho de 2011, que declarou de “utilidade pública, para fins de desapropriação pelo DNOCS, a área de terra e respectivas benfeitorias de 13.855,13 hectares, localizados no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte” (BRASIL, 2011).

⁵⁵ Uma observação importante de Magda diz respeito a como esses mapeamentos oferecidos pelo DNOCS foram ficando cada vez mais imprecisos com o passar do tempo e maior expressão dos conflitos: “[...] o mapa da apresentação do projeto do DNOCS de 2013 expõe as informações de forma menos clara e detalhada que em 2008. No mapa de 2008, o Perímetro abrange também o município de Felipe Guerra, o que não é pontuado no mapa de 2013. Outro aspecto relevante é o poligonal do perímetro apresentado por uma tarja no mapa mais atual. Isso foi analisado pelo grupo (de pesquisa) como uma tentativa de omitir informações que poderiam gerar conflitos na aceitação de um projeto dessa natureza por parte dos moradores do território da Chapada” (PEREIRA, 2013, p. 108).

Num outro mapa, também extraído das apresentações do DNOCS, essa de 2009, podemos enxergar com mais precisão a geografia desenhada pelo perímetro – contrastando com a fluidez das formas dos rios, surgem linhas retas recortando a paisagem – “a linha amarela é o polígono que envolve o Projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi e a linha azul é onde o canal de irrigação irá passar” (MEDEIROS, 2014, p.3), registrado em verde as áreas de assentamentos do INCRA.

De posse dessa imagem, os movimentos sociais propuseram uma sobreposição de uma informação que faltava ao mapa: através de círculos vermelhos foram inseridas as localizações das comunidades rurais da região Chapada do Apodi pré-existentes ao recorte espacial do projeto:

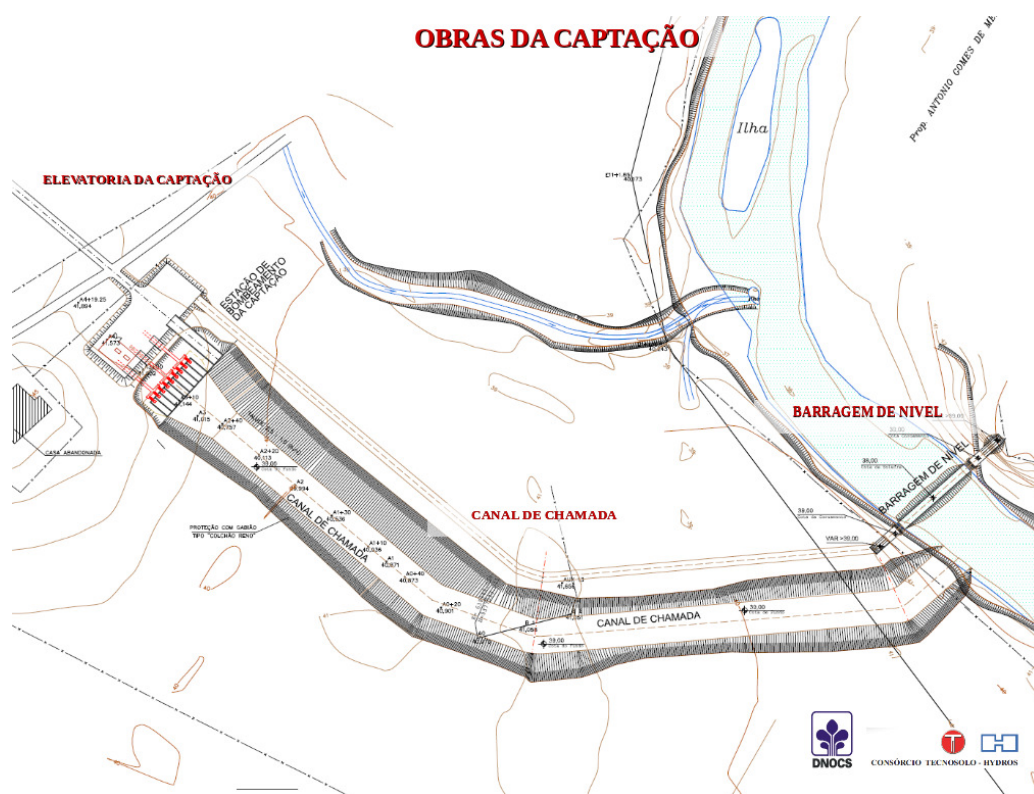
Figura 30 – Área do perímetro irrigado, com destaque para a referência às comunidades e assentamentos



Fonte: (PONTES, 2012; MEDEIROS, 2014)

Além da área correspondente à localização dos “lotes” a serem irrigados na Chapada do Apodi, vale destacar também as obras realizadas na região do Vale para captar água do Rio Apodi, quais sejam, a construção de uma barragem de nível, que, ao impor um obstáculo ao curso natural do rio, o destina através de um “canal de chamada”, ao “elevatório” que bombeará a água ora captada até os lotes através do canal principal e canais secundários.

Figura 31 – Mapa das obras de captação de água no leito do Rio Apodi

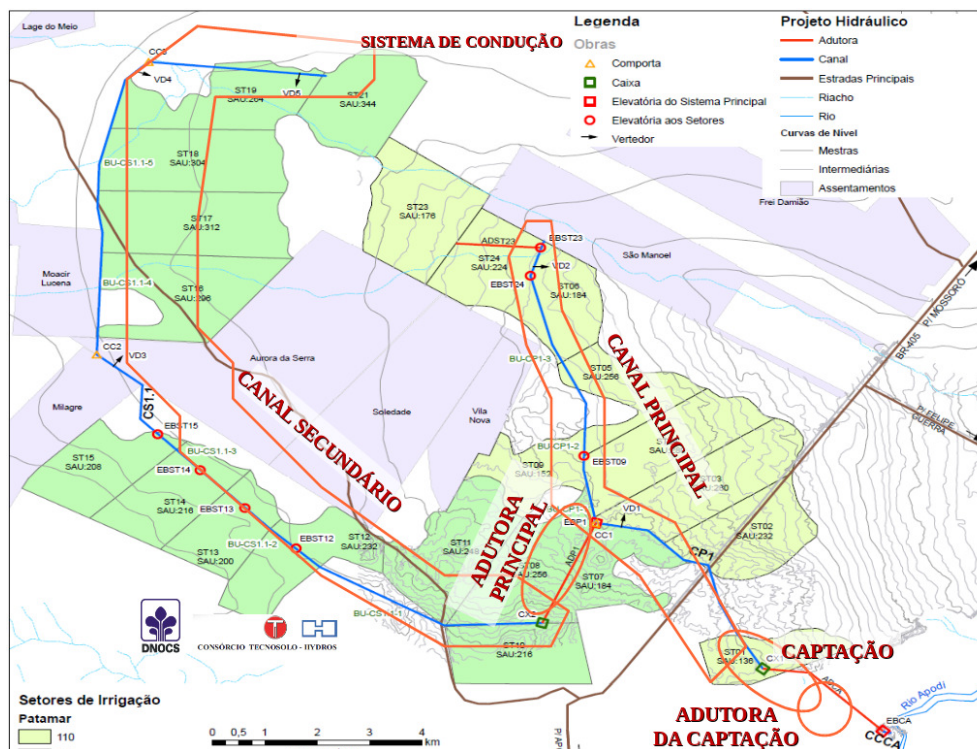


Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

A seguir, uma ilustração que mais se aproxima com o desenho do projeto, mostrando o sistema de captação, os canais de distribuição da água e os lotes a serem irrigados, restando ainda excluídos da representação o sistema que busca captar água da barragem de Santa Cruz, bem como a integração desse projeto a outros, a exemplo da transposição do São Francisco e de redes viárias e outras

infraestruturas que se articulam na região para realização da obra e escoamento da produção.

Figura 32 – Perímetro e Sistema de Captação



Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

Nas contas do DNOCS, pela lógica de um cálculo sempre subestimado em razão dos interesses do empreendedor nos que diz respeito aos atingidos e sobrevalorizado no que diz respeito aos benefícios (FASE; ETERN, 2011), “a população local é favorável a implantação do empreendimento, dada a importância qualitativa da mudança que vai acarretar o projeto na agricultura e economias da região”, sendo de “pouca monta” aqueles que seriam afetados, ao passo em que 5.350 pessoas seriam beneficiadas pela geração de empregos diretos e indiretos e outras 60.000 seriam beneficiadas pela “melhoria de infraestrutura”, tanto “regional – estradas, redes de energia elétrica, sistemas de transporte, sistemas de comunicação” quanto “urbana – serviços de saúde, escolas, saneamento básico, rede bancária, esporte e lazer” (DNOCS, 2009).

Nas contas do STTR de Apodi, seriam atingidas diretamente pela

desapropriação e pela vizinhança forçada ao perímetro 1.649 famílias, divididas em 55 comunidades rurais que ficam no entorno do perímetro (MEDEIROS, 2014), às quais se somam, por uma compreensão ampla dos impactos e de suas ressonâncias para outras áreas e populações, todas as demais 45 comunidades e assentamentos rurais em que se realiza a agricultura familiar e agroecológica da região (que compreendem ter seu futuro inviabilizado pelos efeitos da contaminação por agrotóxicos, do cercamento das terras e da expropriação das águas, entre outros impactos a que preveem repercussão) – agregando-se ao cálculo, então, mais de dezoito mil moradores e moradoras da zona rural no rol de “atingidos”. Bem como se considera os efeitos disso também sobre a população urbana de Apodi e de outras cidades da região para quem se comercializam os produtos dessa agricultura familiar e agroecológica então ameaçada, e sobre todas as pessoas num sentido mais *comum*, na medida em que visibilizam uma dimensão mais coletiva sobre a perda por expropriação e contaminação de um rio ou de um aquífero, por exemplo, que têm seu uso estendido a uma parcela muito maior da população.

Beneficiados pelo projeto, ainda na perspectiva do STTR de Apodi, seriam 5 empresas do agronegócio às quais se destinam o perímetro.

O investimento para o perímetro de Santa Cruz foi anunciado como sendo da ordem de R\$ 275.000.000,00 (DNOCS, 2008). A obra, prevista inicialmente para ser concluída em finais de 2012, teve seu cronograma de implantação por diversas vezes adiado e, apesar de avançada, encontra-se atualmente suspensa⁵⁶.

4.2 As promessas de incluir a agricultura familiar

Lastreados pelo que já apontamos na primeira introdução desse trabalho sobre como as promessas de inclusão do Outro são uma resposta violenta à violência que acompanha a realização de empreendimentos como o perímetro irrigado de Santa Cruz, e pelo que já apontamos na segunda introdução desse trabalho, ao traçarmos historicamente as pretensões e modos de operação da política nacional de irrigação, sobre como a inclusão de “pequenos produtores” nos

⁵⁶ As especulações em torno da suspensão das obras argumentam como prováveis causas a falta de recursos, bem como o fato da EIT, empreiteira responsável pelas obras, ser uma das que foram acusadas na operação lava-jato. Entre os agricultores, uma constatação: “*a crise dos grandes é boa pra nós*”.

perímetros é realizada de forma a discipliná-los e subalternizá-los ao agronegócio, recortaremos a seguir alguns informes que explicitam o movimento do DNOCS em propor uma inflexão dessa trajetória, indicando que esse perímetro no Apodi, diferente dos demais, inauguraria uma relação privilegiada com o desenvolvimento da agricultura familiar da região.

Discurso esse que seria posteriormente reforçado e ampliado pelo próprio Ministro da Integração à época. Em 2012, o então Ministro Fernando Bezerra Coelho dizia em rede nacional:

Na realidade, você está se referindo ao Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Nós vamos dar a ordem de serviço desse projeto agora, no mês de julho. Vai beneficiar quatro mil hectares aí nessa região. É um projeto que está no programa de irrigação do governo federal, com recursos do PAC garantido. Nós tivemos que fazer toda uma negociação com a igreja, com os sindicatos de trabalhadores rurais, com os movimentos organizados, para garantir prioridade no assentamento aos pequenos agricultores. E, portanto, acreditamos que essa negociação foi bem concluída, todos estão entendendo a importância desse projeto. Irrigação é prioritária, como ponto de vista de oferecer dinamismo à economia do interior do Nordeste, mas também queremos conciliar esse dinamismo, esse desenvolvimento econômico com a preservação dos interesses sociais, **sobretudo** dos pequenos agricultores (EBC, 2012a).

Pelo menos dois efeitos imediatos esse discurso pretendia produzir: o de deslegitimar a crítica que os movimentos inferiam à obra servir **exclusivamente** ao agronegócio e o de associá-la à potência de uma questão muito sensível aos agricultores e agricultoras do semiárido: a dificuldade de acesso à água para produção. Articulava-se, assim, como sendo um projeto que levaria água, um “projeto de irrigação” que serviria, primordialmente para fortalecer a agricultura familiar. À denúncia de que era um projeto vindo de fora e de cima pra baixo e destinado a levar a riqueza pra fora, o diretor do DNOCS à época respondia que, pelo contrário, “a ideia é que o projeto atendesse ao seu entorno, como um instrumento irradiador de desenvolvimento” (FREITAS, 2014, p.3).

Pelo que analisamos os materiais de autoria do DNOCS de divulgação do projeto e recortamos dos relatos e sistematizações dos pesquisadores que se debruçaram sobre o mesmo, foram muitas as estratégias do DNOCS para forjar essa associação entre o perímetro irrigado e a agricultura familiar.

Inicialmente, ainda em 2008, o projeto era apresentado com uma configuração fundiária que indicava ser a classificação “pequeno produtor” a que

representaria, na divisão dos lotes irrigados, o maior número de lotes e de hectares de área irrigada, conforme se confere pela tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição dos lotes irrigados

TIPO LOTE	ÁREA (ha)	NÚMERO DE LOTES POR TIPO	TOTAL POR TIPO
Pequeno Produtor	8	305	2440
Técnico Nível Médio	16	120	1920
Profissional em Ciências Agrárias	24	25	600
Empresarios	48	5	240
TOTAIS			5200

Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

Analisando as mudanças auferidas pelo passar do tempo entre as distintas apresentações do projeto pelo mesmo órgão, Magda (PEREIRA, 2013) observava que, em 2003, essa projeção havia mudado drasticamente, tendo o percentual do total de áreas irrigadas destinadas às empresas superado aquele destinado à categoria de "pequeno agricultor"⁵⁷:

Tabela 3 – Evolução da proposta de distribuição dos lotes irrigados

TIPO	NÚMERO	ÁREA OCUPADA (ha)	%	
			Quant.	Área
Pequeno Produtor	207	1.660	67%	34%
Técnico Agrícola	51	867	17%	18%
Eng. Agrônomo	18	467	6%	10%
Empresas	29	1.869	10%	38%
Totais	305	4.863	100%	100%

Fonte: (PEREIRA, 2013)

⁵⁷ Registre-se ainda que, no que o DNOCS indica que parte dos lotes serão destinados à categoria de "pequenos produtores", em nada resta garantido que serão os agricultores e agricultoras de Apodi a ocuparem os 207 lotes destinados a essa categoria, pelo fato de que, pela Política Nacional de Irrigação, disposta na Lei 12.787, "os agricultores irrigantes - sejam eles de pequeno, médio ou grande porte - serão selecionados conforme edital de licitação, aberto a todo Brasil, para a contratação da concessão ou permissão do serviço público" (PEREIRA, 2013, p.111).

Além da destinação prometida ao “pequeno produtor” nos lotes do perímetro, o DNOCS chegou a prometer também “pontos d'água” aos assentamentos que se situam nas margens do perímetro⁵⁸, o que tem funcionado como um dos grandes disparadores de divergências e conflitos internos entre moradores.

Para melhor compreensão sobre os pontos d'água, entendamos a distribuição da água para os lotes do Perímetro, de acordo com a projeção do DNOCS: uma adutora capta a água do Rio Apodi, levando-a até uma caixa d'água no lote ST 01 que é ligada a um primeiro canal localizado entre os setores ST 03, 07 e 09. Nesse estágio, há uma bifurcação de um canal (que levará a água para os setores em direção ao Assentamento São Manoel, ou seja, até o ST 23) e adutora (que levará a água para os setores após Moacir Lucena, até o ST 21), circundando todos os lotes (PEREIRA, 2013, p.76).

Segundo o DNOCS, nessa apresentação datada de 2008, esses assentamentos passariam a ter áreas irrigadas na seguinte correspondência: Vila Nova (13 ha), Soledade (34 ha), Aurora da Serra (58 ha), Moacir Lucena (26 ha), Laje do Meio (23 ha), Milagres (58 ha), Frei Damião (43 ha), totalizando 255 hectares irrigados. A mesma pesquisadora alerta, entretanto, para o fato de que os próprios mapas apresentados pelo DNOCS não registram a projeção da existência desses pontos d'água, e que sua menção se deve apenas para aplacar a mobilização social, conforme atestou um dos agricultores por ela entrevistado:

[...] É porque isso aqui eles tavam pressionados, a gente pediu que eles viessem apresentar o projeto e eles colocaram isso aqui, mas nos documentos, nos relatórios não fala em assentamento, não fala nada, não há segurança (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.93)

Nos mapas, se vê os canais e adutoras passando exclusivamente pelos setores irrigados e “somente na divisa de Aurora da Serra e Milagre é que esse canal estará presente para que possa chegar ao ST 16 em diante, o que também não garante que haja a disponibilidade da água para esses assentamentos” (PEREIRA, 2013, p.91).

⁵⁸ Oficialmente, o DNOCS alega não ter afetado as áreas dos assentamentos de reforma agrária - pelo que isso exigiria, inclusive, um instrumento de “desafetação” de áreas que já haviam sido desafetadas para fins de reforma agrária pelo INCRA, indicando que a relação entre tais assentamentos e o perímetro se daria apenas pela ordem de proximidade. Os assentados, entretanto, informam estarem sendo não só *cercados* pelo perímetro, mas também por eles *atravessados*.

A fala de um outro agricultor nos esclarece, ainda, existir muita diferença entre um ponto d'água (o que o DNOCS passou a prometer a alguns assentamentos) e um projeto de irrigação (o que o DNOCS promete ser o perímetro irrigado):

[...] Na verdade isso é um ponto d'água! Isso não é o projeto irrigado, isso é um ponto d'água, *pros* assentados ainda irrigar. Num é dentro do projeto que vai dar essa terra irrigada já não, é um ponto d'água! O ponto d'água é um canal que vai ficar água lá e o pessoal dos assentamentos é que vai comprar os *kit* de irrigação *pra* elevar lá *pra* irrigar sua área, sua hectare de terra lá. É diferente do projeto que na despesa já vem o *kit* de irrigação e *pros* assentados é só um ponto d'água! Num é a hectare irrigada não! (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.92)

Já tendo apresentado a nova política de irrigação como uma atualização da indústria da seca, cabe reparar sobre como, no caso analisado do perímetro irrigado de Santa Cruz, se mostram atuais as velhas roupagens tão impactantes na região dos projetos que se apresentam em nome de acabar com a seca:

As obras de implantação e a operação deste empreendimento não implicarão em graves danos ambientais, sendo todos eles mitigáveis, temporários ou mesmo pouco significativos quando comparados com os benefícios que o empreendimento trará à população residente na região e há muito castigada com as conseqüências das secas periódicas que impedem o desenvolvimento de práticas agrícolas mais sustentáveis (DNOCS, 2009, p.147)

4.3 Das vezes que se disse “não” ao Projeto da Morte - a linha do tempo de uma Recusa

Todas as informações colhidas a respeito do projeto do perímetro irrigado de Santa Cruz existem e puderam ser sistematizadas porque houve resistência suficiente para romper o cerco da “desinformação organizada” que “protege” empreendimentos como esse da crítica social, dificultando a percepção da população sobre seus interesses, escopo, impactos e riscos, num esforço muitas vezes institucionalizado que potencializa as desigualdades sobre as quais eles se realizam (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 81).

Parte estratégia e parte vitória, a produção de conhecimentos que informassem a ação social foi costumeiramente acionada ao longo da resistência que os agricultores e agricultoras do Apodi, em parceria com os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e pesquisadores parceiros, têm construído nos

últimos anos no mote de uma campanha intitulada #NãoAoProjetoDaMorte⁵⁹.

A própria resistência, o ato de se mexer e mexer com os outros, de articular redes e alcançar novos espaços de fala, encontrar outros atores que se somam à luta, é também visto como um híbrido entre aquilo que é estratégia e aquilo que é motivo para celebração, pelos agricultores e agricultoras do Apodi:

Diante de tantas mobilizações, o movimento social já obteve alguns resultados positivos, conquistados através dessa luta: O negócio não está bem do jeito que eles querem não. Nós estamos mexendo com tanta coisa que eu acho que o Brasil já está sabendo do tamanho do desastre que está preparado para a Chapada do Apodi. Eles já mexeram com todo mundo, e nós também já mexemos com tudo quanto é lugar, nós já mexemos com deputado, com senador, com o governador e Dona Dilma. (agricultor entrevistado em PONTES, 2012, p.154)

Abaixo, damos seguimento ao esforço iniciado tantas vezes por outras mãos (SILVA, 2014; PONTES, 2012; PEREIRA, 2013; MEDEIROS, 2014) de visibilizar, numa linha do tempo, algumas das principais ações e mobilizações públicas de resistência ao Projeto da Morte⁶⁰:

- 10/07/11: É publicado o decreto nº 0-001 da Presidência da República, declarando de “utilidade pública, para fins de desapropriação pelo DNOCS, a área de terra e respectivas benfeitorias de 13.855,13 hectares, localizados no município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte”.

⁵⁹ Essa articulação em defesa da agricultura familiar e agroecológica do Apodi contra o Projeto da Morte envolve, entre outros, os seguintes movimentos e entidades a nível local e regional: Sindicato dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), Fórum da Agricultura Familiar de Apodi, Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Articulação do Semiárido Potiguar (ASA), Movimento dos Trabalhadores e da Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), FETARN, Centro Terra Viva, COOPERVIDA, SEAPAC, Centro Feminista 8 de março (CF8), FETRAF e Sertão/UFRN. Em alguns contextos, também se mostrou importante a capacidade dessa articulação se fazer reverberar sobre redes nacionais, como é o caso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da ABRASCO e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

⁶⁰ Para evitar o risco de uma compreensão reducionista, devemos não perder de vista que, em outros locais desse trabalho, se apresentaram, pelo menos outras duas dimensões importantíssimas da resistência que não serão organizadas através da presente linha do tempo: (i) aquela que se realiza no cotidiano, por um modo de existência que se contrapõe ao Projeto da Morte, o *outro sistema* sobre o qual trataremos no capítulo 4; e (ii) àquelas ações e mobilizações que se realizam no enfrentamento direto das comunidades e assentamentos rurais, buscando obstacularizar ou impedir o avanço das obras do perímetro, tais quais quando os agricultores *entupiram* a estrada criada pelo DNOCS, recolocando nela os arbustos desmatados que tinham ficado em sua margem, ou quando destruíram as *picadas* de marcação do DNOCS utilizadas para localizar os referenciais geográficos da obra, ou ainda quando as mulheres fecharam no cadeado o portão que dava acesso à área coletiva da comunidade de Palmares, impedindo a entrada de técnicos do DNOCS.

- A partir de 2011: STTR de Apodi faz atividades de discussão do projeto de irrigação nas comunidades atingidas.

Figuras 33 e 34 – Reuniões nas comunidades



Fonte: Acervo STTR-Apodi

Interessante como a gente se reúne nas comunidades e as imagens, elas, assim, a organização de como se dá no município de Apodi: debaixo de um alpendre, numa casinha de taipa simples, a gente bota um pano, um data show e a gente começa a discutir, construir valores (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p. 106).

- A partir de 2011: São realizados vários intercâmbios entre agricultores e agricultoras da porção potiguar com os da porção cearense da Chapada do Apodi.

Figuras 35 e 36 – Intercâmbios dos agricultores do Apodi à porção cearense da Chapada do Apodi



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- A partir de 2011: O STTR de Apodi convoca várias reuniões com os outros seguimentos organizados da sociedade apodiense.

- 29/03/2011: É realizado o Seminário “Impacto do Agronegócio/Agrotóxicos à Saúde, ao Trabalho e ao Meio Ambiente”.

Figura 37– Auditório lotado na conversa sobre os riscos dos agrotóxicos



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- 16/06/2011: Se dá a rearticulação do Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO), como proposta de unificação dos movimentos sociais que atuam no campo no estado do Rio Grande do Norte, em torno da defesa do território da agricultura familiar e agroecológica do Apodi.

- 30/11/2011: Agricultoras do Apodi enviam duas mil cartas à Presidenta da República pedindo a revogação das desapropriações e a não instalação do perímetro irrigado.

O envio destas cartas para a nossa presidenta, que é uma mulher de luta, é para mostrar que nós não queremos esse projeto aqui em Apodi, pois não vai trazer benefícios para nós pequenas agricultoras e apicultoras, ao contrário vai envenenar nossas abelhas, vai envenenar nossa comida e nossa água. (...) Foi um desafio muito grande para as mulheres escreverem essa carta, pois a maioria sabe escrever muito pouco e muitas vezes tínhamos que dizer letra por letra para que todas pudessem expressar em suas próprias palavras sua luta e indignação contra o projeto (agricultora entrevistada em CF8, 2011).

- 2011: Membros do STTR de Apodi e de movimentos sociais parceiros participam de três audiências com o Governo Federal em Brasília, incluindo uma reunião com o Ministro da Integração e outra com a Secretaria Geral da Presidência da República.

Figuras 38 e 39 – Reuniões sobre o perímetro irrigado de Santa Cruz em Brasília



Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

[...] eu tive lá na audiência em Brasília, né, à Gilberto Carvalho [...] eu disse: olhe, Ministro Gilberto Carvalho, como é que nosso governo quer acabar com a fome e a miséria do nosso país, quando dá uma canetada dessa pra assinar um projeto? [...] Porque isso é uma desgraça, **Projeto da Morte**, eu disse desse jeito lá. [...] Porque, quando nós produzimos nossos alimentos pra uma comunidade inteira, que consome todo mundo bem, com uma alimentação saudável, aí vem cacau, uva, essas coisas, morango... Quem é que vai comer morango? [...] Então, isso é muito ruim! [...] Eu disse: não quer acabar com a fome do nosso país? Por que que vai fazer isso? Esse dinheiro leve pra nós lá, trabalhar, pra nós manter as nossas produções lá, de mel, tem casa de mel, casa de polpas de frutas! (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.121).

- 25/07/12: É realizado um ato público pelas ruas de Apodi no dia do trabalhador e da trabalhadora rural, em que se contabilizou a presença de cerca de 2.000 agricultores e agricultoras.

Figura 40– Passeata pelas ruas de Apodi “Em defesa da agricultura familiar camponesa diga não ao Projeto

da Morte”



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- 28/08/12: É assinada a ordem de serviço do perímetro irrigado de Santa Cruz do Apodi.

- 31/10/12: É elaborado o dossiê-denúncia “Projeto da Morte: projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi”.

- 10/12/12: Em várias cidades do mundo, mulheres se manifestam no ato “24 horas de Ação Mundial” da Marcha Mundial de Mulheres, com a bandeira: “Aqui somos Todas Apodi!”

- 2012: É lançado o terceiro volume do dossiê da ABRASCO “Impacto dos Agrotóxicos na Saúde”, em que consta a carta “Vozes dos(as) agricultores(as) do território Chapada do Apodi – Rio Grande do Norte”.

- 2013: Agricultores e agricultoras do Apodi participam das filmagens do vídeo “O veneno está na mesa 2 – Agroecologia para alimentar o mundo com soberania para alimentar os povos” e, depois de lançado, o STTR de Apodi realiza cine-clubes com apresentação do filme e debate nas comunidades.

- 24/07/13: Movimentos sociais da região e famílias sem-terra organizam a ocupação de um latifúndio limítrofe à área onde são iniciadas as obras do perímetro irrigado de Santa Cruz, dando origem ao acampamento Edvan Pinto, considerado um dos maiores do Brasil à época, com cerca de 3.000 pessoas acampadas.

Figuras 41 e 42 – Acampamento Edvan Pinto



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- 2013: É protocolada pelo Ministério Público Federal a ação civil pública de número 0001697-43.2013.4.05.8401, contestando judicialmente as irregularidades técnicas e impactos ambientais, culturais e sociais da obra.

- 2013: É produzido e lançado o documentário “Chapada do Apodi, Morte e Vida”, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia.

- 23 a 26/10/13: A Chapada do Apodi recebe a Caravana Agroecológica e Cultural da Articulação Nacional de Agroecologia.

Figuras 43, 44 e 45 – Cultura e Agroecologia no Apodi



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- 16 a 19/05/14: Agricultores e Agricultoras do Apodi participam do III Encontro Nacional de Agroecologia - "Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro".

- 2014: É construído e lançado o dossiê "Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido", com estudo de caso sobre o Perímetro Irrigado de Santa Cruz e carta das comunidades.

- 11/06/2014: É realizado um evento público de lançamento, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, do dossiê “Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido”.
- 11/06/14: Agricultores e agricultoras do Ceará visitam comunidades rurais do Apodi, num intercâmbio de solidariedade e troca de experiências.

Figura 46 – Solidariedade à comunidade de Palmares



Fonte: Acervo TRAMAS

- 19 a 22/10/14: Membro do STTR de Apodi participa do 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente da Abrasco - “Desenvolvimento, Conflitos Territoriais e Saúde: Ciência e Movimentos Sociais para a Justiça Ambiental nas Políticas Públicas”.
- 14/05/15 - Membro do STTR de Apodi participa da Jornada Nacional do Meio Ambiente da ABRASCO, com a discussão sobre “Direito à água”

- 05 e 06/10/15: A luta do Apodi é relatada na oficina “Territórios e Bens Comuns”, da qual participaram uma liderança do STTR de Apodi e um membro da CPT.
- 22/10/15: O juiz federal responsável pelo julgamento da ação civil pública contestadora das irregularidades do perímetro irrigado de Santa Cruz realiza vistoria às obras do perímetro e às comunidades no Apodi.

Figura 47 – Agricultores conversam com juiz sobre impactos do perímetro



Fonte: Acervo STTR-Apodi

- 10/11/2015: Produção de um vídeo-denúncia sobre os conflitos por água que se intensificam na região com a chegada das empresas do agronegócio.
- 16/11/15: É realizada uma audiência pública com o Instituto de Gestão das Águas no Rio Grande do Norte (IGARN) sobre a criminalização dos agricultores e agricultoras familiares no contexto do conflito por água na região.
- 27/11/15: É entregue ao IGARN e lançado o documento “Direito à água para os(as) agricultores(as) do Apodi”

4.4 A Recusa sobre o que se sabe

Já vimos que a resistência no Apodi se utiliza de um complexo sistema de produção de conhecimento que disputa e organiza informações sobre o projeto, formula contra-informação e fomenta processos de troca e formação, utilizando-se para tanto de uma série de parceiros que ajudam a dinamizar esse sistema, abrangendo uma diversidade de fontes e se capilarizando no aprofundamento a diversos temas, e nas relações entre eles, traduzindo essas informações para várias arenas, de forma, enfim, a preencher conteúdo sobre o projeto que se anuncia e, assim, consolidar um posicionamento em relação a ele.

Nesse sentido, tem se mostrado especialmente potente as experiências de intercâmbio dos agricultores e agricultoras do Apodi com os agricultores e agricultoras da porção cearense da Chapada do Apodi, pela habilidade que se atribui a essa metodologia na produção de Recusa:

*A gente vai ter agora o pessoal do Ceará que também tá vivenciando já isso, né?! Da qual a gente já fez intercâmbio pra lá, **mostrando pras famílias o futuro, o que vai ser a Chapada amanhã, né?!** isso aí todo mundo já viu, quem foi lá dessa juventude **foi e viu, né?!** A luta que eles têm hoje pra viver, né? Pra sobreviver! Voltaram à escravidão novamente, hoje vivem refém das multinacionais, das grandes empresas, né?! Produz e não consome. Então é muito louco! Eu sempre digo, digo muito assim, eu costumo dizer: que sistema de desenvolvimento é esse que querem implantar aqui na Chapada, que vai matar uns de fome e envenenado e vai matar outros envenenado e de barriga cheia?
[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]*

Foi e viu: ver com os próprios olhos é uma ótima forma de olhar-e-ver (em todas aquelas repercussões sobre as quais falávamos antes: olhar, ver, ouvir, escutar, tocar e sermos tocados, viver, estranhar, compreender, valorizar, para então dizer o que viu, pensar, falar e escrever sobre). Assim, esses trânsitos ao Ceará, com destaque para as visitas realizadas às comunidades de Lagoa dos Cavalos e de Tomé⁶¹, têm sido emblemáticos na configuração de um saber popular que também

⁶¹ Lagoa dos Cavalos, no Tabuleiro de Russas, é uma comunidade considerada como espelho para os agricultores do Apodi, pelo que seu modo de vida era também baseado na agricultura familiar de base agroecológica. Ao ser arrasada pelas obras do perímetro, Lagoa dos Cavalos se tornou um espelho projetado sobre o futuro do que poderia vir a se repetir nas comunidades rurais do Apodi – o que vai ser a Chapada amanhã. A comunidade de Tomé, por sua vez, se localiza na porção cearense da Chapada do Apodi e, cercada pelas empresas do agronegócio, é onde morava e foi assassinado

se realiza no lastro da pedagogia do território, capaz de mudar corações e mentes, como quando, numa dessas visitas, *teve gente que foi no ônibus defendendo o projeto e voltou sendo contra:*

- Mas o que foi que o senhor viu lá que fez o senhor mudar de ideia?
 - Não, o que eu vi é que eu fiquei muito partido de pena daquela situação do povo contando e o que eu vi: o projeto esmagando até casa de morar, a igreja, as cisternas - que a gente, ó, eu tô desse jeito aqui porque a gente estava fazendo uma cisterna aqui, começamos hoje, uma luta muito grande, como você sabe. Aí eu fiquei, sabe, eu fui até pra rádio aqui defendendo o projeto (de irrigação), eu conheço muito os projetos, inclusive no Ceará eu conheço aqueles projetos tudim, **mas quando eu vi aquela situação, meu amigo, aí eu fiquei partido**. Rapaz, aí eu vi assim. (...) Eu fui porque eu mesmo gosto do movimento, mas tinha gente com raiva de mim porque eu sempre defendia a proposta (do projeto de irrigação), né? Mas aí quando eu cheguei lá que eu vi a situação do povo **eu me senti, me compartilhei** com aquela situação, porque, realmente, quem não tivesse coração, só quem não tivesse coração um negócio daquele. (...) E hoje eu ainda tô na mesma: defendendo o projeto da maneira que vem eu não defendo não! **Eu defendo que não venha projeto** da maneira que nós temos, que nós vemos sempre no Ceará. (...)
 [Maiana e Macaé, durante conversa realizada em andanças pelo assentamento Milagres, em 21/03/14]

Interessante reparar que é sobre a mesma experiência que os dois pólos do conflito elaboram seus modelos – para um, trata-se de um modelo que deve ser replicado: “Estamos em parceria com o DNOCS, para que ele faça, no Rio Grande do Norte, o mesmo que fez no Ceará (...) e acabar com a miséria, com a fome”, conforme dito por Marcelo Crivella, à época em que foi Ministro da Pesca e Aquicultura (EBC, 2012b); enquanto que para o outro trata-se de um modelo a ser recusado em nome da vida.

Um outro elemento que foi ganhando cada vez mais centralidade na configuração da Recusa definida no Apodi diz respeito à guinada que o STTR foi assumindo em se debruçar sobre o sujeito “agronegócio”, denunciando-o como parte integrante do Projeto da Morte e daí acumulando novas motivações para sustentar sua Recusa, especialmente através da sensibilização construída com relação aos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde humana e ambiental, bem como sobre a

líder comunitário Zé Maria do Tomé. Grande parte dos intercâmbios à comunidade de Tomé se realizavam, inclusive, em virtude de manifestações de solidariedade por ocasião das marchas e atividades que se realizam a cada ano no dia 21 de abril, data em que Zé Maria foi assassinado. Cabe constar também a importância das visitas realizadas a outras áreas que têm perímetros irrigados ou empresas do agronegócio instalados no próprio estado do Rio Grande do Norte, a exemplo da região de Ipanguaçu.

inviabilização da agricultura familiar de base agroecológica produzida na região, pelos impactos que repercutiriam, por exemplo, na redução das abelhas que lhes rendiam o mel orgânico, na contaminação dos demais alimentos produzidos pelos agricultores sem veneno bem como das sementes crioulas que são preservadas e compartilhadas a gerações.

Então, se esse sistema que tá pensado pra o futuro for implantado aqui, adeus apicultura, adeus nossa produção, né?! Como é que nós vamos produzir num pedaço de terra desse pequeno com grandes empresas ao redor da gente acabando com tudo?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Em documento intitulado “Resistência ao Perímetro Irrigado da Chapada do Apodi”, os próprios membros do STTR, ao organizarem os motivos da sua contestação, apresentam claramente esse cruzamento entre perímetros e agronegócio (reparem na apresentação do projeto como “Projeto de Irrigação do Agronegócio”), também explicitando a influência da realidade conhecida através do Ceará para a formulação dessa crítica:

Por que contestar o projeto de irrigação da Chapada do Apodi?

A chapada do Apodi na parte que compreende o Estado do Ceará, está sendo alvo de inúmeros problemas sociais e ambientais trazidos pelo agronegócio através de empresas nacionais e transnacionais como a Nolem, a Banesa, Del Monte, a Frutacor, a Fyffes e a Syngenta que atuam no grande negócio da fruticultura irrigada.

Principais problemas apontados:

- Conflitos de terras envolvendo a questão de grilagem de terra pública;
- O desaparecimento de comunidades e pequenos produtores que perderam suas terras e são obrigados a morarem nas periferias das cidades;
- O uso abusivo de venenos na produção de frutas;
- Contaminação do ar e das águas inclusive as subterrâneas;
- A degradação do solo;
- E o aparecimento de doenças causadas pelos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores e comunidades exposto (a)s aos venenos;
- Capacidade Hídrica da Barragem de Santa Cruz.

Custo social do Desenvolvimento do Projeto de Irrigação do Agronegócio

- A privatização dos perímetros públicos;
- Aumento da desigualdade social na região;
- Contaminação ambiental do solo e da água e da saúde da população atingida;
- Exposição permanente aos agrotóxicos;
- Condições precárias de trabalho;
- Mão de obra assalariada barata;
- Extinção de comunidades rurais;

- A transformação de pequenos agricultores expulsos de suas terras em agricultores sem terra a serviço da agroindústria e moradores das periferias das cidades;
- Concentração de terras e utilização de terras públicas;
- Aumento de Doenças causadas pela a exposição aos Agrotóxicos (STTR, 2014).

No processo de formação sobre essa agenda específica, costumam ser destacados a importância da relação com o Núcleo Tramas e de um evento em especial em que a professora Raquel Rigotto ministrou uma palestra sobre o assunto para um auditório lotado, bem como acionam sua própria experiência histórica – através das memórias dos venenos que eram utilizados na produção de algodão ao tempo em que a terra era dos latifundiários, como veremos no capítulo seguinte – bem como a referência de algumas comunidades que se dizem *cercadas* por se localizarem próximas à propriedade do *japonês*⁶², única referência à época da minha pesquisa de campo que eles tinham do contraste na própria região potiguar da Chapada do Apodi entre o modelo da agricultura familiar com o do agronegócio.

- *Zé tava falando, o projeto do japonês quando plantaram um ano ali para acolá, quando era numa hora dessa aqui ninguém aguentava a catinga do...*
 - *E isso é que era um pedacinho bem pequenininho, nera Seu Zózimo?!*
 - *Bem pequenininho nera?! E plantou...*
 - *Quando eles aplicavam o enxofre no melão ninguém aguentava aí de noite, a catinga, o cheiro forte.*
 - *Seis horas da tarde ninguém aguentava nem cozinhar*
 - *Aí imagine quando irrigarem cinco mil hectares, meu Deus do céu, não, não, não pode de jeito nenhum.*
- [Seu Zózimo e Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A gente percebeu comparando os lugares, comparando Laje do Meio com Milagres, por exemplo, em Laje do Meio, o pessoal teve boa produção de mel esse ano de 2011, de 800 latas de mel; enquanto Milagres, que é maior e tem uma produção muito boa, a produção deles baixou e deu a metade, não deu 400 latas de mel. Aí, a gente coloca bem claro que já tem o impacto só porque tem uma empresa do agronegócio encostada, a gente já está sentindo essa questão dos impactos (agricultor entrevistado por PONTES, 2012, p.128)

A sugestão combinada entre *emprego* e *dinheiro*, por sua vez, é apontada como o principal argumento responsável por produzir *desavenças* na comunidade e

⁶² “Mesmo em pequena quantidade, o agronegócio já faz parte do território rural de Apodi-RN com uma empresa que tem duas instalações: uma próxima ao Assentamento Milagres, que produz melão e melancia, e outra próxima à Comunidade Algodão, que produz melão, pimentão e milho.” (PONTES, 2012, p. 127).

dentro das próprias famílias, abalando em alguns contextos ou grupos específicos a Recusa ao projeto.

- Enquanto não foi falado em dinheiro, pra você ter uma ideia, enquanto não foi falado em valores, a gente conversava e as pessoas mesmo que não tivesse gostando, escutava o que a gente dizia das contradições do projeto. Hoje o cara parte pra agressão mesmo, não tem conversa não, parte logo pra agressão verbal.

- É porque as pessoas daqui estão muito ligadas a curto prazo, acham que com esse dinheiro que, se eu não me engano acho que é R\$ 6.500, acham que vão... não sei o que elas vão fazer, porque, sinceramente, com R\$ 6.500 você vai pra Mossoró e chega de mãos abanando. Aí as pessoas não pensam daqui um, dois, três anos dentro dessa implementação.

- E também se for gastar, gasta ligeiro. E se não chegar nem a gastar.

- E se não chegar nem a receber? Se for receber não sei quanto tempo depois? É uma coisa assim, a pessoa parece que [...] prende o raciocínio, não vê mais futuramente o quê que vai ser, se esse dinheiro vai valer a pena. Se receber, né? Porque se você reparar a qualidade de vida que tem hoje, antes desse projeto, será que R\$ 6.500 reais vão pagar a qualidade de vida que vai ter depois do projeto? Pra mim, não paga não.

- Deixe só eu dizer como que foi que eles ganharam a maioria aqui dentro e conseguiram as assinaturas, essas últimas assinaturas agora. Ele (técnico do DNOCS) chegou aqui dizendo o seguinte: "Olha, esse papel aqui é pra adiantar o processo do dinheiro que tá lá na justiça, pra poder sair mais rápido". Só foi essa palavra aí e ganhou o pessoal.

- As pessoas só pensam no agora.

[Firmino e Gislayne, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Destacamos, ainda nesse sentido, o que alguns relatos nos informaram sobre a disputa que privilegia a juventude das comunidades rurais como alvo, a exemplo do que, nas comunidades atingidas pela desapropriação, nos foi compartilhado que os jovens tiveram um papel central no convencimento dos pais a aceitarem as propostas de indenização do DNOCS, consideradas, no mais das vezes, irrisórias, mas suficientes para gerar alguma expectativa.

Aí começa aquela novela toda, né?! Joga pai contra filho e filho contra pai, porque onde tem dinheiro, a gente sabe: tem a briga! E quando desapropria uma fazenda dessa, um terreno desse, que o dono pega no dinheiro, um filho quer logo seu pedaço, o outro quer o pedaço, aí já gera uma desavença por aí, né?! A gente tem vivenciado isso aonde já foi desapropriado.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Os números propagados de 5.350 empregos diretos e indiretos a serem gerados pelo perímetro irrigado (DNOCS, 2009), se têm alguma capilaridade na

juventude e se tornam capazes de aí produzir efeitos⁶³, pouco repercute sobre os agricultores e agricultoras mais velhos, principalmente sobre aqueles que participaram ativamente das lutas pela reforma agrária na região desde a década de 90. Ser trabalhador das empresas do agronegócio, para esse grupo, não é negócio, é *Cativeiro*, como veremos adiante, pois também por experiência própria e por *ver com os próprios olhos*, a Recusa aí é passível de ser estabelecida.

Se é verdade que tais argumentos contribuem para contextualizar e organizar a Recusa, não a explicam de todo. Pois, concentrados sobre os elementos que direcionam a crítica ao agronegócio, resta inexplicado como os agricultores e agricultoras do Apodi logram repudiar também aquelas estratégias discursivas que incidem em deslegitimar essa associação por eles sugerida entre perímetro irrigado e agronegócio.

Ao que vimos no início desse capítulo sobre o empenho do DNOCS e de outras instâncias do governo, enquanto empreendedores do projeto, em associar as obras do perímetro de Santa Cruz à irrigação que serviria também, e principalmente, à agricultura familiar da região, e ao que constatamos em campo que, ainda assim, a Recusa se mantém, a adesão não se realiza⁶⁴, nos parece extremamente emblemático tentar compreender: o que fundamenta essa Recusa, sobre que base tão profunda ela é assentada, de forma a não se deixar abalar sequer pela promessa de inclusão?

⁶³ Outros jovens reivindicam, porém, uma outra perspectiva sobre a promessa de dinheiro e de emprego, delimitando-os como um risco de captura, diante do qual é preciso desconfiar:

- Acho que com um projeto desse vai vir muito emprego, só que ninguém não sabe que tipo de emprego, né? Eles não vão chegar falando a realidade que a gente já sabe que acontece em outros lugares, na questão de usar veneno, sem proteção nenhuma, eles não vão dizer isso, né?

[...]

- Eu já ouvi meninas aqui nas comunidades dizer: "Eu já tenho o meu ensino completo, vou é arranjar um emprego nas firmas." Ou seja, elas pensam que esse emprego vai ser num escritório, mas não é a realidade que a gente vê, é trabalhando embaixo de veneno, é sendo explorado, sendo escravizado como a gente vê nos outros perímetros.

[Gislyanne e Gislayne, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

⁶⁴ Importante reafirmar que sempre que falamos sobre a Recusa ao projeto na forma de um sujeito indefinido estamos privilegiando mirar sobre esse posicionamentos (minoritário) consolidado majoritariamente entre os agricultores e agricultoras do Apodi, o que não quer dizer que sejamos cegos com relação às divergências internas, dentre as quais existe também o posicionamento de adesão ao projeto.

4.5 A Recusa sobre o que se desconfia

Além de tudo que se sabe, aquilo que não se sabe mas se desconfia é também uma sabedoria – foi uma das aprendizagens que nos permitimos extrair da prática política dos agricultores e agricultoras do Apodi. Pois, como veremos adiante, ao perímetro irrigado enquanto novidade carregada de promessas, mapas, métricas e números inacessíveis, é aplicada uma hermenêutica da Desconfiança que lhe interpreta e, facilmente, lhe dá sentido. Dotada de conteúdo, veremos que essa Desconfiança tem também uma história que lhe fundamenta e uma estratégia a que se pretende.

A primeira ocasião em que pude atentar para sua relevância nas operações realizadas pelos agricultores e agricultoras no Apodi foi quando, participando de um debate por razão do dia do meio ambiente no Instituto Federal do Apodi, pude escutar da apresentação da pesquisadora que me antecedeu o queixume de que a técnica por ela analisada e defendida de “sistema de plantio direto”, utilizada em larga escala nas grandes plantações de soja “modernas e ambientalmente sustentáveis”, não tinham acolhida junto aos agricultores e agricultoras do Apodi.

Tal técnica, a pesquisadora explicava, consistia em “eliminar as operações de preparo do solo, acabar com a broca, não arar ou gradar o solo, minimizando, assim, os efeitos da erosão”. Avançando na explicação, o passo seguinte do processo moderno e sustentável consiste na “redução da mata e das plantas daninhas pela utilização de herbicidas dessecantes”, utilizados para substituir pelo controle químico a energia mecânica de preparo do solo que havia sido dispensada.

A pesquisadora nos compartilhava seu drama pessoal em não ter obtido sucesso em trazer pro Apodi essa que “é a técnica mais de ponta pra quem quer produzir e respeitar o meio ambiente”, pois que, a despeito de suas inúmeras tentativas de convencer os agricultores e agricultoras a aderirem à referida técnica, eles insistiam em não fazê-lo, por razões que a pesquisadora julgava na ordem do “medo”, da “ignorância” e da “teimosia”.

Admirei, então, a esperteza que cabia nessa teima. Entre o risco da enxada e do herbicida, os agricultores e agricultoras do Apodi mantinham firme sua escolha pela enxada.

Dotada de uma conjugação entre rememoração de elementos do passado e

antecipação de riscos futuros, a Desconfiança desponta assim como um elemento maior que informa a prática do *cuidado* diante daquilo que, germens de um *sistema destruidor*, possa vir a ser digno de produzir preocupação e Recusa.

Importante diferenciar a noção de preocupação a que nos referimos daquela que usualmente se normatiza como “princípio de precaução”, pois a primeira extrapola em muitos sentidos a última. Nesta, a medida do cuidado só é cabível a partir da constatação do risco inequívoco, a partir de condições de aplicação extremamente restritivas, não desestabilizando o “direito sagrado de empreender” (STENGERS, 2015, p.57), enquanto que, para os agricultores e agricultoras do Apodi, o cuidado que inspira a Desconfiança é de uma ordem maior que considera a dúvida e não constrange o ímpeto de proteção àquilo que possa lhes implicar perigo.

Se, na lógica dos *grandes*, a destruição dos *pequenos* é um preço a se pagar, contabilizado, quando muito, nas medidas mitigadoras propostas quando da aferição da licença para a implantação dos empreendimentos, para os *pequenos* há o risco grave e irreversível de morte que lhes leva a prezar pela primazia da vida, a desconfiar e a recusar o que lhe ameaça.

*Esse sistema, Maiana, é um **sistema muito preocupante**, a gente se preocupa muito, tem tirado o sono de muitas pessoas, muita gente, né? Porque é um negócio totalmente de cima pra baixo, né?! Totalmente sem pensar, sem avaliar, sem ver, sem noção mesmo, né? (...) Para o nosso conhecimento, é um **sistema destruidor**, é um sistema que destrói família, divide família, joga você pra viver uma nova vida da qual você não tem experiência nenhuma, né?! (...) E esse sistema que querem implantar aqui na Chapada do Apodi, eu não sei o que é que esses homens... **A gente sabe, diz que não sabe, mas a gente sabe!** O que esses caras pensam é a questão financeira, né?! Pra eles, o que importa é o lucro, o que vão produzir aqui, o que vão exportar pra fora, né?! Não vão se importar com esse solo que vão matar com veneno, nem param pra pensar que vão acabar com nosso lençol freático, nem param pra pensar que vão matar cada vez mais, acabar com a camada de ozônio, jogando veneno principalmente de avião, de helicóptero, não pensam na fauna, né? Que a gente está aqui – olha! - ouvindo passarinhos cantando...*

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

4.5.1 não é para os pequenos

Na comunidade de Santa Cruz, Dona Francina aponta para a barragem de Santa Cruz, a menos de um quilômetro de sua residência. Lá, a água jorra, crianças brincam na alegria que é qualquer banho no sertão, canos de adutoras conduzem a

água nela armazenada para abastecer a área urbana de Apodi e de alguns municípios vizinhos. É de lá que se pretende também extrair parte da captação da água que abastecerá os lotes irrigados pelos perímetros irrigados.

Figura 48 - Mapa da comunidade de Santa Cruz II



Fonte: Elaborado por pesquisadoras populares de Santa Cruz (acervo da pesquisa)

Mas a comunidade de Santa Cruz mesma, que tanto sonhou com a barragem, projetando a perspectiva de *os tormentos amenizar*, que trabalhou *no trecho*, (em que) *tudo se empreita* durante as obras de sua construção, *pra bem da comunidade* chegar o tempo em que *quem vive do que semeia não medirá o que come*, que até mesmo viu destruídas as *cacimbas costumeiras* que *as escavações levou*, até hoje não recebe em casa ou nos roçados uma gota sequer proveniente das águas que nela foram armazenadas.

O abastecimento da comunidade de água pra consumo humano, no que a estiagem prolongada compromete a utilização das cisternas de placa construídas pela comunidade, é feito por carros-pipas. Nas áreas de produção, é de um braço do rio que os agricultores e agricultoras se servem para captar a pouca quantidade de

água que precisam para irrigar seus cultivos – até terem sido recentemente proibidos de fazê-lo, por via de autos de infração recebidos do Instituto de Gestão de Águas do Rio Grande do Norte (IGARN) que os acusam de estar usando a água do rio ilegalmente, criminalizando-os por não terem outorga ou licença de outorga⁶⁵, deixando-os na insegurança sobre o que será de suas vidas.

Em quatro atos, Dona Francina registra em seus versos a história da barragem de Santa Cruz na perspectiva dos moradores e moradoras de Santa Cruz – do sonho à obra realizada, da obra realizada à frustração de terem sido dela excluídos, da frustração ao convite para se engajarem na luta:

O Sonho – A barragem de Santa Cruz

Desde o século passado Somos gratos por saber Que já ser mobilizaram No trabalho, no lazer Em tudo forçava a luz A barragem de Santa Cruz Teria que se fazer.	O presidente assinou Os senadores também Os deputados aprovaram O governo apressa e vem No trecho, tudo se empreita A Barragem será feita Pra Santa Cruz, parabéns.	Será destaque no estado Fará parte do programa Mossoró terá mais água O vale terá mais rama Toda gente satisfeita Se a barragem for feita Santa Cruz ira ter fama
Foram se passando as décadas Mas o plano não reverte O sonho sempre ampliando Pois só ao poder compete O resultado está ai Quem chega no Apodi A barragem é a manchete.	Alguns até duvidaram Outros tentavam afirmar Eu era muito otimista Pelo que ouvia falar Para o que é bom, tudo se ajeita A Barragem será feita E Santa Cruz vai melhor	O sol nascerá mais lindo A lua mais prateada Estrelas mais reluzentes E frequentes trovoadas Toda região se enfeita Se a barragem for feita Santa Cruz será vibrada!
Foi assunto no congresso Em casa reunião Era discutido em feira Também na associação Santa Cruz será eleita A barragem sendo feita Reverte a situação	Poderá faltar recursos Bancos pra financiar Pessoas interessadas Que venha influenciar Essas meias, não se aceita A barragem sendo feita Se aplaude esse lugar.	Serras serão mais azuis Os vales mais verdejantes O ar será bem mais puro A brisa será constante Toda terra se aproveita A barragem sendo feita É muito gratificante.
Era um sonho de cem anos Cem anos para sonhar Construir essa barragem Priorizando o lugar Abastecendo cidades Servindo a sociedade Pra os tormentos amenizar	Eu contemplava a barragem Seu comprimento e largura A sua profundidade Da parede a espessura Das águas, via as mareias Se a barragem for feita Já dei parte da moldura.	As plantas serão mais verdes A flor terá mais perfumes O solo será mais fértil Pisca mais o vaga-lume Será a obra perfeita! Se a barragem for feita Santa Cruz causa ciúmes.

⁶⁵ Conforme apreendido do acompanhamento a algumas reuniões do Comitê de Bacias da região e dos relatos dos agricultores e agricultoras, tanto a outorga quanto a licença de outorga são instrumentos legais inacessíveis aos *pequenos*, pois que o procedimento para conseguir qualquer um dos dois é igualmente burocrático e dispendioso financeiramente.

Trajectoria e Conquista

<p>Março de dois mil e dois Eu desejo registrar Santa Cruz com muita honra Disca pra todo lugar Fazendo a nação ciente Se recebe o presidente Pra barragem inaugurar.</p> <p>O sonho concretizou-se E é válido memorizar Por mais de um século sonhando Valeu a pena sonhar E vendo a obra de perto Alguns estavam perplexos Sem querer acreditar.</p> <p>A barragem se Santa Cruz Será marco na história Da nossa comunidade E se tem como grande glória Foi sonho, hoje se vê Que valeu a pena crê Que se teria a vitória.</p> <p>Foram décadas favoráveis Pra comunidade eleita Pois de família ganhando A família satisfeita Esta aí o resultado Já estão desempregados Mas a barragem está feita.</p> <p>A barragem estando cheia Grande futuro se vê Se existirem projetos Para crise reverter Transforma o homem do campo Que solta igual pirilampo Mas nada pode fazer.</p>	<p>O sertão sendo irrigado Terra pouca terá nome Quem vive do que semeia Não medirá o que come O filho estudará mais Terão mais saúde os pais E Apodi tem menos fome.</p> <p>Legumes, verduras, frutas Cada um terá a sua O jovem terá trabalho A mulher na roça a atua Várias mudanças acontece A nossa produção cresce E se tira o menor da rua.</p> <p>Citei algumas mudanças Que a barragem trará Em termos de melhorias Estamos a confiar É grande a expectativa Que haja mudança nas vidas Pra os tormentos amenizar</p> <p>Deputados, senadores Governador, presidente Tomem as iniciativas Como classe competente Demonstrando seus valores Que os nossos trabalhadores Só vêem a água de frente</p> <p>A água pura pra o consumo Foi sempre o que se sonhou Acredito que teremos Se o que faltava, chegou E pra chegar nas torneiras Que as cacimbas costumeiras As escavações levou</p>	<p>Alguns dos que confiavam Nessa obra de valor Naqueles que estavam à frente Com interesse e amor Hoje aqui já não estão Vendo a sua conclusão Porque Jesus lhe chamou.</p> <p>Em nome de cada um A Deus quero agradecer Esta obra concluída Ele nos concedeu ver Nunca se dê por vencida Isso faz parte da vida Agradeça por você</p> <p>Parabéns pra o presidente Também ao governador Senadores, deputados Prefeito e vereador Por todo esforço empenhado Que tragam bons resultados Ao nosso trabalhador.</p> <p>A associação local Que nunca desanimou Diante de tanto tempo Mas que sempre confiou Ao ver sua conclusão Hoje levantam as mãos E agradecem ao senhor</p>
---	---	--

Pequenas Coisas Fazem a Diferença

<p>Está aí o processo Desde o sonho, à conclusão Da barragem de Santa Cruz Feita com aptidão Valeu a pena sonhar-se Mas viu algo modificar-se Na sua inauguração.</p> <p>Particular do evento Posição deveria ter Um convite especial Teria de receber E foi essa a realidade Ninguém da comunidade</p>	<p>Santa cruz não esperava O impacto que sofrimos A rejeição constatada Com os próprios olhos vemos Pra jovens, foi sufocante E esse fato marcante Nós jamais esqueceremos.</p> <p>Já revelei o retrato Das coisas como acontece Não foi esse o nosso sonho Nem é o que se merece Pode ser que brilhe a luz Mas com barragem de Santa Cruz</p>	<p>Previa-se três ou mais anos Uma fonte divulgou Pra o grande armazenamento Mas jamais se confiou Com a chuva que caia Só precisou vinte dias A grande barragem sangrou.</p> <p>Hoje a barragem está cheia Valeu a pena sonhar Sua história é muito longa Mas viu-se concretizar Por promessas garantidas</p>
---	--	--

<p>Teve direito a ver.</p> <p>O pensamento de muitos Não mudava de querer Receber as autoridades Homenagem lhes render Mas do poder, era o processo E o convite pra o acesso Ainda está por receber.</p> <p>Um fenômeno inesquecível Santa Cruz atravessou Com tanto credenciados Quem na área se alojou Foto local que não brilha Das setenta e cinco famílias Nenhuma pessoa entrou.</p> <p>Este fato para alguns Pode aparentar leveza Mas pra um sonho como o tal Demonstra grande fraqueza Nos da visão do escuro O que surgir no futuro Pra nós, não será surpresa.</p>	<p>A obra pouco parece!</p> <p>Da barragem de Santa Cruz Falei do povo sonhado Da grande expectativa Do poder publico atuando Esperanças, construção Da sua inauguração E falo dela sangrando.</p> <p>É uma obra importante Não aparenta defeito Engenheiros arquitetaram Executaram perfeito Mas tiveram de esperar Que pra encher e sangrar Ninguém tinha esse direito.</p> <p>Como todas alegrias Tem a hora de passar E momentos angustiantes Não avisam pra chegar Santa Cruz, igual será Dez dos dois, às dez e meia Viu a barragem sangrar.</p>	<p>Antes cobrando-se algo Pra amenizar o sofre Teriam como resposta Priorizamos vocês A barragem foi o plano Não se sabe é quantos anos Passarão para ela encher.</p> <p>Enfrentando o desafio Que pra sempre marcará Como não houve empecilho Nós podemos constatar Uma vasta liderança! Do ancião a criança Virão à água derramar.</p> <p>Pra sua inauguração Houve critérios marcantes Acesso era um privilégio Com convites mediante As normas estabelecidas Agora é criar medidas Que assegure os habitantes!</p>
---	--	--

Luta Para Conquistar a Água

<p>Escrevi sobre a barragem Do sonhar a conclusão Avanços, impasses, demandas Até a inauguração Lutas, projetos, sangria Enfatizando as famílias Qual seria a solução.</p> <p>Apelo aos representantes Registrei como protesto Como água, a agricultura Tomaria um rumo certo Mas só permanece os planos Pois já são mais de dois anos E nada existe de concreto</p> <p>O sindicato de Apodi Tem a preocupação Lidar com os trabalhadores Para a mobilização E hoje seria igualmente Engajando fortemente Em busca da solução.</p> <p>A barragem de Santa Cruz Foi difícil pra fazer Difícil pra concluir E é difícil se entender Tanta água armazenada Tantas famílias sem nada</p>	<p>Sindicato e entidades Mas uma vez deram as mãos De lado a lado com o povo Querendo uma solução Dando suporte as fileiras Sustentar essa bandeira Já se tornou tradição.</p> <p>Você que acomodou-se Não parou pra discutir Achando desnecessário Sem querer admitir Faça parte da disputa Do resultado da luta Você vai usufruir.</p> <p>Se cada um entendesse A palavra produzir Não se mediria esforços Pra poder interagir Amenizaria as falhas E pra pessoa que trabalha Seria fácil investir.</p> <p>Os que fazem a agricultura Seja do campo ou cidade Ergueram suas bandeiras Provando capacidade A solução que queremos Importar o que podemos</p>	<p>Sonhamos com a barragem Sua beleza exemplar Sonhamos com ela cheia Capaz de amenizar Nossas expectativas E pra buscar alternativa Tivemos que acordar.</p> <p>São dos anos vendo a água Sem poder utilizar São dois anos confiando Que mandarão irrigar É muito tempo esperando Agora nos levantamos E acreditamos mudar.</p> <p>Obrigada a cada um Que se unir pra somar Obrigada a cada apoio Que veio sistematizar Obrigada ao poder público Que depois que ouviram tudo Irão solucionar</p> <p>Parabéns ao sindicato Porque não nos deixa só Edílson com essa garra Quando muda é pra melhor Não se omite sem subir gruta São muitos anos de luta</p>
--	---	--

<p>Só não foi difícil encher.</p> <p>Utilizando essa água Para o abastecimento Da agricultura irrigada E ter seu desenvolvimento Era traçado diário Todos teriam trabalho Pra conseguir mantimentos.</p> <p>Todas as comunidades Que organizadas estão Mobilizaram seu povo Tomando uma decisão Se enfrenta o dilema Será mais um problema Que não terá solução.</p>	<p>É perder a identidade.</p> <p>Se você tem esperança Que é capaz de mudar Engaje-se nesta luta Não pense em desanimar Até hoje, os que lideram São aqueles que perseveram Pra poder conquistar.</p> <p>Não desistir, nos dá força Não desistir, nos faz ver Não desistir mostra traços Que haveremos de vencer Não desistir é suporte Demonstrar que somos forte E o quanto irá reverter.</p>	<p>Em defesa do menor.</p>
--	---	----------------------------

[Dona Francina declama os versos que fez sobre a história da barragem, durante contação de história na comunidade de Santa Cruz]

Reparemos que, antes mesmo de constatarem, pela experiência própria, que a água armazenada pela barragem não serviria aos interesses da pequena comunidade de Santa Cruz, um indício importante dessa desigualdade já tinha sido captado quando da inauguração da obra pelo presidente da República à época: preparados com faixas de agradecimento aos governantes, comissões de jovens e mulheres organizados para lhes prestar homenagens, nenhum morador da comunidade pôde sequer entrar na área onde se realizava a inauguração:

A gente ficou naquela expectativa, mas esses convites ainda hoje tá por receber. Quem fosse, era logo nas entradas da comunidade, em vários locais, era como que assim acredito que era a polícia, era todo mundo, não deixava nem ninguém entrar. E aí mesmo na entrada da barragem aí é que era. E isso quando deu certa hora do dia, da manhã até a hora (da inauguração), essa rampa era assim: a gente avistava como só a fila de carros descendo bem devagarinho. E os jovens! ... uns passavam, se maldiziam, e a gente assim aconselhando. Mas até hoje eu me questiono: como é que pode ser uma coisa dessa? Nem uma representação, pra dizer assim: "- vai entrar ao menos só essa representação porque é muita gente e tudo", mas ninguém da comunidade, ninguém?!

[Dona Francina, durante dia de contação de história na comunidade de Santa Cruz]

Pequenas coisas podem dizer muita coisa, dali já deu pra desconfiar, conclui Francina como aprendizagem. Em outra comunidade, um agricultor de Queimadas prenunciava:

Agora eu acho que essa barragem, essa barragem só vai servir pra nós quando ela se estourar, porque mata todo mundo... Se aqui tivesse rico aí já era tudo irrigado aqui. Pois é pra favorecer os grandes mesmo, as grandes empresas.

[Deuzim, durante conversa com moradores mais velhos da comunidade de Queimadas]

Sentimento semelhante os agricultores e agricultoras do Apodi diziam com relação a outras grandes obras que se realizaram na região. Da transposição do São Francisco aos grandes açudes construídos por eles *na terra dos outros* durante as grandes secas, tudo dava a entender que aquilo que é feito *pros grandes* não é dado aos *pequenos*. Aos *pequenos*, cabe trabalhar nos canteiros de obras e admirar sua opulência quando terminado o serviço, e depois passar por elas, sabendo que aquilo não lhes pertence.

E eu cavei um açude lá na Carnáuba seca de Luís Neval, lá onde um dia eu passando lá pra pra o Juazeiro, passei em cima da parede dele, aí eu olhei assim e digo: "Meu Deus! quando eu lembrar que carreguei esse barro aqui e ajudei a construir essa parede num carro de mão e hoje nem a água desse açude eu posso pegar.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A Desconfiança preparou o terreno com que essas mesmas pessoas receberam o anúncio do decreto que estabelecia a desapropriação de terras para fins da instalação do perímetro irrigado: desconfiou-se dos sentidos ocultados por trás da alcunha de “interesse público” que o decreto se auto-reivindicava, de que aquilo que é feito em nome do “público” *não é para os pequenos*:

Porque agora a água vai chegar e temos que sair de nossas terras? Hoje estamos sem produzir alimentos para nós e os animais por falta de água. A água da barragem pode ir para a chapada para os agricultores, mas os mesmos agricultores que vivem às margens da barragem de Santa Cruz não tem acesso. Daí percebemos que essa água **não é para os pequenos**, esse projeto é uma ameaça aos pequenos agricultores, aos grupos produtivos, aos grupos de mulheres (STTR, 2012, p.7).

Ao revés da promessa de serventia, intui-se que a aproximação dos *grandes* aos *pequenos* se dá no interesse de *bulir com quem já tá quieto pra dar pra outro*, como dizia dona Socorro na comunidade de Moaci Lucena, sobre aquilo que servia aos primeiros necessariamente ser um desserviço pros segundos.

4.5.2 conversas de melão e de melancia

Não só sobre as grandes obras em si que os *pequenos* têm elementos para desconfiar, mas também sobre aquilo que o “projeto de irrigação” promete em termos de parceria com a agricultura familiar. Em Nova Descoberta e Água Fria, destacaram-se as histórias que retomavam experiências passadas, onde parcerias semelhantes resultaram em *desgraça* e um conselho:

- Porque a gente não solta o pássaro que tá pegado pelo que vai voando, que dá isso. A gente vai devagarinho, tomando fé, sabendo se aquilo vai prestar, né? Mas não, “- homi, é bom”, dizem, aí todo mundo solta, “- vamo pegar aquele!” aí deu no que deu.

[Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade de Água Fria]

As *conversas de melão e de melancia*, como as chamam os agricultores e agricultoras no Apodi, que nos remetem aos sentidos da expressão “conversa fiada”, vinham por sugestão dos *técnicos que chegaram de fora*, na forma de uma promessa de plantar culturas que serviriam *pra exportar*. É com risos que eles mesmos lembram que *os agricultores, nessa época, acompanhavam até a cotação do dólar*.

Motivados pelas promessas, *a ambição falou mais alto*. As áreas de hortaliças e cultivos da agricultura familiar considerados não-rentáveis para esse tipo de ambição foram substituídas para abrir espaço aos cultivos de melão, a monocultura passou a obrigar a utilização dos *venenos*, as práticas de trabalho coletivo nas áreas comunitárias também foram abandonadas em nome do que *cada qual queria trabalhar só*.

E o resultado, inevitavelmente, em todas as histórias contadas era o mesmo: *desgraça, desgosto*, os agricultores *ficaram mais endividados*, *desmantelou* o que havia, *acabando com a união que fazia força*, deixando-se de plantar *o comer pra nós*, arriscando *passar necessidade*.

- Lembra que a gente plantava os canteiros em mutirão, nera? Junto, e naquele tempo era bonito, daquela da hortaliça, né? Mas o tempo bom ali foi no tempo de hortaliça, quando a gente plantou melão foi a desgraça, sabe?

- Mas rapaz, conversa de melão...

- Que além da gente se endividar, dividiu o povo. Maiana, pode acreditar? Aí foi, era 13 no melão,

- *Òia, minha geladeira ainda foi do tempo que a gente trabalhava em mutirão, plantando verdura, ainda tenho ela. Ainda tá funcionando minha geladeira, do tempo das cebolas.*
 - *Aquela minha primeira geladeira que comprei, comprei plantando cebola e hortaliça, cebola, cenoura.*
 - *Agora abandonaram.*
 - *Viu, Rita? Aí quando veio o melão, pra exportar, aí pronto, aí dividiu tudo.*
 - *A ambição falou mais alto.*
 - *Cada um, aí dizia: “não, agora nós enrica”. Aí nem plantemos mais coletivo, né?*
 - *Cada qual queria trabalhar só, não quiseram mais mutirão aí pronto.*
 - *Cada um não queria trabalhar em mutirão pra plantar pra exportar e caímos nessa ótica, e vou dizer uma coisa, nós só paguemos, aliás quase que nós não saía do SPC (sistema de proteção ao crédito), né? A gente passou mais de 5 anos no SPC. Aí foi a desgraça, Maiana, além de a gente deixou de plantar horta, o comer pra nós, pra plantar melão pra se endividar. Era só veneno.*
 - *Mas e de quem foi a ideia, Edilson, de plantar os melão?*
 - *Dos técnicos que chegaram de fora, né? Eu me lembro até a conta cara, dizendo que era bom, já tinha comprador.*
 - *Olha, gente, sabe o que acontece? **É a mesma coisa hoje do período de irrigação, os grande chega e diz que vai ser ótimo, que é muito bom, foi a mesma coisa que aconteceu no tempo do melão, não foi não? A conversa não era bem bonita?** A conversa era muito bonita, mas findou, acabando com a união que fazia a força pra todos, acabou em nada, né? Porque ainda ficaram mais endividados num sonho que ninguém construiu o sonho. Quer dizer, quando tava em mutirão, construiu-se até uma geladeira, compraram outras coisas, e depois com o melão compraram o que?*
 - *Comadre Deíza lembra e compade Galego também: nós criemos nossos filhos plantando verdura aí, se lembra? Sem nem um tico de veneno.*
 - *Foi a praga do melão que desmantelou tudo.*
 - *Na verdade, antes não existia dívida, existia as pequenas dívidas que dava pra ir sanando.*
 - *É. Exatamente. E muita solidariedade entre si.*
 - *Aí com o passar do tempo, com algumas coisas que os técnicos estavam falando, aí veio as despesas mais altas que não tinha como pagar.*
 - *E o pior: veio as discórdias entre si, né? Porque cada um dizia: “eu vou enricar da minha maneira, eu vou plantar isso aqui que eu vou enricar” e ficou aquela discórdia, que ficaram assim, ninguém queria mais se unir, cada um queria fazer só pra enricar mais rápido.*
- [Edilson, Galego, Dona Rita e Edjarle, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade de Água Fria]

Na conta dessas conversas, companheiros também são lembrados, na associação que os agricultores fazem entre os venenos que eram utilizados nessa época e a morte de alguns dos agricultores que trabalharam *nessa ótica*:

Pronto, a consequência do melão, queira ou não queira, o finado Antonio foi uma consequência do projeto do melão, de ter trabalhado com veneno e conseqüentemente pros anos passados ia começando se acumulando e que chegar a perder. Tinha Zé Ramalho também...

[Edjarle, durante conversa com mais velhos em Água Fria]

Em Nova Descoberta, os pesquisadores populares resgataram fotos antigas da comunidade e lembraram dos resultados da primeira safra – acostumados a lidar com o pouco, se impressionavam com a quantidade: *era bonito*, mas também *fazia até medo*. Devidamente colhidas e empacotadas, as *carradas de melancia* e de *melão* foram transportadas até o porto, e por elas os agricultores não receberam um centavo e ainda *foi preciso cada um posseiro desembolsar ainda R\$10 pra poder pagar a energia*.

Figuras 49, 50, 51 e 52 – Carrada de melancia



Fonte: Pesquisadores Populares de Nova Descoberta (acervo da pesquisa)

- [...] *todo mundo trabalhava no tempo do plantio de melão, de melancia. Os primeiros projeto de melancia aí, fazia até medo as melancia, a gente plantava até não poder.*

- *Em baixo desse galpão ali era bonito as carradas de melão saindo dali de baixo.*

(...)

- *Eu acho muito bom aqui (Nova Descoberta). Morei dois anos aqui, eu tenho saudade. Não fiquei aqui por que devido as condições. Nem eu nem meu marido era aposentado, aí sei que houve uma plantação aí de melão, minha filha, era carro saindo com melancia, carrada de melancia, de melão. Quando terminou a safra, minha fia, cadê? Foi preciso cada um posseiro desembolsar ainda R\$10 pra poder pagar a energia, num foi não Chico? Ai nós criemo desgosto e fomo embora. Pegamo passar necessidade...*

[Zé Inácio, Dandão e Dona Raimundinha, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

Bem relevante, então, parece ser o conselho de que não vale a pena cair nessa *conversa (bonita) de melão e melancia*. É bom desconfiar⁶⁶!

4.5.3 *E se o projeto é tão bom, por que esconder essas coisas?*

Aquela “desinformação organizada” sobre o projeto de que falamos inicialmente, em que os agricultores reclamavam do fato de ser sempre necessário buscar os dados que eram omitidos, negados, *mentirosos* ou posteriormente modificados, refletem não apenas sobre algumas das estratégias de realização desses empreendimentos e das estratégias de produção de contra-informação dos agricultores, mas também sobre a necessidade de antever que aquilo sobre o que se esconde boa coisa não pode ser, senão por quê?

[...] agora eles não colocam mais nem os nomes das comunidades, pras comunidades não se sentirem prejudicadas. Naquele mapa anterior a gente via os assentamentos, tudo bem direitinho, agora é só esse mapa aí com a área lilás, dizendo que a desapropriação vai ser ali. E não vi mais nome de comunidade, adjacências que estavam no entorno. Então, pra mim, cada vez mais vai ficando mais obscura a coisa e o DNOCS não quer esclarecer. E se o projeto é tão bom, por que esconder essas coisas, por que não responder aos questionamentos dos agricultores de Agrovila (Palmares), lá dos assentamentos? Se ele é bom, então não tem o que temer! Sendo bom, é fácil de explicar! Então, o DNOCS tem essa dificuldade de falar para a população que projeto é esse, quem tá no meio desse projeto e o que é que tá por trás desse projeto [...] (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.123)

A coisa é tão forte de um jeito que a gente senta pra conversar e a gente voltar a bater nessa mesma tecla: agora, se é um projeto tão bom, tão claro, por que é tão difícil fazer as pessoas entender? Por que é preciso comprar, manipular pras pessoas entender? Porque a maioria das pessoas que estão apoiando eles é nesse sentido, é visando só o dinheiro, não é visando a vivência, a permanência não. Isso aí eu não tenho nem dúvida. Sendo uma coisa tão clara, eu não sei como não tem capacidade de explicar, de convencer a pessoa, né? Eu acho que a gente não é tão burro pra ignorar uma coisa tão clara como eles pregam. Por que que não vem na comunidade? Mas não, eles ficam por fora, botando a comunidade pra se dividir. Por que não vem aqui, reúne todo mundo e explica, faz quem eles acham que dá conta de entender ficar tudo de um lado só? Por que eles fazem as coisas acontecer dessa maneira?

⁶⁶ Veremos, no capítulo 4, como essas conversas se atualizam em outras comunidades no Apodi. Graças ao esforço de Edilson, essas histórias que remetiam a um passado recente pelos quais viveram alguns agricultores e agricultoras – em Água Fria e em Nova Descoberta – não podiam ser restritas ao passado, já que ali próximo, em outras comunidades como Baixa Verde, elas se atualizavam, com *gente boa que ainda cai nessa ótica*. Porque tão importante, talvez, do que as lições apreendidas dessas histórias era valorizá-las pelo que são úteis para responder às possibilidades de captura que rondam os agricultores, porque são *pistas*.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Para tentar responder a última pergunta de Neto, sobre *por que eles* (os grandes) *fazem as coisas acontecer dessa maneira*, traremos à tona relatos produzidos pelos pesquisadores e pesquisadoras populares que nos ajudam a compreender que assim eles o fazem porque *é assim que eles são* e porque *é assim que eles fazem, é assim que eles são*

Se é pra desconfiar daquilo que se esconde – porque *sendo bom, é fácil de explicar* - a Desconfiança recai também sobre o sujeito que fala. É de se prestar atenção em quem é o ator que transita nessa dubiedade entre a fala e a omissão. E, nesse mecanismo, os agricultores e agricultoras fizeram ressurgir histórias que ajudavam a explicar sobre quem era o DNOCS, uma das quais datada de 2009, acontecida na comunidade de Baixa Verde, rememorada para demarcar a historicidade da aprendizagem que os agricultores têm nas relações travadas com o órgão:

- *Eu tava conversando... a nossa briga com o DNOCS começou ali, não foi? Conte aí, que a gente prendeu um outro dia, deu até polícia. (...)*

- *(...) que eles tinham deixado um motor com uma bomba submersa pra nós puxar água dentro de um poço que tem lá dentro da mata, daqui uns quase 3 quilômetros, que na época nós não tinha, né? Eles garantiram de cavar o poço, não cavaram, e nós se amarramos com esse motor aqui e a bomba.*

- *E levaram quanto, em reais?*

- *Levaram R\$ 5.000,00 e pouco. Aí quando eu liguei pra cá eu disse: “ó, diga os meninos aí que aguentem, que não é pra deixar o motor”. Aí os meninos se reuniram aqui na caixa aqui e não deixaram levar, aí eles vieram com a polícia. Quando chegaram aí, quando o capitão tomou parte da história... o menino disse: “rapaz, como é que vocês faz um negócio desses com a gente, vocês levaram nosso dinheiro, não cavaram nosso poço, o que nós tem aqui é esse motor com essa bomba pra puxar essa água, pros animais e pra gente, e vocês vão levar? Deixar nós na mão?” Aí o capitão disse: “- quer dizer que a história é essa?”, aí ele disse: “é, a história é essa”. “não, pois vamos embora”. O capitão foi embora com o pessoal dele, e os caras do DNOCS ficaram aí, depois foram prometer tudo na vida, sabe? pra trazer aqui pra dentro e os meninos não aceitaram. Pra terminar a história, eu sei que eles levaram o dinheiro e nós ficamos na mão.*

- *Mas ficaram com o motor?*

- *Nós ficamos com o motor, mas depois eles vieram e negociaram com o pessoal aqui pra levar o motor.*

- *E conseguiram enganar, né, o povo.*

- *E que que você acha do DNOCS? É confiável?*

(risos)

- *Ave Maria, do DNOCS eu quero é distância desse povo.*

[Edilson e Isaías, durante andança realizada na comunidade de Baixa Verde]

No que Edilson sugere levar o advogado do sindicato pra tentar reaver o dinheiro da associação que segue sem nunca ter sido devolvido pelo DNOCS, Isaías desacredita:

- (...) Agora, Edilson, acho difícil é eles devolver, né? Porque são muito poderosos...
 - São ladrão, né?
 - É, mas é o que a gente vê desse povo, é assim que eles são.
- [Isaías e Edilson, durante andança realizada na comunidade de Baixa Verde]

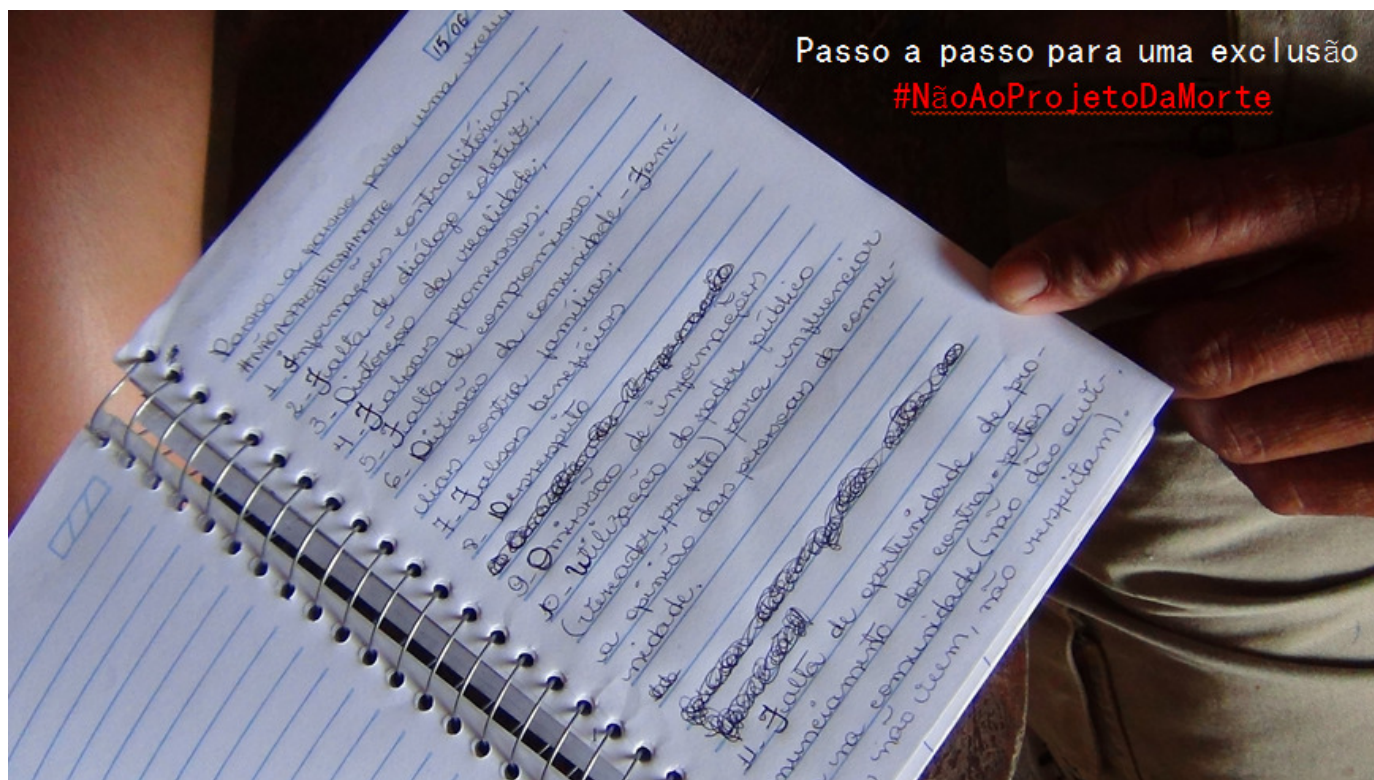
“É o que a gente vê desse povo, é assim que eles são” na expressão de Isaías, equivale ao que é considerado natural *desse povo*. É natural a gente vê-los sendo *ladrão*, porque *é assim que eles são*. O que não desabilita o fato de que esse *povo* não se reconheça assim nem muito menos é irreconciliável que seja também natural deles prometer *de tudo...* A contradição não está aí, mas em quem *acredita neles*, porque aí, sim, é ser *gente cega* - não por razão de deficiência visual, mas por que é coisa de quem *não quer ver*.

- E o que você acha quando o DNOCS chega nas comunidades falando que vai levar água com esse projeto?
 - Eles prometem de tudo, né? Eles não prometem coisa ruim não, eles prometem coisa boa. Só que, na verdade, tem muita gente cega que não quer ver. (...) E o pior é que eles puxam mesmo, porque eles chegam com uma conversa bonita e você acredita neles, quem não conhece a realidade acredita, essa é a verdade. Até agora, de projeto do DNOCS eu não conheço nenhum que tenha prioridade a nação pobre, não. Eu não conheço não, pode até de existir, mas aqui no nosso setor, na nossa região, não conheço não.
- [Maiana e Isaías, durante andança realizada na comunidade de Baixa Verde]

4.5.4 é assim que eles fazem

Na agrovila Palmares, uma das comunidades do Apodi mais diretamente afetada pelas obras do perímetro, o ressentimento acumulado em razão das posturas do DNOCS contribuiu para que a conversa realizada entre os jovens e os moradores mais velhos da comunidade orbitasse sobre um esforço coletivo de sistematização de uma lista que eles nomearam como “O passo-a-passo de uma exclusão”.

Figura 53– Passo-a-passo de uma exclusão



Fonte: Pesquisadores e Pesquisadoras populares de Palmares (acervo da pesquisa)

Nela, eles vão recompondo o *arraso* que a comunidade passou a viver desde a chegada dos técnicos do órgão como mensageiros e articuladores do projeto, bem como vão indicando as estratégias de dominação que foram sendo acionadas e atualizadas ao longo do tempo e os efeitos produzidos sobre a comunidade:

A entrada do DNOCS aqui foi o arraso, e o arraso maior que teve foi esse: as pessoas agora não estão mais como era antes, se desentendem.
[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

As *divergências* passaram a ser de outra ordem, pois se é verdade que os agricultores, especialmente aqueles que atuam em funções de liderança junto às associações e centros comunitários, consideram próprio da articulação política o desafio de trabalhar com as diferenças nos coletivos, aqui a situação extrapolava a autonomia de cada pessoa em pensar e se posicionar conforme sua consciência. Em verdade, a situação atentava contra essa autonomia, na medida em que, na perspectiva dos agricultores e agricultoras essas *divergências* de agora eram

plantadas na cabeça das pessoas, forjadas para forçar um tensionamento interno dentro da comunidade.

Aí ele jogou isso pras pessoas, e eu sabia que aquelas palavras não eram da própria pessoa que estava me questionando, mas sim do advogado (do DNOCS) que tinha dito pra ele. Quer dizer, eles plantam as coisas na cabeça das pessoas e é fácil de entrar.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Esse tensionamento, em muitos casos, se espalhou das quatro paredes da associação onde grande parte dos desentendimentos entre vizinhos ganhavam espaço nas assembleias para as quatro paredes de casa:

Lá em casa existe duas opinião, uma é minha, outra é do meu esposo, horas ele é a favor, horas ele é contra. (...) E assim, outra divisão, porque minha filha fica sempre do lado do pai e meu filho do meu lado, né? Já é outra divisão também. [Nova, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

E, em comunidades rurais onde predominam os laços familiares não só dentro de cada residência, mas no estabelecimento da própria vizinhança, isso reverberava para a dificuldade de explicitar uma crítica ao projeto num contexto permeado de tantos atravessamentos afetivos e, por outro lado, na facilidade de permear por dentro da família as influências favoráveis ao projeto:

Nós estamos em desvantagem aqui, porque aqui é tudo uma família. Mesmo que esteja errado, vai querer acompanhar a família, né? Que tem o genro, tem nora, tem não sei o quê e lá se vai. Nem sempre, pode ser que tenha alguém que não faça isso, assim, não acompanhe a família, mas é muito difícil, né não? (...) Interiormente alguém influencia alguém da família e alguém vai passando isso aos outros.

[Firmino, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Se a exclusão começa por aí, nisso que os moradores de Palmares denunciam como uma espécie de infiltração do projeto no seio da comunidade e das famílias, gerando *divergências*, é essa mesma que é posteriormente reforçada pela realização de uma dimensão sua menos metafórica e mais literal, a exemplo de quando terceiros, *rondando de casa em casa*, enfatizavam as promessas e argumentos pró-projeto:

Aí depois daí as tentativas foram essas, os caminhos foram esses, outras pessoas ajudando a eles, pessoas não da comunidade, mas vizinhas, infiltrado aqui dentro, conversando, eu não tenho nenhuma dúvida disso, digo em qualquer canto isso. Sempre quando eles querem vir aqui, antes, tem essas pessoas que ficam rondando de casa em casa, dando falsas promessas, como quando o vizinho meu afirmou que as duas pessoas que tiveram aqui visitando as casas disseram: “Não, amanhã vocês vão na EMATER, pega sua DAP e já pode ir no banco já abrir a conta, pro dinheiro entrar na sua conta”, coisa que esse dinheiro (relativo à indenização pela área desapropriada) é depositado em juiz, a gente não sabe nem qual o processo legal de chegar, se é tão fácil assim, se depende de tempo.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Seguindo a lista organizada por eles, podemos ver que, a despeito da eficácia dessas estratégias de convencimento que buscavam incidir sobre a construção de consensos, as ações do DNOCS para desmobilizar as críticas e fazer avançar o projeto não se continham exclusivamente nessa seara da disputa das mentalidades, pois que se articulavam a outras estratégias de força que foram acionadas no percurso do conflito.

Uma delas diz respeito ao movimento de *entrar sem pedir licença*, em que se manifestava implicitamente uma irreverência do órgão em reconhecer nos agricultores e agricultoras os privilégios do direito de propriedade e posse de que gozavam sobre suas áreas individuais e coletivas:

Eu lembro de uma parte deles, um dia eu saí daqui e quando cheguei ali depois daquele mata-burro tinha dois caras lá furando um buraco e botando algo, aí eu me encostei e perguntei: “Menino, o que tá acontecendo aí?”. Nem me olharam direito: “Não, aqui é porque a gente tá fazendo uma análise do solo aqui dentro que vai vir um projeto aqui. Vai vir um projeto pra cá e a gente tá fazendo aqui o experimento do que o solo requer de água”. Pelo menos, isso foi a primeira coisa que eu lembro desse projeto. Isso faz tempo, acho que ninguém nem viu isso, acho que foi só eu que vi, nem lembro mais quanto tempo fez, acho que tá com uns três anos ou talvez mais, se não me falta a memória. Mas era sempre assim, quem disse que precisava pedir licença? Até que um dia as mulheres fecharam ali o cadeado e foi bom.

[Firmino, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Uma outra estratégia apontada mostra que, em última instância, no que a produção de consentimento encontrasse obstáculo pra se expandir, quando, por exemplo, os agricultores logravam, nas reuniões realizadas no coletivo da associação, desconstruir os argumentos apresentados pelo DNOCS ou lhes

constranger diante das práticas de *invasão*, o órgão reagiu, inicialmente, apelando para um descompromisso explícito com os acordos firmados coletivamente com a comunidade, inventando *acordo* onde não tinha:

Depois dessa reunião que a gente teve aqui, um mês depois ou dois tava lá em casa ele. O Waltécio chegou com um mapa, aí colocou o mapa lá em cima do carro e disse: "Olha aqui, Firmino, aqui é o acordo que vocês fizeram. Tá aqui o acordo.", mostrando no mapa. "Eu não quero nada de mapa, a verdade é essa". "Tá aqui o acordo que vocês fizeram, vocês vão ficar..." aí tinha lá as fazendas, as casas aqui, com um pedacinho aqui com 15 hectares. "E, Waltécio, me diga uma coisa, eu não lembro de a gente ter feito esse acordo não". "Não, a gente acordou isso, foi acordado com todo mundo". "Pois não, eu não lembro não", aí eu comecei a debater com ele, aí foi ele: "Pois tá certo, tá bom", aí foram embora, né? Não teve acordo, eu disse que o acordo não tinha sido feito, de fato eu não conhecia esse acordo.

[Firmino, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Os agricultores e agricultoras do Apodi ressaltam como um momento emblemático uma das reuniões havidas entre o DNOCS e a comunidade, onde o advogado do órgão coletou assinaturas de um documento, sem lhes explicar sobre o que se tratava e constringendo publicamente um agricultor que lhe solicitara que fossem lidos os termos escritos no documento:

- Eles não me deram a explicação, ninguém sabe o que eles trouxeram pra ser assinado aqui porque ninguém viu nem leu. Isso não pode ser, acho que é coisa que só uma pessoa muito ruim faz com um agricultor que não sabe ler.

- Ou podia pelo menos ter deixado uma cópia, né? "Você tem uma cópia pra deixar, pelo menos, do que a gente tá assinando?"... Essa resposta ele nem me deu! "Lê o papel", ele disse.

- Eu ia assinar, acho que eu ia assinar, se ele não tem sido tão rude comigo eu ia assinar, mas aí quando ele me questionou, jogou logo: "Ah, Firmino, você como representante da comunidade, você tem que assinar esse papel!". Aí eu encasquetei: "Por quê? Me dê outra explicação! Só porque sou representante? E minha assinatura é mais importante do que a dos próximos? Principalmente depois desse dia que eu deixei de assinar tudo! Mas que eu ia, acho que esse eu ia até assinar, não sei, mas eu queria que, pelos menos, ele tivesse explicado, pelo menos ele tivesse dito: "Olha, tá aqui, o papel é isso". [...] Todo mundo assinou, não todo mundo, ficou umas quatro, cinco pessoas pra assinar.

[Firmino e Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Encontrando na organização coletiva uma certa estrutura particular de construção política dos agricultores e agricultoras da comunidade, especialmente materializada nas reuniões da associação em que todos eram convidados/as a

discutir as questões relacionadas ao projeto, por onde se definia a resistência e se lograva, apesar da desigualdade e das estratégias de dominação até então acionadas, fazer com que *eles* (DNOCS) saíssem *sempre perdendo*, não tardou ao DNOCS se movimentar no sentido de desqualificar essa potência coletiva que investia contra suas intenções. Assim é que passaram a tensionar no sentido de desconsiderarem essa prática política que se realizava no coletivo, investindo na individualização das conversas e negociações:

E a questão é que eles, das várias tentativas que eles investiram de negociar até por vias da gente dar o consentimento de eles ficarem com parte da terra e a gente não concordou, eles partiram pruma guinada e tá aí na cara qual é. Eu acho que a gente tem como prova, tem vídeos, prova de todo mundo contra o projeto, das roda de conversa, tem um vídeo com Frei Gilvander, uma roda de conversa todo mundo dando pronunciamento contra o projeto... e por que essas pessoas de repente mudaram, sem eles apresentarem nada em troca? Porque se apresentaram, foi individual! Não foi como nas primeiras reuniões que chegava aqui e era com todo mundo, com todo mundo e mais alguém. De repente, umas reuniões e umas pessoas secretas, de repente algumas pessoas na comunidade mudavam de ideia depois. Tendo a participação de todos, não foi dessa maneira: enquanto aconteceu isso da gente discutir no coletivo, houve a resistência e eles sempre perdendo, naquele momento eles perdiam. (...) Porque enquanto eles tentavam convencer todo mundo junto, a gente tinha argumento pra mostrar às pessoas. Mesmo aquelas que estavam meio a favor, a gente tendo mais um pouco de conhecimento ou desconfiando da coisa tinha como acordar. Agora, quando você está lá sozinho e eles chegam e dizem o que querem, você só escuta, não tem quem rebata, aí fica fácil de acreditar nessa coisa.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Tampouco houve constrangimento em acionar a justiça e ameaçar o uso da força de polícia, quando assim o DNOCS julgou pertinente fazer:

Quando foi outro dia eu estava sentado na casa dela ali quando chegou e parou o carro lá em casa. Eu estava vendo, né? Mas não fui não, fiquei. Aí eles vieram em minha direção, alguém apontou e eles vieram em minha direção. Quando ele chegou era oficial de justiça da polícia federal onde eles trabalham. “É o seguinte, Firmino, tem aqui uma liminar do juiz pra você assinar aqui, determinação do juiz que pra eles já comecem a entrar na área que o serviço tem sido parado”. Eu digo: “É o seguinte, vamos reunir o pessoal?! Hoje acho que não dá mais tempo porque acho que já está muito tarde, vocês vieram muito tarde, não dá mais tempo hoje”, querendo ganhar um pouco de tempo, né? Só que teve um vizinho que estava escutando e disse: “Não, dá tempo sim!” e correu casa por casa e avisou a todo mundo e num instante encheu aqui. Aí ele leu a liminar do juiz, ele leu e disse o seguinte: “Olhe, tudo bem, se vocês quiserem resistir, vocês resistem, mas a polícia pode vir e levar alguém preso”. Se fosse, se todo mundo tivesse na mesma palavra que tinha sido mantida na outra assembleia, eu tinha mandado ele trazer a polícia, eu tinha mandado... a

gente ficava em frente a esse portão aí, nós chamava tudo que era imprensa e a gente fazia um ato público. Só que eu ia fazer sozinho? (...) Mas aí infelizmente eu fiquei sozinho, nesse momento eu fiquei sozinho, todo mundo, quando ele falou em polícia, todo mundo esfriou, né? Tudo bem. No outro dia eles já estavam derrubando as cercas.

[Firmino, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

As cercas derrubadas atualizam, no caso de Palmares, o sentido do movimento histórico de cercamento dos comuns. Sem o obstáculo da cerca, os bodes e cabras que pastavam na área coletiva da comunidade fugiram, desestabilizando a produção e o emocional das pessoas que não conseguiam compreender o nível de descompromisso do órgão mesmo tendo já auferido os hectares de terra que lhes interessavam subtrair da comunidade:

Em reunião aqui, o trato que eles fizeram foi de só entrar no terreno quando pagassem esses 96 hectares. Se cobrou, foi questionada a questão dos animais, né? Aí se comprometeram cercar direitinho e, enquanto não cercar, ter uma vigia pros animais não fugirem. Eles garantiram, se responsabilizaram que não saía nenhum animal, que ia ter a vigia e tal. Mas está aí, olha ali onde estão uns. Um monte a gente já perdeu. E, pra gente, que vive bem, mas com pouco, faz muita falta perder um animal desse que a gente cuida tanto.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

O esforço empreendido pelos pesquisadores e pesquisadoras populares de Palmares, dedicados a fazer com que a sistematização dessas estratégias servissem *de exemplo* para outras comunidades do Apodi e de outras regiões que enfrentassem situações semelhantes, reverberou ainda em algumas reflexões que nos aportam em nossa análise sobre a hermenêutica da Desconfiança.

De imediato, reparamos que se repete com bastante frequência, após a descrição de cada uma dessas estratégias, a avaliação deles, tal como explicitada por Neto, de que *só quem não tava enxergando quem não quer mesmo*. Ainda que esse julgamento seja por eles mesmos relativizado, na medida em que nos relatam sobre como os moradores da comunidade eram constantemente interpelados via promessas e ilusões, tendo sua capacidade de elaborar uma crítica ao projeto atravessada por várias *infiltrações* de ordem subjetiva e objetiva, nos cabe alguma indicação no sentido de que aquela orientação de que é preciso *olhar-e-ver* também precisa ser exercitada pelos próprios agricultores e agricultoras nos seus encontros com os *grandes*.

Então, a coisa foi dessa maneira. A verdade é essa. Agora, se as pessoas não querem enxergar isso, a gente só tem a lamentar e luta pra que um dia acorde e não seja tarde demais, porque o método que eles usaram é sujo, é sujo, muito sujo.

[Neto, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

Se manifestando de forma mais sutil, pudemos conferir também os argumentos que esses narradores acionaram ao longo desse relato sobre o encontro específico com o DNOCS que foram úteis no sentido de lhes possibilitar ver o que seus demais companheiros não viam, ou seja, desconfiar. Neto, em certo momento, nos informa sobre aquilo que serviu pra ele como uma *pedrada*, um aviso brusco de que era preciso *acordar* de que aquilo *não era um projeto pra gente*:

- Daí eles prometiam: “Cada um de vocês, cada uma família, vai ter um lote de oito hectares sem entrar em competição, sem precisar participar de licitação”. Acho que todo mundo lembra daquele dia que garantiram isso. Depois vieram dizer que a gente ia ficar com a parte do poço. E a gente resistiu tentando mostrar pro pessoal que, a partir do dia que eles disseram isso, que a gente ia ter direito a lote de oito hectares sem participar de licitação, que a gente ia entrar direto, então aí foi, acho, que a pedrada que me acordou! Foi essa. Porque eu tenho conhecimento um pouco de que essas coisas não acontecem dessa maneira.

- Mas como assim uma pedrada?

- Uma pedrada no sentido de que eu acordei, porque eu já estava um pouco meio iludido diante das conversas. Eles conversavam bonito que ia ser uma parceria agroecológica, orgânica. Eu já estava meio envolvido, mas quando eles citaram isso que a gente ia ter direito a um lote de oito hectares sem entrar em licitação, sem competir com ninguém, aí eu acordei de uma vez, como se fosse uma pedrada. Como se eu tivesse dormindo e alguém soltasse uma pedra. Eu tinha um conhecimento um pouco, tinha ciência de como essas coisas aconteciam. Então, a gente não tinha quase nada, aí eles ficariam com tudo e a gente ganharia quase o mesmo tanto sem competir com ninguém? Na época, ainda era 30 família, a gente ia ficar com 240 hectares irrigados, coisa que a gente não tinha nem perna pra tocar! Aí foi aí que eu acordei. Daí começou os debates, as teimas, as contradições. Aí cada reunião foi ficando mais claro. Cada uma vez que eles vinham, era como se a luz fosse mais forte de que não era um projeto pra gente. [...]

[Neto e Maiana, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da Agrovila Palmares]

4.5.5 não presta pra nada; é falido desde sua origem

Ao longo de algumas andanças, percebemos uma outra razão pela qual é de bom tom desconfiar: na contramão de todo o arsenal com que o perímetro irrigado e qualquer grande empreendimento (ou empreendimento dos *grandes*) se vale para se associarem à ideia de modernidade e de inovação tecnológica, contrapondo-se ao

que de atrasado e rudimentar imputam ao Outro, os agricultores e agricultoras do Apodi falam sobre algo surpreendente: aquilo que *é feito pelos grandes não presta, fica aí abandonado*.

Na visita a algumas comunidades na Chapada que produziam mel orgânico, passamos na estrada por um prédio abandonado. À minha curiosidade de saber o que havia funcionado ali, Edilson responde que

- (...) *isso aí nunca prestou pra nada. É um entreposto de mel do governo, fica aí abandonado.*

- *Do governo que você diz, porque era pro governo usar?*

- *Não, homi, dinheiro do governo, dinheiro nosso, né? Dizendo que era pra ser pras comunidades, mas feito sem ouvir ninguém, serve pra nada, só pra gastar dinheiro e eles ficarem ali se conversando em reunião pra isso e praquilo, pra botar essa placa aí e fazer propaganda depois que estão fazendo muita coisa. Agora o absurdo é que tem técnico, pra liberar o dinheiro pra construção teve que ter tudo e ó aqui tá servindo só pra gente vir fazer serviço sujo (apontando pra restos de fezes).*

[Edilson e Maiana, durante andança pela Chapada do Apodi]

Em outro momento, passávamos de carro a caminho da comunidade de Bamburral, conhecida por uma concentração muito alta de tecnologias sociais de acesso e distribuição de água. Agnaldo, uma a uma, me explicava quais eram as técnicas necessárias à sua construção e funcionamento, diferenciava quais delas serviam ao consumo humano e quais outras se destinavam à dessedentação dos animais ou para irrigar a produção. Sobre uma delas, entretanto, justamente a que me parecia mais vistosa com suas placas solares, Agnaldo silenciou... O carro passava e ele não a mencionava na explicação. Pedindo pra que retornássemos, pois que essa havia faltado e o carro já se adiantava, Agnaldo esclarece:

- *Não, essa aí não é nossa não. Foi o DNOCS que fez. E é a única que não funciona, viu? (risos)*

- *Mas como assim, não funciona?*

- *Funciona, mas não presta pra nada. É porque, veja, quando a gente vai planejar as tecnologias sociais a gente tem todo um processo, demora pra escolher aonde instalar, pra quem vai servir, pra irrigar o que. Essa daí é um tipo que o DNOCS inventou, que essa placa aí ia puxar com a energia do sol a água do poço. Podia até ser uma ideia boa, mas ela ia servir água pouca, que dava assim pra irrigar uns canteiros de hortaliça, por exemplo, mas aí eles colocaram na terra dum grande aí que nem planta hortaliça e dá nisso: fica aí parada.*

[Agnaldo e Maiana, durante andança pelas comunidades de Bamburral e Queimadas]

A Desconfiança que essas constatações sugerem reivindica, não só, que a eficiência não é privilégio dos grandes, como, de fato, estes quase nunca poderiam gabar-se de tê-la, a despeito do que tão comumente se auto-celebram. Se as ondas do rádio proliferam a perspectiva do Ministro da Integração para quem *a irrigação* (via perímetros irrigados) *provou ser a melhor política para a geração de emprego e para a geração de renda dentro do semiárido*, as narrativas dos agricultores e agricultoras do semiárido zombam da ineficácia de seus feitos e exibem, em contraponto, suas próprias práticas e técnicas, essas sim, dotadas da potência de *prestar (aos pequenos)*.

A primeira informação que eu gostaria de trazer é que presidenta Dilma priorizou os investimento em irrigação, ela criou uma secretaria nacional de irrigação para poder articular melhor as políticas públicas voltadas a essa área. Nós estamos hoje com um programa que foi lançado em novembro do ano passado que é O programa “mais irrigação”. Esse programa trabalha em diversas frentes, uma das frentes é revitalizar perímetros que já foram implantados há muito tempo que estão precisando de novos sistemas de irrigação, **mais modernos, mais eficientes**, do ponto de vista do consumo de água, e também expandir as áreas irrigadas no Nordeste. **Porque a irrigação provou ser a melhor política para a geração de emprego e para a geração de renda dentro do semiárido.** (EBC, 2012a)

Projetada ao perímetro irrigado de Santa Cruz, é essa Desconfiança quem presta o enorme serviço de levar os agricultores e agricultoras de Apodi a duvidarem, entre outras coisas, também da funcionalidade técnica da obra. É principalmente sobre sua inviabilidade hídrica de que eles a acusam e condenam à ineficiência – a ser (mais uma) obra *dos grandes* que *não serve*, fadada a ser *abandonada* – um projeto que, além de outras coisas, é *inviável e falido*.

Ademais do que alguns casos de perímetros abandonados no Nordeste noticiados recentemente na mídia⁶⁷ possam servir a fomentar a credibilidade sobre a Desconfiança lançada no Apodi a respeito do que os agricultores e agricultoras argumentam sobre a inviabilidade hídrica do perímetro de Santa Cruz, eles, em parceria com pesquisadores da região, têm se empenhado também na sistematização de informações que corroboram com o imperativo do cuidado que a

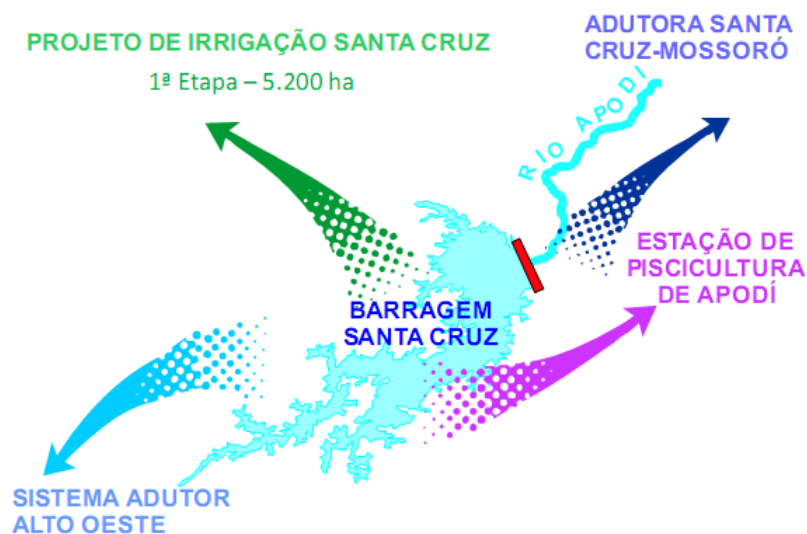
⁶⁷ Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/deputado-denuncia-perimetros-irrigados-estao-abandonados-por-falta-de-manutencao/>; <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/infraestrutura/perimetro-em-ico-abandonado-ha-12-anos/>; <http://www.oestadoce.com.br/ceara/perimetro-irrigado-em-mauriti-abandonado>. Acessados em: 05/01/16.

Desconfiança inspira, lhe agregando a legitimação do capital simbólico dos argumentos científicos, sendo mencionado com especial ênfase nesse processo o papel desempenhado pelo professor João Abner da UFRN:

[...] O volume disponível pra irrigação do Perímetro: 80.000.000 de metros cúbicos de água. E a outorga do Perímetro, no máximo, ói, a outorga máxima é de 6,4m³/s; então, se só tem 2,6m³/s disponível para o Perímetro, como é que se libera um projeto que precisa, taí, de 6,4m³/s?! Tem um déficit de 4m³/s de água. Então tá mostrando que **é totalmente inviável** esse projeto, que **é falido desde a sua origem principal que é o recurso hídrico!** Ele mesmo diz aqui, olhe: disponível para o Perímetro só tem 2,5m³/s e o que precisa, a outorga máxima, quando tiver a todo vapor é de 6,4m³/s; inicialmente se precisa de 2,5m³/s que é o que tá sobrando lá. (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.128)

Inicialmente, a obra apontava unicamente a barragem de Santa Cruz como fonte hídrica para abastecer o perímetro irrigado de Santa Cruz. Com sua capacidade, entretanto, altamente comprometida pelo abastecimento, através de adutoras já existentes, de 108.000 habitantes em 27 municípios e 2 distritos do Oeste e Alto Oeste Potiguar (PEREIRA, 2013, p.127), os limites de sua vazão comprometeriam não apenas a imensa demanda por água de um projeto de irrigação desse porte como colocaria em risco a função múltipla a que se destinam suas águas, especialmente no que diz respeito à prioridade garantida por lei ao abastecimento humano frente a outras demandas.

Figura 54 - Projetos de utilização das águas da barragem Santa Cruz



Fonte: (PEREIRA, 2013)

O próprio Relatório de Impacto Ambiental do perímetro irrigado de Santa Cruz, conclui pela incapacidade da barragem em garantir a água necessária ao funcionamento do perímetro – somente podendo atendê-la em 1/3 de sua pretensão – e ainda apontando um limite temporal extremamente reduzido, qual seja até o ano de 2020, após o que até mesmo essa disponibilidade estaria suspensa (DNOCS, 2009):

As águas do açude somente podem atender a um terço da área a ser irrigada, ou seja, 3.000 ha. O volume útil do seu reservatório permite atender às demandas a ele atribuídas somente até o ano 2020 respeitando as garantias estabelecidas, ou seja, haverá falhas após 2020 se novas fontes hídricas não forem contempladas (MEDEIROS, 2014, p.34).

Ainda assim, mesmo com todos os questionamentos levantados e com ponderações de toda ordem, a outorga de água ao projeto de Santa Cruz foi concedida pelo órgão responsável. À barragem, foram sendo acrescentadas posteriormente outras indicações de fontes hídricas a se complementarem, apresentando, para tanto, a utilização direta das águas do Rio Apodi, bem como da transposição das águas do Rio São Francisco.

[...] Então eles mudaram da Barragem Santa Cruz *pra* o Rio Apodi, tentando desviar também da incapacidade da Barragem Santa Cruz, porque a gente falava que a Barragem Santa Cruz não tem capacidade. (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.127)

No que diz respeito à relação entre o perímetro de Santa Cruz e a transposição do Rio São Francisco, as informações disponíveis são contraditórias. Por um lado, tanto o Ministro de Integração quanto o Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração à época afirmavam o encadeamento a ser realizado entre os dois projetos, alegando, ainda que “o impacto ambiental, inclusive, no rio, é inexistente”, conforme trechos respectivos de entrevistas concedidas em programa de rádio nacional:

E o Rio Grande do Norte vai, sim, receber a água do Rio São Francisco. Ela vai receber através do eixo Norte. É a água que sai de Cabrobó, atravessa o estado de Pernambuco, passa pelo estado do Ceará, entra pela Paraíba e aí cai no Rio Piranhas-Açu e chega aí até o Rio Grande do Norte. Portanto, a nossa expectativa é que as águas do São Francisco cheguem ao Rio

Grande do Norte, aí por volta do primeiro semestre de 2015 (EBC, 2012a).

O projeto de integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional é um empreendimento que compreende a construção de dois grandes eixos, Eixo Norte, que vai atender o sertão pernambucano, boa parte, a maior parte do semiárido cearense, também a parte oeste do estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. (...) Temos o trecho III e trecho IV do projeto de integração do São Francisco, que está projeto em projeto, que vai levar água à bacia do **Apodi**, no Rio Grande do Norte, e água... fortalecer ainda mais o atendimento das bacias do Jaguaribe e das regiões metropolitanas de Fortaleza no estado do Ceará (EBC, 2012a).

Por outro lado, a mesma inviabilidade é apontada também para questionar a capacidade das obras da transposição em servir aos intentos que lhes pretendiam. O próprio RIMA do perímetro irrigado de Santa Cruz incorpora essa contradição: “De início, na página 03 do RIMA, o estudo afirma que a viabilidade do projeto dependerá das águas oriundas da transposição do Rio São Francisco. Todavia, tal informação será contraditada no mesmo estudo, como na página 18, onde se afirma que as águas do Rio São Francisco não alimentarão o projeto” (MEDEIROS, 2014, p.24), por razão da infra-estrutura da mesma não estar *disponível*:

“Diferentemente do primeiro estudo, o consórcio TECNOSOLO/HYDROS optou por considerar exclusivamente a disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica do rio Apodi até a barragem Santa Cruz, sem reforços decorrentes da Transposição do Rio São Francisco, em virtude desta não representar uma infra-estrutura hídrica disponível na atualidade.” (DNOCS, 2009, p.18)

Os gastos com energia que a irrigação através do perímetro depende também são apontados pelos agricultores e agricultoras do Apodi como um dos elementos de prova de sua inviabilidade – nesse caso, especialmente da inviabilidade de que *os pequenos* possam arcar por eles. Pois, estando os lotes a serem irrigados pelo perímetro numa altura superior às fontes hídricas do projeto (barragem e rio), o sistema de bombeamento para transportar a água é extremamente energointensivo⁶⁸.

⁶⁸ De fato, no Ceará, os custos elevados com a conta de energia foram um dos principais argumentos utilizados pelos pequenos produtores irrigantes nos lotes do perímetro Jaguaribe-Apodi para explicar sua falência (FREITAS, 2010). Em contraposição, os agricultores e agricultoras do Apodi argumentam uma construção social histórica sobre um projeto de irrigação por gravidade para a agricultura familiar, chamado “Projeto Padre Neefs”, que não implicaria nessa limitação com relação à demanda de energia – sendo, portanto, *muito mais viável* do que o perímetro irrigado. Apesar de terem, através da colaboração com universidade e movimentos, avançado bastante na formulação do projeto, o mesmo encontra-se *arquivado*, conforme veremos com mais detalhe no capítulo 4.

4.5.6 não precisamos de empresa – não queremos nenhum deles

Além de, contra-intuitivamente, a Desconfiança servir para reposicionar a legitimidade *dos grandes* – alertando sobre seus interesses serem de outra ordem do que os dos *pequenos*, de suas promessas de benesses serem irrealizáveis para *os pequenos*, deles usarem de mentiras e esconderijos, porque *é assim que eles são* e é assim que eles funcionam – e questioná-los mesmo em sua capacidade – sobre aquilo que é próprio dos *grandes* não funcionar e não servir aos *pequenos* -, ela os atinge, ainda, em sua prepotência de autoridade, pois a Desconfiança repousa também naquilo a que se arvoram *os grandes* sobre serem necessários, sugerindo que, bem, talvez eles não o sejam.

Há presença na ausência, já dizia Clastres (2003). Se a desconfiança subtrai dos *grandes* legitimidade, capacidade e autoridade, essas são reposicionadas nos lugares de autonomia dos *pequenos*. Veremos no capítulo 4 alguns exemplos concretos onde esse procedimento se realiza cotidianamente de forma bastante intensa nas comunidades rurais do Apodi, inclusive no que diz respeito às técnicas próprias de captação e distribuição de água e de irrigação por elas criadas. Por ora, frisemos apenas a potência dessa Recusa, capaz de tirar pela base mais rente ao chão o pedestal daqueles que pretendiam imputar ao Outro faltas e carências que justificassem a existência e os privilégios daqueles que prometiam supri-las.

Não há o que suprir, desconfia-se. E se há algo a se fazer, a confiança está em outro lugar e em outros atores: *nós temos assentamento com coleta seletiva, temos cooperativa, não precisamos de empresa*, grita um agricultor de um auditório lotado ao presidente do DNOCS (FREITAS, 2014); *não queremos nenhum deles, vereador, prefeito, governador*, diz serelepe uma senhora de oitenta anos na comunidade de Queimadas sobre a construção auto-gerida de um sistema de abastecimento de água na comunidade.

Quem é que sabe o que vai ser bom pra mim, é eu ou é ele? (agricultor entrevistado por PEREIRA, 2013, p.92)

4.5.7 é uma *diferença*; isso dos grandes não nos interessa, não serve pra gente

Figura 55 – Um projeto que expulsa os trabalhadores/as da terra não serve para agricultura familiar



Fonte: Acervo STTR-Apodi

*E eu queria trazer aqui é a literatura de cordel pra falar dessa diferença:
 Que esses projetos irrigado só traz preocupação
 Muitos tipos de doença contaminando a nação
 Esses são resultados do perímetro de irrigação.
 Só trabalham com veneno, só vive preocupado
 Uns doentes, outros malucos e outros desenganado
 Que quem trabalha com veneno precisa do resultado.
 Quem trabalha com veneno tem que ser examinado
 Os médicos faz os exames mas não dão o resultado
 Que o cabra está quase morto e o exame é engavetado.
 Você produzir seu orgânico é mais fácil demais
 Abandonando o veneno deixando ele pra atrás
 Você goza mais saúde e pode viver muito mais.
 A diferença do orgânico do produto contaminado
 Tudo que você produz consome despreocupado
 Por saber que está utilizando produto de qualidade.
 Quando o produto é orgânico contém muita vitamina
 Contém cálcio, contém ferro que é dito por Medicina
 Diferente do transgênico que tem risco e contamina.
 O Veneno tem causado muitos danos por aí
 Já passou por Cabeça Preta, Baraúna e Aracati
 E ainda vem trazer essa praga pro Apodi.”*

[Golinha, durante primeiro encontro de pesquisadores e pesquisadoras populares na sede do STTR de Apodi, em 09/05/14]

Mais que tudo, a Desconfiança talvez alerte para uma questão de ordem maior: entre tantos argumentos que inspiram cuidado, entre tudo a que se chama a estar atento, há que tomar em conta uma diferença sem idade, porque é de antes dos tempos e de todos eles, insuperável, entre duas grandezas opostas e irreconciliáveis: o ser *pequeno* e o ser *grande*, e entre aquilo que é próprio de um e

de outro.

Não se trata, é bom chamar atenção, do procedimento que converte essas nomeações em adjetivações, pois estamos falando de algo bem diferente do que faz o DNOCS, por exemplo, ao registrar os agricultores e agricultoras no Apodi na categoria de “pequeno produtor”, demarcando “pequeno” como uma característica do produtor, diferente em tamanho e importância daqueles a quem cabe a característica de ser “médio produtor” ou “grande produtor”.

Estamos, na contramão, levando a sério uma atribuição nativa de si e do outro. Ao dizerem que existem *os pequenos* e *os grandes*, não como adjetivos, mas carregados da essência de que se valem os sujeitos, os agricultores e agricultoras de Apodi impõem o reconhecimento de uma fissura: ou se é um ou se é outro – não há transição possível, porque uma pessoa é sempre o que ela é.

Diante da promessa da escada e da flecha ascendentes, portanto, é preciso desconfiar. Pois, nessa perspectiva nativa, **ninguém se torna pequeno** ou *grande*, tampouco isso são lugares a que se chegam, **trata-se de ser** um ou ser o outro.

Tirando consequência dessa ideia, veremos, então, que passa por aí o raciocínio nativo que trata como *captura* os movimentos que buscam ignorar ou que prometem superar essa diferença. Sejam eles de uma ordem mais objetiva, de uma *captura* que recai sobre a perda de territórios (como seria o caso de um perímetro irrigado, do agronegócio ou das conversas de melão e melancia), mas também de ordens mais subjetivas ou relacionais, de uma *captura* que recai sobre um “saber ser” específico que lhes confere a alteridade do ser *pequeno*, subtraindo-lhes práticas coletivas e padrões e técnicas próprios, incutindo-lhes referências e valores que pertencem à *outra lógica* – a *lógica dos grandes*.

É uma tristeza isso: o agricultor é chamado a fazer coisas para ser algo, sifado⁶⁹, irrigante, beneficiado, se adequar, e, em nome disso, deixa de ser agricultor e vira outra coisa. A gente sabe que é assim que funciona, não sei como é que ainda tem gente que cai nessa lógica. (...) Que o bom, que a gente sabe, era que o pequeno seguisse pequeno, porque isso dos grandes não nos interessa, não serve pra gente. A gente não é ninguém nesse

⁶⁹ Ser *sifado* diz respeito ao processo burocrático junto ao Estado, mais especialmente às agências de vigilância sanitária e agropecuária, pelo qual os agricultores e agricultoras devem passar, caso tenham interesse em obter o SIF, uma certificação que lhes autoriza comercializar seus produtos no mercado. Ao que alertam ser um processo pensado pros *grandes*, que desmobiliza os processos coletivos de produção e comercialização e impõe normatizações que não dialogam com a realidade dos *pequenos*, sugerem outros meios de comercialização própria dos *pequenos*, quais seja, a das feiras, dos mercados locais e das clientelas fixas.

modelo. Mas a ambição tá aí, é sempre a mesma coisa acontecendo, e é muito perigoso pros pequenos, faz mexer em coisa que tá quieto, que tá bom pra gente.

[Edilson, durante andança pelas comunidades de Baixa Verde, Milagres e Carpina]

Aquilo que se apresenta como promessa, então, se traduz, no mais das vezes,

na produção de regras e de normas (de qualidade, de segurança etc.) cegas para as localidades e para os saberes denegridos por serem “tradicionais”, e na eliminação correlativa do que não está em conformidade, não está padronizado, do que resiste à uma avaliação objetiva (STENGERS, 2015, p.67).

Outra inflexão possível é percebermos nessa nomeação de si e do outro que a única diferença significativa (e fundamental) se dá entre *os pequenos* e *os grandes*, havendo, portanto, também uma construção que estabelece semelhanças. Assim, ainda que obviamente hajam diferenças entre agricultores de comunidades diferentes, ou entre agricultores e pescadores, agricultores e trabalhadores etc., essas diferenças não anulam aquilo para que convergem em sua essência: são *os pequenos*⁷⁰.

Da mesma forma, agregam atores de natureza e posicionamento distintos – DNOCS, Estado, políticos, empresas – num só ser: *os grandes*. Ledo engano de quem acha tratar-se isso de alguma operação equivocada, embora, talvez, sua simplificação seja um dos motivos de sua eficácia. Trata-se, no caso, não só de privilegiar os elementos que oferecem características semelhantes a esses distintos atores, considerados mais relevantes do que alguma diferenciação adjetiva que algum desses atores mereçam, mas também de nomear a articulação entre eles como algo que, em si, compõe a essência dessa existência.

⁷⁰ Não que não seja às vezes estratégico diferenciá-los entre si, quando se trata, por exemplo, de uma construção e demarcação social de identidades. No Apodi, considero emblemático que nos espaços públicos de fala, principalmente quando se trata de debates públicos sobre o projeto de Santa Cruz, costuma emergir um arsenal de termos que se intercalam àquele mais cotidiano (*os pequenos*), tais quais eles se dizendo “agricultores”, “camponeses” ou acionando categorias como “agricultura familiar e agroecológica”, “território camponês”. Acredito que essa polivalência seja revezada na medida em que se mostre útil ou necessária, indicando não apenas haver um efeito sobre o discurso dos agricultores pelo trânsito regional e nacional de algumas lideranças comunitárias e pela articulação com assessores de organizações não-governamentais, pesquisadores e membros de movimentos sociais, provocando ressonâncias mútuas entre discursos de um e de outros – mas que, em alguns espaços, tais termos são reivindicados por sua potência comunicativa, a exemplo de quando. Conceitos que, se são utilizados, é porque são úteis – analiticamente e politicamente – para esses atores ou para quem dialoga com eles ou a partir deles.

Assim que não é que não haja diferença entre o que é de responsabilidade de um ou outro órgão, o que é da alçada do governo e o que é relativo ao setor privado, mas que delimitar essas diferenças na compreensão sobre quem eles são é desnecessário quando o que existe (e o que importa) é que tudo isso se realiza, essencialmente, associado: são *os grandes*⁷¹. Tal como a “lógica do ovo e da galinha” (STENGERS, 2015, p.68), não se trata de confundir um pelo outro, mas de afirmar a impossibilidade de compreender um sem referência ao outro, pois que são co-produzidos pela sua aliança.

Por fim, essa ideia nativa sobre *os grandes* e *os pequenos* influi produzindo um outro efeito para além de se realizar enquanto nomes que guardam implicações sobre a existência de um e de outro: aquele pelo qual se orienta Desconfiança: as obras *dos grandes*, aquilo que é produzido sob a *lógica dos grandes*, *não serve para os pequenos*. Não só não é conciliável ao que existe, como ameaça a própria existência (*a gente não é ninguém nesse modelo*), se contrapõe, na sua essência, à *lógica dos pequenos*, e – pelas características, violências e estratégias próprias de quem é *grande* – periga lhe atropelar.

No que se reflete sobre o perímetro de Santa Cruz, essa perspectiva nativa produz um grande efeito: faz com o que o perímetro seja lido não como aquilo que propomos em nossa análise inicial – uma mega reconfiguração geopolítica, uma nova geometria para o semiárido – pois que ele é reduzido a uma mera técnica de irrigação *dos grandes*, uma entre outras, e, especialmente, uma que *não serve* aos pequenos.

Logo de súbito, o perímetro chega com a proposta de recortar o que era a terra, nos seus múltiplos desenhos e trânsitos possíveis, conhecida pelos agricultores e agricultoras no Apodi como seus *quintais*, *sítios* ou *roçados*, e distribuí-la entre “setores” e “lotes” a serem irrigados para a produção de frutas como cacau, uva, melão e melancia para exportação.

⁷¹ Não que, novamente, não seja às vezes estratégico para os agricultores e agricultoras do Apodi diferenciá-los, quando se trata, por exemplo, de uma agenda de demandas a que se queira destinar responsáveis.

Hoje todas as nossas terras, todas as nossas matas, o nosso povo, tá sendo entregue ao grande capital, por isso quando a gente diz que é um projeto da morte é porque é! Mas é bom que tenha um padrinho pra que possamos responsabilizar. (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.112)

Figura 56 – Recorte dos setores e distribuição de água o perímetro irrigado



Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

Na projeção de 2008 apresentada pelo DNOCS, os módulos de 8 hectares, justamente aqueles aos quais o órgão dizia estarem destinados aos “pequenos produtores”, deveriam seguir um desses modelos:

Figura 57 – Modelos de utilização dos lotes irrigados no perímetro de Santa Cruz

MODELO I	
ÁREAS CULTIVADAS / ANO CULTURAS	ÁREA (ha) FÍSICA
GOIABA	2
UVA	2
NEEM	0,77
FORRAGEIRAS	1
SORGO, FEIJÃO, MELÃO e LEGUMINOSA	2
INSTALAÇÕES	0,23
Total	8

MODELO II	
ÁREAS CULTIVADAS / ANO CULTURAS	ÁREA (ha) FÍSICA
CACAU	2
BANANA	2
NEEM	0,77
FORRAGEIRAS	1
SORGO, FEIJÃO, MELÃO e LEGUMINOSA	2
INSTALAÇÕES	0,23
Total	8

MODELO III	
ÁREAS CULTIVADAS / ANO CULTURAS	ÁREA (ha) FÍSICA
UVA	2
BANANA	2
GOIABA	1
NEEM	0,77
FORRAGEIRAS	1
SORGO, FEIJÃO, MELÃO e LEGUMINOSA	1
INSTALAÇÕES	0,23
Total	8

MODELO IV	
ÁREAS CULTIVADAS / ANO CULTURAS	ÁREA (ha) FÍSICA
UVA	2
MAMÃO	3
NEEM	0,77
FORRAGEIRAS	1
SORGO, FEIJÃO, LEGUMINOSA	1
INSTALAÇÕES	0,23
Total	8

Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

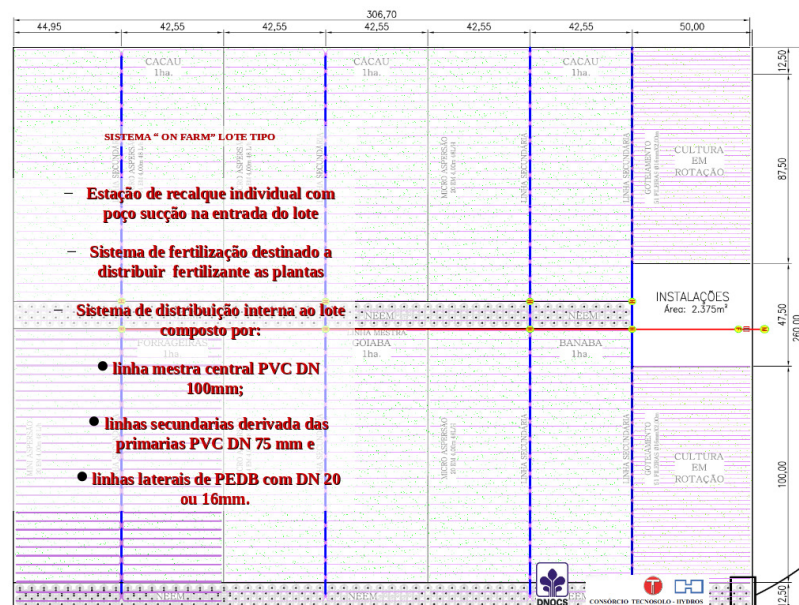
Além dessa proposta desconsiderar a diversidade produtiva que marca o

trabalho dos *pequenos*, restringindo-a em número e grau e elevando à ordem do monocultivo aquelas que existiam em pequenas quantidades, algumas das frutas indicadas sequer encontram respaldo na trajetória produtiva ou alimentar dos agricultores e agricultoras da região:

[...] aí tem que plantar isso, somente isso, nada de criar galinha, nada de criar abelha, nada de caprino, de nada, é isso aqui que está sendo colocado! Só aqui a gente já vê, por exemplo, quem aqui já viu pé de uva na Chapada do Apodi? Mas vai ter que plantar uva. Já deu, mas a questão aqui, por exemplo, a gente tem um pé de uva no nosso quintal, não era 2 hectares de uva; a gente nem chegou a vender uva, a gente não sabe nem quanto é que custa um quilo de uma uva para produzir e de repente vem isso. Goiaba, a gente tem um pé de goiaba no quintal, mas não tem 2 hectares de goiaba, que é muito chão, muita goiabeira (agricultor entrevistado em PEREIRA, 2013, p.127).

E mesmo esses cultivos são, na órbita do perímetro, normatizados segundo a distribuição dos pontos de irrigação dentro dos lotes, moldados seguindo as “linhas” central e secundárias neles instaladas, conforme o desenho abaixo, num sentido totalmente oposto às técnicas de cultivo dos pequenos, baseadas em favorecer o caos e a mistura geométrica, tais como acontece nos sistemas agrosilvopastoril, no manejo da caatinga, nos consórcios etc.

Figura 58 – Perímetro e Sistema de Captação



Fonte: (DNOCS, 2008). Acervo STTR-Apodi

Em “Tristes trópicos”, Lévi-Strauss, ao falar sobre como os indígenas bororo

sofreram quando foram obrigados a abandonar sua aldeia circular por casas paralelas, assinala como a configuração espacial de um grupo pode ser extremamente importante pra sua existência, indicando o quão avassalador é o efeito de uma transformação que desfaça a forma como os grupos organizam (e se refletem) no espaço:

Desorientados com relação aos pontos cardiais, privados do plano que fornece um argumento ao seu saber, os indígenas perdem rapidamente o senso das tradições, como se seus sistemas social e religioso (veremos que são indissociáveis) fossem complicados demais para dispensar o esquema que o plano da aldeia tornava patente e cujos contornos os seus gestos cotidianos refrescavam perpetuamente (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 231).

“Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza”, reflete Ecléa Bosi (1994, p. 451), e sobre as dinâmicas de transformação que arrasam as casas, mudam o curso das ruas, das plantas e das pedras, ela nos recorda a potência do vínculo de um grupo sobre a disposição das coisas coletivamente construídas: “As pedras e os materiais não vos resistirão, mas os grupos resistirão, e neles, é contra a resistência mesma, senão das pedras, ao menos de seus arranjos antigos que vos batereis” (Halbwachs, 2004, p.136).

Além das diferenças que o perímetro implica sobre a produção, seus cultivos e modos de fazer no espaço, a própria ideia de irrigação, em si, apesar de ser uma demanda antiga dos agricultores e agricultoras não se traduz à noção de irrigação proposta pelo perímetro. A mesma palavra, aqui, tem sentidos totalmente diferente pros *pequenos* e pros *grandes*. Ao criar áreas inteiras exclusivamente irrigadas, o perímetro vai na contramão do desejo dos agricultores: pois exterminaria a agricultura e produção de animais em áreas de sequeiro, responsáveis, por sua vez, por grande parte dos gêneros que garantem a soberania alimentar das famílias (feijão, milho, mandioca, caprinos etc.) e uma das grandes referências das práticas aprendidas no paradigma da *convivência com o semiárido*.

Quando um *pequeno* fala do sonho da irrigação, ele fala de uma *pequena irrigação*, tal como já realizada em algumas comunidades, onde os agricultores e agricultoras através de sua engenhosidade montam sistemas de irrigação e tecnologias sociais de captação e distribuição da água para irrigar parte de suas terras, apenas naquelas áreas a que se destinam cultivos que se beneficiariam de

ter garantido o acesso à água na medida em que a particularidade de cada cultivo demanda⁷².

Ao que também aí vemos uma diferença: a água é demandada pelos *pequenos* na proporção exata de sua necessidade. Enquanto os *grandes* falam do perímetro (e das outras grandes obras de combate à seca que se realizaram na região) como o anúncio da abundância, os *pequenos* nos falam sobre suficiência.

O próprio repertório sobre o que seja a água, os sentidos a que se lhes atribuem são totalmente distintos: pros *pequenos* é *vida*, de definição impossível pela indissociabilidade com que é pensada da terra e relacionada a uma infinidade de valores de uso; enquanto pros *grandes* é *recurso*, do qual alguns precisam ser despossuídos para que possa se iniciar a operação necessária para transformá-la em *mercadoria*, transferindo-a como patrimônio a outro que dotará sobre sua propriedade mediante o estabelecimento de valores de troca.

E uma outra diferença, por fim: os projetos de irrigação que pretendem os *pequenos* são simples, não por serem destituídos de criatividade e complexidade, mas por serem facilmente reproduzidos e coletivamente geridos, com praticamente nenhum custo a lhes obstacularizar, o que os torna efetivamente democráticos, enquanto o perímetro, por ser dos *grandes*, emprega técnicas especializadas e demanda materiais e insumos externos. Enquanto os primeiros ajudam a libertar, estes se prestam a fazer depender, a *tornar sujeito* – e aqui abrimos espaço para aprofundar no próximo capítulo sobre o último exemplo que apreendemos da Desconfiança elaborada no Apodi: a de que é preciso cuidar, porque o perímetro, entre outras coisas, é também *a volta do Cativoiro*:

Hoje eles estão querendo que a gente volte a trabalhar para os outros, virar novamente escravo. Eles acham que tudo o que é bom tem que ficar nas mãos dos grandes. Temos que lutar pela nossa liberdade antes que eles nos ataque. Se nós não lutarmos fica difícil. Hoje nós ainda temos uma certa liberdade, nos sentimos sujeitos dono de si, graças à nossa luta é que esse projeto ainda não foi dado. Temos claro que com a instalação desse projeto vamos voltar ao período do patrão, é o período da escravidão (STTR, 2012).

No próximo capítulo, discutiremos especificamente a multiplicidade de sentidos que a noção nativa de *Cativoiro* abarca para os agricultores e agricultoras do Apodi.

⁷² Veremos mais elementos sobre como se realizam a construção das tecnologias sociais e das pequenas irrigações ao longo do Capítulo 4.

O mais profundo é a pele.
(Paul Valéry)

5 ANTES DO COMEÇO: MEMÓRIAS DO CATIVEIRO

*Porque num tinha os escravos? Não houve a ditadura (ditadura), a escravidão? Era! Aí depois é que a escravidão veio terminar - já no tempo da Isabel, da princesa Isabel - mas aí ficou ainda. Até muitos tempos ainda escarracemos dos brancos não querer deixar os pretos dançar no salão. Quer dizer, ainda existia mesmo depois de ser da escravidão... **E hoje ainda não tem? Hoje ainda tem! Peleja pra acabar, mas ainda tem!***
 [Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Na comunidade de Água Fria, Seu Zé, ao me explicar o que era aquele *cativeiro* a que ele se referia quando dizia do tempo em que os negros não podiam dançar no salão do centro comunitário, anuncia a existência de uma concepção peculiar sobre a escravatura que se prolonga para além do marco oficial de sua abolição e se confunde ou se atualiza na ditadura e nas manifestações de preconceito, mostrando-se tão persistente nos dias de *hoje* quanto a *peleja* daqueles que se esforçam para que ela, enfim, um dia venha a ter fim. *Mesmo depois de ser da escravidão*, ela *ainda existia*; a despeito de tanta *peleja pra acabar*, *ainda tem* disso que *veio terminar* e segue ficando.

Durante minha vivência de campo no Apodi, a intensidade da referência às memórias de Cativeiro – no que diz respeito não só à recorrência com que essa palavra aparecia (ou suas derivações e correlatos⁷³ tais quais *escravidão*, *sujeição*, *aprisionado*, *liberto* etc.), mas também sua distribuição transversalizando as narrativas e trajetórias de vida que eu ouvia nas comunidades por onde passava, relacionando-se a contextos os mais diversos no tempo e no espaço e, finalmente, sempre acompanhada de um alto teor emocional por parte daqueles que as enunciavam – me chamou a atenção para algo que estava inicialmente fora do meu campo de busca e destoante do meu próprio repertório.

O estranhamento que essas memórias de cativeiro me causavam era, em parte, decorrente do meu desconhecimento, àquele tempo, do quanto que a sociologia agrária já havia acumulado no âmbito das análises sobre os achados de “cativeiro” nas sociedades camponesas. Os ouvidos, então despreparados para a

⁷³ Ainda que muitos autores tenham privilegiado analisar estritamente o “cativeiro”, propondo diferenciações com relação, por exemplo, à referência da “escravidão”, minha recente aproximação ao tema e os diálogos sobre os quais me debruço desde a vivência de campo não me demandam a necessidade de assim fazê-lo, pelo que escolho equiparar tais termos na proposição de que compõem o universo semântico do Cativeiro.

possibilidade ou probabilidade dessas referências, pôde, tão logo elas tenham surgido, destacá-las pela surpresa que provocaram e a elas conferir a ênfase própria da curiosidade.

Mas mais relevante ainda para que a escuta se fizesse atenta foi o fato de ter sido imediatamente confrontada pelo curto-circuito de participar de um (na verdade, bem mais de um) diálogo com os/as agricultores/as do Apodi, em que, apesar de nos comunicarmos através da mesma linguagem, claramente não compartilhávamos sempre do mesmo arsenal de significados e experiências associados a cada signo. Dessa forma, ainda que *cativeiro* ou *escavidão* fossem palavras que compunham também meu arsenal linguístico de forma geral, eu as empregava usualmente para fazer menção a uma relação social de produção específica estabelecida durante o período de colonização até pouco antes do final do império entre senhores e índios e negros escravizados ou à configuração de situações de trabalho atualmente análogas à *escavidão*, enquanto que, nos discursos que emergiam no Apodi, tais palavras carregavam abrangências outras que não se esclareciam num nível imediato da conversa, posto que não se restringiam àquelas que eu atribuía ao termo.

Não poder naturalizar essa categoria nativa, pelo que ela se rebelava contra minhas premissas prévias, foi crucial para não incorrer no risco de banalizá-la. E o exercício de exploração e tradução que elas mobilizaram⁷⁴ se mostrou fecundo durante meses inteiros, pelo que sempre pediam um e outro “mais além”.

Escutando, fui compreendendo que o *cativeiro* funciona como uma chave da maior relevância na composição de um quadro sobre o passado, esclarecendo sobre as determinações históricas de ordem estrutural relacionadas à propriedade da terra, às configurações sociais articuladas pela patronagem, à organização política e tantos outros elementos relevantes para uma compreensão dos processos que atravessaram a construção do que hoje se diz *território camponês* no Apodi. Tais

⁷⁴ As contribuições de André Dumans Guedes durante minha qualificação foram essenciais para que tal estranhamento com a categoria nativa *cativeiro* repercutisse, posteriormente, num exercício propriamente analítico. Com sua sensibilidade, pôde “catar” nos meus relatos de campo a menção a essas aparições de *cativeiros* e sugerir que a elas eu me voltasse com mais afinco para sistematizá-las. A André devo também a inspiração de sua tese pela forma com que abordou e levou a sério as implicações do *cativeiro* nas situações vividas pelos seus interlocutores em Minaçu (GUEDES, 2013; GUEDES, 2011), bem como a praticidade de poder localizar, entre o rico arsenal teórico ali referenciado, algumas literaturas sobre o tema que, postas para dialogar com o material de campo que eu tinha em mãos, muito ajudaram nas reflexões que compõem esse capítulo.

referências articuladas no âmbito das lembranças pessoais - daquilo que foi vivido - repercutiam sobre a memória coletiva daquelas pessoas - de vivências que foram compartilhadas - abrindo uma fresta no tempo/espço através da qual podemos observar Seu Zózimo descarroçando o *mocó* enquanto trabalhava de meeiro *como num cativoiro nos tempos do algodão* ou, misturados entre os milhares que *prestavam empreitada nas frentes de emergência, cavando açude na terra dos outros nos tempos da seca*, acompanhar o momento de clímax em que Edilson recebe do oficial encarregado a ordem de se ajoelhar – e se nega.

Mais além de servirem como mera confirmação ou exemplificação de momentos significativos da história da região e das condições vividas pela sociedade camponesa ao longo do tempo, experimentamos a riqueza de ouvir essa história contada desde baixo, pela subversão dos personagens em narradores que impõem a autoria de suas perspectivas e aportam conteúdo da ordem de quem viveu a história na sua ambiência mais profunda: a pele.

Algumas das situações de *cativoiro* guardam, ainda, uma dimensão especial na composição de um quadro comparativo entre *antes* e *hoje*, em que o esforço de reconstrução do passado é convocado pelo tempo presente e sobre este volta a repercutir, lhe contextualizando e problematizando, a exemplo de quando emergem marcos e referências a práticas sociais e de organização popular, como as *lutas pela terra e pela água*, ditas como tendo sido essenciais para *fugir* ou *sair do cativoiro* em que se encontravam, sobre o que trataremos no próximo capítulo.

Algo mais sutil, entretanto, realiza-se ainda enquanto as histórias de *cativoiro* nos explicam algo sobre o passado e o presente: a retratação do presente vai sendo complementada com elementos do passado, sugerindo outros ingredientes que lhe compõem para mais além daqueles que se fazem visíveis, pois o presente positivado nos relatos sobre a configuração do Apodi atualmente enquanto *território camponês* é composto também pela ausência do *cativoiro* que existia *antes*⁷⁵.

Se, por um lado, o *cativoiro* se apresenta como essa referência através da qual se empreendem análises nos termos de *antes/hoje*, em que o *cativoiro* é rememorado como a situação limite entre aquilo de que se saiu ou se fugiu para que

⁷⁵ A contraposição entre a experiência narrada do que é a vida *hoje* nas comunidades do Apodi e certos sentidos atribuídos ao *cativoiro* que existia *antes* será melhor compreendida no desenrolar dos capítulos seguintes, quando poderemos fazer um paralelo entre o valor dado à agricultura familiar no Apodi com o que, em outros contextos e lugares, se deu com o garimpo (GUEDES, 2013) ou a fronteira (VELHO, 2007), enquanto possibilidades de *fuga* ou *saída do cativoiro*.

algo pudesse começar - como constata o alívio dos narradores ao relatarem as lutas que contextualizam o fato deles hoje se dizerem *libertos*, tendo *saído* ou *fugido do cativoiro* e aí tendo começado - é verdade também que ele parece se realizar com certa frequência (não apenas nas narrativas de meus interlocutores, mas no próprio espaço ao longo do tempo). Mais além de ser algo tido como superado, a experiência histórica daquelas pessoas diz do cativoiro como algo que está sempre passível de retorno, configurando-se como uma “ação importante” nos termos propostos por Ricoeur, na medida em que desenvolve significados

[...] que podem ser atualizados ou realizados em situações outras que não aquela em que ocorreu essa ação. Ou seja, o significado de um evento importante vai além, supera, transcende as condições sociais de sua produção e pode ser reatualizado em novos contextos sociais. Sua importância é sua relevância durável e, em alguns casos, sua relevância onitemporal (RICOEUR apud VELHO, 2007, p.108).

A categoria nativa de *cativoiro*, então, pode irromper do passado ao presente, se atualizar ou se revestir de contornos diferentes e, ainda assim, ser passível de reconhecimento num sucedâneo de *tempos*⁷⁶ – *do algodão, das secas, dos coronéis, da ditadura*. Por essa qualidade, pode servir também para preencher de conteúdo uma realidade nova que se aproxima da vida daquelas pessoas: *esse perímetro irrigado*. Maquinários abrindo fulcros na terra, grandes empresas do agronegócio interessadas em se firmar na região, os encontros com agricultores que, no estado vizinho, relatam os impactos de projeto semelhante, as notícias de agrotóxicos, cânceres, água contaminada, anúncios de uma modernidade assustadora – ou, ao menos, de uma novidade - que justamente se torna compreensível na medida em que se assemelha a algo que já é desde muito tempo conhecido: o cativoiro.

Se *cativos* é o que os agricultores do Apodi dizem ser aqueles outros agricultores que, no Ceará, vivem *sob o julgo* do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, trabalhando para as *firmas* do agronegócio instaladas na porção cearense da chapada, e se a implantação do perímetro irrigado de Santa Cruz no Rio Grande do Norte põe em funcionamento forças, atores e dinâmicas que os mesmos agricultores associam às realizações anteriores na região de antigas manifestações de *cativoiro*, esse projeto de “desenvolvimento” passa a ser lido também através do receio de que

⁷⁶ Recorre-se aqui à dupla possibilidade relativa ao termo “sucedâneo”: “aquilo que pode ser usado para substituir ou sobrepor outro”.

ele possa vir a significar a *volta do cativo*, um retrocesso àqueles tempos que se julgavam passados, mas aos quais o futuro sempre espreita retorno⁷⁷.

Para Guedes (2013, p.438), a reativação dessa categoria para situações vividas nos dias de hoje é mais do que o traçado de analogias, apontando para o que ele vem a chamar de “agenciamentos trans-históricos” que se atualizam e assumem “feições particulares em função destas ou daquelas condições”, mantendo-se, no entanto, vinculadas a uma “constatação da continuidade”, razão pela qual devemos considerar o receio da volta do cativo “num sentido forte, que vai além do mero recurso instrumental a termos e expressões e atinge o nível das crenças e atitudes profundas”.

É nesse sentido que sugerimos uma última potência à noção de cativo. Mais além de funcionar como uma categoria relevante para contextualizar o passado, diferenciá-lo do presente e anunciar no perímetro irrigado sua explicação complementar como sendo *a volta do cativo*, cada evento pode ser lido também pelo que compõe uma outra narrativa que extrapola a especificidade de cada um deles, uma espécie de pano-de-fundo, sugerindo uma lógica antiga e relativamente constante de dominação imposta sobre aquelas pessoas ao longo do tempo, atualizada sobre cada nova manifestação do cativo.

Guedes (2013) sugere que um dos efeitos dessa noção de cativo assim compreendida de forma ampla repercute sobre aquilo a que nos apegamos ao curso dos estudos sobre grandes projetos, quando os descrevemos pela “desterritorialização” provocada sobre as populações atingidas. Tal conceito, ao enfatizar o impacto irreversível da perda sobre algo que havia sido conquistado (qual seja, a territorialização, entendida de forma geral como acesso à terra e as significações que sobre ela as populações historicamente construíram), mantém obscurecido aquilo sobre o que a categoria nativa joga luz: para essas mesmas populações, essa conquista nunca está de todo garantida, estando sempre sujeita ao risco de ser perdida ou tomada por um desejo de dominação que não se inaugura com o projeto de desenvolvimento ora analisado.

⁷⁷ Medo semelhante foi encontrado por Velho (2007a, p. 103 apud GUEDES, 2013, p. 437) junto aos agricultores que trabalhavam nas frentes de expansão da Amazônia: “Existe, entre os participantes da frente, o medo constante de que o presente, relativamente bom, ou pelo menos livre, será substituído no futuro por uma volta ao passado de cativo que viria através da ação dos ricos, do Governo e talvez de estrangeiros. A diferença entre o antigo e o novo cativo é que este atingiria não só os pretos, mas os pobres em geral, já que os pretos estão misturados no meio do povo.”

Assim é que não basta dizer que o perímetro irrigado aparece para tirar a paz daquelas pessoas, para desterritorializá-las, ainda que ele provoque isso de fato, pois que as próprias pessoas o situam como uma experiência a mais, um outro cativo em sua trajetória, a demonstrar que essa paz nunca se prolongou de forma estática. Evitamos, assim, o risco de subestimar o perímetro, na medida em que ele se apresenta isolado do sistema histórico de dominação que o sustenta, e de superestimá-lo, supondo que ele o inaugure.

Dessa forma, a categoria nativa do cativo orienta nosso olhar de pesquisadores, tão atentos em busca das transformações que esses novos projetos engendram, para levar a sério aquilo que as pessoas nos apontam sobre o que, de certa forma, permanece. Se o perímetro é algo que, certamente, carrega tantas incógnitas de uma modernidade que se aproxima, as pessoas não se deixam surpreender por ele ser também um velho conhecido: elas o identificam por um nome e todos os significados que foram se acumulando a esse nome desde muito tempo atrás; ele é, entre outras coisas, o cativo contra o qual já lutaram e já saíram vitoriosos algumas vezes⁷⁸.

Importa frisar que a afirmativa de que o perímetro irrigado não é a primeira experiência “desterritorializante” (ou mesmo de cativo) por que passam os agricultores do Apodi não pretende reduzir os efeitos desestruturadores que sua implantação acarretará. Longe de pretender relativizar o impacto negativo desse projeto, nos interessa a implicação de, nesse ato de ser nomeado como cativo, o projeto ser associado a certa trajetória histórica, pelo que isso pôde vir a favorecer de conexões inesperadas, tanto no âmbito de possibilitar compreensões mais abrangentes sobre a lógica da dominação que o cativo implica quanto das resistências sobre ela acumuladas ao longo do tempo, ao que percebemos terem sido acionados outros repertórios e experiências que contribuem para explicá-lo e enfrentá-lo. Foi no lastro dessas *pistas* que as pessoas do Apodi se disseram

⁷⁸ Fico pensando se a ideia nativa de situar o perímetro irrigado como o *retorno ao cativo* não expressa também uma espécie de recusa a configurar o perímetro nos termos do “progresso/desenvolvimento/modernidade” que a ele usualmente são atribuídos. Pois, pela categoria nativa, a noção de inovação técnica deixa de acompanhar um elemento basilar à essa noção de “progresso” que é a de implicar na evolução de um ponto a outro adiante, sendo associada ao efeito contrário de fazer retroceder, “des-envoluir”. Isso também pode ser reconhecido nas falas dos agricultores ao denunciarem que o governo ao *invés de investir na agricultura familiar de Apodi, pra que ela pudesse crescer, vem ameaçar*. A relação, portanto, entre tecnologia e evolucionismo histórico é posta à prova, é desnaturalizada.

mobilizadas ao mote da pesquisa, a razão de por que *voltar às histórias do passado* passou a ter íntima referência com *o que estamos vivendo hoje* e a máxima relevância para *pensar o futuro*.

Em última instância, a tentativa de dominação que o perímetro representa não é a primeira pela qual passam aquelas pessoas – e provavelmente não será a última – bem como não se iniciam ali tampouco as estratégias de resistir. Sem desvalorizar as especificidades do contexto, reivindica-se que ele seja lido integrado a uma história maior e mais antiga, onde muito se tem acumulado na resistência contínua pela terra e pelos modos de viver que nela se estabelecem e se ressignificam. A luta insiste contra o risco do *retorno ao cativo*, nas múltiplas facetas em que ele se atualiza.

Isso nos ajuda a compreender o porquê das histórias de cativo, tal qual as histórias de por onde se lograram dele *fugir* e *sair*, possibilitarem tantas articulações entre eventos aparentemente díspares: por um lado, entre o perímetro irrigado, o coronelismo, as frentes de emergência, os monocultivos de algodão branco, de melão ou de melancia e as normas da vigilância sanitária, por exemplo, enquanto, pela outra ponta, entre estratégias de resistência que vão da ordem da luta pela reforma agrária e do enfrentamento direto ao perímetro, mas que também se localizam em determinada forma de produzir e de comercializar, de se construir um abastecimento comunitário de água, de armazenar as sementes etc.

A ideia nativa de *retorno do cativo*, ao empreendê-lo em sua historicidade, nos possibilita enveredar por uma análise que tente extrair de cada evento específico de cativo o conteúdo daquilo que lhe permite atribuir sentido de equivalência com os demais... Em um e outro contexto, quando essas pessoas denunciam e resistem ao *cativo*, qual é o conteúdo de sua recusa? E, por espelhamento, nas situações em que afirmam terem *se libertado* e dado fim àquela condição que os tornava *cativos*, o que aflora de presença na ausência do cativo? Qual o conteúdo também disso que se afirma? As histórias de cativo, portanto, serão terreno fecundo através do qual buscaremos seguir compreendendo sobre essas recusas e presenças que se afirmam no Apodi.

Para explorar essas questões, nos esforçaremos, inicialmente, em localizar as situações em que se expressam os relatos de cativo, para então interrogá-las sobre em que medida essas histórias podem compor uma outra narrativa que se

desenvolve menos por acontecimentos isolados e mais através de uma leitura do cativo como um certo “modus operandi”, um jeito através do qual a dominação tenta se realizar, estratégias que ponham em curso uma espécie de força-cativo⁷⁹.

Seguindo na busca por conexões e investindo na possibilidade de reconhecer algumas articulações às distintas menções sobre situações de cativo, proporemos uma leitura que vá “mais além” de demarcar o *retorno do cativo* associado ao perímetro irrigado e outros mecanismos atuais de *captura* como meras reincidências da força-cativo em funcionamento, mas como referentes de uma outra temporalidade marcada pelo tensionamento dessa força se restabelecer sobrepujando o tempo em que se *peleja pra acabar* com aquele cativo situado na origem.

Isso porque parece emergir uma certa cronologia nativa⁸⁰ através da qual se organizam as histórias de cativo, que não se confundem com uma marcação estritamente linear, pois embora se esforcem no sentido de se estabelecer relações entre *antes* e *depois*, o que vem depois não finda de todo o que se estabeleceu antes⁸¹, bem como o que vem antes não se confunde com o *começo*, este mais bem situado temporalmente no meio do caminho. Além do que essa aparente inversão possa ter sido influenciada pelo mote que orientava nosso encontro e nossas conversas, acredito que ela possa ser significativa para compreender a forma própria

⁷⁹ Sugerimos aqui pensar o Cativo enquanto potência de dominação, mais associado, então, à ideia de força que de forma, pois que no curso de sua manifestação pode vir a assumir várias formas, algumas das quais inclusive sedutoras, como quando mencionamos no capítulo anterior as possibilidades de captura às quais os *pequenos* precisam ter Desconfiança que não passam pela violência da exclusão mas, ao revés, pela promessa de inclusão.

⁸⁰ A ideia de que os agricultores no Apodi estabeleçam certa cronologia ao redor da categoria de cativo vai na contramão do que Keller (1975 apud GUEDES, 2013, p.33) assinala a respeito do campesinato maranhense, para quem “no universo do lavrador, a transitoriedade é uma constante. Seu mundo é um mundo de bens escassos e fugazes. E é por isso que em sua história de vida não há marcos temporais, mas espaciais: ele sai de um local x para outro y e desfila toda uma série de deslocamentos de povoados e centros agrupados por regiões”. Talvez, justamente, tal cronologia tornada possível nos relatos dos agricultores do Apodi busque demarcar a diferença entre o tempo de transitoriedade/fugacidade/deslocamentos que marca a condição do “cativo de origem” daquele outro onde, ao fugir do cativo, preponderam a permanência/solidez/enraizamento, ameaçado, por sua vez, pela possibilidade de *volta do cativo*.

⁸¹ Para Velho (2007, p.106), a volta do cativo diz respeito também a uma noção de tempo particular, onde “o passado e o presente se combinam e se aproximam muito mais do que na noção estritamente linear (o que, no entanto, não chega a fazer dela uma noção cíclica)”.

de organização temporal dos processos históricos que as pessoas narravam através da articulação e condução entre suas lembranças.

Como já apresentado anteriormente, o primeiro e principal mote das conversas que travamos ao longo da pesquisa no Apodi orbitavam sobre as positivities envolvidas na delimitação daquilo que se diz ser um *território camponês*, na medida em que eram exibidos e explicados os elementos que lhes compõem. Tal como descrito no capítulo que versa sobre o percurso metodológico da pesquisa, as formas privilegiadas pelos agricultores do Apodi para me satisfazer o desejo de conhecimento sobre o que seria, então, esse *território camponês* envolviam as andanças pelas comunidades, quando me faziam “ver” a diversidade da produção nos pequenos quintais, sítios e cercados, as tecnologias sociais de armazenamento d'água, entre outros elementos na ordem do visível, e “ouvir” depoimentos que complementavam aquilo que eu via, na medida em que as falas contextualizavam, explicavam, detalhavam ou atribuíam significados e valores àquilo que eu via.

Tais histórias incluíam em seu rol algumas das quais versavam sobre a formação dessa territorialidade específica – e da *pequena agricultura familiar e agroecológica* como modo de produção que lhe correspondia. “*Aí começou!*” é uma das delimitações temporais mais recorrentes ao longo dessas histórias específicas e se refere à demarcação de algumas ênfases lançadas sobre aquilo que se indicam como marcos de origem. Pelas diferenças da perspectiva dos narradores – ou melhor, pela diversidade de localização desses narradores com relação à sua inclusão nessa gênese – tais marcos podem refletir alguma variação, mas em sua grande parte fazem referência a momentos considerados emblemáticos da *luta pela terra*, como quando as antigas fazendas foram sendo alvo de ocupações pelos *pequenos* ou ao anúncio de sua desapropriação para fins de reforma agrária.

A ênfase em delimitar o começo da existência em processos de resistência, tais como se dá de forma privilegiada sobre o marco da *luta pela terra*, tem algumas implicações, especialmente no sentido de indicar o movimento de penetração que passa a operar entre a trajetória de vida das pessoas e a terra: celebram-se ao mesmo tempo a terra conquistada e aquele momento que foi de *renascimento*; inaugura-se ali, indissociavelmente, *uma nova cultura de vida* e *um novo sistema*, a partir dos quais se pode, de fato, *começar*:

Aí começou, né?! A primeira batalha tinha sido conquistada, que era a luta pela terra, nós tinha conseguido a terra, aí conseqüentemente vem a questão de viver na terra, conviver nessa terra... A gente precisava de que? Precisava de habitação, de eletrificação, uma estrutura básica pra gente viver, né?! E aí foi quando a gente parou e (eu disse): "- Ó gente, de início, agora, é criar uma associação, né? A partir de hoje a gente vai vivenciar uma nova cultura de vida, a gente vai viver uma vida não pensando só na gente, mas sim no coletivo, num grupo de 20 pessoas. A partir de hoje, vai ser 20 famílias a habitar aqui a Fazenda Boca da Mata. E a gente vai começar é de agora, né?! Vamos criar a associação, mas primeiramente nós precisa dar um nome a esse assentamento". [...] Aí todo mundo opinou: "- Vamos homenagear seu Moaci", aí ficou Projeto de Assentamento Moaci Lucena. Aí criou a associação e daí pra frente foi só a questão de ir se adaptando a um novo sistema né? [...] Naquele momento foi o renascimento. Não só pra mim, né?! Mas pra eles que viviam aqui naquele sistema né? Então foi um momento muito forte, muita alegria e acho que foi o momento que a gente até hoje... se eu choro, mas é de alegria.
 [Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

O entrelaçamento que as pessoas escolhiam para narrar suas histórias, a adoção desse estilo de marco, aparentam uma organização do que seria o *começo* das histórias de suas vidas por aquilo que se desenrolara no intermédio: o *começo* é o *renascimento*, mais propriamente falando, e não o nascimento. Mais estritamente falando: o *começo* pros agricultores do Apodi é um nascimento específico: aquele em que eles *nascem pra liberdade*, como esclarecerá Zé Holanda mais adiante nessa mesma conversa.

Ao longo da elaboração dessas narrativas, alguns elementos que se situam cronologicamente prévios a esses marcos de origem, só são relatados a posteriori, como elementos explicativos sobre o que havia “antes do começo”. Pois, afinal, se a história *vai começar é de agora*, sobra por dizer o que existia quando ainda não se *tinha conseguido a terra*, quando as pessoas ainda não tinham (re)nascido *pra liberdade*... que cultura de vida e qual sistema antigo eram aqueles a que a *nova cultura de vida* e o *novo sistema* implicitamente faziam referência.

Cativeiro, escravidão, sujeição, inferno, então, são algumas das palavras usadas para falar sobre esse momento por eles situado antes da história. Momento esse em que as estruturas de poder, principalmente a fundiária, facilitavam o cativeiro como mecanismo de dominação – e do qual se precisou *fugir* ou *sair* para que se pudesse *começar*.

Se “antes do começo” eram os *tempos* de cativeiros (*tempo do algodão branco, tempo do coronel, tempo das secas* etc.) e se a gênese do território

camponês se realizou pela fuga do cativeiro, ao que se esclarecem algumas informações relacionadas a esses dois momentos como quadros do passado que carregam para o presente traços de permanência, a (r)existência desse *território camponês* como *projeto da vida* e como *perspectiva de futuro* se vê, portanto, atravessada por novas estratégias de *captura* e pelo receio da *volta do cativeiro*, na disputa contra as intencionalidades de tornar novamente cativo aquilo que se tenta insistentemente livre⁸².

Entre as ações que se desdobram de uma ponta a outra nessa linha do tempo, podemos perceber mais uma perspectiva contra-intuitiva evocada pelo pensamento nativo: do homem cativo ao liberto (e vice-versa) não temos diferenciação na ordem dos sujeitos da sentença – contra o que imaginássemos situar em pólos distintos os homens livres dos escravos. Extraindo algumas consequências dessa ideia, Guedes (2013, p. 437) aponta que esses pólos, “antes de corresponder a grupos distintos, poderiam ser vistos como extremos de um continuum de possibilidades que se coloca, ao longo do tempo e do espaço, para pessoas como meus interlocutores. O risco da escravidão ou do cativeiro está sempre dado – o que é comprovado pelos temores a respeito da 'volta' destas coisas.”

Com essa possibilidade do retorno do cativeiro não pretendo dotá-lo de uma etereidade (ou eternidade), nem muito menos dizer que com essas características os agricultores do Apodi compreendem-no – o que, em última instância reduziria ao ridículo sua movimentação histórica de combatê-lo se ela não fosse motivada por uma leitura que o concebe como passível de ser superado – mas indicar que a ele é atribuído certa dimensão de “duração”, tal como observa Guedes (2013, p. 438): “o cativeiro e a escravidão são coisas que vêm e vão, aparecendo e desaparecendo em certos momentos e também em determinados lugares.”

Pelo que essa cronologia se dá marcada por jogo de contrastes, onde os termos das comparações entre *antes* e *depois* costumam se intensificar por atribuições de valores e imagens fortes, próprias a procedimentos de idealização, seguiremos o intento de Guedes (2013, p.103), para quem “antes de isso ser um

⁸² Após essas considerações, talvez, pudéssemos então reativar a ideia de “desterritorialização”. Se, enquanto funcionava como premissa, ela não nos servia pelo que obscurecia a permanência da lógica da dominação, agora contextualizada nessa cronologia nativa pode reforçar o papel atribuído ao perímetro de promover a ruptura do segundo “momento”, na medida em que põe em xeque o processo de enraizamento que se realizava nesse tempo/espaço.

problema – um empecilho para uma reconstituição histórica, por exemplo – essa “idealização” me interessa aqui pelo que há de positivo nela: justamente a manifestação do que poderia ser considerado um 'ideal', a expressão de sonhos, desejos, valores (no sentido forte do termo)”.

Trataremos nesse capítulo sobre o que havia “antes do começo”.

Se, por uma assumida falta de criatividade em refletir na escrita aquela subversão temporal proposta pelos agricultores do Apodi, não começo pelo *começo* e, ao invés, restabeleço uma narrativa linear dos acontecimentos ao trazer os relatos de *cativeiro* para uma primeira ordem, gostaria ao menos de não perder de vista que – aquilo que a perspectiva nativa insiste em situar antes do começo da história só pode ser o que negava àquelas pessoas a faculdade mesmo de terem uma história ou dela serem agentes transformadores.

O processo de análise envolveu uma primeira tarefa de retorno ao material de campo, especialmente aos registros das conversas onde me marcaram a menção ao *cativeiro* ou aos termos que venho considerando como seus derivados ou correlatos, ao que busquei registrá-los e contextualizá-los aos eventos (ou tempos) a que se referem. Nos aproximaremos, assim, de alguns daqueles relatos onde os agricultores de Apodi dizem sobre suas memórias de quando foram cativos e dos significados que podem implicar a afirmação de que é isso o que eles eram.

Tal exercício de registro sobre a variedade de situações marcadas pelo apelo à categoria *cativeiro* tenta privilegiar aquilo que nos permita considerá-lo enquanto “texto”, “o *cativeiro* sendo tratado como um 'símbolo' cuja presença em contextos diversos deve ser levada em conta na consideração das circunstâncias particulares em que ele se atualiza” (GUEDES, 2013, p.105).

Existindo aquilo que faz de cada uma das situações uma manifestação específica sobre a noção de *cativeiro*, e que seria cabível de infinitas (e individualizadas) explorações, elegemos privilegiar um movimento distinto: de

considerar e explorar nessas presenças aquilo outro que elas indicam sobre a combinação entre a concretude e a virtualidade do Cativo, na medida em que ele existe enquanto potência em sua pluralidade de formas e que ele é também um virtual que pode sempre vir a ser atualizado, buscando perceber como essa ideia se desdobra ao longo das histórias narradas no Apodi.

Para dar conta dessa tarefa, busquei potencializar a reaproximação ao material colhido em campo, propondo sugestões de diálogo entre o arsenal empírico e algumas ideias trazidas ao longo das leituras que fui acumulando sobre o tema, na medida em que essas pontes se mostrassem interessantes. Por fim, arrisquei extrair da diversidade de eventos em que se manifestava a presença do *cativeiro* algumas questões que podiam dizer respeito aos sentidos e relevâncias que essa categoria nativa podem vir a ter para meus interlocutores – alguns dos quais apresentados já no começo do presente capítulo – e outras que dissessem respeito ao conteúdo que as histórias de cativeiro preenchem sobre aquilo a que se recusa e que se afirma através dessas histórias.

Nesse sentido, se mostrou muito interessante explorar a relevância das histórias de cativeiro pelo que elas dizem respeito também àquilo que não se faz mais cativo, na medida em que a preocupação que move meus interlocutores na descrição sobre terem sido cativos nunca se satisfaz pelo esclarecimento acerca de tal quadro onde o cativeiro se realizou, aí mesmo nunca se finaliza, sempre envolvendo deles uma certa mobilização do pensamento em que articulam, de forma indissociada, os relatos sobre como lograram sair daquelas coações em que se encontravam e que sentidos e práticas puderam ser forjados ao longo da experiência de ser *liberto*. Tentarei nos capítulos seguintes expressar mobilização semelhante que tais associações repercutiram sobre meu próprio pensamento, também ansioso por compreender a transfiguração das histórias de cativeiro em histórias de terra e gente libertas.

Por ora, nos contentemos em escutar o que essas pessoas livres *falam* quando nos informam sobre suas trajetórias de escravidão⁸³, e tentemos também nos consolar pelo que ainda existe de não-ditos, pois, como qualquer outra pesquisa, essa também se faz por suas ausências. Algumas das quais decorrentes

⁸³ Falar, no sentido nativo de *boatar*, tornar público, é uma possibilidade negada a quem está numa situação de cativeiro, como veremos adiante. Ao escravo não é dado o direito de falar de sua escravidão.

de erros e limites de minha experiência metodológica, na medida em que o exercício de busca e recomposição das histórias de cativo, por ser posterior à vivência de campo, só possibilita encontrar o que se produziu a respeito delas num contexto de conversas realizadas, na maioria das vezes, ao redor de outras perguntas. Nesses casos, certas lacunas percebidas, pelo que não posso resolvê-las, me incitam o desejo de futuros mergulhos focados a retorná-las.

Outros desses não-ditos, entretanto, talvez extrapolem minha capacidade de contenção, posto que da ordem de limites e escolhas realizados no âmbito da narrativa dos meus informantes. Pois às narrativas que se aventuram sobre o inenarrável também se deveriam o registro do embargo com que algumas palavras mal se pronunciam, o olhar às vezes perdido nos horizontes do tempo, as lágrimas que se disfarçam, os muitos silêncios. Para falar sobre cativos, é preciso simbolicamente voltar a atravessá-los, resgatá-los do lugar do esquecimento, e às vezes não poder ou querer fazê-lo pelo que impliquem de dor ou de medo.

Sou testemunha dessas vozes e desses silêncios.

Não no mesmo sentido daqueles outros agricultores que, por terem visto com seus próprios olhos ou vivido em suas peles, testemunham no sentido de confirmar os relatos de cativo, mas no alargamento do significado do termo proposto por Gagnebin (2009, p.57), considerando como testemunha também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro”.

Os primeiros cativos de que falam os agricultores e agricultoras no Apodi vieram à tona quando, em algumas das contações de histórias nas comunidades, o esforço de genealogia das famílias dos moradores mais velhos redescobria o massacre indígena havido na região por volta de 1680.

- *Agora, Lindomar, eu acho que esse negocio da Mãe da Costa aí tinha que fazer o resumo, foi a que foi pegada a casco de cavalo?*
- *Não sei, se alguém souber alguma coisa, eu sou leigo.*
- *É por que dizem que Mãe da Costa era cabocla, sabe? Cabocla índia também. Ai pegaram ela e sei que casaram ela com o Barbosa na época, mas era cabocla da tribo de índio.*
- *Ela foi pegada a casco de cavalo...*
- *Ali na frente da Água Fria, naquelas carnaúba.*
- *Era a nossa avó, acho, talvez do 5º grau, por ai.*

[Xandoca, Lindomar e Eliseu, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos na comunidade de Queimadas]

Minha vó era índia laçada.

[agricultor, durante andança na comunidade de Bamburral]

Sem ter condições para aprofundar no que essas histórias pudessem aportar de elementos sobre a (r)existência indígena no Apodi, nos debruçaremos a seguir sobre os Cativeiros que os agricultores e agricultoras conheceram na pele.

5.1 Terra e gente cativa *a mei de um negócio* – Cativeiros nos tempos do algodão

- Seu Zózimo, então o senhor está já a 76 anos que vive aqui... E como é que era a terra quando o senhor era pequeno, ela já era sua?

- Não senhor, a terra aqui era dum proprietário daqui, nós trabalhava **a mei de um negócio**, né? A gente brocava, plantava, dava meia a ele e a meia que a gente ficava pra gente empenhava na conta, porque a gente comia durante o inverno e aí ficava que nem uns tocos dos pau, né? Sem nada.

- E como era trabalhar pros outros nesse esquema da meia?

- Eu não achava bom não. **A gente trabalhava como num cativoiro.**

[Maiana e Seu Zózimo, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Em outro momento da entrevista, os irmãos Zózimo e Zequinha tentaram fazer as contas, ajudados pelos dedos, para responderem minha pergunta acerca de quanto tempo haviam trabalhado como cativos. Lembrado que tinham, respectivamente, 76 e 74 anos, e que desde a idade dos dez começaram a trabalhar pesado pro patrão, só em 1996 se dando a ocupação da fazenda e em 1998 sua desapropriação pra fins de reforma agrária, ainda assim, não conseguiam fechar a conta... Em conclusão, eles repetiam apenas que tinha sido *muito trabalho*. Zé Holanda se adianta e responde o inverso da pergunta, com um cálculo que, obviamente, tinha sido bem mais fácil de fazer:

Tá com 17 anos que a gente nasceu pra liberdade.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Pelo que algumas dessas conversas havidas com agricultores mais velhos – especialmente, em Moaci Lucena, Água Fria e Nova Descoberta – motivaram um trabalho de rememoração que localizasse as condições em que se estabelecia a vida antes dos assentamentos existirem como tal, antes mesmo dos engajamentos

nas lutas que viriam a viabilizá-los⁸⁴, podemos observar o quadro que os relatos compõem de um tempo em que a terra tinha outro nome e outros donos, quando era instigada a produzir outras riquezas, de outra forma, trabalhada pelas mesmas mãos de agora - com uma diferença sutil e significativa: ali onde as vemos serem auto-retratadas, próximo de onde sustentam a enxada reconhece-se o contorno dos grilhões.

Aí, nesse quadro específico, Seu Zózimo, Zequinha, Dona Socorro, Zé Holanda, Edilson, Branco, Seu Zé, Dona Rita e Zé Inácio – alguns dos principais personagens e narradores dessas histórias de cativeiros – ainda não tinham *nascido pra liberdade*, não se reconhecem naquelas como agricultores ou posseiros, não “são” (ainda) sujeitos, “estão” sujeitos. De seu lugar de *moradores* ou *alugados* das grandes fazendas, falam sobre o cativo como desse tempo anterior - *o tempo do algodão* - onde predominavam formas específicas no trato com a terra e nas relações sociais (especialmente no que diz respeito à patronagem), que repercutiam na imposição de certas restrições e dificuldades sobre o cotidiano de suas vidas, prolongando-se através de mecanismos que lhe garantiam duração.

5.1.1 Terra de Filastres

*Ele era dono de cartório, ele tem muita propriedade aí dentro da serra, propriedade grande, fazendas grandes, era o maior criador de bode do Brasil, é ele. Aí sei que a gente dizia: "- Vamos trabalhar lá no serrado de pedra, lá na terra de Filastres, de Antônio Filastres". [...] Aí quando, em 85 pra 86, a gente fez uma demarcação aqui, [...] ia cercar só pela metade porque era com pouca gente. Aí a gente envolveu mais outras pessoas, das famílias, né? E foi justamente isso que rendeu. Começou. [...] Aí, na época, a gente teve três audiências lá no cartório com o Antônio Filastres e foi na derradeira audiência quando ele marcou que o terreno dele começava das Três Marias e aí disse que era tudo, que a escritura do terreno tinha... "- **Meu terreno aqui, daqui pra cá o limite é o pôr do sol". Aí a gente: "- Vixe, então é o mundo todim dele!"***

[Zé Inácio, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

Antes de Nova Descoberta ser “Nova Descoberta”, Filastres era o nome do latifundiário e também de como era conhecida sua terra. Diferente da criatividade e das homenagens que justificam hoje o nome de cada assentamento ou comunidade no Apodi (sobre o que seus moradores fazem questão de explicar a qualquer

⁸⁴ As ocupações de terra que se desdobrariam na desapropriação das fazendas e sua decretação nos projetos de assentamentos de reforma agrária Moaci Lucena e Nova Descoberta ocorreram, segundo meus informantes, nos anos de 1996 e 1986, respectivamente.

visitante que apareça), naquele tempo o batismo e/ou o nome pelo qual se lhe reconheciam era mais óbvio, feito em nome próprio, e as pessoas, ao falar da terra, a acionavam ao seu dono.

De fato, o ato de nomear a terra conquistada se mostrará revestido de dimensões ritualísticas para os agricultores entrevistados. No escopo da pesquisa, todos os assentamentos e vilas que surgiram do processo de mobilização tiveram seus nomes coletivamente decididos em razão de alguma lógica que fazia referência à luta travada. É também Zé Inácio que nos conta, por exemplo, como se deu o rebatismo da *terra de Filastres* por “Nova Descoberta”:

*Era debaixo de uma sombra bem aí, [...] dissemos: “- Vamos fazer aqui, criar um nome aqui pra nós”. Aí eu dizia: “- Vamos fazer Nova Descoberta! Vamos botar no nome de Nova Descoberta pra mode que nós descobrimos agora... era de um proprietário rico, hoje vai passar a ser de muitos donos, né? Era só de um, hoje passou a ser de 34. **Nós tamos descobrindo pra nós, é Nova Descoberta!**”⁸⁵*

[Zé Inácio, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

Os moradores de Agrovila Palmares relataram que preocupação semelhante os motivaram na escolha de fazer referência ao filme que a comunidade tinham assistido, onde conheceram a história de Zumbi e com ele se identificaram na luta pela liberdade.

Mesmo quando os agricultores decidiram por associar um nome próprio à terra conquistada, foi sempre no sentido de homenagear indivíduos a que atribuíram méritos e contribuições importantes, em reconhecimento e gratidão ao apoio dedicado a uma causa além-de-si. Em Moaci Lucena, Zé Holanda nos descreve um diálogo travado entre os agricultores após terem recebido a notícia de que a fazenda seria desapropriada para fins de reforma agrária:

“- Vamos criar a associação, mas primeiramente nós precisa dar um nome a

⁸⁵ Ao tratar agora sobre essas possíveis questões relacionadas ao nome da terra e à lógica que orienta o processo de nomeação num e noutro tempo, no do cativo e quando se pôde nascer pra liberdade, por quais significados e sentimentos ele se vê atravessado tanto num como noutro caso, me lembrei de uma noite em que, redes estiradas no alpendre, eu, Dandão e Dona Teresinha conversávamos iluminados pelas estrelas. Ele falava da emoção de quando, logo após a terra conquistada, ele e os demais companheiros passaram a ter aulas de alfabetização – a liberdade era também a possibilidade, até então negada nos tempos do cativo, de aprender. “*A primeira coisa que botei no papel, o primeiro nome que quis aprender, foi o meu não. Foi o de Nova Descoberta, o nome que primeiro inscrevi*”, disse Dandão e depois fizemos silêncio até que dormimos, ficando espalhada na noite a beleza daquela frase pra que a terra pudesse receber a declaração de amor que Dandão lhe confessava.

esse assentamento, vamos dar um nome a esse assentamento. O que nós vamos fazer?". Aí todo mundo foi unânime, né? Unanimidade: "- É homenagear Moaci, né?!". Ele começou com a gente, acompanhou a ocupação, mas infelizmente, infelizmente, antes de sair a desapropriação ele morreu, já tinha morrido, foi vítima de um acidente... ele ia do trabalho do sindicato pra Melancias aí um carro bateu nele e ele não sobreviveu. Aí todo mundo opinou: "- Vamos homenagear seu Moaci!" Aí ficou: Projeto de Assentamento Moaci Lucena.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

As demais comunidades guardam em seu nome o registro de elementos de ordem física ou histórica que são próprios ao lugar... Assim se costuram as menções à terra pedregosa em Laje do Meio, à lagoa de Água Fria, à cruz fixada por um padre em Santa Cruz etc.

Por outro lado, a lógica que orientava as nomeações da terra nos tempos do cativo eram de outro grau. Além do que, obviamente, dissesse respeito à vaidade e poderio daqueles grandes fazendeiros de botar seus nomes nas coisas⁸⁶, essa lógica explicitava, no ato de nomear, a unidade elementar da linguagem enquanto palavra de ordem: pelo nome com que a terra era dita e conhecida, naturalizava-se o aprendizado à obediência ao sistema de propriedade que o próprio nome demarcava.

E, nesse sistema, o dono da terra podia ser também o dono do cartório, instituição onde podia formalizar que o registro de seu imóvel tinha como limite o *pôr-do-sol*, como fez Antônio Filastres. Nesse sistema, nossos informantes tampouco nos deixaram esquecer que o dono da terra era, por extensão, também o coronel:

Nessa época já era época de coronel, quem mandava era coronel, por isso que a pessoa tinha de obedecer às ordens do coronel. Era uma pessoa que tinha poder, quem fosse rico era coronel, aí era quem mandava, a pessoa tinha de respeitar, fazia o que ele mandava. Quem não tinha poder, coitado, tinha que fazer as coisas dentro de casa, nas escondidas, pra não boatar pra ninguém, ficar só entre si.

[Branco, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

O tempo do cativo, portanto, era marcado pela concentração de poder nas mãos de *quem fosse rico* e seu grande lastro material repercutia sobre a concentração de terra, "locus" onde se realizavam de forma privilegiada as relações

⁸⁶ Prática que, aparentemente, continua a ser de praxe dos *grandes*... Inclusive, não só sobre aquilo que se restringe ao seu âmbito de propriedade, mas também ao que está na esfera do público. Nas placas das ruas e dos prédios do governo, como proliferam os nomes próprios dos grandes senhores brancos de nossos tempos (e dos coronéis de antes).

de dominação, como veremos nos relatos que seguirão adiante. Mas nos detenhamos um pouco mais sobre essa última fala, pelo que ela nos inspira uma forma menos pessimista de acolher as histórias que tratam sobre esse tempo do cativo.

De fato, ela nos antecipa que, em sua grande parte, tais histórias irão se compor através de um léxico característico que vai confirmando a realização do cativo em termos de mando e obediência, onde se explicitam as desigualdades e os mecanismos que sustentavam seu funcionamento, mas também indica uma brecha relevante: *quem não tinha poder* era, sem dúvida, um *coitado*, e *tinha de respeitar*, fazer o que era mandado, coisas próprias de quem é cativo... **bem como** quem é cativo não é cativo sempre, pois em algum momento e em algum lugar (*dentro de casa*), sob determinadas formas (*nas escondidas*), também *tinha que fazer as coisas* que implicavam algum desacordo daquela relação de mando/obediência, ainda que o alcance dessas rupturas tivesse uma abrangência específica (*deviam ficar só entre si*) dado o contexto de coação que vigorava sugerir algumas medidas de cuidado para que tais *coisas* não reverberassem publicamente (*pra não boatar pra ninguém*).

Assim, ainda que sigamos interessados nas grandes mobilizações, nos conflitos em suas expressões mais abertas – e, para nosso deleite, as histórias de cativo trarão em seu engate, os relatos de como se forjou uma saída do cativo no contexto da emergência das lutas camponesas por terra e água – tentaremos também exercitar o olhar (e o ouvir) para aquilo que essas histórias nos mostram sobre alguns pontos a que estamos pouco habituados a valorizar nos estudos sobre as resistências: aqueles por onde passam alguns indícios acerca das razões da obediência e aqueles outros que buscam compreender as razões e formas da recusa no âmbito mais próprio ao cotidiano, ali onde aquelas ordens e mandos motivavam desagrados e incitavam emoções que – embora não se traduzissem politicamente numa estratégia ou numa bandeira – de certa forma lhes preparavam o terreno.

5.1.2 Abandonado, trabalhando por terra dos outros

Se na raiz da desigualdade que marcava o tempo de cativo estava o latifúndio, como sistema que mantinha assegurado a quem cabiam os privilégios e

as restrições no que diz respeito à propriedade da terra, seu acesso por parte dos agricultores pobres se realizava através das condições de arrendamento estabelecidas pelos proprietários.

Em todos os relatos apreendidos relativos a esse período, os arrendamentos visavam primordialmente à produção de algodão, considerado *carro chefe* da economia da região à época, chegando a ser conhecido então como *ouro branco*, tamanha sua relevância. Plantado *em monocultivo, em grande escala*, só divide presença na fala dos agricultores quando eles indicam que se cultivava também certa quantia bem menos expressiva de milho e feijão.

Pudemos perceber duas variações no exercício dessa configuração dos arrendamentos, realizados através da “forma-aluguel” ou pela “forma-percentagem”, mas que, conforme veremos, irão convergir naquilo que mais nos interessa - os efeitos percebidos pelos próprios agricultores que os levam a categorizar tal sistema como *cativoiro*.

Alguns dos *fundadores* de Nova Descoberta falam sobre quando trabalhavam *por meio de negócio de arrendatário na terra dos outros* – antiga *terra de Filastres* - através da condição de *pagar renda todo ano*, vivendo na condição de *alugado*:

Aqui nós trabalhamos por meio de negócio de arrendatário.

[Zé Inácio, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

A gente vivia abandonado, pode-se dizer abandonado, trabalhando por terra dos outros, né? Não tinha onde plantar. Se a gente queria plantar na terra dum cidadão, a gente tinha que pagar renda todo ano.

[Dandão, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

Com toda essa dificuldade (da luta pela terra), mas valeu a pena, porque lá meu esposo trabalhava alugado... você sabe que trabalho do alugado não dá nem pra gente comer, né?

[Dona Teresinha, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

Para os antigos moradores da Fazenda Boca da Mata, o *sistema* funcionava através da cobrança pelo proprietário *de terça* ou *de meia* do que se produzisse:

*Porque no início, no início, era um **sistema** diferente, né? Quando o terreno era um broque - o broque era aquele broque que você derrubava a mata, queimava tudo aí plantava no toco - aí então ele cobrava de terça, que era três pra um. Aí quando ia pro campo, que era os campos de algodão, campos de milho, aí era de meia, que a gente cortava e tal e ele encarava que a despesa pro dono da terra era muito grande, aí tinha que pagar 50%*

do que produzisse daquele terreno.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A recorrente referência sobre o tempo do cativo ser marcado pelo trabalho realizado na terra *dos outros/(d)ele/(d)o dono da terra* apresenta-se como um componente da mais alta relevância para a descrição dessa situação pelos agricultores como *cativo*. Provavelmente, sua ênfase se torna possível na medida em que a inferência de quadros comparativos do presente pode servir para colaborar na composição de uma releitura sobre o passado, especialmente pelo paralelo que posteriormente se pôde realizar a partir das diferenças de percepções acumuladas entre o trabalho *alugado* na *terra dos outros* e o realizado sob a condição de *ser dono do que é seu* – diferenças estas que serão abordadas no próximo capítulo.

Naquele tempo, então, ainda estavam fora do espectro as conotações e valores que passariam a se agregar posteriormente à condição daquilo que lhe é próprio. A terra ser dos agricultores que nela trabalham, os frutos colhidos serem também seus, era algo que não fazia parte do repertório ou do campo de experiências e expectativas àquele contexto. *Não tinha onde plantar*. Considerando o campo reduzido de possibilidades - *se a gente queria plantar na terra dum cidadão, a gente tinha que pagar renda todo ano* – em que as brechas por onde se podia fugir ou sair do cativo ainda estavam por serem forjadas, é plausível imaginarmos que existiam outras razões, além da terra não pertencer a si próprio, que já naquele contexto eram acionadas para conformar aquela situação vivida nos termos de um *cativo*, como assim a nomeiam.

Se o estado de ser arrendatário era de alguma forma naturalizado pelas forças dos mecanismos que permitiam a duração dessa configuração fundiária e das restrições que ela implicava, nos parece que o intolerável dessa situação vai se forjando através de suas decorrências, de condições ou consequências específicas que eram lidas pelos agricultores como extrapolando os limites da aceitabilidade ou daquilo a que se viam comprometidos no campo de suas obrigações, contribuindo também a noção de falta de reciprocidade no que diz respeito às obrigações patronais que lhes consideravam devidas.

Se, em certa medida, consentia-se acerca de se saberem excluídos dos arranjos de propriedade da terra (num contexto específico, repita-se, em que o leque de opções não envolvia ainda a possibilidade de uma contestação aberta ao

latifúndio) e se entendia-se também que, para poder *plantar na terra dum cidadão*, parte do que se produzisse tinha que ser automaticamente comprometido ao proprietário (fosse pelo pagamento do arrendamento em dinheiro ou em porcentagem da produção), é ao longo dos relatos que se esclarecem alguns reflexos desse modelo sobre o dia-a-dia das pessoas, indicando a emergência de alguns elementos de indignação que certamente contribuía para fragilizar a adesão a esse *sistema*.

A coleta da porcentagem, por exemplo, é lembrada pela manifestação de um padrão de rigidez inegociável que destoa de uma certa lógica de generosidade comum às práticas e racionalidades camponesas⁸⁷. A matemática precisa com que as divisões do terço e da meia eram realizadas pelos patrões era entendida pelos agricultores como uma espécie de *ruindade* ou *mesquinharia*, que não se justificava nem mesmo nas relações entre os mais despossuídos, posto tantas vezes afirmarem enfaticamente que, entre os agricultores, *o pouco que tivesse em casa, era sempre repartido com quem precisasse mais*.

Décadas passadas, é ainda com ressentimento na voz que Dona Socorro recorda do momento em que finda a colheita, a partilha era realizada sob a vigilância patronal de não deixar nenhuma margem a favor dos agricultores, reivindicando o que pra esses seriam migalhas:

Mas Deus tá pras outras... Quando ele vinha partir o feijão, sobrasse três litros ou quatro na esteira, ele queria o litro, tinha que partir. Pelo menos lá em casa era assim.

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A parte que lhes caberiam da produção, subtraída já a meia ou a terça, por outro lado, era empenhada na lógica de endividamento que completava a expropriação. Ao longo do inverno, a dívida contraída junto aos proprietários na aquisição da *comida grosseira* para garantir a sobrevivência aprisionava a colheita da estação seguinte, movimentando um ciclo vicioso em que, após trabalhar a terra, colher, entregar a parte da terça ou da meia e quitar as dívidas, aos agricultores sobrava, materialmente, *nada* e, subjetivamente, *amargura* e *angústia* de se verem novamente aprisionados a contrair dívida enquanto esperavam a colheita que seria

⁸⁷ Trataremos em capítulo específico sobre as práticas sociais dos mutirões e outras realizações de solidariedades que compõem algumas das referências acionadas pelos agricultores do Apodi acerca do traço dessa generosidade na formulação da identidade camponesa.

novamente comprometida para quitar as dívidas e sobrar *nada* ad infinito:

*A gente trabalhava nos broques, nos plantios, nas limpas, na colheita, isso era uma vivência muito... que em momentos a gente tinha prazer, porque pagava a dívida que construía ao longo do inverno, né? Ao longo do ano todinho. Mas quando você mal tinha aquela alegria de se **libertar** de uma dívida, já vinha a amargura, a angústia, porque você não ficava com nada, né? Ficava com um tambor de feijão, dois, três, e o tambor de milho... você não tinha um algodão pra renovar um móvel de uma casa, ninguém tinha um fogão a gás, ninguém tinha nada.*

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A gente brocava, plantava, dava meia a ele e a meia que a gente ficava pra gente empenhava na conta, porque a gente comia durante o inverno e aí ficava que nem uns tocos dos pau, né? Sem nada.

[Seu Zózimo, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Quando tirava um milho, um algodão, era só pra entregar na conta, a gente não ficava com nada, num tinha nada. [...] Num tinha direito de comer nem um quilo de carne, porque a viúva (do proprietário) só vendia assim a comida grosseira, sabe?

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Veja bem! Olha, deixa eu lhe dizer aqui, nós plantava e tirava, em 94, nós tiremos, ainda me lembro como se fosse hoje, 160 sacas de milho, eu, papai e Geilson, meu irmão, e Geilson, meu irmão, e Zé Holanda. (...) Tiremos 160 sacas de milho, tiremos 85 sacas de feijã e tiremo mais de 700 saca de algodão [...] quase 800 saca de algodão. Quando terminou tudo que nós paguemos a bodega, só fiquemos com o feijão de comer, você acredita? Palavra de Deus! Só fiquemos com uns 6 ou foi 7 tambor de feijão de 200 litros. Aí, de 200 litros e só fiquemos com o feijão de come. Isso me dá um desgosto, ave maria! Por que o caba trabalhar só pros outros né? Homem, eu só faltava morrer de trabalhar.

[Gilson, durante andança no assentamento Moaci Lucena]

Cada ciclo de trabalho e endividamento contidos no sistema de patronagem, bem como o resultado final do arrendamento por aluguel, se encerravam reforçando uma avaliação de que esse sistema, apesar de muito funcional à manutenção dos privilégios dos fazendeiros, era incapaz de provir o necessário aos agricultores (*a gente não ficava com nada/não dá nem pra gente comer*). A essa situação, os agricultores informam terem reagido, *caçando meio*, por dentro e por fora do *sistema*, na realização de certos malabarismos e mecanismos que assegurassem a sobrevivência.

Num tempo em que a convivência com o semiárido não era tratada nos termos de uma transição paradigmática, em que mesmo sua formulação como texto e conceito ainda demoraria algumas décadas por ongs e movimentos sociais que a

apresentariam como alternativa às políticas de combate à seca, as famílias relatam a complementação do cardápio alimentar a partir do aproveitamento de plantas e animais próprios à caatinga, por exemplo. Da macambira se fazia o pão, o tejo, tatu e preá eram caçados pra panela, certas frutinhas entretiam as crianças, a farinha da mandioca ou do milho encorpavam e faziam tudo render:

Naquela época, a época era muito ruim, né? Se mantinha muito aqui com nós matando preá... e vixe... fazia aquela farofa de preá aqui, era muito bom, a gente comendo. Toda hora que chegava no rancho tinha carne de preá.

[Zé Inácio, durante entrevista coletiva realizada no assentamento Nova Descoberta]

Ai a merenda era a cuba de milho, a gente torrava muitas vezes nata de milho nera Zé? Ai passava em forrageira, aí era a merenda dos meninos, de todo mundo quem queria.⁸⁸

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A valoração que acompanha esses relatos se mostrou instável, tão paradoxal quanto o comentário de Zé Inácio que adjetiva aquele tempo em que se comia carne de preá como *muito ruim* e ao mesmo tempo *muito bom*. Alguns deles justificam essas práticas alimentares como relativas a certos quadros de escassez e dificuldade, que tão logo não mais existentes implicaram o abandono daquelas, tal como quando associam à iminência da fome o consumo da macambira, a expressão do rosto imitando o gosto amargo em que lhe recordam. Noutros, utilizam-se de comparação com a alimentação dos jovens atualmente, especialmente no que diz respeito ao consumo de alimentos industrializados, para ressaltar positivamente que, àquela época de antes é que *se comia de verdade*. Numa terceira situação, enquanto estávamos em uma festa na casa de um agricultor, entre causos e cachaças, sai da cozinha de Dona Conceição uma panela com o tira-gosto e todos devoram o tejo acompanhado de pirão.

A noção de “aproveitamento” que repercute sobre o ambiente que os circundava, materializada pela diversidade de itens caçados ou coletados para fins de alimentação, de restauração da saúde, a exemplo das plantas da caatinga a que os agricultores destinam fins medicinais, e de composição da habitação, também se expressava internamente na gestão da economia familiar.

⁸⁸ Merece um registro uma singela menção à criativa contribuição das mulheres na busca de garantir segurança e soberania alimentar, nos tempos de Cativeiro e ainda hoje, ao que, infelizmente, não poderemos aprofundar.

O alimento, a gente dizia muito, que era cinco dias da semana, dez feijão né? Almoço e janta era feijão.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Os instrumentos de medição e auferimento estabeleciam, por si, padrões para manejar e possibilitar fracionamentos a partir desse pouco. E, ainda, além do aproveitamento do meio e do pouco, pode ser registrado também um movimento no sentido do esforço para garantir alguma reserva que ampliasse a margem de flexibilidade, ampliando a capacidade de resistir em meio a adversidades, influenciando, para tanto, um padrão de vida que evitasse *vícios* e, conseqüentemente, desperdícios:

*No sábado à tarde, Seu Zequinha, Seu Zózimo e eu também a gente ia pra rua... Como eles eram os mais velhos, geralmente, eles, não sei como, naquele tempo mas eles eram pessoas altamente **controladas**, né? Foram pessoas que nunca beberam, nunca fumaram, nunca se envolveram com vício, não tinham vício nenhum, né? Então eles, mesmo com essa vida, eles construíam uma espécie de - não poupança - mas tinha uma reserva, né?! Então esse pessoal - Seu Zózimo, Zequinha - sempre eles tinham o dinheirinho de comprar carne de porco do sábado, né? Eu não sei como é que eles faziam, mas quando a gente cuidava, lá tava eles comprando dois quilos de carne. Aí tirava aquela parte da carne e no sábado a tarde as esposas faziam um torrado **pouquinho** e o restante já guardava, que era o almoço do domingo. Então, era a carne que a gente consumia.*

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Sou eu agora quem fico com uma conta que não fecha: do *nada* que sobra, usufrui-se do pouco, algo ainda se reserva, subtrai-se o da carne de domingo, soma-se a algo da caatinga... E, o que pra mim (e pra Zé Holanda) ainda é um mistério, pra Seu Zózimo e Zequinha era o simples fazer da vida encontrando meios de existir dado o contexto. No próximo capítulo, desenvolveremos melhor como algumas das noções germinadas nessas experiências – de aproveitamento, de convivência com o semiárido, de manejo da caatinga, de suficiência, resiliência e solidariedade - dizem algo muito profundo acerca da perspectiva desses agricultores sobre os sentidos e as práticas de suas (r)existências.

A relevância sobre a indicação dessas manobras que se logravam realizar “por dentro” do sistema de cativeiro talvez se dê pelo que os agricultores relatam terem sido reprimidas algumas iniciativas que pudessem sugerir algum “fora”. Se, por exemplo, a ideia de conjugar a criação de animais de pequeno porte ao rol da

plantação de algodão, milho e feijão pudesse resolver potencialmente o problema da carne (não incluído no rol das *comidas grosseiras* que o proprietário vendia ao longo do inverno e só adquirida aos finais de semana a custo da reserva milagrosa feita por alguns moradores mais velhos), a contribuir provavelmente para alargar aquela capacidade de manobra e conferir certa autonomia aos agricultores, foi de todo proibida pelo proprietário.

Não tendo acontecido de fato, a rememoração de tal desejo de iniciativa demonstra que algum efeito ela, entretanto, deve ter produzido na leitura que aquelas pessoas formularam sobre a repressão e sua contribuição para aquilo a que chamávamos de certo tensionamento ao intolerável daquela situação. Zé Holanda nos reproduz o conteúdo do primeiro diálogo que estabeleceu com membros do sindicato e da CPT quando, ao saber da ocupação de uma fazenda próxima, foi compartilhar com essas organizações a *vida muito sofrida* que levavam os moradores da fazenda a querer *lutar pela terra*:

*Em 96 surgiu a ocupação da fazenda lá de Aurora da Serra, né? Que era de Dalton Cunha, ex desembargador, deputado. Aí eu cheguei pra os meninos aqui, primeiramente fui lá no sindicato, né? Conversei com o pessoal do sindicato, na época seu Moaci e o pessoal da CPT Junior, Zé Carlos, Edivan. Aí procurei saber deles o que é que a gente fazia, né? Aí eu dizendo pra eles: "- Rapaz, porque a gente tá numa área lá e é muito sofrido, a gente paga 50% de tudo que produz, **não pode criar uma cabra porque o proprietário alega que o motor é a óleo diesel, então não quer comprar óleo pra dar água pros bichos da gente**"⁸⁹, então a gente tava numa vida muito sofrida lá e esse momento a gente acha que é muito interessante pra que a gente possa lutar pela terra".*

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Outros mecanismos básicos de autonomia associados ao extrativismo eram tolhidos, ainda que não expressamente por ordem de proibição, mas pelo que os entrevistados responsabilizavam como decorrências do modo de produção próprio ao cativo. Aquela estratégia descrita anteriormente, de aproveitamento de certos espécimes vegetais e animais presentes na caatinga para alimentação, por exemplo,

⁸⁹Aqui temos um exemplo emblemático da lógica que diferencia o acesso à água desde as perspectivas “dos grandes” da “dos pequenos”. Se, para o fazendeiro, a água tende a ser privatizada, como parte de seu patrimônio, e contabilizada através do custo do óleo que se faz necessário para o motor bombeá-la à superfície, fundamentando assim sua negativa em impedir seu acesso e usufruto por parte dos agricultores e seus *bichos*, veremos como os agricultores a percebem como bem comum, dotada de valores irredutíveis ao monetário, a ser compartilhada, sendo algo inédito qualquer relato que fale sobre um agricultor, mesmo em tempos de seca, proibindo os animais de beberem água.

era prejudicada pelo desequilíbrio ambiental decorrente do monocultivo do algodão e de seu processo produtivo, que, segundo relatam, envolvia desmatamento e queimada de grandes áreas e utilização de agrotóxicos⁹⁰, tornando mais raro alguns desses animais passíveis de caça, restringindo significativamente as possibilidades disponíveis.

5.1.3 *Podia adoecer uma pessoa em casa*

Nada, entretanto, parece ser mais relevante nos relatos de indignação dos agricultores do que a menção à sensação de *abandono* em que se viam quando, por alguma conjuntura excepcional, a dinâmica da vida inaugurava alguma ordem de necessidade para além daquela a que sua margem de flexibilidade (reduzida ainda mais pelas restrições impostas ou decorrentes do *sistema* de cativo) davam conta.

Não contar com *ajuda* do patrão e não dispor daquilo que guardavam em seu nome para superar esses momentos é talvez o elemento de recordação que mais deixa transparecer no alterado da voz em que se relatam a construção de intoleráveis.

Podia adoecer uma pessoa em casa, não tinha quem tivesse um algodão em casa que, pra vender uma arroba, pudesse tirar de uma meia dele... Aí pra comprar um remédio pruma criança não podia usar uma arroba de algodão. Hoje não, se eu pegar uma arroba de algodão, um saco de feijão, é meu, eu que sou quem mando. Se eu fizer dez saco de feijão ou cinco ou quatro ou um é meu, eu sou quem mando, mas de primeiro não: ele quem mandava, ele é quem mandava.

[Seu Zózimo, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

À ordem de quem mandava não caber a possibilidade de cessão de uma arroba de algodão para comprar um remédio pruma criança doente nos parece uma referência àquilo a que Sigaud (1979, p. 235) considera como fundamental na ideia de cativo: “a perda da contrapartida”. Ainda que implicitamente, certa obrigação parecia ser devida (ou esperada) daquele que tinha poder de mando, já que a contraparte do trabalho não só vinha sendo cumprida pelo outro pólo da relação como estes se reconheciam numa situação de roubo, de exploração, em que ao trabalho não pago pelo patrão lhe imputava uma dívida que, nem mesmo

⁹⁰ Importante esse registro que situa historicamente a referência dos agricultores do Apodi com os *venenos* aos tempos de cativo – repercutindo sobre uma não adesão ao discurso de modernidade com que se reveste atualmente a chegada do agronegócio.

quando chegada as situações onde a cobrança de “ajuda” se realizava, nunca era quitada.

A falta de reciprocidade é, portanto, um elemento mais que relevante para contextualizar as atribuições de cativo a certas relações de trabalho. Aqui e mais adiante, quando também o trabalho nas firmas do agronegócio serão ditos como cativo, veremos que pesa não somente a leitura de que o trabalho se realiza de forma “pesada”, implicando em “sacrifícios” e restrições, mas que a isso se agrega o julgamento motivado por uma “economia moral” (THOMPSON, 1998) de que não se justificam as situações de omissão quando certa “ajuda” era esperada enquanto obrigação por parte do patrão.

Assim que se torna curioso observar que, se os relatos dos sacrifícios feitos àquela época parecem de alguma forma naturalizados, descritos enquanto ações que se desenrolavam no nível comum das coisas - pelo que as pessoas se dizem terem vivido à época uma situação de cativo, e de fato ser atribuído a quem é ou está cativo a condição de se ver forçado a fazer sacrifícios - o mesmo não se pode dizer sobre os relatos em que a voz alterada denuncia a relevância da frustração com que foram percebidas as rupturas de algum nível de reciprocidade que se esperava dos patrões, incapazes de exercer seu poder de mando a benefício de seus moradores que tanto se viam sacrificados em nome dos interesses daqueles, mesmo quando alguma ajuda era mais do que necessária.

5.1.4 Com 18 dias de nascido

Mesmo sendo os patrões que de certa forma visavam o lucro, somente o lucro, mas a gente tinha um vínculo de amizade bem próximo, né? Nesse ponto era até mais ou menos, não era, Seu Zózimo?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Algumas ambiguidades foram percebidas em razão da complexa relação de patronagem ser atravessada por situações de compadrinamento e adoção. Sem ter muitos elementos para reelaborar os significados dessas relações no bojo da estrutura fundiária – pelo que não temos informações quantitativas ou qualitativas que nos permitam inferir seus significados para os atores implicados ou suas repercussões com relação à organização da produção – nos restringiremos a indicar uma questão importante levantada através dos relatos acerca de como a menção a

essas formas de apadrinhamento se dá articulada a uma indicação sutilmente construída sobre o cativo ser o tempo que implicava também em certa disposição – não só da terra, do tempo e do trabalho do agricultor, bem como do produto do seu trabalho -, mas também da composição familiar e dos vínculos que, atravessados pela dominação da patronagem, os agricultores poderiam ou não estabelecer entre si e com o patrão no sentido mais estrito das relações familiares.

Duas são as ocorrências em que as histórias de cativo trouxeram referências emblemáticas a esse respeito. Numa delas, o patrão solicita o filho de um de seus moradores, noutra a criança lhe é entregue. Demandada ou dada, as crianças são *criadas* pelo patrão e, se algum privilégio ou referência de sentimentos de amizade são apontados em tais casos, são aquelas mesmas crianças que, tornadas velhas, hoje olham praquela passado e se dizem ter sido cativas. Dado, então, que a ambiguidade dessas relações não inviabiliza o contexto de cativo em que os relatos lhes retratam, veremos em que medida essas falas nos ajudam a traçar justamente as condições em que tal disposição sobre a estrutura familiar o cativo tornava possível.

Seu Zé, na comunidade de Água Fria, explica que, sendo negro, no tempo do cativo só podia dançar no salão porque tinha sido criado por Enéas:

Eu dançava. Eu dançava, na época, porque o véi é quem era manda-chuva mesmo e era meu pai adotivo, e ele chegava e botava a gente pra dançar. “- Pode dançar, que aqui é meu filho!”, mas outro não dançava não. Dançava não, não tô dizendo, eu dançava porque fui criado por Enéas desde bem novinho.

[Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Sendo pedido a explicar por que tinha sido criado por Enéas como pai adotivo e não por seu pai “de sangue”, Seu Zé encena os diálogos pretensamente travados à época entre aqueles que seriam seus dois pais, Enéas e Zé – à época relacionados por serem um de outro patrão e morador, respectivamente - bem como os diálogos entre seu pai e sua mãe biológicos, Zé e Miguelina:

O véi meu pai era morador dele, né? Lá em Porta Alegre. O véi meu pai era tocador, tocava fole, aí ele veio tocar um casamento de Juvêncio, do véi Antônio Moreira, aí o véi (Enéas) toda vida, toda semana, ia pra Porta Alegre, aí foi e disse: “- Zé, tua Miguelina tá grávida, e se for homem, eu quero que você me dê”.

“- Dou! Se for homem, você pode ir buscar!”.

O véi não queria mulher não, “- Só se fosse homem, eu queria.”

“- Dou, Seu Enéas! Se for homem, já tá dado”.

Aí o véi (Enéas), acho ele engraçado: “ - E a véia, que que Miguelina vai dizer?”

“- Tem nada não, eu dando tá dado!”

Aí ele disse que quando ele (Zé) chegou em casa, lá na serra: “- Miguelina, eu dei, se esse menino que você tá aí no buxo, se não for mulher, eu já dei!”

“- A quem, Zé?”

“- Eu dei a seu Enéas. E já temos tudo certo. Na hora que nascer, eu mando os meninos ir deixar.”

Aí justamente. Com 18 dias de nascido, eu vim embora praqui. Eu não vi nem meu pai. Com 18 dias de nascido [...] veio me deixar, a véia ainda tava de resgarde.

[Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

O querer de Enéas não foi formulado como consulta ou pedido, era de já uma ordem, ao qual seu morador cabia a obediência de seu desejo em conceder. Ao patrão cabia dispor de tudo que aquela terra produzia, inclusive no que se gestava no ventre das mulheres de seus moradores. Independente do que ela pudesse vir a dizer, *tá dado*, e era *engraçado* até que o patrão fosse quem perguntasse sobre a *véia*, se implicitamente todos sabiam que nem a ela nem a Zé cabia querer algum que contradissesse o seu.

Não podemos deixar de registrar o comentário feito pelo canto de boca de Dona Rita, esposa de Seu Zé, apenas escutado no momento de transcrição, enquanto ele contava sobre ter sido entregue *com 18 dias de nascido*, enquanto sua mãe ainda estava *de resgarde*:

A lei de primeiro era mais severa! A mulher num tinha vez não.

[Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Teria valido a pena uma escuta que pudesse aprofundar a perspectiva própria que as mulheres tenham sobre esses tempos de cativos. Por não ter enveredado por aí, nos cabe apenas o olhar curioso sobre algumas pistas deixadas pelo caminho – quem sabe a serem seguidas em outros tempos ou por outras pessoas – a acompanhar a voz de Dona Rita, pra quem importava deixar claro, ainda que no limiar entre a capacidade de escuta do ouvido e do aparelho de captação:

*A mulher era mais cativa, num tinha muita liberdade não*⁹¹.

⁹¹ A referência à presença das mulheres nas histórias de cativo aparece também em alguns outros momentos ao longo da pesquisa, como quando, em algumas comunidades, o exercício de reminiscência passa pela figura da “índia laçada” nas origens da família, ou quando, falando sobre as frentes de emergência, dona Socorro destaca que

[Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Nesse primeiro caso, a inferência do “desejo-ordem” do patrão em ter pra si o filho de Zé e Miguelinha explicita a disposição passível de ser exercitada sobre a família de seus moradores, quando *a lei de primeiro era mais severa*.

O segundo relato, ainda mais conciso, nos permite enxergar, entretanto, uma outra forma através da qual cabiam aos patrões criar e dispor de crianças que não eram suas, em que nos são apresentados num lampejo a existência de personagens que não ficaram pra contar as histórias de cativo.

Se, como veremos mais adiante, na sua caracterização por quem viveu *aqueles tempos*, o cativo era marcado por traços de permanência e por produzir efeitos de imobilidade (dos privilégios e restrições, das relações de desigualdade e das pessoas em si), numa breve brecha entre os relatos pudemos saber de outras pessoas que assumiram (supomos que estrategicamente) uma dinâmica de mobilidade⁹² – gente que *passou indo* por aquelas bandas, que não se deixou ficar, mas que *deixou* um ou outro filho pra trás. Algumas histórias desse tipo de mobilidade podem ser lidas na trajetória familiar de alguns dos entrevistados:

As mulheres iam também, deixava o que fazer em casa, e ia lá pra esses projetos, era os homes trabalhando e elas por lá, num sei se trabalhavam, só sei que um bucado daqui foram, lá pro pólo, iam todo dia quase de madrugada. Iam com os maridos de noite, deixava aí tudo abandonado.

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Ao curso também dos relatos sobre as *reuniões escondidas*, ao redor das quais se estabelece um marco importante da resistência dos agricultores no Apodi nos caminhos que se dizem ser de fuga do cativo e nascimento para a liberdade, podemos perceber a expressão das subalternidades de gênero mesmo no âmbito do enfrentamento comum a situações de opressão, a indicar que nem o cativo nem a liberdade é igual pra todo mundo. No caso das mulheres, a construção do espaço de fala que as *reuniões escondidas* inventaram eram condicionadas às perguntas que os homens fizessem:

- *Mas a mulher podia dizer, Rita, alguma coisa assim e ser respeitado o que a mulher dissesse? Na reunião que fosse, o que vocês quisessem era respeitado?*

- *Não, se pedisse assim assim uma história pra contar é que a pessoa podia dizer. Mas não falava não. A gente só escutando.*

- *A mulher só podia escutar?*

- *Escutava, mas não era pra falar não, só se pedissem.*

[Edilson e Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

⁹² Não é à toa que grande parte dos estudos sobre mobilidade camponesa hoje tem sido revisitados para compreendê-las – entre outras motivações possíveis, em determinados casos e contextos – como uma estratégia política de não se deixar imobilizar, de fugir dos cativos.

- Quando a terra foi ocupada, aí não deixou de não ter aquela pessoa que ia cochichar no ouvido deles (dos proprietários): “- Não, porque vocês, esses menino nasceram e criaram-se lá...”. O pai deles (de Zequinha e Zózimo) [...] foi criado pelo dono da terra.

- E a mãe também!

- Então botaram muita coisa na cabeça dele (do proprietário), achavam que ia ser a questão de posse, que eles iam se apossar da área, né?

- O pai deles dois (seu Zequinha e Zózimo) e a mãe foi criada pelos donos dessas terra aqui. A véia com idade de dez anos, a outra véia tomou de conta.... A mãe (no caso, a avó deles) passou indo pro Ceará, deixou, nunca mais soube notícia.

[Zé Holanda e Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Se as crianças pequenas eram um peso pra quem devia seguir, numa época em que as mulheres não tinham acesso a nenhum controle de natalidade, se a sobrevivência delas podia ser garantida ao ficarem nas mãos dos fazendeiros... As motivações que acompanhavam o ato de entrega fogem à nossa capacidade de auferição, onde podemos apenas supor que o traço de transitoriedade que marcavam essas passagens fosse marcado pelo “temor de que o vínculo se torne um laço, conforme o que se passa nas relações ('patronais') estabelecidas com um senhor de escravos ou com um fazendeiro” (GUEDES, 2013, p.158).

Nossa ênfase se restringe, através da consideração desses dois casos, à inferência de como o poder de mando da patronagem se estendia sobre a própria composição familiar do morador, num caso, e se beneficiava das doações daqueles que por ali passavam, noutro caso, possibilitando a emergência de algumas relações ambíguas de adoção e apadrinhamento. Se o cativo era, por um lado, a possibilidade de disposição sobre a família dos moradores ou a incitação à mobilidade e ao fracionamento que dificultava o enraizamento daqueles que escolhiam não ficar, sua contraparte implicava justamente na inviabilização da própria realização da família, nos termos do que depois veio a se mostrar de muito valor pra essas pessoas:

Pelo menos pra mim, eu que vivenciei com eles muitos anos já aquela vivência que eu via, e o que mais me comovia assim em mim, era de dar prazer em estar à frente daquela causa era porque - eu nunca disse isso pra eles - mas eu olhava assim, eu já casado, olhava pra Zequinha e eu dizia: “- Meu Deus, Zequinha nunca conheceu o avô por parte de mãe e nem por parte de pai, nunca conheceu um tio, irmão da mãe e nem o irmão do pai”... Então, era mais um motivo pra que a gente se doasse àquela causa e tirasse eles daquele sistema.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

De fato, veremos posteriormente que a recorrência mais frequente acionada pelos agricultores de Apodi sobre os significados e valores da terra hoje é a de dizê-la como “*o lugar onde criei meus filhos e tô agora criando meus netos*”, na medida em que a saída do cativoiro pôde implicar também na emergência da família como o grande empreendimento desses agricultores, algo que não era possível naquele *sistema*.

Quando visitamos hoje qualquer assentamento ou comunidade no Apodi e imediatamente somos apresentados aos laços de parentesco que se articulam na vizinhança aos montes, dando muitas vezes a impressão de que cada lugar é habitado por uma família só (sentimento reforçado pelos dizeres dos agricultores que se dizem também em *irmandade* com quem não guardam consanguinidade, como tentaremos entender mais adiante a partir dos tecidos associativos que foram se consolidando na região), não imagináramos como é recente a oportunidade de ser criado junto aos seus, de conhecer seus ascendentes, de ter domínio sobre seus descendentes, de poder, enfim, territorializar um espaço e nele permanecer.

O enraizamento, como algo situado no plano mais elevado dos valores que se seguiram à conquista da terra e como a principal aspiração que se reivindica contra os riscos do retorno ao cativoiro que o perímetro irrigado significa, como prática e desejo, não era uma possibilidade nos tempos do cativoiro. Ter um passado onde se inscreva com clareza a crônica familiar é um privilégio recente, conquistado, não condizente com a dinâmica de disposição ou errância em que as pessoas se encontravam no tempo do cativoiro.

5.1.5 Era uns 40, 50 anos na luta e nada tinha melhorado

- Hoje a gente diz que saiu do cativoiro, pra mim...
 - Hoje é um céu a vista do que nós morava antigamente.
 - Nam, hoje é! De primeiro, Deus que me perdoe, era um inferno. Agora é o céu.
- [Seu Zózimo, Dona Socorro e Zequinha, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A referência a categorias bíblicas pode apontar para algumas possíveis implicações para o estudo das manifestações de cativoiro nas sociedades camponesas, como bem desenvolveu Otávio Velho (2007) em seus estudos. Nesse diálogo específico entre os três moradores mais velhos do assentamento Moaci

Lucena, percebemos a ruptura entre tempos ser esclarecida à luz de análises comparativas a que associam o tempo “primeiro” e o tempo de “agora” ao inferno e ao céu, respectivamente.

Se hoje a gente diz que saiu do cativeiro, como afirma seu Zózimo, e *se hoje é um céu à vista do que nós morava antigamente*, como compara dona Socorro, basta seguir um pouco na conversa pra que eles afastem a ideia de algum idílico: as riquezas que situam no presente, enfatizadas positivamente quando comparadas às suas ausências nos tempos de cativeiro, são apresentadas junto a uma longa lista de *expectativas* e *obstáculos* do que *ainda há pra ser vencido*. A *melhoria* exige que seja feito um esforço *em prol*, numa perspectiva permanente de compromisso da vida no sentido de *contribuir* para a segunda metade do caminho que resta por trilhar:

*Eu acho que assim é... Em partes, entre aspas, a gente já tá meio caminho andado, mas as expectativas ainda é muito, não dá pra dizer que tá 100% feito, né?! Eu acho que a gente, enquanto viver, tiver vivo aqui na terra, a gente tem alguma coisa a contribuir, **tem que dar alguma coisa em troca, em prol de uma melhoria ainda melhor, né?!** Acho que a gente precisa melhorar mais, precisa. Ainda tem muito obstáculos pra ser vencido.*
[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Tampouco “sair do cativeiro” significou a abolição imediata de todas as desigualdades e sacrifícios que lhes eram associadas. A ideia do trabalho hoje na agricultura familiar, totalmente ressignificada, como veremos, ainda é associada a alguma dimensão de *trabalho árduo*, *vida dura*... Não é só de paraísos que é feito o céu, na concepção dos agricultores. Se fôssemos visitar as histórias dos tempos de cativeiro com certa busca específica, provavelmente encontraríamos também relatos de alguns momentos de alegria, a mostrar que tampouco o inferno é feito só de suplícios.

Para não incorrer no relativismo e poder conferir alguma consequência à fala de Zequinha que efetivamente nomeia de inferno e céu os tempos de *primeiro* e de *agora*, poderíamos talvez indicar que o inferno a que ele se refere não se restringe à condição de sofrimento (que também poderia ser reconhecida atualmente em algum grau, ainda que em proporções e conjunturas bem diferentes), mas sim ao peso da condenação, enquanto o céu não é só a vivência da paz e da harmonia, mas sua promessa – ou, em termos de fé, sua possibilidade.

Isso dito, nos cabe pensar o quanto que a referência de *cativoiro* seria devida a uma certa tendência das situações de sofrimento (das relações de dominação, por suposto) que ali se estabeleciam se prolongarem, através dos mecanismos que lhes garantiam duração – a concentração da terra, o controle das instituições por parte de *quem é rico (é quem tem poder)*, as restrições às iniciativas que poderiam diminuir a dependência dos agricultores com relação aos fazendeiros, as interferências sobre a dinâmica familiar, a disposição à ameaça e à violência física na defesa dos interesses dos proprietários, como veremos quando das histórias da luta pela terra etc.

Em certo momento da conversa, Zé Holanda fala sobre o engajamento das pessoas mais velhas nas mudanças que se seguiram à conquista da terra, inclusive no que diz respeito à adoção de novas técnicas de produção, e atribui a qualidade dessas pessoas mais velhas de serem *os melhores* para mudar *a forma de vivência* que vigoravam no *sistema* anterior (do *cativoiro*):

*Tem pessoas que dizem que a pessoa depois de velho é difícil se transformar, né?! Eu sei, eu digo que os jovens da melhor idade de Moacir Lucena foram os melhores da gente mudar a forma de vivência foram eles, porque eles vinham no sistema que viu que não dava né?! **Era uns 40, 50 anos na luta e nada tinha melhorado, né?!***

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Em outros termos, essas pessoas vi(ve)ram um tempo em que mudar estava fora do espectro de possibilidades, onde a duração do *cativoiro* era sua condenação. “A escravidão ou o *cativoiro* – em itálico, no sentido nativo do termo – remetem, assim e mais uma vez, a uma falta de horizontes, à impossibilidade de evoluir, ir pra frente ou melhorar de vida” (GUEDES, 2013, p.154)

A resiliência para suportar tempos difíceis parece ser uma constante na lógica – inclusive religiosa – que inspira essas pessoas, **conquanto** haja a perspectiva de um futuro redentor... Assim é que, no meio dos tempos prolongados de seca, o primeiro cumprimento que os agricultores se fazem é sobre o tempo que virá de chuva, se está perto ou longe, se vai ser curto ou longo, se algum conhecido previu algo a respeito, se no roçado de um ou de outro avançou-se em algum preparativo... Há sempre no horizonte uma confiança de mudança, de tempos de dificuldade que se atravessam por tempos melhores, que, por sua vez, precisam ser bem aproveitados porque antecedem tempos de dificuldade que provavelmente

retornarão.

O cativeiro foge, entretanto, a essa dinâmica de fé, e novamente se tensiona ao intolerável, pelo que ele não se reduz a um tempo de dificuldade. Ele é, na verdade, o tempo das dificuldades sem fim, o sacrifício que não se acompanhava da redenção de dias melhores, a completa ausência da mudança, e em seu lugar, a repetição que não permitia melhora, por mais que a luta continuasse. Numa metáfora, poderíamos dizer que o tempo de cativeiro era condenação semelhante a que se viam sujeitos os moradores com relação às próprias casas que habitavam naquele tempo, sempre botada abaixo e sempre reconstruída, sem expectativa de ter mais do que a certeza a que também se viam condenados os besouros:

- *Não, não, era umas casinhas véias caindo uns pedaços, bem pequenininha. Todos anos botava abaixo, só vivia toda arrombada.*

- *Casinha de taipa que quando vinha uma chuva grossa assim, você tinha que trabalhar no outro dia pra fazer a casa de novo. Era igual besouro.*⁹³

[Dona Socorro e Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

5.2 Era uma sujeição medonha, viu? – Cativeiros nos tempos de seca

Como vimos no item anterior, o cativeiro da condição de arrendatário no *tempo do algodão* envolvia, pela combinação das condições em que se estabeleciam a produção e as relações de patronagem, uma margem de autonomia muito restrita aos agricultores. No limite, as estratégias acionadas no cotidiano (de convivência, reserva e manobras) supriam a ineficácia do sistema de cativeiro em garantir a reprodução da vida, mas já vimos também que, sobrevinda alguma situação extrema – como de adoecimento – o frágil equilíbrio desse modelo era posto em xeque pela frustração das obrigações de reciprocidade a que se esperavam dos fazendeiros, que nunca ajudavam nos casos em que tal ajuda se fazia necessária.

Em contextos em que tal situação extrema advinha de alguma externalidade, abrangendo uma coletividade maior de pessoas, com duração e efeitos que lhes extrapolavam as forças e se prolongavam no tempo, produzia-se uma outra espécie

⁹³ Gostaríamos de ressaltar que, no contexto de outras conversas havidas no Apodi, a referência à casa de taipa era construída sobre uma dimensão de positividade, em que se celebravam a autonomia dos agricultores e agricultoras para construí-la e aspectos agradáveis da habitação, como o fato dela ser *fresquinha*, ao possibilitar uma ventilação e conservação da temperatura que amenizava o calor do sertão, tal qual os potes de barro nos quais se armazena a água *geladinha*.

de cativeiro, passível de ser percebida nos relatos dos agricultores do Apodi, associada aos *tempos de seca* e a certas dinâmicas de aprisionamento às quais as pessoas se viam capturadas. A conquista da terra e todos os inéditos que ela inaugurou é acionada pelo que ela possibilitou a fuga também dessa outra modalidade de cativeiro:

Acabou aquela escravidão, aquela escravidão que a gente vivenciava nos tempos de seca, nera Zózimo?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

5.2.1 Mendigar em prefeitura uma feira, uma cesta básica

Olha, antes dos assentamentos, assim na semana santa era cheio de gente indo pedir esmola, nera?

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Aquela escravidão que se vivenciava *nos tempos de seca* dizia respeito a, configurada uma situação de calamidade em que as amarras do primeiro cativeiro não permitiam aos agricultores uma solução no campo da autonomia, tampouco sendo possível recorrer ao próprio fazendeiro, haja visto sua omissão e indiferença, eles se sentiram obrigados à mendicância da *esmola*, especialmente quando sabiam que passavam a tratar, então, com gente a quem também atribuíam o poder de operar através do estabelecimento de cativeiros e de, assim, lhes deixarem *cada vez mais preso: a um político*.

A primeira forma com que se manifestava esse cativeiro próprio aos *tempos de seca*, justamente, conforme inferimos pelo relato de Zé Holanda sobre um dos significados do sucesso da conquista da terra e do modo de produção que se estabeleceu em seguida, que lhes conferiu capacidade de passar por novas secas sem que elas implicassem nos cativeiros de antigamente e sem que a recorrência das secas na região implicassem na reinauguração daqueles *tempos de seca* passados, é a lembrança de *mendigar em prefeitura uma feira, uma cesta básica*:

Então, foi isso que levou nossas famílias a passar duas secas e não mendigar em prefeitura uma feira, uma cesta básica, a um político, né?! Pra não ficar cada vez mais preso a eles, né?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Esse cativo se realizava, portanto, pelo esse sentimento de uma busca que se entendia também já condenada à relação de senhorio, ainda que se mudasse temporariamente a figura do senhor. O pedido de ajuda a que a seca (agregada às amarras do primeiro cativo) obrigava, implicava uma aliança que se sabia perigosa, posto que “as hierarquias e distâncias entre quem pede e quem oferece ajuda, mesmo que transformadas, permanecem, desde o fundo dos tempos” (GUEDES, 2013, p. 149).

5.2.2 *Aí levava os póbi véi e iam limpar beijo de cerca dos ricão*

A segunda forma de cativo vivenciada no tempo da seca tinha um nome oficial no léxico do planejamento regional: eram as “frentes de emergências”, depois intituladas “frentes de produção”⁹⁴.

Quando tinha uma seca, lá vinha um plano de emergência. E o que era que o povo ia fazer? Ia cavar um açude na fazenda de Seu Fulano, porque tinha as coisas, né?! Cavava um açude. Zózimo, Zequinha trabalhou... ia cavar um açude, lá como dizia minha vó “lá num sei aonde, lá embaixo da serra”, lá pertinho de Apodi. E eu cavei um, cavei o açude lá na Carnaúba seca de Luís Neval, lá onde um dia, eu passando lá pra pra o Juazeiro, passei em cima da parede dele, aí eu olhei assim e digo: “- Meu Deus! quando eu lembrar que carreguei esse barro aqui e ajudei a construir essa parede num carro de mão e hoje nem a água desse açude eu posso pegar”. [...] Então, isso foi em 82, num foi Seu Zózimo?! 82! Mas é! Praqueles governo daquela época era um chamado de “frente de produção de convivência com a seca”... pelo amor de Deus, né?
[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

As frentes de emergência não deixavam de ser trabalho em *terra dos outros*, nas *fazendas de seu Fulano*, tal como característico também ao cativo dos *tempos do algodão*, à diferença de que, não estando em condições de servirem como agricultores, lhes cabiam o trabalho de carregar barro, cavar e levantar as paredes dos açudes que armazenariam as águas da próxima invernação para usufruto daqueles particulares, limpar as cercas e estradas etc. Aqui de novo, a dimensão de controle sobre os frutos do seu trabalho lhes escapavam.

- *E era pra quem tinha condição. Aí levava os póbi véi e iam limpar beijo de*

⁹⁴ Diferenciar os conceitos, segundo a cronologia do Estado, mas mostrar que pelas referências dos agricultores não havia diferença aparente entre uma e outra, apenas que a última era recebida com mais ironia pela terminologia de “convivência” que destoava do escopo do programa na prática.

cerca dos ricão, nera não?

- Era! Ia trabalhar numa fazenda num sei de quem. Ia limpar beicho de cerca, ia limpar estrada, fazer açude, pra ficar privado, ficar trancado entre arames. A gente só tinha o sofrimento de fazer, construir. Construiu?! Nunca mais ia chegar lá mais. Não tinha direito de buscar lata d'água, num tinha direito de pegar um peixe.

[Dona Socorro e Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Um aspecto interessante a frisar, a ser retomado com maior profundidade no capítulo seguinte, é que a vivência dessa outra modalidade de cativo, associada à seca e à sujeição de trabalhar no sentido de favorecer a apropriação privada da água nas mãos dos grandes fazendeiros da região, é acionada como mote para apresentar que um eixo coetâneo ao processo de luta pela terra, como mobilização necessária para inventar saídas ao cativo, foi se organizando ao redor de estratégias de luta pela água:

*- Aí começemos a **lutar por água**, que era os objetivos nossos, né? Naquela seca, só podia tirar era duas latas d'água, era uma lata d'água. Foi uma seca, assim, que foi não sei quantos meses, quantos anos, foi três anos, né? Aquela seca de 83 não foi, compade Aurino? Só podia tirar um galão d'água, nera? E eu era o vigia!*

- Você vigiava pra ninguém tirar, era? (todos riem)

- E eu era o vigia! Dormia feito a peste.

[Edilson e Marluce, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Uma diferença bastante frisada nos relatos é que, ali, enquanto trabalhavam como moradores ou alugados de Filastres ou dos outros grandes fazendeiros da região, os agricultores apenas enfrentavam ameaças e violências físicas em contextos específicos de contestação ao poderio ou à propriedade daqueles - o que não quer dizer que o sistema não fosse violento, mas que tinha por modo de funcionamento dispersar essa violência em mecanismos mais sutis de domínio que não o da ordem das armas. Por outro lado, nas frentes de emergência, sentiam-se sujeitos cotidianamente à violência institucional do exército⁹⁵ dirigida a seus corpos, para a qual não encontravam justificativa que a legitimasse ou sequer justificasse.

Tinha o exército, uns cara armado lá, você não podia sentar, não podia tomar água sentado, né?! Tinha que botar tanto carro de mão de barro

⁹⁵ Os serviços prestados pelos agricultores no tempo das frentes de emergência se davam sob a fiscalização do exército nacional. Até os dias de hoje, a figura do exército se faz presente nas políticas de assistência emergencial relacionada aos períodos de estiagem, atualmente, por exemplo, coordenando a distribuição dos carros-pipas pelos municípios decretados em “situação de emergência”.

durante o dia, então era uma escravidão gigantesca.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Bastava *um* vir com um *converso* que incomodasse os *soldados*, pra que *4 mil* pessoas fossem obrigadas a *pagar* com *duas horas de castigo, na areia quente, tudo em pé, no meio do sol*, sob o risco de um *chicote* atualizado de *fuzil*. A arbitrariedade associada aos *castigos*, a iminência das *coronhadas*, as humilhações... são componentes novos dessa modalidade de cativeiro a que recordam com muita indignação:

- *Aí viu Zé ele veio com converso... Quando foi de 11:00 chegou o exército, na hora de nós pegar o o comer num sabe?! Aí botaram a gente tudo mais de uma hora na areia quente, tudo em pé, no meio do sol. E eles com o chicote dum lado e do outro, com o chicote dum lado e do outro, num podia bulir de jeito nenhum, duas horas de castigo ali. Deu nós no fim do meio dia, de 11 pras 12 horas, nas areia quente, e nós sem almoçar sem nada.*

- *No chicote?!*

- ***Era uma sujeição medonha, viu? Era os policial do exército, do exército, com fuzil, dava era de carrada.***

[Seu Zózimo e Maiana, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

- *Eu presenciei em tempo de pare e emergência, quando é 12:30 13:00 da tarde o cara lá em jejum na fila e eu presenciei um soldado lá, deu uma coronhada num cara lá que ele caiu siscando no chão. Então, quer dizer...*

- *É, e por causa de um, os outros - quase 4 mil pessoas - pagaram por ele tudim, duas horas de castigo.*

[Zé Holanda e Seu Zózimo, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

5.2.3 Chacoalharam o caminhão

Muitos estudos trataram de analisar os saques populares havidos nas zonas rurais do Nordeste em tempos de seca. Certamente, muitas dessas referências podem ser utilizadas para compreender o que se passava no sertão do Apodi, a julgar pelas recorrentes referências em documentos históricos.

Um aspecto interessante a ressaltar decorrente da pesquisa documental diz respeito a duas abordagens coetâneas distintas, a depender do local de fala daquele que falava sobre a seca e, especialmente, sobre a população por ela mais atingida.

No bojo dos relatórios dos presidentes da província, acompanhando os anos que os agricultores haviam rememorado como anos de secas antigas, observamos que os relatos do quadro de seca privilegiam dimensionar o impacto sobre a

produção econômica, as perdas relativas dos campos de algodão, por exemplo, sendo mencionados os “agricultores que sofrem” (fazendeiros) como a demandar apoio da administração para grandes obras (demarcar tempo, exemplos, etc.)... sobre a margem mais miserável da população, menciona-se diretamente apenas o efeito das migrações, para regiões do litoral ou para os centros urbanos. Ao longo dos documentos, e com muita relevância nesses períodos, na seção dos relatórios que tratavam sobre a ordem pública pipocam relatos de “banditismo” que precisavam ser combatidos. Não se fazendo menção expressa que essas ações de saque tivessem qualquer relação com a seca.

Acompanhando, entretanto, alguns periódicos que circulavam no Rio Grande do Norte⁹⁶ à mesma época, e traçando algumas comparações sobre a abordagem que se fazia ao período de seca, vemos alguns desses periódicos com caráter mais popular acionar referência às ondas de “flagelados” que “famintos” desfilavam pelas cidades ou saqueavam os comércios. Com tom às vezes de certa compaixão, esses “pobres-coitados” eram assim mencionados.

Sem dispor de narrativas que cobrissem esse período mais antigo, temos, entretanto, algumas menções que reverberam que ali também no Apodi os saques eram acionados nos tempos de seca. Apesar de várias vigilâncias que devamos fazer para não incorrer em anacronismo e tomar por uma experiência específica aquelas outras que se realizaram em tempos tão diferentes, não nos deixa de soar riquíssima a oportunidade de poder agregar àquele leque de abordagens distintas, que viam o saque como coisa de “bandido” ou de “flagelados” uma outra, pelos próprios agentes que os realizavam.

Não saqueou o comércio, não saqueou estrada, os caminhões... que a gente já fez isso, né?!

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A história do saque de caminhão em Moaci Lucena de que trataremos adiante guarda algumas singularidades importantes de serem registradas. Ainda que, juntamente com outras referências a saques realizados no comércio, se associe no mesmo rol das ações de mendicância a que se reconheciam *aprisionados* os agricultores nos tempos da seca, inferindo-se que também essa forma de cativo

⁹⁶ Disponíveis para a pesquisa na Biblioteca Nacional.

era recorrente, tal qual a *esmola* da cesta básica e a *sujeição* nas frentes de emergência, dela só temos registro mais detalhado de um evento específico, relatado pelos agricultores sobre um saque de caminhão realizado entre os anos de 97/98, já após a dita fuga do cativeiro pela conquista da terra e *nascimento* do assentamento e das *pessoas pra liberdade*.

Esse evento se realizou, portanto, por homens que já se consideravam libertos daquele cativeiro a que estavam submetidos quando trabalhavam de meeiros na terra também cativa. Mas, conforme delimita Zé Holanda, *presos* ainda a um tempo de transição, em que, efetivamente conquistada a terra, a seca chegou antes de que as novas cadeias de produção que se experimentavam no assentamento pudessem mostrar os resultados que só posteriormente se fariam visíveis.

A liberdade do sindicato já se tinha forjado também, o que explica a referência de outros atores na realização do evento, como agricultores de outras comunidades e organizações que passaram a assessorar os trabalhadores rurais como a CPT na participação ao evento, como mostra também de que já não se vivia aquele cerco de isolamento a que estavam submetidos no tempo de antigamente.

*Em 98 a gente entrou no assentamento, não foi Seu Zózimo? Aí 99 foi um ano de seca, não foi? E aí não se tinha essas cadeias de produção que tem hoje, né?! Não tinha polpa de fruta, não tinha apicultura, não tinha, não tinha nada, tinha somente as casinhas e isso nem tava nem pronto ainda. Não, já tava feito as casas, nera?! Tinha só as casas e aí uma seca braba, **não tinha nenhuma perspectiva de nada**, né?! Aí a gente chegou no sindicato, nesse tempo já era Edilson, né?! Já era Edilson Neto e também tava Zé Carlos e Júnior e a gente diz: “- Gente, e aí? Vamos fazer o que com essas família aí, tá aí óia em torno de 300 ou era 400 famílias, isso em tratores né? Tudo cheio de gente e vamos fazer o que? Esse pessoal veio porque não tem nada em casa e vai ter que levar alguma coisa pra casa”.*
Aí foi quando a gente sentou né?! Conversou com o pessoal todinho, e isso tanto Edilson como o pessoal da CPT, principalmente, conscientizando de que o comércio não seria uma coisa ideal, né?! Porque nem todo comércio daquele tinha o seguro da mercadoria, né?! “- Então vamos fazer o que?”
“- Vamos, vamos fazer alguma coisa que repercuta na mídia, vamos, vamos ocupar a estrada, né?!” Aí fomos ocupar a estrada. Foi ali mesmo naquele trevo que vai pra Caraúba, onde você passa também lá... a gente ficou lá, todo mundo tomando a estrada e parando os carros e tal, numa dessas paradas parou um caminhão de carne e queijo né?! (risos)
Nessa época, quando parou o caminhão da carne e queijo, a gente, eu lembro que foi o nosso saudoso Ronaldo Valença né, que faleceu também, eu lembro que ele foi pra uma porta do carro do caminhão. Mas quando eu observei que ele tava apregado no trinco da porta do caminhão, aí me lembrei: “- Gente, pelo amor de Deus, o outro cara lá pode fazer uma arte nele”. Aí eu fui e corri pra outra porta, né?! Aí fiquei, eu numa porta, ele noutra, e o cara tentou manobrar o caminhão pra voltar né?! O pessoal

fecharam o caminhão e aí num teve jeito. A gente mandou ele abrir a porta pra conversar com o povo, né? tentar convencer o pessoal de que deixasse quieto, mas a intenção não era essa, né? (risos)

Quando ele abriu que desceu, a gente perguntou o que era aquela carga, né?! Aí ele disse que era ração pra gato, pra gato e cachorro, aí nós pedimos "- Não, então você abra pra gente ver né?" aí "- Não, num sei o que, não abro não". Num abre, num abre, abre, num abre, aí ele tentou se alterar, né? Aí nessa hora o ajudante tentou correr pro cofre do carro, a gente pegou ele, fechou a porta, fechou as duas portas e mandou eles subir pra cima do baú né? Aí também eles subiram numa boa, a gente perguntou se tinha seguro a carga, ele disse que tinha né?! Aí foi: "- Pois então suba pra cima que nós vamo olhar essa ração de gato". Aí quebramos os cadeados, quando abrimos era carne, queijo (risos)

E aí foi a festa, foi uma festa, todo mundo que tava lá...

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Ainda que em um contexto relativamente com tantas diferenças, essa história de saque de caminhão compartilha um elemento central comum a todas as manifestações e tempos de cativo: a falta de *perspectiva*, o constrangimento a precisar inventar alguma solução e margem de manobra quando *não (se) tem nada em casa e vai ter que levar alguma coisa*.

Ainda que essa seja uma das poucas lembranças de cativo em que se escutam risadas, em que a própria história é contada sem o tom fúnebre que acompanha as demais – talvez porque já eram homens livres quando a realizaram e mais livres ainda quando, finalmente, puderam-na narrar⁹⁷ – é impossível não perceber os esboços de auto-análise que acompanham a descrição do narrador, sempre atento a tentar explicitar os valores de julgamento que pleiteiam não terem abandonado, ainda que no curso de uma ação que lhes fugia do rotineiro.

O saque, para ser incluso no repertório de suas ações sem corresponder ao mesmo padrão de criminalização que lhe imputavam as costumeiras leis morais, tem sua realização contextualizada pela falta de saída que a condição de cativo – e a imposição de ser levado a uma situação sobre a qual não se tem controle nem ninguém para ajudar – e realizada através de certa vigilância sobre a produção de seus efeitos não ocasionar prejuízo para quem também era “pequeno”, sendo emblemático nesse sentido o cuidado com que pensaram nos pequenos comerciantes que nem todos teriam “seguro da mercadoria” e com o próprio motorista do caminhão efetivamente saqueado, que só foi obrigado a subir pra cima do baú e ver os cadeados de sua carga sendo quebrados depois que confirmou que

⁹⁷ Ressalte-se que, tendo como testemunhos dessas narrações seus filhos e netos, poucas não foram as vezes em que estes se portaram profundamente surpreendidos por essas histórias.

estava “assegurado”⁹⁸.

Tais especificidades enfatizadas na narrativa contribuíam para configurar certa ambiguidade do saque em ser uma forma de manifestação do cativo e também ser uma forma de festa, reiterada posteriormente na multiplicidade de sentimentos com que a carne e o queijo, resultados do saque, foram recebidos nas comunidades. Alegria e medo:

Parece que tô vendo quando chegou... a alegria, gritava, o trator cheio de carne e de queijo pra poder repartir [...] Aí nós morrendo de medo da polícia vim tomar. As mulher era tudo assombrada, com medo da polícia vir prender eles e tomar as coisas.

[Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Medo pelo que os homens pudessem ser presos, medo pelo que as coisas – tão necessárias – pudessem ser tomadas. Ao longo do relato, constatam-se também aqui terem vindo à tona ações de partilha e solidariedade entre os agricultores.

- A gente daqui de Moaci, das famílias que também entraram na festa né?! enchemos o carroção do trator de carne, de queijo, era mortadela, peixe.

- Num era só vocês não, nera? Tinha outros assentamentos, nera?

- Não, tinha muita gente, era São Manoel, Moaci Lucena...

- Aurora...

- Aurora não foi. A gente passou, convidou, mas eles disseram que não ia, mas era um muita gente. Frei Damião, era muita gente. O pessoal da cidade também que viu e, quando viu, correu pra lá, né?

- E a carga era grande, porque o carroção do trator veio cheinha.

- A gente trouxe o carroção bem cheinha. Aí quando chegamos, botamos na sede, né?! Daí fomos partir né?! Partir pra todo mundo, quem não foi também pegou, né?! Naquela época foi bem interessante a solidariedade das pessoas, né?!

[Zé Holanda e Dona Socorro, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Mais do que defender a solidariedade como um traço, uma característica essencialista, talvez essas manobras de divisão e partilha possam se ver acopladas à resistência, atribuídas a certos contextos em que era necessário agir de tal forma. Por um lado, se explicita uma dimensão de necessidade que coloca a partilha como estratégia de resistência cotidiana, por outro lado, ainda hoje ela é referenciada

⁹⁸ Aparentemente, operação semelhante pode ser encontrada em outros contextos históricos, como quando observamos os periódicos antigos do estado relatarem “o perigo do avanço do banditismo” enquanto, no curso do relato do saque que ora se noticiava, informavam que “à prisão” as multidões reagiram indo na delegacia exigir a soltura do condenado. O sentimento de exceção que se compartilha nessas situações talvez se explique por um senso de justiça lastreado na necessidade que sobrepõe ao senso de sujeição que se devia às forças da polícia.

como um valor e que continua a se reproduzir em outras manifestações nas comunidades, sendo indicada como algo a ser resgatado e defendido num contexto de ameaça que envolve forças no sentido da privatização, da individualização...

Também explorar no relato o indício de uma certa noção de suficiência que depois vamos trazer à tona com mais ênfase, quando falam sobre não precisar nem poder levar mais do que se podia carregar.

Essa história específica do saque se encontra numa nebulosa entre tempos, de intermédios, em que, numa transição entre cativeiros e liberdades, experimentavam-se algumas descobertas que seriam impulsionadoras também da ideia de *união* como estratégia importante nesse processo, que podia deslocar o medo.

Mas foi ali que a gente viu o tamanho da força, né?! Da união. O tamanho, o que faz 300, 400 pessoas e num só pensamento, né?! Então, chacoalharam o caminhão, né? O cara, então, tornou-se aquilo que a gente tinha medo né?! Quando tava eu e Ronaldo tentando parar o carro, pra ele não manobrar pra voltar né?! Aquilo que a gente tinha medo, depois a gente viu que todo mundo juntou-se né?! Deu as mãos e tornou-se uma formiguinha, né? Os caras chacoalhavam e ele: "- Não, não, num vire não, num vire não", porque iam e viravam mesmo. Mas então a união é uma coisa que muda tudo, né?! E é o que esses caras mais tem medo é do povo unido né?! (risos)

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Guarda uma dimensão de mendicância, de uma estratégia extrema mobilizada pela situação da fome, quando o novo sistema ainda não tinha sido “descoberto”, mas também – pela forma com que é contada – se parece com estratégia que só gente livre podia tomar. É difícil localizar os saques como coisa de gente cativa... talvez dizer que eles ainda se sentiam cativos a determinada situação de precariedade que levava a praticar tais atos, num intervalo que era de transição enquanto o outro sistema ia mostrando seus resultados.

5.3 Eles é que mandavam – Cativéis nos tempos dos coronéis e da ditadura

-Zé, no tempo do coronelismo, existia deputado, prefeito, vereador?

- Existia!

- Ou tudo era coronel?

- E Tudo era coronel!

[Edjarle e Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Explicando a um agricultor mais jovem sobre o coronelismo, seu Zé demarca de forma muito simples que a chave para o entendimento sobre a estrutura básica de seu funcionamento está em trocar o *ou* pelo *e*: No tempo do coronelismo, existia os atores hoje associados ao jogo da política democrática (o deputado, o prefeito, o vereador) e existia que tudo era coronel. O intrincamento entre os espaços e as funções públicos e os interesses privados era basicamente o *modus operandi* desse tempo da política - ainda que, ressalte-se não estarmos nos tempos de hoje tão distantes disso - e, através de algumas menções que se indicaram ao longo do texto, podemos perceber algumas implicações que esse tempo fez repercutir sobre o cotidiano e o fazer político do *tempo dos coronéis*, também pelo que eles estabeleciam de cativeiros e aprisionamentos.

Percebemos certa fluidez no trânsito da fala de nossos interlocutores entre a menção ao tempo do coronel e o tempo da ditadura, indicando algumas sobreposições que nos parecem relevante, não por guardarem alguma dimensão de equívoco – como se o privilégio estivesse com a narrativa oficial que delimita o período de cada uma delas como correspondendo ao da república velha (1889 - 1930) e ao que perdurou o golpe (1964 - 1985) – mas porque indicam uma possibilidade às vezes acionada nas narrativas de reorganizar tais períodos através da composição de algumas de suas confluências, especialmente pelo que a ambos os tempos e atores (coronel e ditadura) se atribuem características semelhantes. Perguntados por quem era o responsável por tal ou qual constrangimento, coronel e militar se confundiam, pois importavam é que elas vinham por quem detinha poder de mando:

Era o chefe que mandava! Como se diz? O Estado.

[Edjarle e Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

No caso, a capacidade de mando e chefia parece mais definidora – e identificadora, nesse sentido – do que a forma como esse poder se expressasse, já também que os efeitos produzidos por uma ou outra forma se equivalem. A definição de coronel permitia, então, que essa figura atravessasse os tempos e fosse reconhecida em atores que correspondiam àquela definição de que *coronel era uma pessoa que tinha poder, quem fosse rico era coronel, aí era quem mandava*. Se, como veremos, os efeitos do coronelismo persistiam, sua imagem podia se atualizar

na presença dos militares, dos novos poderosos...

Veremos, adiante, mais uma vez, como a vivência desse tempo se expressou num espraiamento de manifestações de cativo, que falam sobre as relações de governo que foram percebidas sobre diversas dimensões da vida.

- *E aqui como o Enéas Barbosa era o dono da propriedade aqui, ele tinha um pessoal que tinha muito respeito por ele, né papai?*

- ***Quem fizesse as coisas, tinha que combinar com ele.***

[Marluce e Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Já vimos, por exemplo, como a abrangência das relações de mando e de obediência repercutiam sobre as coisas, significando um leque ampliado de constrangimentos na ordem da vida das pessoas que interferia, por exemplo, sobre quem podia ou não dançar no salão do centro em dias de festa. Para efeitos de análise, jogaremos adiante uma ênfase especificamente aos efeitos do cativo a que se viam sujeitos os agricultores no campo do exercício da política em seu sentido mais público, um deles repercutindo sobre o *cabra que não tinha liberdade* na hora de votar nos *chefes de Apodi*, outro sobre não ter um espaço/ator de representação, pois o próprio sindicato estava cativo e não podia, portanto, acolher as demandas nem traduzir politicamente as insatisfações e exigências dos agricultores, e por fim sobre as reuniões que tinham que ser escondidas no processo de construção de outras arenas públicas.

5.3.1 Ói, sua família, porque o senhor é morador, é pra votar em fulano

- *Quer dizer que, uma pergunta, se a gente perguntasse “- Você vai votar em quem, amigo?”*

- *Eles é que mandavam! Porque antes era o seguinte, tinha aquele pessoal, por exemplo, aqui na comunidade de Água Fria, tinha aquele chefe lá que mandava a ordem, chegava o Enéas Barbosa: “- Ói, sua família, porque o senhor é morador, é pra votar em fulano”. Aí tem que votar.*

- *E era, véi, o caba não tinha liberdade não?*

- *Em Apodi, sabe quem era, dos chefes de Apodi? Era Luis Leite e Luz Carpim.*

[Edilson e Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

A repercussão talvez mais explorada pela literatura sociológica diz respeito à coação do sistema eleitoral, em que o coronel determinava o voto da enxada. E garantia sua manutenção também pela sua abrangência de quantos mais famílias

tivesse sob seu arco de controle e proteção. Pouco teremos a agregar, dado nossa aproximação tão superficial ao tema. Talvez, apenas um pouco além de incluir tal relato no rol das manifestações de cativo, em que os agricultores veem como falta de liberdade que a sujeição também sobre o voto se expressasse, no relato que confirma a regra daqueles tempos, possamos aportar uma fala tão singela como a de seu Zé, a nos mostrar que, pralém de sua estrutura e da institucionalidade em que se formalizava, o coronelismo deixa seus traços de permanência, daquilo que se marca na vida das pessoas, de ordens que perduram, cativos que talvez persistam mesmo depois da fuga dos cativos. Que vai de antes do nascimento e fica, mesmo mudadas as condições em que se estabeleceram:

Por isso que desde esse tempo pra cá, nós só vota nesse partido, pode ser de que for, dos vermelhos. Aí nessa época, foi nas eras de 30, eu não era nem nascido, nós ficamos, eu nunca votei nesse outro partido.

[Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Façamos agora o movimento de *ver* além da potência Cativo, sobre como outras forças se combinaram no Apodi no sentido de formular uma fuga. E, a partir dela, do que pôde se começar na construção de um *novo sistema*.

No candeeiro que se acende
no candeeiro que se apaga
nas minhas casas bem juntas
escrevo o teu nome

Por poder de uma palavra
recomeço a minha vida
nasci para conhecer-te
nomear-te

Liberdade.

(Paul Valéry)

6 AÍ COMEÇOU: UM NOVO SISTEMA

Aí a gente começou, gente! Não foi uma luta fácil, eu peço desculpa a vocês porque a conversa é um pouco longa...

[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

6.1. A liberdade, ela nasce do povo

6.1.1 Primeiro, às escondidas

Calando nossa dor, preparávamos assim o grito de nossa dor.
(EZLN)

Como as memórias de Cativeiro ensinam, a força do autoritarismo não é capaz de homogeneizar todas as relações em termos de mando/obediência - a dominação é um movimento “no sentido de” e não uma realização -, não sendo raro as resistências que emergem no cotidiano e nos rompantes inesperados. A uma de suas manifestações, os agricultores e agricultoras no Apodi atribuem um papel emblemático: o de ter tornado possível que se pudesse começar: a realização, por eles, de alguns espaços que forjavam um “fora”: as *reuniões escondidas*.

- As reunião do sindicato era escondida, não tinha liberdade, era na época da ditadura aí era escondido, né? Os trabalhadores faziam reunião, mas não era divulgado, pra os políticos, pra o regime militar, não saber.

- Mas o que faziam de perigoso pra ser escondido?

- É porque a ditadura (ditadura) não queria sindicato pra não dar valor, pros pobres não ter direito a nada. Trabalhavam tudo escondido, se reuniam escondido pra não expandir a coisa toda.

[Edilson, Maiana e Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

O imperativo da obediência – aos fazendeiros, aos coronéis, aos militares – quando contraposto à incapacidade daqueles a que cabia mandar em suprir os interesses e necessidades da populações que lhes era subordinada, empurrou os agricultores e agricultoras do Apodi a uma cooperação dentro e fora do serviço (dentro pelo que algumas estratégias de realizar o trabalho em mutirão ou de exercitar laços de solidariedade se mostravam essenciais para ampliar a capacidade de sobrevivência dentro do Cativeiro; fora pelo que o Cativeiro gerava também sua contradição: o intolerável e o desejo de sair dele, de se libertar).

Desse movimento de cooperação, que envolve obviamente o reconhecimento entre si de um grupo que partilha de certas vivências e interesses, que se vê,

portanto, como uma *classe pequena*, nos é relatado que ocorriam as *reuniões escondidas*, das quais se iam tirando uma e outra *sugestão* pra que os agricultores pudessem *conseguir alguma coisa*:

A gente através disso aí vê como a classe pequena, os agricultores, era sofrido, mas aí pra eles conseguir chegar hoje, eles teve que fazer às escondidas, né? Pra poder conseguir alguma coisa. [...] Então eu acho que foi isso: a necessidade de que quando surgiu a associação aqui no prédio, dos agricultores, né? Que antigamente nem todos tinham onde plantar nem sustentar seus filhos, então acho que eles conseguiram se reunindo e dali vamos tirando uma sugestão, vamos fazer um sindicato, né? E mesmo às escondidas, pra poder ter alguma coisa, pros agricultores terem alguma coisa.

[Marluce, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Neste capítulo, nos debruçaremos sobre essas *sugestões* a que chegaram os agricultores, ao que elas pretendiam e como se realizaram, mas por ora tratemos desse sentido de *escondido* a que se referiam:

Era nas casas, porque eles não vinham pros sítios. Escondido assim porque não ia pras cidades, das cidades que tinha, era dentro dos sítios. Escondido porque não podia divulgar, né? Nós tamos fazendo aqui, a senhora pode divulgar em qualquer um canto que nós participamos, que nós tava participando aqui, né? E nessa época não podia. Por isso que chamava “a reunião escondida”, porque era só pro povo por nós aqui, não podia ir pra cidade, tinha de ser só no sítio, aí chamavam “as reunião escondida”.

[Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Porque estavam em Cativeiro, sabiam que *não tinha liberdade* que permitisse, a exemplo de hoje, que a participação deles em alguma atividade – ou, principalmente, que outros tivessem ciência de que participavam de algo – fosse imune de repercussão ou constrangimento. *Nessa época não podia*.

Interessante também que se demarca uma configuração espacial muito específica: nem eles (políticos, militares) iam pros sítios, nem eles (agricultores) podiam ir pra cidade. A clandestinidade como estratégia, então, para que esses encontros se realizassem se tornava possível na medida em que ela se realizava em meio a uma configuração espacial própria que a tornava possível.

Escondia-se, então, pelo cuidado em não deixar vaziar a informação para aqueles *das cidades* que alguma movimentação subversiva acontecia nos *sítios*, entre o *povo*, porque se sabia que essa movimentação atentava contra o interesse de permanência característico a todas as formas e atores da dominação.

As reuniões escondidas forjavam a realização de dois “foras”: uma fuga do mecanismo de controle, bem como uma fuga do estabelecido, pois o outro lado do tensionamento ao intolerável que o cativoiro provocava estava no tensionamento dos possíveis, breves irrupções que buscavam alargar ou romper a linha das possibilidades circunscrita pelo Cativoiro.

Realizadas *nas casas* ou *debaixo das oiticicas*, desconfiadas do Cativoiro que espreitava na cidade, na institucionalidade do sindicato e sua permeabilidade ao interesse dos militares, e, portanto, *longe dos olhos dos grandes*, tais reuniões eram, ainda assim, afetadas pelas repercussões de um discurso de segurança que atravessava o próprio *peçoal*, temeroso pelo que o discurso oficial argumentava acerca do risco comunista⁹⁹:

Eu lembro que foi uma dificuldade medonha, né? O peçoal dizia que a gente queria implantar o comunista, que era a lei do cão, que era não sei o que (todos concordam e riem: - era!). E isso a gente pegou e disse 'não, mas vamos acreditar, né?!'

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Figuras 59 e 60 – As reuniões escondidas



⁹⁹ É importante lembrarmos que o contexto interno da ditadura militar repercutia seu projeto desenvolvimentista mobilizado também pelo contexto externo da guerra fria e o receio da sublevação camponesa que tanto pairava sobre o Nordeste.



Fonte: Pesquisadores e pesquisadoras populares de Água Fria (acervo da pesquisa)

As acusações que pairavam sobre a recusa e esperança reivindicada pelos agricultores (*não, mas vamos acreditar!*) de que aquilo podia ser a implantação do *comunista* e da *lei do cão* nos indicam a relevância dos efeitos dos discursos legitimadores da dominação, inclusive sobre aqueles a quem ela se destina, justificada em razão de algo que seria por suposto do interesse próprio dos mesmos. Que o discurso construído nessa intencionalidade seja contradito e recusado por algumas pessoas não resolve o fato de que, em outras, ele tem aderência. É por saber do peso dessas coisas que se imagina nossa felicidade quando Edilson nos conta a história das estratégias através da qual *o povo foi vendo* e essa adesão passou a ser desfeita, quando a recepção do discurso oficial da segurança substituiu-se da obediência à chacota:

Aí o povo foi vendo, aí começou a dizer “**rapaz, se esse negócio de comunista e lei do cão for isso, é muito bom!**” (risos). Aí foi acordando, não foi Galego? aí graças a Deus o **povo acreditou e viu** que a saída tava no povo e não nos políticos.
[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Tais estratégias, que localizavam *a saída* (do cativeiro) *no povo e não nos políticos*, foram sendo elaboradas e atualizadas ao longo dessas reuniões escondidas. Novos “foras” se forjavam com a intencionalidade de se resguardarem

da institucionalidade e da possibilidade de virar um “dentro” passível de ser gerido pelo Estado, como havia acontecido com o sindicato.

6.1.2 *A saída tava no povo*

Mais uma vez e sempre: há presença na ausência. A recusa aos *políticos* como porta-vozes da *saída* tinha em seu conteúdo a liberdade da própria política. Ali, às *escondidas* e na sombra, inventava-se o que seria a política dos *pequenos*, não em formulação teórica ou principiológica, mas pelo que ela se diferenciava daquela que ora se recusava.

Correndo o risco de antecipar alguns informes que os relatos organizados ao longo desse capítulo trarão sobre momentos distintos das várias lutas travados no Apodi em nome da liberdade e da construção, então, do *novo sistema*, gostaríamos de aproximá-los pelo que nos parecem sugerir algumas características peculiares das *saídas* encontradas. Características essas a que se atribuem uma eficácia digna de fazer *o povo* ver e **acreditar**, ao contrário da Desconfiança que *os grandes* mereciam.

Veremos, por exemplo, que essas *saídas* implicavam não apenas um “movimento por direitos” – como já usualmente se lhes atribuem, como o direito à terra e à água, por exemplo – mas também um reposicionamento de *direito*, no sentido de uma provocação sobre quem, *de direito*, tem legitimidade e capacidade para formular os problemas dos *pequenos* e *tirar sugestão* para resolvê-los.

E mesmo às *escondidas*, pra poder ter alguma coisa, pros agricultores terem alguma coisa. Que, antigamente, né, todos nós sabíamos que nem a mulher tinha o direito, só era da porta da cozinha pra lá, não tinha direito nem à sala, e graças a deus, estamos quebrando esses tabus, que já temos muitos, e acho que foi por isso que surgiu tanto o sindicato como as associação, e graças a Deus estamos aqui. Uma reunião como essa nossa tinha que ser dentro de casa bem fechado.

[Verônica, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Não ter direito a nada era, então, uma consequência de uma destituição anterior em que, *pra não dar valor aos pequenos*, estes eram proibidos de ser quem, *de direito*, buscariam saídas para os *Cativeiros* que enfrentavam - ao que as formularam, inicialmente, às *escondidas*: as próprias reuniões sendo também um efeito da reversão sobre a questão de uma nova resposta a pergunta: *quem é que*

sabe o que vai ser bom pra mim, é eu ou é ele?

A partir daí, as decisões passaram a orbitar ao redor de outras formulações e formas de fazer política, as prioridades eram definidas não mais de cima pra baixo e de fora pra dentro, mas da forma com que se planta, nasce e cresce tudo que há na terra, ou seja, do chão, de dentro pra fora e de baixo pra cima: onde se pôde levar em conta operações como a de distribuir os recursos com critérios de equidade entre as comunidades, privilegiando aquelas *que tiver precisando mais*, ao invés dos investimentos mediados pelos *políticos* e *bicudos* na conta de seus particulares interesses:

- Lembra que todo recurso que vinha era pros políticos, aí os políticos era quem dizia 'eu sou quem tô trazendo', nera?

- Era! O dessalinizador daqui, o dessalinizador que foi botado em Lagoa Rasa era pra ter sido colocado aqui, não foi porque Zé Enéas era bicudo. Poderia ter sido colocado aqui, aí levaram pra Lagoa Rasa.

- E tem aonde colocar, taí o catavento aí que é uma beleza pra botar, e tá prometido que botava, **prometimento nunca falta**.

- [...] aí tomemos o Conselho, aí o conselho nós tinha 80% mas **botava o prefeito pra ser o presidente**, aí a gente disse 'rapaz, essa história tá errada', aí discutemos, disse que a partir de agora quem vai determinar pra onde vai aí começemos a eleger prioridade, aí a gente começou a dizer 'não, vai pra comunidade tal que tiver precisando mais' aí pronto graças a Deus a gente conseguiu também com que chegasse água em muitas comunidades, né?

[Edilson, Edjarle e Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Justamente porque, então, se radicalizava a política ao nível do chão, com novos procedimentos das ordens *de quem vai determinar pra onde vai* e de *eleger prioridade*, as *saídas* encontradas e para nós relatadas ao longo das memórias de lutas pelas quais recordaram os agricultores e agricultoras do Apodi indicam uma pluralidade relacionada à experiência concreta de cada comunidade.

Se *a saída tava no povo*, cada povo tinha, *de direito*, a legitimidade e capacidade para indicar uma saída diferente, ou combinações e cronogramas distintos pra resolver o que *tiver precisando mais*. Assim é que, em algumas comunidades, as pessoas situam o *começo* materializando-o ora nos marcos da luta pela terra, em outras nos da luta pela água, sem prejuízo dessa liberdade precursora que possibilitava a definição dessas agendas de lutas.

Na medida em que a eficácia dessa nova configuração se explicitava - *o povo foi vendo, foi acordando, o povo acreditou e viu* – a adesão aos movimentos de fuga se ampliavam em algumas direções. Na primeira delas, podemos perceber a

indicação de que cada vez mais pessoas nas comunidades se engajavam e participavam, por exemplo, das reuniões escondidas:

E sabe quantas pessoas nós juntamos da primeira vez? 100 pessoas! 100 de 5 comunidades.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Essa adesão não era de todo pacífica, porque não era passiva, pelo que indicam as menções às *briguinhas* que expressavam divergências e conflitos internos entre os agricultores e agricultoras. Interessante notar que, diferente do efeito avassalador que costumava resultar do encontro desigual entre *grande* e *pequenos*, essas eram *briguinhas gostosas*, pelo que, entre *os pequenos*, suas diferenças não os desassemelhavam nem eram dotadas do poder de firmar hierarquias que fundamentasse constrangimentos ou violências:

- *Homi, era lotado demais, nera comade Deíza? Tinha dia, mas também dava umas briguinhas gostosas. (risos)*

- *Aí depois passaram a vir fazer as reunião aqui porque lá já tava muita gente, aí vinhamos fazer aqui as reunião, aí era bom, dia de domingo, aí faz como cumpade Edilson disse, tinha umas briguinhas, mas na mesma hora passava.*

[Edilson e Galego, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

E serviram, inclusive, para colocar em questão e encontrar *saída* pra opressões que se reproduziam na dinâmica interna das comunidades através de expressões de desigualdades que recaíam sobre grupos específicos, como é o caso das mulheres. Ao que lembramos que, naqueles tempos primeiros, a mulher só podia escutar (pra falar só se fosse pra responder), isso foi processualmente se modificando através dos esforços para ampliar a participação, reconhecer e reduzir as desigualdades que operavam dentro.

Falando sobre a dinâmica que levou com que as mulheres pudessem ir se *envolvendo*, participando das reuniões e falando, ocupando inicialmente os cargos de secretárias das associações que iam sendo criadas e, depois, aqueles que eram tradicionalmente privilégio dos homens (presidência, vice-presidência, tesouraria), as mulheres ressaltam ter sido necessário *muita peleja*:

- Mas depois de muita peleja!

- Depois de muita peleja, né? Envolvendo, né?

- E as mulher começavam a participar, cês se lembram que quando vinha

pra cá 'não, mulher não é pra ir participar da assembléia não, mulher tem pra que não' e que vê que hoje, pode ser certo, foi, eu acho que nós fizemos certo pq a associação hj tem 76 sócios, 36 são mulher. A maioria hoje da associação hoje é de mulher.

[Marluce, Edilson, Edjarle, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Se, internamente, a cada comunidade, destacamos a ampliação que se realizava no sentido de envolver quantitativamente mais pessoas e, qualitativamente, ampliar o engajamento de certos grupos que estavam excluídos, gostaríamos de, em seguida, ressaltar o quanto essa ampliação também pode ser vista pela irradiação pra fora. Pois que, as *saídas* exploradas parecem ter sido dotadas de uma potência de capilaridade que fazia com que uma *sugestão* tirada num lugar repercutisse em outros, inspirando e informando novos movimentos de fuga.

Os ex-trabalhadores da fazenda Boca da Mata (que a ocupariam e a rebatizariam de Moaci Lucena após ser transformada em assento de reforma agrária), por exemplo, diziam da referência que lhes serviu saber que os ex-trabalhadores de Filastres haviam ocupado e reivindicado a terra, bem como nos indicam também uma quarta ordem de ampliação sobre a rede de parcerias que se estabeleciam, mostrando que a autonomia que *a saída tá no povo* reivindicava implicava, inclusive, uma ruptura à solidão e à falta de reciprocidade imposta pelo Cativoiro. Livres, os agricultores e agricultoras do Apodi podiam fazer transitar suas ideias e seus feitos entre si, bem como se aliar a quem lhes interessasse no sentido de ampliar sua potência:

Eu sempre fui um cara meio curioso, né? Aí quando começou, em 96, surgiu a ocupação da fazenda lá de Aurora da Serra, né?! que era de Dalton Cunha, ex desembargador, deputado, aí eu cheguei pra os meninos aqui, primeiramente fui lá no sindicato né? conversei com o pessoal do sindicato, na época seu Moacir e o pessoal da CPT Junior, Zé Carlos, Edivan. Aí procurei saber deles o que é que a gente fazia né? (...) Aí foi e disseram: "Homi é o seguinte se você veja lá com o pessoal, forme um grupo, a gente vai lá, se reúne e passa pra eles o que é o movimento, né, como se dá essa luta. Não é fácil, é uma luta difícil, mas se vocês acharem que é interessante, a gente vamos pensar nesse caso".

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Se tecia, portanto, ao longo do tempo e dos efeitos que as reuniões escondidas deslancharam, tanto no sentido de lutas concretas quanto no que se expressaram sobre dinâmicas de associativismos, uma rede de aprendizagens que

os agricultores equiparam à potência da *semente*, não só porque fecunda, mas também porque espalha:

- “Quer dizer, através desse movimento, foi todo criado escondido pra poder nascer uma nova vida, né? Porque aí através desse ar de escondido todim, mas ainda bem que nasceu umas boas sementes.”

[Verônica, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

6.1.3 A associação *mãe de todas as outras*

Dia 15 de janeiro de 84 foi a inauguração (da associação). Lembro como se fosse hoje! E sabe quantas pessoas nós juntamos da primeira vez? 100 pessoas! 100 de 5 comunidades. Aí começamos a **lutar por água**, que era os objetivos, né? [...] e daí a gente construiu dois prédios, né? (...) Foi um trabalho muito bonito, inclusive a gente chegou a ter mais de 200 sócios, se lembra? (alguém responde: - 250!) 250 sócios! Se lembra? E todo mundo, pegava a comunidade daqui de Água Fria, Santa Rosa, Queimadas, Lagoa Rasa e Sororoca.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Quais lembranças você tem sobre algum acontecimento não restrito à sua vida particular ou de sua família que perdure por mais de trinta anos sem que se abrandeça sua emoção ao recordá-lo em sua data exata? Para Edilson e demais sócios fundadores da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos, a inauguração da primeira associação comunitária do Apodi é uma dessas.

Com a sede construída em mutirão pelos agricultores e agricultoras na comunidade de Água Fria, essa associação é considerada *a mãe de todas as outras*¹⁰⁰. Demarcava-se em seu nome que era própria daqueles que eram *os pequenos* e que se reuniam: a Associação dos **Mini-Produtores dos Sítios Reunidos**.

¹⁰⁰ Atualmente, as impressionantes 100 associações comunitárias existentes no Apodi se relacionam a esse processo, vistas como *filhas* dessa primeira sobre a qual contaremos sua história.

Os outros são filhos da Água Fria, as outras associação.

[Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Em alguns casos, mencionou-se também um efeito sobre essa afirmação, qual a seja, o de que todos eles eram, de certa forma, *irmãos*. Seu Poroca, na comunidade de Baixa Fechada, ao relatar que já discutiu muitas vezes com Edilson em razão de participarem de chapas contrárias nas eleições do sindicato, as equipara às *brigas de irmão*. Isso, de repente, pode nos ajudar também a pensar que o eixo das relações entre os *pequenos* se articula ao redor do que eles se implicam entre si em compromissos de familiaridade, mesmo sem serem consaguíneas, através desses laços construídos pela organização e solidariedade.

E, nesse movimento de se fazer reunindo, a articulação entre agricultores e agricultoras de distintas comunidades passou a elencar as necessidades e interesses comuns e, sugerindo *saídas*, desde soluções assistencialistas, em que a Associação era utilizada para distribuir alimentos, sementes e roupas provenientes das antigas missões rurais¹⁰¹, até *saídas* que repousavam no exercício do protagonismo dos agricultores e agricultoras diante da realização de obras e dinâmicas que fortalecessem o coletivo dos *pequenos* ou os pequenos coletivos que se formavam (*grupo de jovens, grupo de mãe e grupo de crianças*):

Essa associação foi se expandindo, atingiu a mais de 400 sócios, porque não era só a comunidade de Água Fria, era Sororoca, Queimadas, Bamburral, Trapiá, Baixa Fechada, Caboclo, todas elas vinham pra cá receber essas mercadorias (da missão rural). Tanto vinha essas mercadorias que a gente chamava, como também vinha roupas, que o povo chamava “vinha a roupa das Américas”, que era a roupa que vinha dos Estados Unidos, que vinha aqueles fardos de roupas. [...] Então se reunia aquele pessoal da associação, os dirigentes, pra de noite ir dividir, dividir pra cada um sócio, né, pra que num fosse todos chegassem e pegassem, né? (...) Aí foi construída a cooperativa, justamente que era a Cáritas, e aqui quem era o presidente antes era o finado Valdomiro Barbosa, aí veio o finado João de Deus, que foi que na época que levaram pro Apodi, foi extinta e foi pro Apodi, né? Mas continuou a associação, continuou os movimentos, era grupo de jovem, grupo de mãe, grupo juvenil e grupo de criança. Tinha o grupo de mãe, que elas também trabalhavam, faziam artesanato, era o tricô, sapatinho, desse sapatinho elas vendiam, touca pra recém nascido, tapete, tudo elas construíam aqui nesse centro, que tinha máquinas, que vinha máquinas, era 4 a 5 máquinas, tudo a pedal que elas costuravam, tudo, tudo foi construído aqui, né?

[Marluce, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da

¹⁰¹ Explicando sobre o que foram as missões rurais, Marluce nos informa também elementos importantes para considerarmos o papel da Igreja Católica nesse processo de superação do Cativo e construção de uma outra cultura política:

- A missão rural era uma equipe que, por exemplo, como quem dá assessoria aqui na associação não é via CPT, a Terra Viva, o dom Helder, né? É como antes era eles, essa equipe, que chamava missão rural, que era uma equipe que trabalhava na diocese de Mossoró, justamente com Dom Eliseu. Dom Eliseu foi o fundador do prédio, né? Quer dizer, quem trouxe os projetos aqui pro prédio de Água Fria. Aí antes que eles fundaram, reuniram, fizeram essa organização dessa associação, então houve esse envolvimento de Cáritas, então essas Cáritas que vinha, tanto vinha legumes, chamava “mercadorias”, nera? Óleo, era aveia, era o leite, vinha a carne, queijo, tudo vinha, né?

-Proteína, vinha até proteína.

- Eu conto porque eu era muito criança, mas fiquei com essa historia contada que foi através de minha tia que passaram pra mim e eu fiquei, né? (...) Todas essas comunidades vinham pra cá receber essas mercadorias.

[Marluce e Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Mais a frente, nesse mesmo capítulo, em tópicos específicos, destacaremos aqueles empreendimentos que os sócios fundadores da Associação destacaram como sendo de maior relevância, como a luta pela água, a luta pela terra, a construção das casas de sementes e os trabalhos em mutirão, apresentando, por ora, a *saída* encontrada para superar aquilo que os agricultores e agricultoras identificavam como sendo os próprios limites da Associação: *a associação sozinha não dava conta de representar todos os pequenos: era preciso partir pra dentro do sindicato.*

6.1.4 Partir pra dentro do sindicato

Sindicato verdadeiro
Que falo em poucas linhas
Não é “galo do terreiro”
Que manda em todas galinhas
Muito menos ser espelho
Do governo ou fuxiqueiro
Pra fazer suas traminhas
(Manoel Georgino)

Fundado em 1963, em pleno período da ditadura militar, as poucas informações que seguem relativas à atuação do sindicato nesse período se articulam com o mote dos agricultores em me explicar que *era bem diferente do que é hoje*. Os primeiros presidentes são mencionados como agricultores *que deixaram de ser agricultores*, e que se revezavam na direção do sindicato, num tempo que *não tinha eleição e sobrava medo*:

- *É tanto que o primeiro presidente só aguentou um mês, não foi, o Valdomiro? Só aguentou um mês, menos de um mês, você pode olhar no histórico lá do sindicato, ele não passou nem um mês, com medo.*
- *Aí daí foi que construiu o sindicato daqui. Aí não passou pouco de ano, o véi saiu com comércio em tudo, parece que nesse tempo não tinha eleição, né? Era só botado. Quando não era ele, era o filho dele.*
[Edilson e Seu Zé, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Coincidentemente ou não, 1963 é também a data de criação pelo governo militar da SUPRA (Superintendência da Política de Reforma Agrária), incumbida de “ajudar” os trabalhadores e seus representantes a formarem centenas de sindicatos controlados pelo Estado, apresentada em alguns estudos como estratégia de disputa à representatividade ameaçadora das Ligas Camponesas e de setores progressistas

da igreja Católica que se fortaleciam desde 1960 como representantes autênticos dos interesses dos trabalhadores rurais e os mobilizavam às lutas populares.

Mesmo sem termos tido a possibilidade de auferir se a referida superintendência teve, de fato, alguma repercussão sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, o fato é que esse teve sua existência num primeiro momento condicionada à vigilância de controle que operava naquela época (e naquele espaço). Assim é que o STR¹⁰², durante muito tempo, foi ao mesmo tempo alvo e instrumento da dinâmica de ingerência direta e subordinação dos *pequenos* à ordem do regime militar: *o próprio sindicato estava cativo*, na perspectiva dos agricultores.

A expressão mais manifesta dessa realização de cativo sobre o sindicato era a de que ele não podia fazer nada diante das demandas dos agricultores, a exemplo de quando, ali na década de 80, Edilson e um grupo de agricultores que se recusaram ao cativo da frente de emergência ao se negarem de se ajoelhar diante do exército foram saber se o sindicato lhes apoiariam. A impotência, o ato de estar preso a um senhor, era aquilo que dava substância tanto ao cativo dos homens quanto daquilo que os homens empreenderam (o sindicato).

*Aqui a gente tava na frente de emergência, aí volta o sindicato, né? Porque eu acho que o sindicato é importante, mas naquele tempo - eu lembro - nós fizemos uma comissão e fomos conversar com Zé Julião pra nos apoiar, né? ... porque chegava um tenente Burnês, mandava se ajoelhar, se levantar, com arma futucando. Aí a gente disse "- Rapaz, você está do nosso lado?" e o sindicato ficou ao lado do Burnês, ficou ao lado dos militares, disse "- Não, eu vou ficar ao lado, porque eu não posso fazer nada". Aí eu me lembro como se fosse hoje, nós se juntamos, inté compadre Aurino, Zé, aqui nós tudim, compadre Antônio, aí começamos a fundar a Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos, e foi aí **aonde começou essa nova fase, né?** Por que a gente tá dizendo isso? Porque é importante também ficar documentado, né?!*

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

É importante, então, *ficar documentado* que a maior referência de força que os agricultores e agricultoras do Apodi atualmente têm na existência do seu Sindicato se deve, justamente, à falta que lhes foi imposta àquela época de um sindicato que não podia apoiá-los em sua Recusa, pelo que o sindicato pôde ser

¹⁰² A sede do STTR de Apodi (atualmente com dois "t" pelo rebatismo posterior para incluir no nome as trabalhadoras) é localizada na zona urbana de Apodi, onde, diferente dos sítios, os agricultores se sentiam mais expostos ao poder dos grandes, *tal como vimos quando tratamos das reuniões escondidas*.

reconstruído e a falta pôde se reconstruir em presença. Foi a rejeição de Zé Julião em apoiar os agricultores no “não” por eles dito à humilhação pretendida pelo tenente Burnês de que se ajoelhassem nos canteiros de obras que impulsionou esses mesmo agricultores às *reuniões escondidas* nos sítios, que, por sua vez, os levaram à criação da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos e que, então, desaguaria num movimento de *tomada* do sindicato.

Então, com o passar do tempo, foi reconstruído o sindicato dos trabalhadores rurais, que surgiu também daqui, saiu daqui da associação.
[Marluce, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Há presença na ausência. À falta de uma entidade que institucionalmente pudesse lhes defender, posto que ela mesma estava cativa pelos *grandes*, os agricultores e agricultoras reagiram construindo espaços fluidos de resistência que não passavam pela institucionalidade (e, portanto, também não se subordinavam ao controle dos militares), verdadeiras arenas públicas como as que eram as *reuniões escondidas* e a primeira associação dos sítios reunidos.

Ao que já colocamos alguns elementos que buscaram compreender os significados e efeitos decorrentes dessas duas arenas, destacaremos adiante as estratégias acionadas para encontrar *saída* àquilo que os agricultores e agricultoras identificavam como sendo seu limite: *era interessante* que os pequenos tivessem uma entidade que os representasse a todos, *pra ser uma voz*, e *a associação sozinha não dava conta disso*. Pelo que, numa *determinação da associação*, decidiram em assembléia que *precisaria de ter alguém dentro* do sindicato:

*E, portanto, assim, foi um momento importante, né? E foi daí onde nós chegamos no sindicato, participamos de não sei quantas reuniões, aí a gente decidiu os objetivos, qual era os objetivos? A gente tinha procurado o sindicato, o sindicato tinha se negado, e a gente viu que era interessante que a gente tivesse uma entidade que nos representasse, e a associação sozinha não dava conta disso, aí foi aonde a gente começou a disputar o sindicato, né? A gente, foi uma determinação da associação, você lembra?, na assembléia que precisaria de **ter alguém dentro**, ter alguém de nós no sindicato, **pra ser uma voz**.*
[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Não foi fácil, recorda Edilson, explicando a estratégia que os levaram a multiplicar a experiência da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos em Água Fria em outras comunidades rurais do Apodi e como, a cada passo dado, o

povo foi começando a acreditar, ao contrapasso em que quem mandava no Apodi se revoltaram a ponto de querer impor lá dentro, querendo botar a política dentro do sindicato do trabalhador rural:

- Aí a gente disputou muita eleição e só perdendo, aí a gente viu também que a gente sozinho aqui em Água Fria, só com essa comunidade, a gente não conseguia nada, aí fundamos a associação lá no Córrego, depois em Melancias, Baixa Fechada, aí sei que daí, graças a Deus, a gente conseguiu. Aí começamos a fazer ocupação de terra, aí o povo foi começando a acreditar, né? Aí quando a gente juntamente com a CPT, nera? com CEAPAC, os projetos alternativos, aí a gente conseguiu ganhar o sindicato, se não me engano, foi quando compade Galego? Compade Galego era da primeira diretoria que a gente conseguiu, eu não lembro nem o dia, mas assim, a primeira vez que ganhou, agora ele ganhou porque eu não tava na direção, quem tava na direção, eu fui vice, porque eu já tinha perdido 3 vezes, aí eu era vice do finado Moaci, aí o finado Moaci faleceu e foi quando eu assumi. Eu era vice, o primeiro foi Chico Macaé aí assim foi um momento muito rico também aqueles momentos, né?

- Eu lembro aqui na época que a gente começou a se organizar nas associação que começamos a partir pra dentro do sindicato, aí o pessoal não acreditava, eu lembro aqui que naquele tempo quem mandava no Apodi era o povo do Chico Paulo, se lembra que eles tiveram, se revoltaram, numa época do sindicato a gente já querendo entrar aí fomos os grupos foi crescendo e aumentando as associações e eles quiseram impor lá dentro, querendo botar a política dentro do sindicato do trabalhador rural, aí lá vai aquela revolução, a gente se juntou através da frente do machado dos agricultor em peso a gente tirou eles, pq até o sindicato tinha política naquela época aí daí pra cá graças a deus a gente ficou, compade Edilson já tá com uns poucos de mandado, finado Moaci não teve o gosto de tirar o tempo dele, pq morreu, mas aí pronto, aí o trabalhador rural foi quem ficou lá dentro do sindicato, mas tudo através já dessa união da gente. De se juntar as associação. Daí foi de onde a gente começamos a falar cada vez mais e crescer o nosso sindicato, porque é só dos trabalhador rural. Até hoje, graças a deus, o gosto da gente poder entrar no sindicato. De primeira, era, hoje a gente chega dentro do sindicatos dos trabalhador rural feito uma história, eu acho que se botar empareado com a prefeitura, ele ganha da prefeitura, do prédio da prefeitura, pq ele tá lindo, só através do trabalho, da administração boa do compadre Edilson.

[Edilson e Galego, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Se, antes, o sindicato não podia fazer nada, tão cativo quanto os cativos que lhes procuravam, a partir dali, fins da década de 80, então, o sindicato é livre pra receber os agricultores *lá dentro* e os trabalhadores livres pra ter o *gosto* de nele poder entrar.

Conseguimos! Diante de um bom tempo, mais de 10 anos, que a gente conseguiu tomar a direção do sindicato, né, fomos formando comunidade, fomos juntando com outras comunidades e o povo frequentando na luta, e a gente conseguiu fazer com que o sindicato fosse trabalhar pro povo.

[Edilson, durante oficina "Territórios e Bens Comuns", realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

Muita coisa já havia começado. Descrevemos até aqui o que nos pareceu, no embrulhado de histórias que se cruzam, uma interferindo na outra, lhes afetando, transbordando e irradiando, aquelas *saídas* que, diante da recusa à política dos coronéis, dos políticos e dos militares, ou seja, dos *grandes*, forjaram espaços de realização de uma outra política, a dos *pequenos*, seja através de suas reuniões escondidas, na criação de associações comunitárias ou de sua representação no sindicato.

Buscamos, ao máximo, recontar algumas dessas histórias sem lhes infringir um ordenamento duro, que lhes descrevesse ao custo de desconsiderar esses múltiplos atravessamentos. Celebrá-las, sem tampouco lhes destituir das forças empreendidas e das dificuldades pelas quais se precisou enfrentar.

- Foi fácil não, minha fia. **A liberdade eu agradeço a todos.**
 - Foi muita briga, viu, no começo?! Gente ameaçada... não era não, Zé? Chicão ameaçou o Gilson, uma vez, que Gilson era valente.
 - Aqui tornou-se, em um momento, uma área de conflito, né?! Foi em 96...
 [Seu Zózimo, Dona Socorro e Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

De primeiro, às *escondidas*, depois reverberando na forma de *muita briga*, *muita peleja*, multiplicadas em vários pontos relacionáveis entre si, começava-se, pelo fortalecimento da autonomia dos *pequenos* e pelo *conflito* com os *grandes* aquilo que os agricultores e agricultoras no Apodi chamam de uma *nova fase*, um *novo sistema*, um *novo tempo*.

As múltiplas (e vagas) referências cumprem um papel de não nos deixarmos diminuir aquilo que se inaugurava: o mundo e as formas de realização da vida. Consoante com o que posteriormente batizariam de *Projeto de Vida*: não por ter uma receita a ser definida ou reproduzível, mas pelo contraste ao Projeto de Morte que lhes ameaçava seguirem o rumo que haviam começado e que não teria fim (no sentido de que não estaria nunca totalmente realizado, pois veremos que se tratava de *seguir buscando melhoria*), não fosse a ameaça de morte que lhes espreitava na esquina com o perímetro irrigado de Santa Cruz e a expansão do agronegócio pra região.

De cativos a sujeitos políticos, *os pequenos* se organizavam na luta por sua liberdade.

E, na medida em que reposicionaram o sentido de quem, *de direito*, poderia indicar aquilo de que eram carentes e buscar *saídas*, definiram suas prioridades na luta por aquilo que o Cativo, em suas diversas manifestações, lhes haviam negado.

6.2 A liberdade, ela vem com a água

Quem anda no trilho é trem de ferro.
Sou água que corre entre pedras - liberdade caça jeito.
(Manoel de Barros)

Na Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos, em meados de 1980, os agricultores e agricultoras identificaram a água como a primeira questão comum que os mobilizariam na *luta* por encontrar uma *saída*. A região passava por um período de seca, e esses agricultores, lembremos, viviam o Cativo das frentes de emergência. Condenados, cada família *só podia tirar um galão d'água* por dia – e, Edilson, na sua empreitada na emergência, era condenado à função de *vigia*:

Aí começamos a lutar por água, que era os objetivos, né? Naquela seca, só podia tirar era duas latas d'água, era uma lata d'água. Foi uma seca, Maiana, assim, que foi não sei quantos meses, quantos anos, foi 3 anos, né? Aquela seca de 83 não foi, compade Aurino? Só podia tirar um galão d'água, né? E eu era o vigia!

- Você vigiava pra ninguém tirar, era? (risos)

- E eu era o vigia, dormia feito a peste.

[Edilson e Verônica, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Fazia o que podia: na sua resistência cotidiana, Edilson era um péssimo vigia, *dormia feito a peste*. Mas, reunidos, os agricultores pensavam se não podiam, em coletivo, fazer mais... *Se não tinha um outro modelo* em que a água não fosse exclusivamente destinada aos *poderosos, políticos e patrão*, mas pudesse ser garantida aos pequenos pro seu *mínimo possível*:

E aí a gente começou a discutir se não tinha outro modelo que pudesse a gente se apropriar da água. Só porque a gente vive, principalmente, no meu município, por exemplo, é um município muito rico em água, mas apesar que a gente não tinha acesso! Quem tinha acesso era só os poderosos, só os políticos, só os patrão. E a gente começou essa luta... juntamos 5 comunidades e começamos a participar das comunidades eclesiais de base e começamos a discutir que era necessário sair daquela de não ter só duas

latas d'água pra sobreviver - e sim ter água pro mínimo possível, aí a gente conseguiu, em 5 comunidades, perfurar um poço raso, pra você achar (água) depois de 10 metros... E a gente conseguiu resolver o problema do povo.

[Edilson, durante oficina "Territórios e Bens Comuns", realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

À identificação do problema comum, seguiram-se espaços comuns de reflexão e uma solução também comum. Simples, as primeiras bombas manuais utilizadas pra captar a água dos primeiros poços artesanais comunitários, construídos em mutirão, foram adquiridas através da parceria com membros da Igreja Católica, e distribuídas entre cinco comunidades:

Figuras 61 e 62 – Primeiras bombas manuais



Fonte: Pesquisadores e pesquisadoras populares de Água Fria (acervo da pesquisa)

- A bomba, a primeira bomba, a primeira bomba sem ser a bomba de energia, a bomba manual que foi trazida para o poço de Água Fria que hoje é Sororoca e Água Fria, a primeira bomba foi a associação que arrumou?

- Foi!

- Porque eu de antes carregava água numa roladeira, eu carreguei muito casadim novo aqui com Márcia, chegava aqui, nós ia buscar água por aqui por dentro, numa roladeira, num boi grande que Zé tinha.

- A primeira bomba, a gente, a primeira coisa que conseguimos foi a bomba manual, lembra Zé? Na comunidade, a gente conseguiu cinco bombas, a de Água Fria era aonde?

- Em Zé de seu Toim!

- Lá em Zé de Seu Toim, aí foi a luta por água, aí resolvemos o problema de luta por água pelo menos com pouca coisa, mas resolveu.

[Galego e Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Frisamos à menção ao esforço coletivo pra fazer jus à riqueza daquela aprendizagem que os agricultores e agricultoras tiraram daquele acontecimento: naquele novo jeito de fazer política, foi preciso *pouca coisa pra resolver o problema do povo*. E que esta própria solução encontrada ia numa lógica totalmente distinta daquela *dos grandes*... Enquanto esta era marcada pela mesquinharria com que os patrões negavam água aos animais dos seus trabalhadores, com que os militares negavam água às famílias ou com que os políticos negavam acesso às águas dos açudes construídos com recurso público em terras particulares, a lógica dos *pequenos* era atravessada por um fazer coletivo e por dinâmicas de solidariedade que os mobilizavam numa questão comum.

6.3 A liberdade, ela rebenta da semente

Nessas cinco comunidades, então, com água nos poços, animados ao que seria *um tempo novo, bom pra plantar*, os agricultores e agricultoras identificaram que o longo período de seca havia repercutido sobre a quantidade de sementes disponíveis. Novamente, uma saída coletiva foi elaborada, em parceria com os setores da igreja católica: viram que *era necessário* adquirir e resgatar as sementes:

Aí depois, Maiana, a gente viu que o pessoal não tinha semente pra plantar. A gente tava saindo de uma seca em 83, não tinha semente para plantar... A gente viu que era necessário que a gente se apropriasse, pelo menos. Porque toda semente que os pobres tinham, tinha perdido, porque durante esses 4 anos de seca que aconteceu nessa época. Aí, a gente com apoio da Igreja, adquirimos e resgatamos também as sementes, e depois a gente viu que era necessário a gente lutar por terra.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Pela tecnologia de um tambor, a associação pôde guardar as sementes que

conseguiram levantar e uma rede de trocas foi estabelecida:

- (A associação) conseguiu tambor pra botar o banco de sementes, até os sócios, no ano que era ruim, a Associação tinha o legume pra emprestar pra gente comer em casa, mas quando tivesse uma época boa você tinha que repor o legume de volta pro banco de semente, até isso existia dentro da nossa associação.

- E nunca faltava semente!

- Nunca faltava não. Eu lembro dessa época.

[Galego e Dona Rita, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Com *pouca coisa*, de novo, os pequenos solucionavam, entre si, com eficácia, um problema.

6.4 A liberdade, ela brota na terra

Com água e semente, os sócios reunidos na Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos, fizeram um levantamento, que informou qual seria a questão seguinte a ser levantada e resolvida como um problema comum:

Aí quando fundemos a associação a gente viu que o problema não era só água, não era só a semente, o problema lá era terra! Porque nós juntamos 100 companheiros de 5 comunidades e só 30 tinha terra, só trinta pessoas tinha terra, o restante trabalhava tudo de meia pra patrão. Fazendo o quê? Plantando algodão, produzia, se alimentava lá no comércio do patrão e, na maioria das vezes, no final do ano não tinha nada.

[Edilson, durante oficina "Territórios e Bens Comuns", realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

Aí foi que a gente pegou e disse "não, é preciso a gente iniciar uma luta por terra.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Inicialmente, a solidariedade veio de fora. Foi através novamente das parcerias com a igreja que os sócios conseguiram uma doação da Holanda que lhes possibilitaram comprar um terreno. Com o terreno da Associação, os agricultores e agricultoras passaram a exercitar a solidariedade dentro, trabalhando na terra em *mutirão*:

Aí conhecemos pe. Teodoro (...) aí a gente conseguiu - eu acho que as fotos ainda tem lá em casa - conseguimos o primeiro terreno, quem doou foi uma família da Holanda, isso foi em 87, não foi cumade Marlúcia? Aquela terra lá de Santa Rosa, lá de João do Quadrado, a terra que eu arrendei, que só quem trabalha é eu e a minha família hoje nela, foi 87!! Aí conhecemos um holandês, eu me lembro, era até João e Miriam, que essas

fotos tá lá em casa, aí eu, compade Antônio, homi, nós plantava em mutirão toda a terra, nera?

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Mais adiante, retornaremos com mais vagar às práticas dos trabalhos realizados em *mutirão* no Apodi, tanto no que se refere aos que se localizam na memória de um tempo recente quanto os que se atualizam nos dias de hoje. Por ora, trataremos apenas dos efeitos desse processo havido em Água Fria, com os agricultores e agricultoras da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos, trabalhando em *mutirão* na primeira terra coletiva conquistada a partir de sua teia de parceria no que diz respeito à luta pela terra que se desdobrou na região.

Nessa área coletiva chegaram a trabalhar mais de 80 famílias. Segundo Edilson,

era tanta gente, Maiana, que de vez em quando um levava uma enxadada na cabeça. Tudo assim encolhido, em fila, um atrás do outro, o cabo da enxada do da frente, quando vê, batia em quem tava atrás... o finado Criô trabalhava aqui, o caba se afastava e pá o de trás caía. (risos)

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Essa experiência foi se mostrando bem sucedida, não só pelo que já mostramos que os agricultores e agricultoras iam se convencendo de que *se esse negócio de comunista e lei do cão for isso, é muito bom*, mas também porque o trabalho na área coletiva da Associação ia se mostrando uma alternativa viável ao trabalho de empreitada nas frentes de emergência:

Na seca de 87, nós plantemos, trabalhemos mais de 80 pessoas, 80 famílias, em mutirão plantando feijão, deixava de ir pras áreas de emergência, deixava de fazer açude pra ir trabalhar lá, todo mundo ia, era bom demais, sabe? Era muito gostoso, dava umas briguinha, mas era bom.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Os parceiros da Igreja que os agricultores e agricultoras tinham àquela época também valorizaram o empenho com que esses se organizavam em *mutirão* e potencializaram a iniciativa, ampliando a extensão de terra sobre a qual poderiam trabalhar:

- Aí assim, foi um momento, o primeiro momento importante. Depois, aí eu lembro como se fosse hoje, uma tarde, visitou um padre de Roma, aí se empolgou né com tanta gente trabalhando junto e aí foi quando a gente conseguiu esse terreno aqui, que é de 18 hectares, nera compadre Galego?

- Era com 18, na hora que venderam, era de boca, botaram por 18, mas aí quando mediram não era mais, era 13 hectares)

- Aí pronto, conseguimos, ele doou, um padre de uma entidade lá da Itália, aí depois tem outro terreno, aí conseguiram trator, sistema de irrigação, aí foi onde a gente começou a plantar as hortas.

[Edilson e Galego, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

O sistema se ampliava. Os agricultores e agricultoras de Água Fria e comunidades vizinhas, através da Associação dos Mini-Produtores de Água Fria já tinham mais de 50 hectares de áreas coletivas, nas quais trabalhavam em mutirão. Depois de ter definido esses três problemas comuns (água, sementes e terra) e ter pra eles encontrado *saída*, a assembléia definiu sua quarta questão: *a gente viu que era necessário a gente ampliar*.

[...] Conseguimos, as 5 comunidades conseguiram mais 50 hectares de terra, estamos trabalhando até hoje em regime de mutirão, mas a gente viu que era necessário a gente ampliar.

[Edilson, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Não se tratava mais apenas de adquirir novas áreas ali nas redondezas de Água Fria, mas de estender a luta pela terra pras outras regiões do Apodi, onde muitas comunidades ainda viviam no sistema do Cativoiro. Esse desejo de ampliação tinha um obstáculo, entretanto: *a associação sozinha não dava conta* de representar todos os *pequenos*; e coletivamente, como de costume, tiraram uma *sugestão*: era preciso *partir pra dentro do sindicato*.

Com a *tomada* do sindicato e o fortalecimento das parcerias que a Associação já havia estabelecido, com destaque para a fundação nessa época da Comissão Pastoral da Terra na cidade vizinha de Mossoró, que viria a ser uma parceria de muita referência a partir de então, esse passo pôde ser dado: a *luta pela terra* se espraiou pra região da Chapada do Apodi:

Essa Chapada era de 15 donos, de 15 proprietários. Por outro lado, os companheiros camponeses trabalhavam de meia pra esses patrão, e aí a gente diante dessa luta toda, começamos... Conseguimos o sindicato, que a gente depois fez toda uma luta pra que o sindicato ficasse com nós, porque a gente sempre tinha muito claro que o sindicato não era inimigo, era inimigo quem tava lá na direção, aí conseguimos tomar, fazer com que a direção ficasse na mão dos trabalhadores e o sindicato fosse aliado. Aí lá pelos anos 90, a gente começou a ocupar terra, a fazer reunião, a gente conseguiu com que desapropriassem 15 fazendas, e essas 15 fazendas hoje tem mais ou menos 600 famílias assentadas, e assentada vivendo,

mantendo até o dia de hoje.

[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

Olhando, agora, pros relatos dos ex-trabalhadores dos ex-donos da Chapada do Apodi, podemos ver o cruzamento dessa referência sobre o papel cumprido pelo sindicato, na sua parceria com a CPT, com relação às ocupações de terras havidas na região a partir da década de 1990:

Pra nós iniciar também quem, os órgão que ajudou a gente, né, as entidade que nem o sindicato rural, né, que é... nós samos tudo... nós somos posseiros aqui, mas somos sindicalista. Ai foi um das ajuda maior que nós tivemo pra nós também foi o presidente do sindicato, o sindicato dos trabalhador, né, pra nos ajudar no tempo do desapropriamento.

[Zé Inácio, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

Aqui tornou-se, em momento, uma área de conflito né?! foi em 96 né?! é, é a gente graças a Deus a gente teve oportunidade de conhecer o movimento sindical de Apodi né? eu sempre fui um cara mei curioso né? ai quando começou em 96 é surgiu a ocupação da fazenda lá de Aurora da Serra né?! que era de Dalton Cunha, ex desembargador, deputado. ai eu cheguei pra os meninos aqui, primeiramente fui lá no sindicato né? Conversei com o pessoal do sindicato, na época seu Moaci e o pessoal da CPT Junior, Zé Carlos, Edivan. Ai procurei saber deles o que é que a gente fazia, né?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Pelo anseio da gente se libertar, é o que recordam os ex-trabalhadores das fazendas como motivação que os levaram a dar o impulso ao movimento de reforma agrária que ganhava fôlego, então, na região.

*Mas isso movido pelo sofrimento que a gente vivia aqui né?! **Pelo anseio da gente se libertar**, de poder criar a familia com menos sofrimento né? ai eu dizendo pra eles (do sindicato): " Rapaz porque a gente ta numa áera lá e é muito sofrido e a gente paga 50% de tudo que produz, não pode criar uma cabra porque o proprietário alega que o motor é a óleo diesel, então num quer comprar óleo pra dar água pros bichos da gente, então a gente tava numa vida muito sofrida lá e esse momento a gente acha que é muito interessante pra que a gente possa lutar pela terra". Ai foi e disseram : "Homi é o seguinte, você veja lá com o pessoal, forme um grupo, a gente vai lá, se reúne e passa pra eles o que é o movimento, né? Como se dá essa luta. Não é fácil, é uma luta difícil, mas se vocês acharem que é interessante a gente vamos pensar nesse caso".*

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

De fato, a luta não foi fácil. Em Nova Descoberta, por exemplo, primeiro assentamento de reforma agrária da Chapada do Apodi, os agricultores lembram de que foi preciso, logo após terem deflagrado a ocupação da fazenda de Filastres, *brocar na mira da pistola...* Enquanto trabalhavam em mutirão na terra ocupada,

perceberam o pistoleiro enviado pelo ex-patrão para lhes ameaçar a vida:

- Aí num ficou nada fácil pra o proprietário, né? Era a gente aqui e ele acolá, né? Chegemos com o travessão, chegemo lá na Aurora, aí quando a gente passamos a limpar assim as coisas pra ficar bom pra gente passar e ele contratou até um amigo da gente que morava em Sobrado, no comércio, com o nome de Bonitim... foi contratado pra matar nós, contra nós. Pistoleiro. Mas aí Bonitim chegou, ainda botou na mira ainda, ameaçou, mas aí ele disse: "Eu num vou fazer isso não. Aí tem revólver, aí tem foice, tem machado, tem facão. Na hora que eu fizer isso, eu vou morrer na hora". E muito amigo de nós! Era um pistoleiro, mas era amigo da gente.

- E vocês sentiam medo?

- Não, tinha nada! A gente tudo no trabalho, tudo de sangue quente, né. Quando a gente via qualquer coisa, já ficava tudo pensando, "se for alguém, a gente já vai"...

- Eu tinha medo, minha fía! (risos)

- Duas!

[Zé Inácio, Maiana, Raimunda e Teresinha, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

Em Moaci Lucena, apesar dos relatos indicarem a complexa relação de patronato que se estabelecia na fazenda Boca da Mata, com o patrão tendo sido padrinho de alguns de seus ex-moradores como tratamos no capítulo anterior, tampouco deixou de haver conflito quando os apadrinhados se rebelaram, conforme Zé Holanda vai descrevendo o desenrolar desde o momento que as famílias decidiram ocupar a terra:

Aí quando a gente chegou (da conversa com o sindicato), a gente reuniu o pessoal, principalmente as famílias que moravam aqui, né? Aí a gente disse pra elas: "Gente, ói, existe a possibilidade da gente lutar por essa terra, mas Deus queira que seja uma forma amigável, que não tenha briga". Porque era, mesmo sendo os patrões que de certa forma vizavam o lucro, somente o lucro, mas a gente tinha um vínculo de amizade bem próximo, né? Nesse ponto era até mais ou menos, não era Seu Zózimo? (...) Aí a gente decidiu ocupar, né?! Fez a ocupação, ficou acampado aqui num canto aqui da propriedade na época. Acampou e ficou lá acampado, aí começamos. Aí começou as divergências, começou a se tornar o conflito, né?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Em ambos os casos relatados, tanto para os agricultores e agricultoras de Moaci Lucena quanto de Nova Descoberta, houve um acontecimento considerado definidor para motivá-los a seguir na luta, a despeito da violência do conflito que se configurava e do tempo que custava para os órgãos administrativos e do judiciário decidirem pela desapropriação das fazendas: o momento que eles puderam

vivenciar *aquele prazer, aquela alegria de não ter que partir com ninguém*, de não serem mais constrangidos pelas obrigações da *meia* e da *terça* e serem inteiros donos de si e, sobre o que suas mãos produziam, poder *dizer assim que era sua*, de *trabalhar com fôlego* e serem *uns heróis*:

- *Aí nesse momento que (o INCRA) veio fazer vistoria, a gente entrou também num acordo com o pessoal da área da terra, o dono da terra, pra que a gente saia de ocupação e voltava pras nossas casas, as casinhas de taipa. (...) Aí a gente também impôs a nossa exigência, né? A gente voltava, voltava, mas com direito de plantar o ano seguinte sem pagar renda, não foi Zózimo? Aí eles já ficaram já “ô, não”, “então nós vamos ficar aqui”, aí só sei que acertou, né? Voltamos! Plantou pouquinho, mas a gente já, aquele momento eu eu pensei na hora: “Rapaz se der certo, já vai ser um motivo a mais pras famílias se agarrar a essa causa”. Então, a gente tirou pouca coisa, mas o que tirou a gente já vivenciou aquele prazer, aquela alegria de não ter que partir com ninguém.*

- *De dizer assim que era sua. Que antigamente o cabra era sujeito, quando chegasse a parte dele já tinha chegado na conta, né? Só mandava no que tirava, nera?*

[Zé Holanda e Zózimo, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

- *Sei que deu certo, cerquemos o círculo, aí “vamo trabalhar!”. Foi desmatando, foi muito fogo aqui no primeiro ano... as terra muito boa. Menina, mas era uns cercado de milho bonito, viu? Milho, feijão, algodão dava naquela época, ainda dava... Algodão ainda tava muito bom aqui, não tinha o danado do Bicudo, né? Ai era... Deus mostrou um jeito que nós trabalhemo aqui e fazia mesmo. Mesmo o pouco que a gente plantava, mas com a mão de Deus no meio dava rendimento.*

[...]

— *Passando necessidade...*

— *Passando necessidade!*

— *Tudo passando fome, comendo carne de preá, mas passemos! E outra coisa, mas aí nós... mas nós sempre dizia assim: “mas nós tamos com a terra cercada, mas não temo condições de trabalhar. Mas vamo trabalhar com fôlego porque o cabra só faz trabalhando, né?” Mas graças a Deus nós fomos, fomos uns heróis, porque nós aprontava a terra, na época aprontava a terra e fazia de tudo pra plantar, né? Tinha gente que tirava aí 200, 300 arroba de algodão com todo esse trabalho.*

[Zé Inácio, Dandão e Teresinha, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

O momento de definição sobre as desapropriações, além de servir para que os ex-trabalhadores confirmassem o sucesso de suas lutas pelo anúncio do resultado de terem conquistado a terra, foi também significativo para informar uma outra significação sobre si mesmo, na medida em que se formulava uma nova imagem em que passam a se reconhecer como *vencedores* e como preparados para vivenciar um novo tempo de suas vidas marcado, enfim, pela *paz*:

E a gente batalhemos, mas graças a Deus, e hoje vencemos e não morreu

ninguém. Morreu por que Deus levou, né? Mas de pistoleiro matar, não teve isso não. Depois ele (o proprietário) recebeu o desapropriação dele, aí veio a demarcação dos terreno e aí foi tudo em paz.

[Zé Inácio, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

Em Moaci Lucena, temos um relato que nos permite testemunhar com um pouco mais de detalhe o que significava, no cotidiano, a expectativa por esse resultado:

- O pessoal do Incra veio, gente sem o (laudo)... "Gente, pelo amor de Deus, vocês vem aqui, fizeram vistoria, a gente já tem um contato com o pessoal da CPT, com o Júnior, Zé Carlos, Edivan, também com o seu Moaci, mas como a gente vai saber que essa área vai ser desapropriada, né? Pra gente poder ficar mesmo dono dela?". Aí disseram: "Não, tem um programa no rádio chamado A voz do Brasil, vocês fiquem sempre atentos que nesse programa toda vida que for desapropriar uma área vai sair um toquinho aí é uma área desapropriada". E aí a gente ficava, né, ligado! Na semana seguinte, a gente passou a adotar no convívio da gente... as conversas de boca de noite era no alpendre, na latada de Zequinha ou na do seu Seu Zózimo, com o rádio ligado ouvindo a voz do Brasil, né? Aí, no dia 18 de Agosto de 98, a gente tava ouvindo, né? e quando veio o toquinho no rádio... lá ra ra uma espécie de música, aí a gente "óia, uma área desapropriada". Aí ficamos todo mundo na mesa assim meio ansioso, né? Aí foi quando saiu: "Está sendo desapropriada a fim de reforma agrária a Fazenda Boca da Mata (chora) no município de Apodi". Então, pra gente, ah meu Deus, foi uma coisa tão boa. (chora)

- Ele botou o caderninho debaixo do braço e saiu numa bicicleta de casa em casa.

(..)

*- Aí naquele momento foi o **renascimento**. Não só pra mim, né? Mas pra eles que viviam aqui naquele sistema. Então foi um momento muito forte, muita alegria e acho que foi o momento que a gente, até hoje, se eu choro, mas é de alegria, né?! Ele sabia disso, porque ah foi uma coisa muito boa, e melhor agora que a gente chegou a essa conquista graças a Deus.*

- E como é que foi a comemoração, vocês ficaram muito surpreso?

-: (risos) A gente fazia uma garrafa de chá e uma de café, nessa hora todo mundo se abraçava, foi uma coisa muito.... (chora)

[Zé Holanda, Dona Socorro e Maiana, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A emoção de Zé Holanda, longe de atrapalhar o relato, nos informa sobre a profundidade com que se vivia e sentia essa trajetória de luta. O mais profundo, de fato, é a pele. Tão profundo, que mesmo àqueles que não compartilharam da experiência podem, pelo relato dela pelos que a vivenciaram, serem profundamente afetados.

As ocupações de terra se seguiram na Chapada do Apodi, somadas depois por outras modalidades de acesso à terra, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário que, em outras comunidades da Chapada, foi acionado pelos

trabalhadores rurais sem terra para adquirirem áreas através de financiamento junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De uma forma e de outra, somando-se ainda algumas comunidades em que as terras são tradicionalmente ocupadas por mecanismos de herança, podíamos dizer, até o momento da realização da pesquisa de campo, que *os pequenos* no Apodi haviam realizado o *sonho de possuir uma terrinha para plantar e criar tudo que a gente quiser*

A conquista da terra trouxe para nós uma nova perspectiva de vida familiar, é a oportunidade de vivermos trabalhando no que é nosso. (STTR, 2012)

Vimos que a fuga do Cativoiro se relaciona à construção de autonomia sobre diversas dimensões da vida. Primeiro, o alargamento dos espaços de construção da política para além *dos políticos*, onde através das reuniões escondidas, da criação da Associação e da tomada do sindicato, bem como da liberdade de construir parcerias, *os pequenos* passaram a *ter voz* e, através dela, ir definindo coletivamente quais eram as questões e necessidades comuns e por onde demarcariam as *sugestões*, estratégias que apontariam pras *saídas* do Cativoiro.

Vimos também que essas saídas passaram pela construção de autonomia também no que diz respeito ao acesso à água, até então negada pelos *militares*, pelos *políticos* e pelos *patrões*; no acesso às sementes, necessárias para garantir a produção; e no acesso à terra, até então negada pelo sistema fundiário concentracionista que imperava na região.

A despeito dos riscos da sistematização de alguns desses movimentos, valorizamos aquilo que neles havia de capacidade de produzir ressonâncias. E, assim, compreendemos as bases sobre as quais se forjaram uma fuga do Cativoiro, um *renascimento* para a Liberdade que tornou possível o começo – a criação de um outro *sistema*, de *uma nova cultura de vida*:

Aí veio, aí começou, né?! A primeira batalha tinha sido conquistada, que era a luta pela terra. Nós tinha conseguido a terra, aí consequentemente, vem a questão de viver na terra, conviver nessa terra, a gente precisava de que? Precisava de habitação, de eletrificação, uma estrutura básica pra gente viver, né?! E aí foi quando a gente parou e "ó, gente, (...) a partir de hoje a gente vai vivenciar uma nova cultura de vida, né? A gente vai viver uma vida não pensando só na gente, né? Mas sim no coletivo, num grupo de 20 pessoas. A partir de hoje vai ser 20 famílias a habitar aqui a Fazenda Boca da Mata, né?! E a gente vai começar é de agora, né?"

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

6.5 Agora é como fazer

Depois de muito começo, *é de agora* que haviam as bases, então, para *começar uma nova cultura de vida*. Conquistada a terra, vinha a *questão de viver na terra, conviver nessa terra*, para as quais as *saídas* a se buscar partiam da Recusa ao *sistema* do Cativoiro à emergência daquilo que lhe diferenciava, daquilo que, vindo do profundo dessas diferenças, se expressassem à superfície no sentido de habitar a terra com um *novo sistema*.

Aí criou a associação, aí dai pra frente foi só a questão de ir se adaptando a um novo sistema, né?

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Esse novo sistema não veio num manual. Não há fórmula, nem condensação a posteriori nos termos de uma “agricultura familiar e agroecológica” que lhe explique. Entre as definições disponíveis no dicionário Aurélio para a noção de “sistema”, talvez ele se assemelhe no caso menos àquelas proposições que o indicam como um conjunto de elementos reunidos “para a formação de um corpo ou doutrina” com perspectiva de “classificação” e mais para aquilo que indica as possibilidades de “combinação”, “conjuntos de meios e processos empregados num determinado fim”, “conjuntos de ideias consideradas mais em sua coerência do que em sua verdade”.

Diferente do capítulo anterior, em que as memórias tiveram centralidade para a caracterização do sistema do Cativoiro, aqui, para um esforço de caracterização do *novo sistema*, haverá mais fluência entre a lembrança do passado e a descrição do vivido... Se o Cativoiro era algo que se falava sobre o qual se tinha passado (e sobre o medo de seu retorno), as memórias da terra livre se misturam aos retratos do chão, da visão sobre aquilo que lhe foi feito por uma gente que tinha, enfim, antes de tudo, liberdade para experimentar.

6.5.1 Um sistema informativo

Contra a solidão de laços do Cativoiro, os agricultores e agricultoras no Apodi mencionam que as parcerias estabelecidas ao longo do processo de organização

comunitária ou entre o sindicato e os movimentos sociais que à época se somaram para fortalecer a luta pela reforma agrária reverberaram também sobre a criação de uma rede de aprendizagem, na construção de um

(...) um sistema informativo, que a pessoa tivesse mais atendida com os movimentos, né?! participando de reuniões do sindicato, participando de intercâmbios, conhecendo outras experiências noutros cantos, né?! Começar a ver que, aqui, tinha que ter alguma outra forma de viver, né?!
[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

A liberdade era também a possibilidade, negada nos tempos do Cativo, de *estudar*, de aprender com. *A luta foi minha escola*, diz Dona Francina, enquanto monta seus versos. Seu Dandão aprende a escrever o nome da terra conquistada “Nova Descoberta” e, só depois, seu nome nas aulas de alfabetização de jovens e adultos que os agricultores e agricultoras passaram a ter nas sedes das associações que se levantavam em mutirão. Para Edilson, foi a aproximação com a CPT que lhe ensinou tudo, inclusive, que ele, mesmo sem saber ler, *podia ser qualquer coisa*, inclusive, e *principalmente*, diretor do sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais:

Eu lembro que a CPT foi minha escola, eu queria dizer a vocês também, eu gosto de colocar isso, eu não tive oportunidade de estudar, e não tenho vergonha! A gente colocava muito isso quando a gente tava discutindo em nossos debates, aí dizia: “- Não, mas, o que um analfabeto quer pro nosso povo?”. Eu dizia: “- Eu não posso ir pra direção do sindicato, que eu não sei ler”. E a gente viu que a direção do sindicato tem que ser do trabalhador, nós não sabia ler porque não tivemos oportunidade, a culpa não foi nossa! A culpa era daquele governo... que a gente via que só quem tinha como estudar mesmo era os filhos do doutor, os filhos do fazendeiro, e a gente viu que a gente não tinha culpa nenhuma de aprender a ler, mas a gente podia ocupar cada órgão, ser qualquer coisa! E, principalmente, a direção do sindicato! A gente não podia permitir que a direção do sindicato fosse um doutor que não tinha nada a ver com a causa, aí foi uma luta muito grande!
[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

Dava-se início, também, a uma dinâmica que até os dias de hoje segue sendo muito valorizada pelos agricultores e agricultoras do Apodi, de trocas de experiências. Já tratamos, no capítulo que apresentou o perímetro irrigado de Santa Cruz, sobre como a metodologia de intercâmbios foi considerada em sua potência quando da necessidade de entender sobre o que significava o projeto do perímetro irrigado e a expansão do agronegócio que lhe acompanhava, seus efeitos sobre a vida de comunidades rurais semelhantes, tendo, os agricultores e agricultoras do

Apodi, realizado muitas visitas, especialmente à porção cearense da Chapada do Apodi, para *ver com os próprios olhos*.

No presente caso, os agricultores se referem à mesma metodologia, mas aplicada também para que possam travar ou aprofundar conhecimento de outras experiências que lhes informem sobre técnicas produtivas, de manejo da criação, de irrigação, de artesanato etc. Ao longo das últimas décadas, são *incontáveis*, segundo eles, as *oportunidades* que construíram nesse sentido.

Hoje, além de seguirem utilizando essa metodologia entre as comunidades, e de contarem com uma série de organizações da sociedade civil que os assessoram nesse sentido, os agricultores e agricultoras do Apodi se orgulham de poder, eles mesmos, estarem também ocupando o outro pólo dessa relação de conhecimento, como quem tem algo a ensinar: sendo visitados por grupos de agricultores e de pesquisadores de várias regiões do mundo, tomam emprestado a valorização que vem de fora para valorizarem neles mesmos aquilo em que se tornaram: a referência de um *outro modelo de vida*:

Nós, inclusive, um município do Nordeste, que recebia intercâmbio do mundo inteiro, inclusive, graças a isso, esse ano agora a gente recebeu a visita de duas universidades alemãs, por causa de quê? Por causa dessa parceria que a gente tem [...] pra que esses companheiros conhecessem esse outro modelo de vida.

[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

6.5.2 A arte de zelar

A lógica econômica do algodão, tal como descrita pelas memórias de Cativoiro no capítulo anterior (realizada em grandes monocultivos, apenas combinados com pequenas áreas onde se plantava milho e feijão), acarretava, na recordação dos ex-trabalhadores das fazendas, a utilização de muito *veneno* e de outras práticas consideradas por eles predatórias, como o desmatamento e a queimada.

Conquistada a terra, a nova *questão de viver na terra* levou os moradores mais antigos a pensar e experimentar mudanças àquele sistema produtivo do algodão, que apontassem para o que poderia vir a ser uma outra *cultura* que, na prática,

(...) não fosse plantando só milho, feijão e algodão, né?! Mudar a cultura, deixar de desmatar aquela forma de derrubar a mata toda, de queimar, de usar veneno, né?! Que a gente usava muito veneno no plantio do algodão aqui. O algodão aqui era o carro-chefe e só era possível trabalhar algodão com muito veneno. E a gente disse : "-Ói, isso aí mata! E a gente já sabe disso, e o pior é que mata lentamente, então, nós vamos deixar de usar veneno, vamos deixar de queimar, porque os lotes são pequenos, lote de vinte, de dezoito hectares... se a gente continuar desmatando assim, quando for com 5 anos nós não temos mais nem um pé de mato". Aí o pessoal, graças a Deus, abraçaram a causa, né?!

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Aos moradores mais velhos, ex-trabalhadores das fazendas, dizem ter sido os que, apesar da idade avançada, mais facilmente aderiram às mudanças, pelo que, por terem vivido no Cativoiro - *o sistema que viu que não dava* melhora – eram os *melhores da gente mudar a forma de vivência*:

Quer dizer são pessoas que mesmo com a idade, né?! Seu Zózimo com sententa e tantos anos, mas é um cara que faz o raliamento, rebaixamento da mata, né?! Trabalha o manejo da caatinga! Produz o alimento orgânico pra ele, né?! ... o feijão, o milho, o gergelim, o gerimum, faz os silos dos seus animais, né?! Então, mudou uma cultura. A gente diz, tem pessoas que diz que a pessoa depois de velho é difícil se transformar, né?! Eu sei, eu digo, que os jovens da melhor idade de Moaci Lucena foram os melhores da gente mudar a forma de vivência foram eles, porque eles vinham no sistema que viu que não dava, né?! Era uns 40, 50 anos na luta e nada tinha melhorado, né?!

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Perceberemos, então, que uma das rupturas apontadas pelos agricultores entre *aqueles tempos* e *agora* se expressava nos marcos de um *equilíbrio* que pôde ser *recuperado*, pelo que *as pessoas deixaram de queimar, deixaram de usar veneno* - noção essa (de *equilíbrio*) que atravessa muitas das caracterizações que se ouvem falar, ao longo das andanças por várias comunidades no Apodi, sobre o que marca esse *outro modelo* tornado possível – algo que transita entre as causas e efeitos dessa diferença:

*Quando a gente lutou por essa terra aqui em 96, você dificilmente você não via um tatu mais, tamanduá ninguém via. Hoje você vê o tamanduá, você vê o tatu, teve gente que já viu veado mateiro lá no cajueiro, né?! Seu Dickson viu um aqui na área de reserva legal. Então, isso é sinal de que o equilíbrio funciona aqui no Moaci Lucena. As pessoas deixaram de queimar, deixaram de usar veneno, então, a gente tá conseguindo agora botar essa flora no equilíbrio, né?! Então tá voltando o tatu, tá voltando o tamanduá, tá voltando o veado, é avoete, nambu a gente já conseguiu detectar aqui em torno de 5 espécies, que é a pé roxo, a pé vermelho, a cor do niz, a espanta boiada e uma pequenininha que eu não tô lembrando o nome, mas quer dizer, tem cinco tipos de nambu. **Naquele tempo era dificilmente.** As abelhas nativas,*

jandaíra, muita jandaíra no mato.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Assim é que podemos ver o desejo desse equilíbrio - tido não como algo que simplesmente se preserva, mas que socialmente se constrói - atualmente expresso em vários relatos sobre o cotidiano da *lida com a terra*, na recusa de técnicas que lhes agride em sua capacidade de suporte e, em contraparte, na realização de outras técnicas que imprimem a dimensão de *zelo*, tido aqui como a categoria nativa equiparada ao imperativo do cuidado:

Todo mundo hoje, o pedaço de campo que tinha na sua área zela com maior prazer, né?! Leva o esterco da criação, bota lá dentro, não queima, não usa veneno, tira os animais antes de consumir todo o comer que tem, pra não ficar no solo limpo que nem essa estrada, né?!

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Uma manifestação emblemática sobre a arte de *zelar* pode ser vista na relação que os agricultores e agricultoras do Apodi mantêm com as sementes. Visitando a casa de Seu Poroca, pergunto sobre as sementes que ficavam à vista, guardadas sobre a meia-parede que divide a cozinha dos dormitórios, ao que Seu Poroca me responde com a lembrança dele pequeno, ao redor da mesa com seus tantos irmãos, num período de *seca braba*, em que a mãe se esforçava pra cozinhar os feijões distribuídos pelo governo por *horas a fio*, sem que eles ficassem bons, pois *não amoleciam de tão ruim que eram*:

E, ainda assim, não tinha quem convencesse meu pai a usar as sementes que ele tinha guardadas. Ali era semente boa, que tinha que esperar chuva pra poder plantar, não podia ser de comer, nem que a gente tivesse ali passando quase fome. Ele esperava, porque não podia jogar fora, era o que a gente tinha. Se a chuva desse uma chance, nós cuidava e plantava e rendia.

[Seu Poroca, durante andança na comunidade de Baixa Fechada]

Ter *zelo* pelas sementes, guardar as melhores espécimes e as diversificações que vão adquirindo na base de experimentações e trocas, saber delas quais são pra plantar *ligeiro*, quais demandam muita *aguação* e quais não, é um conhecimento e uma prática que os atravessam. Para além da dimensão útil dessas informações, há um quê do zelo que se justifica por si mesmo: Golinha, ao apresentar as mais diversas sementes de milho que têm em sua posse, variedades crioulas que têm

sido transmitidas em sua família já há quatro gerações, apresenta aquela que ninguém mais utiliza pra plantar, mas que ele ativamente cuida de manter:

Essa aqui vai fazer mais de, vixe, já vai fazer mais de 300 anos. Ninguém mais usa dela não, é a “vida longa”, mas eu guardo porque a gente tem que guardar, né? É uma semente forte, já foi muito importante, a gente nunca sabe. Passou pelo meu pai, pelo meu avô, não sou eu que vou deixar acabar.

[Golinha, durante andança na comunidade de Sítio do Góis]

Ainda Golinha, nos diz em seus versos, uma definição para as sementes, que nos ajuda a compreender o que lhes motiva, num empenho que atravessa gerações, a preservá-las, pelo que se preserva a própria vida:

Eu sou a essência da vida. Sou o princípio de todas as coisas. Na cadeia alimentar, eu sou pré-primária, porque não nasci, mas quando nasço, todos viventes da terra dependem de mim, [...] me tem como principal alimento.

[Golinha, durante dia de contação de história na comunidade Sítio do Góis]

O *zelo* anda par e passo com a Desconfiança – Desconfiança essa que já averiguamos ser vital para essas pessoas. É também Golinha, nos lembrando o episódio em que Xandoca na comunidade de Queimadas me dizia *jogar fora* as sementes distribuídas pelo governo *que não servem nem pra dar pras galinhas*, quem nos fala de sua Desconfiança, sempre que viaja para alguma atividade em que é convidado a apresentar seus mais de trezentos tipos de sementes nativas e sofre certa dificuldade pra definir com quem pode ou não trocar alguns exemplares:

(...) porque eu não quero nem chegar perto das sementes transgênicas, né? Se a do cabra não for de verdade, eu não troco não. E já fizeram dessas até de feijão, dá pra acreditar? Ela não vinga, vinga só uma vez e dali é tudo estéril, sem vida. Da semente que é a vida em pessoa, tiraram a vida, aí não dá pra acreditar, né?

[Golinha, durante andança na comunidade de Sítio do Góis]

6.5.3 A arte de *conviver*

Seguindo na linha de identificar as rupturas que se seguiram ao Cativoiro, no que implicaram a ampliação do campo de possíveis, com reverberações sobre a autonomia dos agricultores, destacamos adiante algumas aprendizagens no âmbito de uma liberdade que se inaugurava não só sobre a capacidade de experimentar respostas, mas, de forma muito mais ampla, de uma liberdade que possibilitava a formulação de outras novas questões: conquistada a terra, como *conviver nessa*

terra?

Chamamos a atenção para a diferenciação que a pergunta permite emergir: não se trata de uma concepção de terra genérica, que fosse dotada de uma essência ou substrato comum que permitisse a um pensamento lhe ocupar indiscriminadamente – esta é a concepção que lastreia, basicamente, a prática do monocultivo que, através de seu arsenal químico e mecânico, permite equalizar no mesmo tom uma extensa área a que se é forjada determinada condição e atribuída determinada finalidade. Ao invés, essa nova questão se condiciona a uma terra específica, esta e não outra, que apresenta, por suas qualidades e não outras, possibilidades de destino a serem descobertas.

A resposta, portanto, sobre como *conviver nessa terra* implica um esforço prévio de conhecer essa terra, lhe descobrir em sua potência, para poder, então, se articular com ela. *Essa terra* específica, única em suas diferenças, que os agricultores e agricultoras do Apodi passaram a conhecer e a se articular, em convivência, em co-vivência, é, por suas qualidades e não outras, semiárida, com seu bioma e condições naturais peculiares.

Num nível mais imediato, podemos perceber, por exemplo, no que diz respeito às práticas extrativistas, intrinsecamente relacionadas à noção de aproveitamento do que o meio oferece, registramos que, *naquele tempo* do Cativeiro, aquilo que era passível de ser coletado não era traduzido como *fonte de renda*, por aquilo que já dizíamos faltar o *sistema informativo*, só tornado possível, conforme nos explica Zé Holanda, na medida em que a fuga do Cativeiro favoreceu o *conhecimento juntado* (*o conhecimento teórico do técnico com o conhecimento prático da gente*), possibilitando posteriormente aos agricultores *descobrir vários potenciais que estavam aqui adormecidos*, especialmente na conjunção do aproveitamento da caatinga para aumentar a renda familiar:

*Aí veio a apicultura, que é uma coisa, quando tem inverno pra nós é uma fonte de renda muito forte, né?! Uma lata de mel - eu hoje vi em Apodi na feira - um balde de mel de 25 quilos, sendo comercializado a R\$ 160,00. Então eu vi um cara lá chegar com duas latas, dois baldes de mel, vendeu por R\$ 320,00 e saiu feliz da vida porque ele vai fazer a feira, né?! Ele trouxe 50 quilos de mel e, com certeza, vai levar uma feira grande pra casa, né? **Aí isso a gente não tinha naquele tempo, né?! Não tinha, não tinha o conhecimento.** A gente ia pro mato tirar uma abelha no oco de uma árvore, mas pra comer... o mel daquela época não era uma fonte de renda.*
[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Na consequência da ideia de aproveitamento, soma-se uma dimensão muito presente na vida desses agricultores e agricultoras, que é a de recusar o desperdício. Da carnaúba, seu aproveitamento se dá desde o talo, raízes, fibra, fruto e caule às suas folhas, extraídas num processo que demanda força e habilidade no manejo de longas varas dotadas no seu extremo de uma lâmina para seu corte, após o que são postas para secar e, então, são trançadas pelas mãos das mulheres que com elas fazem artesanato, em longas conversas nos fins das tardes na comunidade de Queimadas. O pó que se acumula pelo manuseio das palhas é guardado e transformado em cera, após o que é colorido e prestará a fazer os acabamentos finais dos vasos, cestas e luminárias.

Da caatinga, se sistematizam o uso das plantas que podem ser aproveitadas em seus fins medicinais, das que servem pra fazer lenhas ou cercas, das que podem ser oferecidas à alimentação humana e à ração animal.

Figuras 63, 64 e 65– Exposição fotográfica à caatinga





Fonte: Talita, Natália e Regina, pesquisadoras Populares de Moaci Lucena (acervo da pesquisa)

Das árvores frutíferas, saber não apenas lhe colher as frutas do pé, mas *catar as que ficavam desperdiçando no chão*, e delas fazer polpas que, levadas na sela da bicicleta de Gilson, vão ser vendidas aos *clientes fiéis* na cidade, ou produzidas em maior quantidade pela associação de Carpina vão ser comercializadas na feira da agricultura familiar, com pretensão a adquirir o selo da vigilância sanitária e, assim, ampliar o negócio.

Dos coités, lhes raspar o interior e, depois de secos, lhes utilizar como cuia. Das flores do mufumo, fazer brinco com que as crianças se divertem, de suas sombras fazer lugar seguro pra conversar e namorar.

Do coqueiro tirar o coco e do pé de mamoeiro cortar o galho que, oco por dentro, lhe servirá de canudo, a se oferecer aos convidados que riem da invenção. No torneio leiteiro, as mulheres ensinam a fazer do bode o cozido, os miúdos servindo pra buchada, mas também de seu leite doces e de sua pele o couro que vai proteger os vaqueiros dos espinhos e arbustos da caatinga.

Da lama das beiras dos rios, se extrai o barro que servirá a se fazer potes, que armazenam e organizam as coisas na casa e que também protegem de impurezas e esfriam a água de beber. Dele também se fazem os tijolos com que se levantarão as casas em mutirão ou com que se fazem as paredes das casas de taipa.

Mas *descobrir vários potenciais*, como Zé dizia, não equivale simplesmente à dimensão extrativista do aproveitamento do que existe. É também preciso saber *como manejar*. Pois *conviver* significa aproveitar sem fazer disso sinônimo de

destruir. Lembrando como *a mata* era *desprezada* pelos antigos donos das fazendas que só buscavam *abrir espaço pro algodão*, Gilson nos ensina sobre o manejo da caatinga.

Isso aqui, olha, ali pra dentro tem mais, essa daqui, olha, arueira. É muito preservado, você pode prestar atenção. De primeiro eu fui nascido e criado aqui dentro, nascido e criado aqui dentro e hoje eu tenho 44 anos de idade, eu nasci e me criei aqui, de primeiro, quando a gente não tinha noção de nada e a gente trabalhava aqui e a gente pagava a renda ao patrão, né?! Ai essa aqui era só mato, isso aqui, daqui até sair no assentamento acolá, só tinha um pedacim que não era mato que estava lá já perto do assentamento (...) Ai era pelo quanto a gente tirava ali pras caeiras, pra queimar carvão, pra queimar cal em Soledade. (...) Ai a gente tirava daqui pra lá uma carrada de lenha. Olha, era sabiá dessa grossura! Quando a gente botava a sabiá no chão, era de tirar 3, 4 metros de lenha só numa tora de sabiá. Quer dizer, rolava um morão dessa grossura, a estaca ia, ia tudo. Nós só viemos acordar quando surgiu o assentamento, porque se não fosse assentamento, você pensa que existia mais mato aqui? Aqui taria só o oco aqui.

- E vocês trabalhavam de meia aqui, né?

- Trabalhava de meia, pagando meia.

- E assim também era de meia?

- Aqui (na caatinga) não era nem de meia. Ali nós tirava por mero, se uma carrada hoje é R\$ 250 reais, nós tirava de R\$ 5 ou 6 reais o metro. Quer dizer, quando nós tirasse 10 metros era que ganhava R\$ 60 reais, quando tirasse 20 metro, ganhava R\$ 120 né? Daí ele (o patrão) vendia a carrada por R\$ 250 (...), ele vendia a carrada por R\$ 250 ficava com R\$ 100 livre, independente, sem pegar nem num pau de lenha. Ele é quem ganhava, né?! Porque o caba que trabalhava é quem perdía. Primeiro de que tudo e outra coisa vou lhe dizer: aqui nós fomos muito humilhados aqui dentro. Humilhado demais aqui dentro, nós.

Desde quando nós entremo aqui (no assentamento) que num existe isso mais não, não existe não.

É só preservando! Olha, está aí ó.ia, ta ai oh.

(...) Agora é assim: o tanto que desmata aqui é o mesmo tanto que deixa aqui desse lado, olha.

[Gilson e Maiana, durante andança no assentamento Moaci Lucena]

Ainda além, *descobrir vários potenciais*, como Zé dizia, não equivale simplesmente à dimensão extrativista do aproveitamento do que existe, mesmo considerando-o numa dimensão de *manejo*. É também preciso saber *o que vinga*. Pois *conviver* significa trabalhar no sentido de, ao invés de *combater*. Somar àquilo que já têm potência e lhe potencializar.

Assim é que podemos compreender os investimentos que, entre as andanças nas comunidades, percebemos se darem com especial ênfase sobre a produção de caju, do arroz vermelho e da caprinocultura.

Próprio da região, o arroz vermelho, também conhecido como *arroz da terra*, *vinga tanto* que

Aqui, você tá vendo, ele tá pronto pra colher. Aí do jeito que tá, depois de colher, é só passar o carro por cima, que dá de novo. Não precisa nem mais nada, só do jeito que tá, de tão forte que ele pega.

[Edilson, durante andança na comunidade de Baixa Fechada]

Não é à toa que, a alguns anos atrás, tendo chegado na região uma empresa do agronegócio do arroz chamada Rice Tech, que pretendia *arrendar* a terra dos pequenos pra cultivar arroz tipo 1 pra exportação, os agricultores foram orientados a que, para que a empresa pudesse introduzir sua variedade (transgênica) de grão, o arroz vermelho precisaria ser exterminado, pois que, na perspectiva da empresa, o arroz vermelho funcionava como uma “praga” que impedia que qualquer outro *vingasse* como ele. Consternados com a notícia que se espalhou da empresa nomear de “praga” aquilo que é entendido como uma das maiores *riquezas* da região, os agricultores não aceitaram os contratos de arrendamento e saíram vitoriosos da *batalha contra a Rice Tech*.

Um destaque que vale enfatizar, por não ser da ordem de um simples detalhe, é o de que, a despeito do quanto sejam valorizadas essas atividades que combinam com a região, elas não se realizam enquanto potência sozinhas. Por mais lucrativo que sejam os cajueiros, por mais organizada seja a produção de arroz vermelho através da cooperativa, por mais cômodo seja a criação do caprino, nenhuma delas é alçada pelos *pequenos* ao status de monocultura em larga escala. Trata-se, antes de tudo, de fazer combinações entre aquilo que *vinga*. Pois se isso e aquilo é bom de pegar, nada é bom de se garantir sozinho.

A diversidade, nesse sentido, é também uma espécie de *zelo*, de um cuidado que precisa ser ponderado a uma convivência que não é das mais simples. Conhecendo-se o lugar, sabe-se que é preciso respeitá-lo também em suas instabilidades, e *ter de tudo um pouco* é uma forma de se precaver para que nunca falte o *de botar na mesa*:

É bom plantar e ter de tudo um pouco, aqui eu tenho uma salada bem dizer, né? Tem as beringelas, pimentão, alface, couve, pimenta, tem vez que um não dê, o outro dá, ninguém passa necessidade, dá sempre pra ter alguma coisa de botar na mesa.

[Dona Maria, durante andança na comunidade de Carpina]

Essa diversidade ora se realiza intuitivamente, naqueles roçados como os de Seu Dedé em que não encontramos ordem aparente na conjugação de tudo que é

possível existir em meio hectare de terra, ora se afirma através de sistemas agrosilvopastoris ou de outras técnicas conhecidas como consórcios, raleamentos e rebaixamentos etc.

E, no mote em que a diversidade se faz necessária para *conviver*, ela opera também no rastro da produção de multiplicidades. Não se basta um quintal em que se combinem distintos cultivos, entre os quais o feijão, o gerimum e a melancia, por exemplo. Pois, observando com mais atenção, perceberemos que não existe o feijão, o gerimum e a melancia no singular e antecedido por um pronome definido, tal qual os conhecemos, mas uma ampla variação entre distintos tipos de feijões, de gerimums e melancias, com tamanhos, cores e sabores distintos, dotada ela mesma da capacidade de se multiplicar e resultar em ainda outras variações. A diversidade, dessa forma, se realiza sobre o que existe, mas é também a partir dela que se seguem criando novas possibilidades do que podem vir a ser novas diferenciações.

Você pensa que melancia é uma só, é? Pois só ali no meu cercado, eu tenho 25 tipos, diferentes totais.

[Dedé, durante andança na comunidade de Queimadas]

Tratamos daquilo que nos pareceu serem estratégias de *conviver* aprendidas e experimentadas ao tempo em que se tornou possível *começar*, com as rupturas ao sistema de Cativeiro e ampliação do campo de possíveis, no que diz respeito à liberdade de *descobrir vários potenciais que estavam adormecido*. Privilegiamos, até então, os relatos que nos aportaram elementos da ordem da produção, pelo que *conviver* atravessa a dimensão de aproveitamento dos recursos existentes, de seu *manejo* e da articulação com aquilo que *vinga*, zelando pela diversidade e multiplicidade.

Adiante, traremos algumas reflexões sobre aquilo a que se costuma mais usualmente se referenciar quando se menciona o paradigma da convivência com o semiárido: o que essa nova questão, identificada pelos *pequenos* logo após a conquista da terra, de *como conviver nessa terra* provocou de *reflexão e sugestão* com relação à situação da água na região.

Como já tratamos, *conviver* demanda conhecer e também respeitar, ir no sentido de, ao invés de *combater*. Essas indicações já aportam muitos elementos sobre por onde passa a diferenciação da forma com que os pequenos passaram a se relacionar com a água – inclusive, com sua escassez – em contraposição às políticas *dos grandes de combate à seca*.

A ideia de convivência reverte a lógica da predominância absoluta do homem sobre a natureza, um dos paradigmas da combinação entre modernidade, progresso, desenvolvimento e crescimento, através da qual são narradas as grandes epopéias em que os homens, por sua capacidade de, com o conhecimento e a técnica, produzir artefatos, subjagam a “tirania” das condições naturais, num expediente discursivo de auto-enaltecimento do homem e de sobrevalorização da tecnologia que repercute seus efeitos práticos sobre a destituição – tanto da natureza, em si, quanto dos saberes e fazeres daqueles que com ela se articulam de outra forma.

Pois que, no Apodi, aos períodos de estiagem cabem a previsão dos profetas das chuvas e a fé de que não sejam duradouros. Reconhecidos em sua existência e periodicidade, é o que dá valor às *áreas de sequeiro*, justamente aquelas que se perderiam com um projeto que prometa irrigar tudo, posto que destinada justamente às culturas mais resistentes, que precisam de pouca ou quase nenhuma *aguagem* pra *vingarem*. Nas áreas de sequeiro, predominam pequenas plantações de feijão, milho e a criação de pequenos animais.

Para ampliar a disponibilidade de água, vimos já como *com pouca coisa* os agricultores de Água Fria conseguiram *resolver o problema do povo*. Das primeiras bombas d'água manuais distribuídas entre as cinco comunidades que faziam parte da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos muito se avançou no sentido da construção e difusão de *tecnologias sociais* na região.

As cisternas de placas, feitas para captar a água da chuva para abastecimento humano, são as que mais se destacam na paisagem, em termos de sua expansão numérica. À que se somam outras tecnologias próprias a incrementar a capacidade de armazenamento de água pra produção, seja pra irrigar pequenas hortas ou quintais, ou para servir à dessedentação animal, a exemplo das cisternas-calçadão, dos barreiros-trincheiras etc.

Figuras 66 e 67 – Tecnologias sociais (barreiro-trincheira e cisterna-calçadão)



Fonte: Agnaldo e Ana Flávia, pesquisadores populares de Bamburrall (acervo da pesquisa)

Em algumas comunidades, há a implantação de projetos mais elaborados, geralmente em parceria com centros universitários, como é o caso do sistema que faz o tratamento e aproveita a água utilizada nas residências para irrigação de áreas

coletivas, visitado no assentamento de Milagres.

Na diversidade dos materiais utilizados, formas de funcionamento e finalidades que permeiam cada tecnologia, uma convergência: além de operarem como “técnicas”, elas são decididas – a quais comunidades vão se destinar, quantas e quais famílias serão contempladas – em processos coletivos de reflexão e decisão. Da plenária da primeira associação à plenária do Fórum da Agricultura Familiar, onde atualmente se reúnem as lideranças comunitárias de todas as associações, membros do sindicato e dos movimentos e organizações parceiros, seguem se atualizando aquela dinâmica coletiva através da qual um espaço comum de formulação da política dos *pequenos* lhes servem para que questões como essas sejam formuladas e respondidas, atentando-se a critérios de *necessidade*.

Também em sua fase de execução, na construção propriamente dita das tecnologias sociais, se lhes configura certa similaridade ao se pretenderem, ao longo do processo de construção, com que sejam mecanismos pedagógicos e políticos de reflexão junto aos agricultores e agricultoras que, em outras configurações, seriam compreendidos apenas como “público-alvo”. Envolvidos no trabalho da construção, com a contratação de moradores para realizar as obras, e também através de cursos de formação sobre os usos, significados e manutenção daquela tecnologia, capilariza-se ao nível das famílias as reflexões travadas no âmbito das plenárias.

Em algumas regiões do Apodi, entretanto, a disponibilidade de água não é um problema, pois, mesmo estando à mercê do mesmo índice pluviométrico, gozam do privilégio de se localizarem nas proximidades de algum dos rios que cortam o município, aí não sendo preciso muito mais do que *ir pegar*, pois a natureza já faz seu trabalho:

Sabe como é minha irrigação? Eu fico a um pedaço do rio, vou lá e pego quando preciso.

[Edilson, durante andança na comunidade de Santa Rosa]

Ou, ainda no sentido de que trata-se de *ir pegar*, mas com um pouco mais de empenho, alguns agricultores, especialmente da região do Vale, têm facilidade em conseguir água através da perfuração de poços artesianos que lhes possibilitam captá-la da reserva do aquífero Jandaíra, que se distribui em sua extensão entre

municípios do Rio Grande do Norte e do Ceará:

A gente cavando aqui, um poço de só dez metros, já acha água suficiente.
[Bebé, durante andança na comunidade de Baixa fechada]

Ainda assim, mesmo onde a água é captada com mais facilidade, vemos que seu uso não deixa de ser mediado por dois movimentos paralelos ao que é próprio de *conviver*: o aproveitamento que cuida não haver desperdício, e a demanda pautada na necessidade que cuida ser auferida por critérios de suficiência.

A melhor forma para auferir como isso se realiza foi apresentada através das visitas às experiências de pequenas irrigações, conduzidas pelos pesquisadores e pesquisadoras populares de Santa Rosa. No roçado de Seu Francisco, pudemos ver sua explicação sobre o sistema de gotejamento com que irriga seu plantio de arroz, enquanto que no de Seu Tico pudemos ver um sistema de micro-aspersão com que irriga suas hortaliças.

Figura 68 – Pequena irrigação



Fonte: Agnaldo e Ana Flávia, pesquisadores populares de Bamburral (acervo da pesquisa)

Considerando a diversidade das realidades e das necessidades vividas em cada região, os agricultores e agricultoras do Apodi já se engajaram na formulação de dois projetos que, escritos por eles em parceria com pesquisadores e movimentos sociais, sistematizam os desejos coletivos de *melhorar* a vida dos agricultores e agricultoras lhes facilitando o acesso à água, quais sejam, a proposta de perenização do Rio Umari e um projeto de irrigação por gravidade intitulado Projeto Padre Neefs. Ambos, depois de pensados sob uma lógica que contemplava os critérios de necessidade, viabilidade e eficácia dos *pequenos*, foram apresentados às instâncias do governo municipal e estadual e seguem até hoje *engavetados*:

*A gente começou até a elaborar um projeto (...) aí a gente desenhou o projeto pra que a gente pudesse ter 200 hectares de área irrigada pra ser projeto modelo, pra que a gente pudesse ampliar pro outro lado, e o que foi que aconteceu? O companheiro faleceu, depois, a gente continuou com o João Abner, e o pessoal engavetou o projeto. O professor João Abner, que eu acho que boa parte de vocês conhecem, foi um cara que deu uma grande contribuição na nossa luta, pra isso aqui. **O projeto, o governo engavetou. Engavetou por que? Porque essa água não era pros pequenos!***

[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

6.5.4 A arte de fazer no coletivo

Certa genealogia das histórias de mutirão e solidariedade, traços tão recorrentes na configuração das relações sociais que se estabelecem no Apodi hoje podem ser encontradas desde as histórias de Cativeiro: ali, por exemplo, quando, em Moaci Lucena, se fala dos trabalhadores plantando e colhendo as sacas de algodão em mutirão, das práticas costumeiras de se dividir a carne dos domingos e o produto dos saques nos tempos de *necessidade*.

Na época, eu também trabalhei mais seu Zózimo e Zequinha, a gente trabalhava junto. Essa cultura do mutirão a gente conhece deste o tempo que a gente trabalhou aqui (pro patrão) né? A gente trabalhava nos broques, não era, Zózimo? Trabalhava nos broques, nos plantios, nas limpas, na colheita, isso era uma vivência muito que a gente fazia.

[Zé Holanda, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Vários outros exemplos emergiram dos relatos havidos em outras comunidades, que nos falam sobre como, em sua origem, talvez essas práticas comuns tenham se afirmado diante da necessidade de ter respostas àquilo que era

uma ameaça também comum: o Cativoiro.

Nas histórias que nos falam sobre como se logrou fugir do Cativoiro aí é que vemos, então, uma explosão de referências acerca da frequência e importância que essas práticas coletivas – de pensar os problemas e encontrar *saídas* juntos, na base da cooperação e do amadurecimento de uma inteligência coletiva concreta que se capilarizava e se expandia em sua abrangência – assumiram na construção daquilo que se inaugurava como um *novo sistema*.

Paradoxalmente, é das limitações críticas que o Cativoiro impunha, daquilo que o tornava intolerável, que emerge a urgência da tessitura coletiva para se defender àquela violência.

Foi das *reuniões escondidas* feitas na sombra das oiticas que se pensou, por exemplo, a necessidade de construir um centro comunitário que pudesse acolher a quantidade que aumentava, a cada vez, de pessoas vindo pra nela participar. Alguns *pequenos* que fossem proprietários ofereciam as carnaúbas e oiticas pra fazer a lenha, outros se encarregavam de carregar a cal e o barro, todos ofereciam os dias que podiam se dedicar ao serviço, as mulheres cuidavam da alimentação pros que trabalhavam, e assim o centro da Associação dos Mini-Produtores dos Sítios Reunidos ia se levantando:

- Aí precisemos fazer o centro, pra começar as reuniões. [...] Aí eles fizeram. Se reuniram aí e começaram a fazer, foram fazer o tijolo pra levantar esse prédio. De fato que aí tudo se juntaram e fizeram o tijolo aqui, aqui é onde foi queimado, quando fizeram o tijolo e fizeram a caeira, esse povo aqui (na foto) estão tudo assistindo a caeira do tijolo, quando foi queimado. Aí todo mundo se juntou-se, um dava uma semana de serviço, outro dava dois dias, outro dava três, aqueles proprietários davam o tijolo ou dava as carnaúbas, dava o cimento, a lenha... A lenha o véi foi quem deu, tinha muito oitica aqui, mandava derrubar, eles iam e derrubavam, tiraram a lenha, e o cal, eu fui buscar, o cal quem carregou esse cal todim fui eu de carroça, fui buscar lá na Soledade. [...] O cal virgem porque o cal virgem arrende (rende) mais, né? Poque botava uma cuia, uma lata e jogava por duas, né? Uma lata virgem, jogava por duas. A gente comprava o cal virgem lá. Carreguei muita carrada de cal, quando vinha com uma carrada já sabia, era sete alqueires numa carrada, deu umas três carradas, eu ainda fui umas três vezes buscar cal na Soledade, eu e Lucimar, Lucimar era menino véi pequeno que ia mais eu.
- Nesse tempo, eu não vivia muito aqui, eu ainda não tinha me

casado. Eu me casei em 60, ainda assisti a inauguração do centro, depois que me casei foi a inauguração. Mas aqui era todo mundo trabalhando, as mulheres vinham ajudar, umas faziam o de comer, outras faziam a merenda e era assim. As mulher da Sororoca e por aqui todo mundo trabalhava, tinha essa história não. Passavam a semana, vinham cuidar em fazer o comer.

- As mulheres trabalhavam direto.

- Zé, Dona Carmelita disse que carregou muito barro em couro de boi, né? Arrastando. Botava o barro em cima e arrastava

- Ora não! Pra trabalhar, eram tudo liberta as mulher. Ôia, todo dia matava uma criação aí, aí pronto, era esse de fazer comer, fazer panelada no mesmo dia pro povo comer. Pra trabalhar, era bem à vontade mesmo.

[Seu Zé, Dona Rita e Edjarle, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

Figura 69 – Mutirão para construir o centro comunitário



Fonte: Pesquisadores e pesquisadoras populares de Água Fria

Não nos parece à toa, então, que, na medida em que as histórias no Apodi avançam para nos falar de um tempo mais recente, a partir de quando já se mostra relativamente consolidado o Projeto de Vida pelo qual se havia lutado a duras penas desde algumas décadas atrás, a referência a essas práticas coletivas seja acompanhada de certa nostalgia.

A lembrança alegre das caeeiras em que a comunidade inteira se engajava para queimar os tijolos e levantar as casas e os prédios comunitários em mutirão é arrematada pela constatação de vê-los, vinte anos depois, necessitando de reforma e da invocação daquela dinâmica que pudesse novamente enxergar isso como um problema comum a ser resolvido por todos:

- Além de se juntar pra brincar, pras apresentações, vocês também se juntaram pra construir o centro, né? Foi tipo num mutirão? Hoje em dia ainda tem isso?

- Tem não, hoje em dia não tem não, cada qual faz o seu.

- Leva chuva se for de esperar aparecer alguém pra ajudar a fazer uma coisa.

- Aqui fazia um mutirão, se juntava aquelas 10, 20, 30 pessoas e ia fazer, cada qual trabalhava junto. Pra fazer o tijolo era tudo junto, não pagava nem um tostão, nem pra dizer assim “ó, vou dar 10 reais a esse menino pra ele vir trabalhar a semana”, não tinha disso não, era tudo de graça, cada qual fazia.

- Marcava logo os dias da semana, quem é que ia, quem era que não ia, quem vinha.

- Se eu fosse trabalhar essa semana, já ia era Galego que ia na outra, mais aquela outra turma, tudim.

- Até hoje, até nos momentos de hoje nós ainda bate na mesma tecla de dizer que a organização aqui na nossa comunidade não é pra parar por aqui. Se tá caído o centro, não é esperar por só uma pessoa, nós temos que partir pra cima.

- Era! Como no tempo que se fazia os mutirão, agora é que tá precisando mesmo. Do jeito que foi feito de mutirão, a gente podia fazer pra não enterrar o póbi. Ai já houve muitas coisa boa, muitos momentos bons.

- Porque se não for, nós vamos ver cair a última telha e o que nós levantar vai ver cair também.

[Maiana, Zé, Dona Rita e Edjarle, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

As razões que eles mesmos encontram para justificar o declínio de algumas dessas práticas (e conclamar seu retorno) é o efeito daquilo que empurra ao *cada qual faz o seu*, a permeabilidade da comunidade a processos de sobreposição do individualismo ao comunitário, bem como daquilo que as *conversas de melão e melancia* incitam nos *pequenos*: a ambição dos *grandes*. Mas talvez, também, pensando sobre aquilo que os empurrava à realização dessas práticas coletivas como necessidade, é possível que aquilo mesmo que os fez melhorar de vida tenha

contribuído para arrefecê-las.

O que não quer dizer que devamos nos apegar a essa nostalgia e confiar de todo nela, pois que aí estaríamos inviabilizando a recorrência e a atualidade dessas práticas.

No que se seguiram as lutas pela terra, após terem juntos derrubado as cercas do patrão e também juntos terem construído as cercas que passaram a delimitar a área da terra conquistada, havia terreno então para que os ex-trabalhadores se organizassem na construção de suas casas:

Foi assim, foi em mutirão. Foi “Vamos fazer a de Fulano hoje”, assim que foi. [...] Então, “hoje vamos fazer a de Fulano”, aí outro, “Hoje a de Neto”, “hoje...”, aí era assim. E quando foi para o fim, aí apareceu mais pedreiro e aí a gente botou pra andar mais ligeiro.

[Zé Inácio, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

A construção das casas em mutirão perdura, em algumas comunidades, como as de Queimadas e Baixa Fechada, até os dias de hoje, em razão, entre outros argumentos, da autonomia e da economia possibilitada por esse processo:

Aqui nunca precisou de engenheiro, de comprar material em depósito, gastar dinheiro. E não tem uma casa que tenha caído, pode ver.

[Nova, durante andança em Baixa Fechada]

Também no que diz respeito à *lida* com a terra, a prática do mutirão se estendeu pelos tempos e persiste. Além das áreas coletivas propriamente ditas, onde não é de se surpreender tanto que o trabalho seja organizado de forma coletiva, os agricultores e agricultoras realizam juntos várias etapas da produção, se dedicando inclusive a trabalhar *junto* nas áreas individuais dos demais:

- *Você se lembra Zé que a gente fazia os mutirão pra limpar os cercados?*

- *Era sim, e era tudo de mutirão!*

- *Sabe, tudo de mutirão, viu? Pra plantar, pra quebrar milho, pra debulha de feijão, sabe? (...)*

- *Passava a noite debulhando feijão, a noite todinha.*

- *Isso ainda veio até na época que você foi presidente da associação, lembra? Aqui dentro da associação. “Hoje vamos plantar o terreno, o cercado, de Galego”. Aí ia todos que trabalhavam aqui na associação iam plantar. “Amanhã..” [...]*

- *Lembra que a gente plantava os canteiros em mutirão, nera?*

Junto. E naquele tempo da hortaliça era bonito, né?

[Edilson, Zé, Dona Rita, Marluce, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Água Fria]

-É, aqui nós tem uma área aqui que a gente não pode trabalhar só, né? Tem que trabalhar por grupo. Então a gente trabalha por grupo, que é a área de irrigação aqui.

- Coletivo, né?

- É, coletivo. A gente não pode se dividir pra trabalhar aqui sozim, tipo Zé Inácio sozinho. Então, a gente formamos nossos grupos e trabalha nas nossas áreas. Vamo supor, cinco pessoas, seis pessoas. Aí tem as área tudo dividido. Agora, nos lote de sequeiro, aí é outra coisa, cada um cuida de si. Mas aqui na irrigação tem que ter os grupo, o coletivo.

[Maninho e Zé Inácio, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos do assentamento Nova Descoberta]

Em várias comunidades, os retratos registraram, ainda, a presença de aviários coletivos, de estruturas de beneficiamento de mel e de polpas também construídas e acessadas coletivamente, mas nada talvez seja mais surpreendente do que o registro feito em Palmares sobre como se dá a criação de bodes e cabras.

Cada um tendo seu rebanho particular, que pernoita em cercados particulares, é de dia que os criadores e criadoras soltam os animais para pastarem em área coletiva da comunidade. Ao pôr do sol, diante do rebanho misturado, cada criador/a se posiciona na porteira de seu cercado e começam os assovios. Para cada musicalidade poética, os bodes e cabras vão por conta própria se direcionando aos cercados que lhes pertencem, reconhecendo no timbre o som de seu dono. A prática, repetida todos os dias, só costuma ter uma leve imprecisão vez ou outra: alguns bodes erram o cercado, não por falha do sistema, mas por *saberem* que o do vizinho oferece uma ração melhor.

Sobre as águas, além do que já mencionamos acerca da ruptura realizada - de uma lógica do Cativeiro marcada pela concentração e mesquinharía com que os *grandes* lhes negavam o acesso às *saídas* formuladas pelos *pequenos* em que foi preciso *pouca coisa* para lhes socializar -, mencionando as inventividades que marcaram essa transição, no sentido da experimentação de um novo paradigma de *convivência* com o semiárido, realizada através da distribuição das *bombas manuais*, da construção das tecnologias sociais e outras formas de captação e irrigação levadas a cabo nas comunidades rurais, gostaríamos de destacar alguns

relatos sobre a construção de um sistema coletivo de abastecimento pelos agricultores e agricultoras de Queimadas, que nos parece extremamente emblemático no delineamento dos sentidos e fazeres que acompanham essa nova forma de organização (coletiva) da vida.

Apesar de sua longa extensão, nos permitimos compartilhar o relato em muitos de seus detalhes, pelo que ele nos apresenta uma narrativa concatenada desde o informe das dificuldades pelas quais passavam para ter acesso à água e que justificam a busca por uma *saída*, passando por apresentar como propuseram, a partir do *esforço* e da *união*, uma solução considerada vitoriosa para a comunidade de construção de um complexo sistema de abastecimento.

Descrevendo-o não só em suas particularidades técnicas, mas pelo que sua realização - marcada por um desejo de Recusa explícito de não querer envolver os *grandes* (especialmente, a *prefeitura*) para não ser preciso *depende de ninguém* - exigiu dos agricultores e agricultoras da comunidade em termos de engajamento coletivo, nos trazendo exemplos práticos de quais compromissos assumiam entre si para cuidar da execução e bom funcionamento do sistema auto-gerido.

E, por fim, permitindo-nos a emoção de saber dos efeitos que uma hora de água na vida dessas pessoas produz.

- Teve muita época ruim que o povo passava muita fome, comia até couro véi, lagartixa...

- O que foi essa época, por que foi que tava tanta dificuldade?

- Uma seca...

- Uma seca grande.

- Mas é por que, olha, não existia inteligência, engenharia. O povo não sabia cavar uma cacimba, não. Chegava nesses rio, se tivesse um buraco d'água aí ele pegava a água, mas ele não sabia que cavando um poço dava água.

- Tu se lembra? Antigamente a gente tinha uma cacimba. Uma cacimba bem funda. A pessoa tinha que botar a escada lá dentro, descia com um potizim de barro na cabeça, truxe muitas vezes. Descia lá pra dentro, enchia o pote e subia na escada, vú, vú... até chegar em cima pra trazer água pra casa. Não tinha de onde tirar não.

- Eu queria que vocês me explicassem assim, que vocês falam desse tempo e a imagem que eu vou fazendo na minha cabeça é muito diferente do que eu vejo hoje, né? Esse quintal cheio de coisa, a água que vocês têm aqui... como é que foi essa mudança, como é que foi acontecendo?

- Essa mudança foi através mesmo do esforço do povo, que se uniram, uma reunião, cobrar dos governantes e foi indo. E a comunidade se uniu e graças a Deus nós temos água, tem muita coisa boa aqui, né? Foi através dessas coisa. (...)

- Naquela época a gente viu a necessidade de se unir. É aquela coisa: uma andorinha só não faz verão. Eu sozinho gritando, pouca gente pode me escutar, mas se todo mundo gritar de uma vez... vai longe! Né? A gente

começou a perceber que se nós desse as mãos, união fazia a força, a gente ia conseguir vencer muitos obstáculos, a gente sabia que não ia parar os desafios, os obstáculos, mas a gente já vencida alguns, pra facilitar a nossa vida e adquirir tempo pra fazer outras coisas. E aí surge a questão da associação. Um passo muito importante é que, em 27 de dezembro de 2000, foi fundada a associação. E a dificuldade d'água era essa aqui. (...) Então primeiro objetivo nosso, formamos a associação, agora é lutar por um projeto de abastecimento d'água. E aí a gente encampou essa luta. Quando foi em 2004, a gente fomos contemplados com um programa de desenvolvimento solidário (...) e então foi um convênio que a gente fez, através da associação. As reuniões no fórum do sindicato, a gente começou a participar, fazer parte, a frequentar, a encampar essa luta e a gente conseguimos através disso o programa de abastecimento d'água. Foram R\$ 48 mil, era pra bancar esse sistema de abastecimento d'água. A caixa d'água, com 6m de altura, elevada, né, até o funda da caixa, 6m de altura, pra que pudesse abastecer. Então a primeira luta vencida. (...) Aí veio a adutora, a caixa d'água com a adutora, então depois da adutora, problema resolvido? Não! Então, quando uma coisa chega, uma coisa puxa a outra, né? A gente fez um abastecimento d'água, muito bem feito, com regimento, tudo, prestação de conta, tudo ok. (...) Era preciso ir pra Apodi, a gente ia, Mossoró, a gente ia, aonde fosse a gente ia. Nós conseguimos concluir nosso abastecimento de água, caixa d'água elevada e tudo. Uma hora d'água pra cada pessoa. Ora, pra quem não tinha nada, era muita coisa.

- Quem tinha que buscar uma lata d'água na cabeça, agora com uma hora d'água, né!

- Olha, quando eu casei, eu tinha dois filho pequeno... na época eu tava com dois filhos pequenos. Mas sabe o que é que a gente ter só três galão d'água? Três galão de botar água? Era pra tomar banho, lavar prato e pra comer...

- Isso aqui é uma hora d'água e você não gasta de uma hora d'água, então veio a questão dos quintais... seu pezim de mangueira, goiabeira, suas plantas medicinais, tudo aproveitando essa hora d'água. Hoje, se não deu pra aguar tudo, mas amanhã eu tenho mais uma hora, aproveito pra aguar o que eu não aquei e por aí se vai.

- Me explica mais como é essa história que você falou da adutora, da caixa e de uma hora por dia que as pessoas têm acesso à água? Quem que controla isso? É o Estado que vem medir?

- Não. Tem o bombeiro e a associação é quem controla e paga.

- A associação é quem controla. A gente queria fazer uma coisa, andar com nossos próprios pés, não ter que depender de ninguém. Nós temos outros abastecimentos d'água que era exemplo de um problema sério, que a prefeitura pagava a conta, energia, dava bomba, pagava a bomba. E quando isso acontecia, quando quebrava-se a bomba, estava a mercê da prefeitura, então da boa vontade dos outros. (...) Então, a gente, quando formou a associação, a gente trabalhou a mentalidade do povo. "Pessoal, a gente vai ter que andar com as próprias pernas". Não ter que depender de ninguém. O projeto foi um sucesso. A gente conseguimos comprar não só uma bomba, mas comprar duas de um recurso que sobrou. Por que duas bombas? Porque se uma queimar, tem a outra. E assim vai, né? Então, vamos contribuir... fizemos o regimento. O regimento é a gente que paga, acho que é 7% do salário mínimo pra quem é sócio (da associação). Pra quem não é, paga 10. Pra poder dar suporte ao sistema de abastecimento d'água: quebrar um cano tem como repor; um problema na bomba, queimar tem como concertar; a própria energia que a gente paga; pagar o bombeiro. Tem que alguém cuidar do sistema, por que não dá pra todo mundo chegar e meter a mão... a gente sabe que dá problema. Então, com isso, a gente fomos se organizando e as coisa foram caminhando. Nós tem as reunião uma vez na semana, às vezes mensal, assembleia. Quando chega, "meu cano quebrou, não caiu água lá em casa. Por que foi?" Vamo tentar ajustar!

E aí a gente fomos, até hoje a gente vem nessa luta.

(...)

- Esse bombeiro que vocês falam, pra cuidar dessa questão da água, é um bombeiro da CAERN (Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte) que vem?

- É não, é um bombeiro da associação, da nossa associação.

- Eu já fui bombeira 4 anos. Só é mulheres, por que os homem, já teve dois que passou uns diazinhos, mas não aguenta. A bombeira era eu, aí passei 4 anos, aí cansei e agora é Késia.

- Graças a Deus que aqui a nossa associação é nossa mesmo! Por que nós somos quem paga a mensalidade e é tudo direitinho, mas nós não pede história de dizer "vou pedir assim uma coisa à prefeitura", não! O que nós temos aqui da associação é pago por nós da associação.

- E por que que vocês tavam falando que o trabalho de bombeiro é mais das mulheres?

- É porque os homi fala que empalha muito. 5h da manhã a gente já tem que levantar pra ir ligar a bomba. Aí liga a bomba, aí deixa a caixa sangrar, aí abre um primeiro ramal, aí passa uma hora. Aí depois fecha, abre outro ramal, passa mais uma hora. Aí quando passar mais uma hora, fecha! É três ramal. Abre o derradeiro ramal, aí fecha, aí depois vai esperar a caixa encher. Quando a caixa encher, vai lá no cercado desligar o motor. Aí é o dia todim.

- A mulher que levava a lata d'água na cabeça, né...

- Aí o homem já tem outras atividades, né? Vai fazer outras atividades pra ajudar na renda familiar, né? Então a mulher acaba que ocupando essa função de bombeiro e recebendo (pela associação). É uma ajuda, é um agregado na renda dela e da família.

- É uma gratificação...

- É um trabalho muito importante, que é tipo como se fosse a cuidadora da água, né?

- A responsabilidade é toda dela. No dia que não cair água ela vai ouvir reclamação.

[...]

- E depois, com tudo concluído veio os banheiro, hoje cada casa tem o seu reservatório. Depois disso veio a cisterna...

- Que também ajudou muito também.

- Participando novamente, voltando toda a luta encampada dentro do sindicato rural dos trabalhadores, né, e a associação sempre dentro e ai consegue, vai aparecendo novas oportunidades, novos meios e hoje a gente tem uma vida corrida, mas muito mais facilitada pelas nossa organização, pelos nossos objetivos, e hoje a nossa comunidade é um exemplo.

[Xandoca, Lindomar, Deuzim e Raimundinha, durante conversa entre jovens e moradores mais velhos da comunidade Queimadas]

Para além da dimensão material dessas práticas coletivas, o que nos parece interessante destacar é que a fuga do Cativeiro empurrou os agricultores e agricultoras do Apodi a uma realidade em que, ser *dono de si*, implicava a responsabilidade e a possibilidade de uma nova ordem de construção da vida que demandava esse tipo de engajamento comum. Não estando mais sujeitos aos mandos de obediência do patrão sobre onde deveriam morar, o que e como

deveriam produzir, era preciso inventar uma nova forma que ajudasse a pensar, decidir e executar coletivamente as transformações que se anunciavam.

E, ainda que reconheçam, como diz Neto em certo momento, que *fazer no coletivo é difícil*, bem como relatam que, para além da alegria, há também aquelas *briguinhas boas* já mencionadas nas histórias que nos falam das *reuniões escondidas*, aprendida a potência dessa práticas coletivas, as mesmas são celebradas como aquilo que possibilitou a (r)existência desse *novo sistema* construído pelos *pequenos* se edificar.

Pois que o conteúdo mesmo dessa (r)existência é tudo que pôde se afirmar e *começar*, mas também tudo a que se pôde negar de privatização e mercantilização da vida nas suas diversas dimensões - da terra, das sementes, da água, do trabalho e da política.

Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? Este mundo é muito misturado.

(Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas)

7 NO TEMPO DE AGORA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da impossibilidade de concluir, gostaríamos de destacar sobre o percurso traçado ao longo dessa pesquisa algumas aprendizagens que julgamos centrais, bem como sinalizar sobre o que pode vir a servir de *pistas* na mirada de horizontes futuros.

Ao nos permitirmos alguns trânsitos entre a sistemática da dominação e as (r)existências anti-sistêmicas que coabitam o conflito no território do Apodi, pudemos perceber pela referência histórica dos agricultores e agricultoras da região que Cativoiro e Liberdade são movimentos constantes, mais do que estado de ser das coisas. Existia resistência nos tempos de cativoiro, assim como existe captura na liberdade. Trata-se de estar sempre atento à possibilidade de seu retorno, no caso do primeiro, e trata-se de estar continuamente a conquistando, no caso da segunda – para o que o exercício coletivo de identificar problemas comuns e ir formulando *sugestões* tem se mostrado uma estratégia de serventia ao longo das últimas décadas.

Inspirados com a pouca, mas eficaz, iluminação oferecida pelo candeeiro, dispomos, ao longo de nossas reflexões, do aparato de jogar luz sobre aquilo a que se condenam à sombra: desvelando aspectos não explicitados na ordem da implantação do perímetro irrigado de Santa Cruz, mas também, e principalmente, favorecendo oportunidades para que se possa *ver* a riqueza da vida que se afirma diante da Recusa ao Projeto da Morte. Porque há presença na aparente ausência, e isso é talvez o que mais marca nossa aprendizagem.

Pois ali onde se escuta o “não”, se apurarmos os ouvidos, sentiremos a que se diz “sim”; ali onde se desprezam pessoas, seus saberes e fazeres, lançados à invisibilidade ou à desqualificação, como se algo lhes faltasse, se atentarmos bem, poderemos olhar e *ver* a positividade do que existe e resiste à lógica do sacrifício.

A pesquisa colaborativa que construímos junto aos próprios agricultores e agricultoras (e seus filhos) de Apodi aporta, por sua metodologia, premissas que a fundamentam e referenciais teóricos em que se suporta, algumas informações interessantes sobre como *fazer ver* essas (r)existências através da construção de auto-retratos e das reflexões que eles engendram.

Não se trata, com essa escolha, de reafirmar que os agricultores e

agricultoras do Apodi têm um saber – eles têm e já o sabem. Trata-se de uma luta para que esse saber seja reconhecido. Pois que, se efetivamente reconhecido, implicará necessariamente na possibilidade de uma reconquista do poder que lhes foi subtraído de intervir nos debates e projetos a que lhes dizem respeito.

Ao que pudemos fomentar espaços de fala, e abranger a perspectiva nativa de si e do outro, explorando as categorias de *Cativeiro*, dos *pequenos* e dos *grandes*, do *Projeto da Morte* e do *novo sistema* - levando a sério o que dizem, na forma que dizem, com os termos que dizem os agricultores e agricultoras do Apodi, e permitir que esses dizeres tenham consequências - pudemos constatar que essas (r)existências se formulam com base na Recusa, diante do que se sabe, mas também do que se *desconfia* sobre por onde pairam as possibilidades de captura via promessas de inclusão que o projeto de desenvolvimento sugere.

Tendo visto, nessa hermenêutica da Desconfiança, a potência não só de se proteger diante da dinâmica violenta da exploração, mas também do feitiço do “poder que captura, segmenta e redefine a seu serviço dimensões cada vez mais numerosas do que constitui nossa realidade, nossas vidas e nossas práticas” (STENGERS, 2015, p. 47), especialmente aquelas que se pretendem fora das ordens de privatização e mercantilização da vida.

E que é a própria Recusa, portanto, quem, ao colocar em questão aquilo que parecia evidentemente inevitável, demarca as diferenças¹⁰³ que vimos emergirem nesse processo, no que diz respeito àquela fundamental, sobre a qual se diferenciam os *pequenos* dos *grandes*, mas também em tudo que essa diferença provoca de ressonâncias sobre a forma de pensar e lidar com a terra, de captar e distribuir a água entre as comunidades, de conceber a irrigação, de realizar o trabalho na agricultura, dos valores e práticas sociais que se reproduzem naquele território, enfim.

Tais diferenças nos possibilitam imaginar que não só “outro mundo é possível” como marca nos muros o pensamento crítico anticapitalista desde a década de 90, mas que outros mundos, de certa forma, já existem – e estão neste mundo (MELLO, 2011).

¹⁰³ As diferenças de que falamos devem ser compreendidas no sentido de uma “ecologia das práticas, consideradas heterogêneas”, daquilo que designa o que é importante, não apenas num sentido subjetivo, mas constitutivo, em que, os portadores dessas diferenças sendo impedidos de a realizarem, “se não conseguem fazer o que é importante pra eles ter importância, eles serão mutilados ou destruídos” (STENGERS, 2015, p.106).

O que nos leva a pensar que o exercício que empreendemos no sentido de ajudar a emergirem as perspectivas que, através dos auto-retratos, nos informaram algumas das diferenças que permeiam as (r)existências no Apodi deve apontar para uma recomendação que vá além da ideia de uma tolerância à alteridade. Nos parece, antes, mais condizente ao seu grau de importância reivindicar que a (r)existência dessas diferenças sejam honradas:

“Respeito sua diferença” é um discurso um pouco vazio, que cheira à tolerância e não engaja em nada. O que, em compensação, pode entrar em comunicação com a palavra “honrar” é o que será apreendido não como uma particularidade do outro, mas como o que o outro faz ter importância, o que o faz pensar e sentir, e que não posso sonhar em reduzir ao “mesmo” sem insultá-lo – o sonho se transforma em pesadelo. Pois o que é assim apreendido, enquanto irreduzível à psicologia ou a uma noção tão geral quanto a cultura, é o que, se for destruído, tornaria nosso mundo mais pobre. A divergência não pertence a uma pessoa, ela é, antes, o que faz um aspecto desse mundo ter importância.” (STENGERS, 2015, p.139)

Cabendo a nós, no que diz respeito a nós, decidirmos sobre quais *pistas* tomaremos emprestado para nos inspirarmos na formulação de alternativas “suficientemente reais para não serem facilmente descartas por serem inviáveis” (SANTOS, 2000, p.25) aos cativeiros com os quais nos deparamos no nosso modo de vida particular, especialmente pelo que elas desde já significam de experimentações que sinalizam para uma possibilidade de um futuro “que não seja bárbaro” (STENGERS, 2015, p. 14), reconhecendo aos agricultores e agricultoras do Apodi como aqueles de quem e com quem precisamos aprender a fazer nossas próprias experimentações para que possamos “repovoar o deserto devastado de nossa imaginação” (STENGERS, 2015, p.127).

E cabendo a nós, no que diz respeito a eles, trabalharmos no sentido de reverter a lógica do sacrifício e a desqualificação epistêmica que lhe dá sustento, da ordem de invisibilização que impede de *ver* e carrega o risco do *fim* :

Então, pelo amor de Deus, eu acho que... por que não ver, né?! Esse sistema que o movimento implantou, que mostrou a nível de mundo de que o semiárido é possível produzir nele - e produzir orgânico, né?! A gente produz orgânico aqui, feijão, milho, melancia, girimun, sorgo pra os animais, o bode, também a galinha, a polpa de fruta, o mel, né?! Então, se esse sistema que tá pensado pra o futuro for implantado aqui, adeus apicultura, adeus nossa produção, né?! Como é que nós vamos produzir num pedaço de terra desse pequeno com grandes empresas ao redor da gente acabando com tudo, né? E a gente sabe que é onde existe o desmatamento, o uso abusivo de química, de agrotóxicos, de veneno aí vai

vir o desmatamento, o fogo e tudo: é o fim, né?!

[Zé Holanda, durante conversa com jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Se, na contramão dessas recomendações, as obras do perímetro irrigado de Santa Cruz avançam sobre a região e empresas do agronegócio começam a se instalar no Apodi, restabelecendo os tempos do Cativoiro através da dinâmica atualmente em curso de concentração das terras nas mãos dos *grandes*, de contaminação e dominação sobre o meio ambiente e sobre os trabalhadores, da restrição do uso das águas aos *pequenos* pelos seus poços que secam diante do ritmo de extração dos *grandes* e do processo de criminalização que lhes recai, entre outros informes recentes do conflito que lá se desenrola, nos cabe reconhecermos que, a despeito de nossa vigia, o pessimismo impera enquanto experiência efetivamente vivida e compartilhada junto aos agricultores e agricultoras que decretam estarem com seu modo de vida ameaçado.

Pois, entre uma de nossas aprendizagens, está nossa leitura sobre a expansão desse projeto de “desenvolvimento” não apenas pelas suas marcas de desigualdade e por aquilo que produz de exploração, mas como se realizando num intuito de destruição que nos apavora, ainda que repitamos para nós mesmos, como num mantra, aquela outra aprendizagem que diz sobre essa dominação nunca se realizar de todo.

Ter obstaculizado as obras a ponto de não deixar que se realizasse o cronograma oficial de sua execução e finalização conforme inicialmente planejado pelo DNOCS é a conquista que os agricultores e agricultoras do Apodi apontam com mais ênfase terem alcançado. A constatação de algumas modificações no projeto, no sentido de redução de impactos, por outro lado, apesar de também serem atribuídas à mobilização, pouco lhes servem de consolo.

O que nos parece, então, mais emblemático na atual configuração da resistência no Apodi é que: a despeito do quanto avancem as obras; mesmo que o perímetro seja já considerado pelos agricultores e agricultoras do Apodi como algo realizado, no sentido de que reconhecem que ele já produziu o efeito de atrair as empresas do agronegócio para a região ainda sem que suas obras estejam efetivamente finalizadas; por mais que já estejam vivendo na pele o efeito nefasto dessa aproximação... *apesar de tudo*, não há retrocesso na Recusa ao Projeto da Morte.

Sabê-lo como fato não significa, portanto, uma paralisia que denunciasses pela impotência a derrota, mas, antes de tudo, significa defini-lo como um ponto-de-partida. Assim como em outros momentos históricos vividos por essas pessoas, um problema comum é, então, identificado, a partir do qual os agricultores e agricultoras têm larga experiência na arte de como fazer para encontrar *saída*, no engajamento à experimentação daquilo que significa “pensar” no sentido que importa politicamente, ou seja, “no sentido coletivo, uns com os outros, uns pelos outros, em torno de uma situação que se tornou “causa comum”, que faz pensar” (STENGERS, 2015, p.125).

Há a tristeza do olhar de quem nos mostrou o barramento do rio, apontando, de um lado, a beleza do rio em sua (r)existência, com as garças sobrevoantes e o verde de suas margens e, do outro, a desolação do *rio morto*, e há o brilho de quem sabe que o desejo de vida é maior. Pois o Cativeiro, aprendemos, apesar de ser um *inferno*, nunca é um destino.

Enquanto houver vida, a gente tem que lutar contra esse projeto, é o que diz Edilson, nos conclamando a levar a sério certa leitura política nativa de que existe um imperativo da (r)existência que persiste para além de toda sua improbabilidade: é preciso *lutar* – porque é o que a vida faz sempre que esbarra com a morte e precisa se afirmar enquanto possibilidade:

(...) porque não tá fácil, mas eu acho que o que resta pra gente é lutar!
[Edilson, durante oficina “Territórios e Bens Comuns”, realizada no Rio de Janeiro, em 06/10/15]

Mesmo sem otimismo, porque é *o que resta*, e ainda assim – como aquelas contas que não batiam nos tempos do Cativeiro – *o que resta* ainda pode ser *compensatório*:

(...) então é por isso que a gente diz né?! Tem luta que a gente luta, mesmo se perder a vida por uma luta dessa ainda é compensatório.
[Zé Holanda, durante conversa com jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Mas, indo um pouco mais a fundo, quando pensamos em retrospectiva sobre aquilo que atravessa esse trabalho das pulsões de vida e morte que se enunciam no Apodi, talvez possamos ponderar que algo permanece à tensão histórica em que tais (r)existências se afirmam diante do que lhes ameaçam: sobrevivências.

Pois uma coisa é designar a sistemática da dominação e lhe desvelar à luz de

um projeto específico ou da política que orienta sua marcha, percebendo também as outras caras que usou de máscara ao longo do tempo, e outra bem diferente seria lhe atribuir o mérito a que ela se pretende. Fazê-lo seria

[...] agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada. É, portanto, não ver o espaço – seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável – das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos *apesar de tudo*. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.42)

Apesar de tudo, as (r)existências perduram. Ora lastreadas sobre a força da tradição, ora atualizadas e ressignificadas no dinamismo em que a vida se recria, sua permanência temporal denuncia algo sobre sua potência, e faz com que não vejamos com desmerecimento aquilo que ora nos parece como *pistas*, “sinais, singularidades, pedaços, brilhos passageiros, ainda que fracamente luminosos”. ((DIDI-HUBERMAN, 2011, p.43)

Sobrevivências estas que os agricultores e agricultoras do Apodi sabem estar pirilampeando nos *quatro cantos do mundo* em que *os pequenos lutam pra manter a terra viva* diante das ameaças das *grandes* hidrelétricas, mineradoras, ferrovias:

No terceiro ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) que houve agora em Juazeiro e na Bahia, a gente lá viu que não é só Apodi que está nessa luta, né?! Apodi está na luta de defender a Chapada desse projeto, né?! Desse sistema de projeto. Mas nos outros estados estão lutando também pra não deixar que as grandes hidrelétricas tire as famílias de suas propriedades, né?! Noutra ocasião, noutros estados são as mineradoras, em outros estados são as ferrovias, né?! Então, os quatro cantos do mundo hoje estão lutando pra manter a terra viva, né?! E na mão de quem trabalha, de quem produz, né?! Pra se alimentar e alimentar quem tá por perto né?! [Zé Holanda, durante conversa com jovens e moradores mais velhos do assentamento Moaci Lucena]

Fomos surpreendidos ao longo desse trabalho com a dimensão histórica que atravessava muitos dos auto-retratos, ao que tentamos responder não com a avidez historiográfica de quem busque conhecer o passado “tal como ele propriamente foi”, mas com a expectativa de com ele podermos nos articular, no sentido conferido por Benjamin (2008, p.224), para quem “articular historicamente o passado (...) significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”.

Vimos as memórias de Cativoiro e das lutas havidas no Apodi servirem para “dar espessura” às (r)existências, na medida em que permitiram interrogar os

agricultores e agricultoras sobre aquilo a que foram capazes para construir um *novo sistema*, e sobre de que maneira, exatamente, eles foram capazes.

É por essa razão que, se essa dissertação começou dedicada a Edilson do Apodi/RN e a Socorro do Tomé/CE, em nome de todos os agricultores e agricultoras da porção potiguar e cearense da Chapada do Apodi a quem somos gratos por tudo que nos têm ensinado, gostaria de poder concluí-la dedicando-a aos jovens de todas as comunidades rurais por onde construímos nossas andanças, filhos e netos de Edilson, de Socorro e de tantos outros que viveram na pele as histórias que aqui trouxemos sobre as lutas que precisaram ser travadas para que se pudesse *começar*.

A eles, mais do que a ninguém, se emotivam essas narrativas, para que possam fazê-las conversar entre si e lhes ampliar a possibilidade de conexões e desdobramentos. Pois que, no tempo de agora, cabe a eles a combinação necessária entre o que é preciso lutar para conter e o que é preciso lutar pra criar, sendo o plantio esse exato acerto daquilo que se cultiva e daquilo que se ceifa.

Pois que trata-se, agora e sempre, de sabermos ser herdeiros dessas histórias, não a exemplo de um patrimônio (próprio dos *grandes*) que deve ser guardado, mas no sentido de lhes fazer jus, a aprendermos, tal qual as plantas que se enxertam, a como “fazer pegar novamente” a capacidade de pensar e agir juntos para lhes dar continuidade.

Aos jovens, filhos e filhas do Apodi: “todo começo também é um fim, e todo fim é um recomeço.”¹⁰⁴

¹⁰⁴ Letra da música “Baladeira”, de Alessandra Leão, que me embalou durante a feitura dessa dissertação, pelo que sugeria à ansiedade da escrita e sua impossibilidade de fim a calma de ver que o processo é mais contínuo do que imaginam nossos pontos finais. Seu empréstimo me parece útil também para recusar à história do Apodi os pontos finais que o *Projeto da Morte* busca desenhar.

8 A PESQUISA, POR JOSENIAS E DONA FRANCINA

Figura 70 – Dia de contação de história na comunidade



Fonte: Josenias, pesquisador popular do assentamento Lage do Meio

*Registramos alegria
Registramos frustração
A subida pelos montes em busca de solução
Hoje constato vitória
Divulgamos nossa história em plena reunião.*

*O ano tem doze meses
Dá tempo de questionar
O mês tem quatro semanas
Dá tempo a avaliar
Em dias, horas, minutos
Despertemos nossos grupos
Já é hora de acordar!*

*Um grupo é um modelo
Que não dá pra recuar
Ações do seu dia a dia
Necessita divulgar
Uma ideia construtiva
Participar da pesquisa
Só veio nos ajudar.*

*Na pesquisa avaliamos
As diferenças que vemos
O presente como está
O passado que tivemos
Não há vitória sem luta
Mostrando em cima da gruta
O futuro que queremos.*

[Francina Mota, da comunidade de Santa Cruz, em 26/06/14]

9 REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FASE, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental**. Ed: Garamons, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no imaginário Nordestino (1877-1922)**. Unicamp. 1988.
- _____. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Editora Cortez. São Paulo, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.
- ARTAUD, Antonin. **Oeuvres**. Paris: Gallimard, 2004.
- BACELAR, Tânia Araújo. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em 07/01/14.
- BARROS, Juliana Neves. **Os fins do sem-fim: o projeto de transposição do São Francisco e a nova indústria da seca**. Texto apresentado para exame de qualificação no mestrado IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2013.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. **O Óbvio e o Obtuso**. Lx: Edições 70, 1984.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BOSSI, Dário. **"Mergulhando na Justiça Ambiental"**. Relato enviado à lista da virtual Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Brasil, 2015. Correio eletrônico.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas sociais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARVALHO, Iná Maria de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática no planejamento regional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste**. <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf>, 2000

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. **Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo brasil**. Goiânia CPT Nacional – Brasil, 2012.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder - Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze** in FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DIDI-HUBERMAN, GEORGES. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2011.

DINIZ Aldiva Sales. **A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades**. In: Elias, Denise, Sampaio José Levi Furtado. *Modernização excludente*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p.37-60.

_____. **Território Controlado – Território (Re) Criado: Os laços e rupturas das relações Estado e Irrigantes**. Dissertação de Mestrado. Recife / UFPE. 1997.

_____. **Trilhando caminhos: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2009.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. **Relatório de Impacto Ambiental do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi**. 2009.

_____. **Apresentação de power-point sobre perímetro irrigado de Santa Cruz**. 2008.

EBC - Serviços, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em parceria com a EBC Serviços. Transcrição de edições do programa de rádio “Bom dia, Ministro”:

_____. 2012a. **Entrevista com o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho**.

_____. 2012b. **Entrevista com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella**

ELIAS, Denise. **A insustentável modernização agrícola no Ceará**. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002

ELIAS, D; A. Muniz e J. Bezerra. **Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no baixo Jaguaribe (CE)**. In Revista Econômica do Nordeste, v. 38, pp. 32–47. Fortaleza, 2007.

FASE; IPPUR/ETTERN. **Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. Relatório-Síntese. Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, Maria Edjanete. **Práticas sócio-ambientais no projeto de assentamento Moaci Lucena, Apodi – RN**. Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2006.

FERREIRA, Marcelo José M. **Contribuições epistemológicas/metodológicas pra uma (cons)ciência emancipadora**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC, 2010

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará** [dissertação]. Fortaleza (CE): Universidade Estadual do Ceará, 2010.

_____ **Relato da palestra “Desafios e perspectivas da implantação do perímetro irrigado da Chapada do Apodi (RN)**. Instituto federal do Apodi, 2014.

GADELHA, Diego. **Disputa territorial entre agronegócio e agricultura camponesa no perímetro irrigado tabuleiros de russas (CE)**. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 1^a. Jornada de Geografia das Águas. João Pessoa: 2013.

_____ **Perímetro irrigado Tabuleiro de Russas (CE): a territorialização do agronegócio e a expropriação das comunidades rurais em transição agroecológica** in RIGOTTO, Raquel Maria (coord.). Dossiê Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. Disponível em: www.dossieperimetrosirrigados.net. Fortaleza, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

_____ **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, A. P. **O complexo agroindustrial**. Revista Reforma agrária, ano 7, n.

6, nov./dez. 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios e Bens Comuns**. 2015 (em elaboração)

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Anhembi, 1957.

MAIA, Renata Catarina Costa. **Relato sobre inspeção judicial no Apodi**. Apodi, 2015. Informação verbal.

MALERBA, Julianna Eleuze. **O esvaziamento simbólico dos espaços e a morte da política**. In Brasil em 5. 2015a. Disponível em: <http://brasilem5.org/2015/07/21/o-esvaziamento-simbolico-dos-espacos-e-a-morte-da-politica/>

_____ **Quadro de flexibilização de direitos ambientais e territoriais**. 2015b.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____ **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEDEIROS, João Paulo. **Projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi – Rio Grande do Norte** in RIGOTTO, Raquel Maria (coord.). **Dossiê Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido**. Disponível em: www.dossieperimetrosirrigados.net. Fortaleza, 2014.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. **Política, meio ambiente, cultura e arte: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia (2002-2009)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

_____ **Os inúmeros caminhos de um rio**. In PROSA & VERSO, 2011.

MORAES, Jota de. **O Que é Música**. Brasília: Ed. Brasiliense, 1983

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Carta do 6º Congresso Nacional do MST**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15712>

NEVES, Maria Eduarda Dias. **Sobre o Auto-Retrato Fotografia e Modos de Subjectivação**. Tese de doutoramento aprovada em UNED - Facultad de Filosofía Departamento de Filosofía y Filosofía Social y Política, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ **A Metamorfose da Arribaça: fundo e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste**. In Revista Novos Estudos, CEBRAP, 1990.

PEREIRA, Magda Fabiana do Amaral. **Conflito socioambiental frente a implantação de perímetro irrigado na chapada do Apodi/RN na perspectiva dos atingidos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, 2013.

PESSOA, Vanira Matos. **Abordagem do Território na Constituição da Integralidade em Saúde Ambiental e do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde em Quixeré-Ceará**. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública/UFC; 2011.

PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **Capitalist Sorcery: Breaking the Spell**. Andrew Goffey, trans. New York: Palgrave Macmillan. 2011.

PONTES, Andrezza; GADELHA Diego; FREITAS, Bernadete; RIGOTTO, Raquel; FERREIRA, Marcelo. **Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o “desenvolvimento” do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 18, núm. 11. Abrasco: Rio de Janeiro, 2012.

PONTES, Andrezza. **Saúde do trabalhador e saúde ambiental: articulando universidade, SUS e movimentos sociais em território rural**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed 34, 2005.

RIGOTTO, Raquel Maria. (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe**. UFC/Expressão Popular, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria (coord.). **Dossiê Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido**. Disponível em: www.dossieperimetrosirrigados.net. Fortaleza, 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria; ROCHA, Mayara Mello. **Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis acadêmicas: a Pedagogia do Território e a Ecologia de Saberes**. Colóquio Ecologia de Saberes. Lisboa, Portugal. 2014.

_____ [Entrevista publicada em julho de 2011, na **Revista Universidade Pública**, ano 11, nº 62].

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Nova Fronteira, 2013.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SAMPAIO, José Levi Furtado; LIMA, A. E. F.; SILVA, S. S.; ALCANTARA, S.; ALEXANDRE, S. F.; ASSIS, R. J. S.; RIGOTTO, Raquel Maria. **Diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno das empresas de agronegócio no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**, 2008. (Relatório de pesquisa).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo. Cortez, 2000.

_____. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política**. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades. 1979

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify. 2015

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Apodi. **Vozes dos(as) agricultores(as) do território Chapada do Apodi – Rio Grande do Norte (carta)** in Dossiê ABRASCO – Agrotóxicos (III volume). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

VALDES, Alberto et al. **Impactos e externalidades sociais da irrigação no semiárido brasileiro**. Banco Mundial. Brasília/DF, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Pulo: DIFEL, 1979.

_____. **O cativo da besta-fera**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. *Mana*. Estudos de Antropologia Social, 2002.

ZHOURI, Andréa, VALENCIO, Norma (org.) **Diferentes formas de matar, morrer e resistir**. Belo horizonte, Editora UFMG. 2014.

ZHOURI, Andréa. **Mensagem pessoal**. Brasil, correio eletrônico. 2015

